



Encontro de Lisboa

Da Cimeira do Estoril à Cimeira de Madrid:
Inovação e Tecnologia face à Crise

Lisboa, 21, 22 de Janeiro de 2010



Edita: Fundación Euroamérica
Encontro de Lisboa
General Arrando, 38
28010 Madrid
Tel.: +34 91 781 82 60 / Fax: +34 91 575 58 14
www.euroamerica.org
fundacion@euroamerica.org

Coordinación:
Asunción Valdés

Edición de textos:
Patricia Alfayate
Bernardo de Mendia

Primera edición, septiembre de 2010
© de la edición: Fundación Euroamérica

Se permite citar los textos, siempre que se mencione la fuente y se haga sin ánimo de lucro.
Las opiniones expresadas son responsabilidad exclusiva de los ponentes.

Diseño de la cubierta:
Blas F. Tomé

Fotografía de la cubierta:
Fundação Calouste Gulbenkian

Impresión:
Gramar Artes Gráficas
Alonso Núñez, 29 - 28039 Madrid
Depósito Legal: M-43131-2010

Índice

Retrospectiva y objetivos7

QUINTA-FEIRA, 21 de Janeiro:9

Apresentação

Ernâni Rodrigues Lopes

Presidente da Fundação Luso-Espanhola

Gustavo Suárez Pertierra

Presidente do Real Instituto Elcano

Rosa Conde

Directora da Fundación Carolina

Ángel Durández

Vicepresidente da Fundación Euroamérica

Convidado de Honra:

Pedro Lourtie

Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Portugal

Conferência de Inauguração: Europa e América Latina, uma relação privilegiada

Mário Soares

ex-Presidente da República. Membro do Patronato da Fundación Euroamérica

Apresentado por:

Ernâni Rodrigues Lopes

Presidente da Fundação Luso-Espanhola

XIX Cimeira Iberoamericana do Estoril e VI Cimeira União Europeia-América Latina e Caribe de Madrid: balanço e perspectivas da Presidência espanhola da UE

Apresentador:

António Martins da Cruz

Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Portugal

Oradores:

Carlos Zorrinho

Secretário de Estado da Energia e da Inovação, Portugal

Carlos Carnero

Embaixador em Missão Especial para Projectos de Integração Europeia, Espanha

Recepção oferecida pelo Embaixador de Espanha em Portugal, D. Alberto Navarro

Embaixada de Espanha, Palácio de Palhavã

Inovação para o desenvolvimento e coesão social na União Europeia e América Latina

Apresentador:

Francisco Murteira Nabo

Presidente do Conselho de Curadores, Fundação Luso-Espanhola

Oradores:

Pedro Durão Leitão

Administrador, Portugal Telecom

Eduardo Navarro

Director de Estratégia Internacional, Telefónica, Espanha

Jorge Cruz Morais

Administrador Executivo, EDP, Portugal

Daniel Bessa

Director Geral, Conferência Tecnológica, COTEC, Portugal

Parceria estratégica União Europeia-América Latina e Caribe: Mecanismo de Investimento para a América Latina e cooperação tecnológica

Apresentadora:

Margarida Marques

Directora da Representação da Comissão Europeia, Portugal

Oradores:

Germán Jaramillo

Representante da Corporación Andina de Fomento, CAF

Carlos Malamud

Investigador principal de América Latina do Real Instituto Elcano, Espanha

Alexandre Almeida

Responsável por projectos internacionais de Cooperação

Inovamais, Portugal

SEXTA-FEIRA, 22 de Janeiro:	109
--	-----

Apresentação

Asunción Valdés Nicolau

Directora Geral da Fundación Euroamérica

José António Silva e Sousa

Vicepresidente da Fundação Luso-Espanhola

Portugal e Espanha: vozes iberoamericanas na União Europeia

Apresentador:

Paulo Neves

Presidente do IPDAL

Oradores:

Jorge Faurie

Embaixador da Argentina em Portugal, Decano dos Embaixadores Latino Americanos

Celso Marcos Viera de Souza

Embaixador do Brasil em Portugal

Alberto Navarro

Embaixador de Espanha em Portugal, membro do Patronato da Fundación Euroamérica

Encerramento

Rosa Conde

Directora da Fundación Carolina

Antonio de Oyarzábal

VicePresidente do Real Instituto Elcano

Ernâni Rodrigues Lopes

Presidente da Fundação Luso-Espanhola

Emilio Cassinello

Vicepresidente da Fundación Euroamérica

Emílio Rui Vilar

Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

Conferência de Encerramento: América Latina e a União Europeia na globalização

Enrique V. Iglesias

Secretário Geral, Secretaria General Iberoamericana

Apresentado por:

Emilio Cassinello

Vicepresidente da Fundación Euroamérica

Resumo 161

CV Ponentes 167

Imprensa 181

Lista de Assistentes 202

Retrospectiva y objetivos

Retrospectiva

Em 2005, quando se cumpriam os vinte anos da assinatura dos Tratados de Adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia, a Representação da Comissão em Madrid e a Fundação Euroamerica decidiram organizar um seminário para discutir as relações entre a América Latina e a União Europeia. Uniram-se ao sucesso desta primeira iniciativa, a partir de 2006, o Real Instituto Elcano, a Fundação Carolina, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento, o Instituto de Promoção e Desenvolvimento da América Latina, e a Fundação Telefónica

Nas edições anteriores, Embaixadores, altos funcionários das instituições europeias, a Secretaria-Geral Ibero-americana e o Governo espanhol, representantes de universidades, empresas e meios de comunicação, bem como os organizadores têm debatido as mudanças nas relações entre estas duas regiões que compartilham raízes históricas, cultura e valores; relações que com a participação de Portugal e Espanha na União Europeia, sofreram uma alteração qualitativa, institucionalizando um diálogo único que abrange todas as áreas de bi-parceria estratégica regional.

Objectivos

Este ano, quando se cumpre o 25.^o aniversário da adesão de Portugal e Espanha à UE, juntamente com a Fundação Luso-Espanhola, propôs que o seminário União Europeia-América Latina seja realizado na capital portuguesa sob o nome de “Encontro de Lisboa”, para enfatizar a importância de dois encontros ao mais alto nível : a XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizada no Estoril, a 30 de Novembro e 1 de Dezembro; e a sexta Cimeira União Europeia-América Latina e Caribe a ser realizada em Madrid, a 18 de Maio de 2010, já sob a Presidência espanhola da União Europeia.

Além da proximidade temporal e geográfica, as duas cimeiras abordam o tema da inovação e conhecimento para superar a crise económica e avançar na coesão social. Por esse motivo, a Fundação Euroamérica, a Fundação Luso-Espanhola e o Real Instituto Elcano, com a colaboração da Fundação Carolina, querem que o “Encontro de Lisboa desenvolva sinergias entre as duas reuniões sobre políticas públicas em I+D+i, a inovação na competitividade do sector privado, os investimentos em infra-estruturas e eficiência energética e a transferência tecnológica para a América Latina como contributo para o desenvolvimento sustentável.

Quinta-feira, 21 de janeiro

Apresentação



João Viera (Fundação Gulbelkian), G. Suárez Pertierra, E. Rodrigues Lopes, P. Lourtie,
A. Durández e R. Conde

Ernâni Rodrigues Lopes

Presidente da Fundação Luso-Espanhola, Portugal

Gustavo Suárez Pertierra

Presidente do Real Instituto Elcano, Espanha

Rosa Conde

Directora da Fundación Carolina, Espanha

Ángel Durández

Vicepresidente da Fundación Euroamérica, Espanha

Convidado de Honra:

Pedro Lourtie

Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Portugal

ERNÂNI RODRIGUES LOPES

**Presidente da Fundação Luso-Espanhola; ex-Ministro do Governo das
Finanças e do Plano. Portugal**

Nós temos, em termos de condução dos nossos trabalhos, um Programa que está todo ele nas vossas mãos, creio eu, está organizado para hoje e para amanhã de manhã, temos uma circunstância de ontem o meu colega e amigo Carlos Solchaga, Presidente da Fundação Euroamérica, estar com gripe de cama, ah, em primeiros dias, na primeira metade de Janeiro não é matéria de grande surpresa. E por isso, para além de esperarmos o seu restabelecimento, temos em sua substituição Ángel Duráñez que, naturalmente, ocupa o seu lugar.

Também temos uma pessoa presente na mesa em representação institucional do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, o meu querido amigo Rui Vilar, que eu quero saudar. Eu quero dirigir-lhe Senhor Dr. a dupla saudação do prazer de estar aqui connosco em termos institucionais e que transmita um abraço amigo ao Dr. Rui Vilar. Na sequência das intervenções, nós temos o alinhamento com uma apresentação inicial da minha parte.

Como todos sabem sou o Presidente da Fundação Luso Espanhola, que é co-organizadora deste encontro e duas ou três breves notas: além duma nota de boas vindas a todos, a temática das relações entre a Europa e a América Latina, a América Central e do Sul, Ibero-América, são termos aproximados entre si, que nós vamos estudar com uma perspectiva especial que é a inovação e a tecnologia como mecanismos de aproximação, de aproximação à resposta à crise. Esta temática merece um tópico, um conjunto de reflexões breves de pré-leitura, pré-abordagem, isto é, eu creio que há três grandes temas que não são Europa - América Latina, Portugal - Espanha - América Latina, enquanto tais, mas são elementos que marcam, que estabelecem um quadro onde tudo é influenciado.

O primeiro desses elementos, creio eu, é a razão de ser de estarmos aqui, é o papel da sociedade civil nas relações entre povos, entre economias, entre sociedades e dentro da

sociedade civil, o papel específico das Fundações. As Fundações, que nasceram ao longo da história a vários títulos, não têm homogeneidade, porventura não têm que ter, mas as Fundações têm um papel, a meu ver decisivo nas próximas décadas, porque elas congregam dois elementos separados. Primeiro, são muito para lá e também muito para cá, para além e aquém, da responsabilidade política dos Estados e dos Governos, o que é um grau de liberdade muito, muito importante. Segundo, as Fundações têm como sua vocação servirem o bem da sociedade civil em que se inserem. Doutra maneira não seriam Fundações, seriam “organizações”. Não quero dizer rede, porque posso ser mal interpretado. As Fundações têm este lugar na vida dos nossos países. Elas estão livres das limitações dos Estados e estão ao serviço das sociedades civis de modo organizado.

A nossa reunião – e se Deus quiser, muitas outras para o futuro –, exprime isto: nós aqui, aqui, somos livres, estudamos, trocamos opiniões, fertilizamos o chão em que as sociedades avançam, construímos para o futuro e não temos que fazer eleições para a semana. Há um ponto, há uma palavra, um termo, que resume tudo isto: as Fundações são propiciadoras, propiciam o entendimento à relação, o progresso, o avanço, o aprofundamento das sociedades. É isso que é o papel das Fundações de um ponto de vista não jurídico, não financeiro, mas de um ponto de vista conceptual como organizações para o séc. XXI. O segundo tema é muito mais pesado e não podemos sequer pensar sem esse peso: é globalização competitiva. Globalização competitiva que nós, um dia, porventura, as Fundações que aqui estão, teremos que estudar um pouco mais a fundo, mas a globalização competitiva que é uma realidade de poucas dezenas de anos a esta parte, tem duas consequências, que nós teremos que contar com elas, praticamente em todos os aspectos da vida económica e social.

A primeira consequência é aquilo a que podemos chamar a recomposição tectónica do sistema económico mundial. Eu digo bem, tectónica, porque é pura e simplesmente cópia, é copiar da geologia, são placas tectónicas que estão a recompor-se entre si, e não é preciso muito estudo para ver nas notícias da América Central o que significa placas tectónicas que esfregam entre si e que se recompõem. Não se vê, não vem na televisão, não vem nos noticiários, mas é equivalente para maior, esta recomposição do sistema económico mundial. Onde, e não irei desenvolver mais, mas quero sublinhar isso, onde o principal perdedor chama-se Europa. Atenção, é de todos os grandes componentes da economia mundial, aquele que mais perde, aliás, aquele que mais está a perder. E portanto, convém estarmos particularmente atentos e não há mistério nenhum nas dificuldades da economia europeia dos últimos dez anos. Só é surpresa para quem quer esforçadamente surpreender-se. Claro, se disser: eu quero surpreender-me, eu quero! Então, se quer, se quer consegue! Mas é só para esses.

Quando nós falamos de Portugal – Espanha - América Latina ou Portugal - Espanha - Ibero América, a chave número um do problema é esta recomposição tectónica, onde Brasil entra na categoria de palavra-chave. O segundo aspecto que vale a pena sublinhar da globalização competitiva é um pouco mais teórico, mas não muito, é que nós estamos a viver, julgo eu, os primeiros momentos, os primeiros dez anos, digamos assim, e por isso digo bem, momentos, os primeiros momentos daquilo que podemos chamar a equação da economia mundial post globalização. Os que estamos nesta sala, vivemos e de que maneira, sobretudo os sexagenários como eu, a caminho de septuagenário, vivemos e de que maneira, o processo de globalização acelerada nas últimas três, quatro décadas.

O importante é que esse processo ocorreu sobre uma economia mundial de tipo tradicional onde a relação principal era Estado a Estado e em que os Estados tinham instrumentos para gerir, controlar, no limite dominar as relações internacionais, todos nós vivemos isso e muitos de nós passámos pelos ministérios económicos e sabemos isso melhor que ninguém. A diferença é que isso acabou e não vou perder tempo a explicar porque é que acabou. É que, acabou. O processo de globalização está praticamente concretizado e daí a grande exigência, hoje, e hoje quer dizer seguramente para os próximos vários anos, porventura décadas, a grande exigência é compreender aquilo que eu disse, compreender a equação da economia mundial post globalização. A globalização ocorreu, está feita, não está em curso. O que é a economia mundial post processo de globalização? Eu julgo que, seguramente, na política económica, na política de Portugal e da Espanha, neste quadro, as relações com a América Latina - Ibero América e com África terão um papel decisivo. A Fundação Luso-Espanhola em colaboração com todos os nossos colegas que estão nesta mesa, em termos de Fundações, temos trabalhado sobre África, nomeadamente ao sul do Saara, temos trabalhado sobre a Ibero América.

E com isto termino, já vai sendo tempo, porque a última nota decorre de tudo quanto disse, tudo quanto eu disse aponta para o terceiro e último ponto que eu escolhi para esta abertura. É que, neste quadro, a capacidade mais ou menos imaginativa, sublinho bem, mais ou menos, a capacidade mais ou menos de carácter genérico de estabelecimento de pontes, que é um tema tão curioso que até vem nas notas de euro, todos terão reparado que é o tema dominante das notas da moeda do euro. Essa capacidade mais ou menos suposta, mais ou menos real de estabelecimento de pontes Portugal-Espanha-Ibero América, há uma exigência central, é aquela que eu gostaria que saísse como ponto de arranque de hoje e amanhã. É passar essa ideia mais ou menos genérica e mais ou menos difusa de pontes, para o terreno, para o estabelecimento de actividade conjunta. Ora, precisamente para o estabelecimento de actividade conjunta, o papel das Fundações é, como eu já disse, serem propiciadoras.

GUSTAVO SUÁREZ PERTIERRA

Presidente del Real Instituto Elcano. Ex-Ministro de Educación y Defensa. España

He de comenzar diciendo que para el Real Instituto Elcano ésta es una ocasión muy especial. Tenemos la satisfacción de participar en estas jornadas “Da Cimeira do Estoril à Cimeira de Madrid: Inovação e Tecnologia face à Crise”, y hacerlo junto a instituciones tan importantes como la Fundación Luso-Espanhola y como nuestras fundaciones hermanas españolas, la Fundación Euroamérica y la Fundación Carolina, y de hacerlo en este entorno y en este marco tan significativo de la ciudad de Lisboa. Me parece que es un ejemplo muy significativo del trabajo de la sociedad civil al que se refería el Presidente de la Fundação Luso-Espanhola. Somos instituciones que intentamos, de una manera conjunta y sistemática, enfrentar los problemas de fondo que nuestra sociedad global tiene planteados para, con una visión prospectiva, extraer propuestas que sean aprovechables por los agentes sociales en este momento en que se anuncia una nueva época. Hacer esto con socios como nuestras fundaciones y en la ciudad de Lisboa es para el Real Instituto Elcano, repito, una satisfacción muy especial.

Por seguir en la línea de lo que nos ha dicho el Sr. Lopes, creo que es una buena ocasión para hacer un balance de la Cumbre de Estoril y para proyectar los resultados en términos positivos y constructivos hacia la cumbre que celebraremos en unos meses en Madrid. No en vano el título de nuestro Seminario es “da Cimeira de Estoril à Cimeira de Madrid”. Además, la reflexión que vamos a suscitar es especialmente oportuna en este momento por el hilo conductor de nuestras reflexiones, que no es otro que innovación, tecnología, desarrollo, clave fundamental para que nuestras sociedades, que han recibido un golpe tan fuerte durante los dos últimos años de crisis financiera, puedan enfrentar el futuro.

A partir del estallido de la crisis financiera internacional en agosto de 2007 América Latina, al igual que otras economías emergentes, pudo mantener tasas de crecimiento positivas durante prácticamente un año más, manteniéndose prácticamente al margen, al menos en sus inicios, de la fuerte contracción económica que tenía lugar en Estados Unidos y Europa. Esto permitió que durante algún tiempo muchos presidentes de la región y destacados economistas hablaran del desacoplamiento o desenganche entre las economías desarrolladas y las emergentes, algo que finalmente quedó descartado por la fuerza aplastante de las estadísticas. También se pensó que la caída de las economías de los países más desarrollados del planeta apenas afectaría a América Latina, ya que la fortaleza de las economías latinoamericanas, por distintos motivos, y los vínculos comerciales y financieros con los países asiáticos le permitirían crecer en 2008 a casi un 5%, lo que supondría seis años consecutivos de alto crecimiento.

Esta predicción finalmente se cumplió, aunque con una pequeña desviación, y la región terminó creciendo en 2008 un 4,6%, lo cual suponía un crecimiento sostenido que no se conocía desde la década de los setenta en Latinoamérica. En 2009 no se pudo mantener el impulso y, según la CEPAL, la contracción terminó siendo del 1,9%.

Según algunos analistas, en América Latina, países como Brasil y Chile emergerán en 2010 con una economía reforzada, toda vez que con anterioridad a la crisis habían apostado por impulsar una serie de políticas públicas tendientes a reforzar su competitividad. Para ello no basta con reforzar al estado y sus funciones regulatorias. También hay que extender el mercado y hacer más fuertes y competitivas a las empresas y potenciar el capital humano. Algo que no ha ocurrido en todos los países, donde la práctica de la renacionalización o re-estatización de empresas se ha vuelto la norma, incluso afectando a firmas de capital latinoamericano.

En el mundo actual, caracterizado por la competencia, no es con subsidios a la producción nacional o con renacionalizaciones de empresas, otrora privatizadas, como se va a salir con más fortaleza de la crisis. Para ello es necesario una fuerte inversión en I+D+i (Investigación, Desarrollo e innovación) junto con un gran impulso a la educación en todos sus niveles. Hay que prestar atención a la universidad y a los estudios superiores, pero sin descuidar la educación primaria y secundaria. Estas políticas son claves para algún día poder reducir la gran desigualdad que caracteriza a las sociedades latinoamericanas. Lamentablemente, América Latina está muy rezagada en todos estos temas en relación con sus competidores de otras partes del mundo, comenzando por Asia. Una cuestión decisiva de la globalización y la competencia - cada vez más brutal entre los países- es la formación del capital humano, algo que no acaba de admitirse en toda su dimensión en América Latina.

El crecimiento asiático, especialmente visible en China e India, pero también en Japón, Corea del Sur, Singapur y otros países, se apoya en el empuje espectacular recibido en las últimas décadas por la inversión en educación, por la mejora de los sistemas educativos, y por el incremento de los presupuestos destinados a I+D+i. Lamentablemente en América Latina no se han hecho los esfuerzos suficientes en este sentido, y de ahí la oportunidad que representa el hecho de que estas cuestiones se hayan convertido en el hilo articulador de ambas Cumbres.

Según el The Times World University Ranking de 2009, sólo seis universidades latinoamericanas se encuentran entre las 400 mejores del mundo. La que primero está, la Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, recién está en el puesto 190, seguida por la Universidad de Sao Paulo (207), la Universidad de Campinas (Unicamp) (295), la Universidad de Buenos Aires (298), el Instituto Tecnológico de Monterrey (ITAM) (339) y la

Universidad Federal de Rio de Janeiro (383). De modo que entre estas 400 universidades de primer nivel sólo hay tres brasileñas, dos mexicanas y una argentina. Pero dentro de los países BRIC, China tiene tres altas casas de estudio entre las primeras 400, sin contar a la Universidad China de Hong Kong, en el puesto 103; India, por su parte, cuenta con cinco universidades y Rusia tiene cinco, dos más que Brasil.

Ahora bien, en la Península Ibérica tampoco podemos echar las campanas al vuelo en este punto. Entre las 400 mejores universidades del mundo sólo hay seis españolas y una portuguesa: U. Barcelona (171), U. Autónoma de Barcelona (211), U. Autónoma de Madrid (215), U. Complutense de Madrid (252), U. Pompeu Fabra (324), U. de Coimbra (366) y U. de Navarra (381). Esto significa que en nuestros dos países los temas de innovación y tecnología también deben ser abordados en profundidad y en este momento.

En la Cumbre de Lisboa se trabajó sobre todas estas cuestiones. El hilo conductor fue el mismo que será en la Cumbre que celebraremos en Madrid en los próximos meses. Quizá la Cumbre Iberoamericana de Estoril quedó un poco desdibujada por la aparición de determinadas cuestiones urgentes; me refiero a la crisis hondureña, que puso de manifiesto la profunda fractura que existe en términos geopolíticos en el continente americano. Una fractura que seguirá presente en la próxima Cumbre Eurolatinoamericana de mayo. Por eso me parece que hay que tener a mano respuestas y propuestas oportunas que los actores públicos y privados puedan desarrollar desde el ámbito público y desde la sociedad civil y por ello son tan importantes éstas y otras reflexiones que puedan hacerse durante nuestro seminario, que se desarrolla entre estas dos cumbres tan significativas.

ROSA CONDE

Directora de la Fundación Carolina. Ex-Ministra Portavoz del Gobierno de España

Quiero, en primer lugar, agradecer a la Fundación Euroamérica que, junto al Real Instituto Elcano, a la Fundación Luso-Espanhola y a la Fundación Gulbenkian, nos ha invitado a participar en este seminario.

Son muchas las ocasiones en las que la Fundación Carolina ha colaborado con estas instituciones en temas relacionados con la Unión Europea, América Latina, la conmemoración de los bicentenarios de las independencias de las repúblicas latinoamericanas, la responsabilidad social de las empresas, las alianzas público-privadas, o la formación de jóvenes de América Latina. Y siempre lo hemos hecho con el objetivo de aunar esfuerzos para crear una masa crítica de pensamiento y acción que nos permita encarar el futuro de una forma más eficaz y relevante.

Para la Fundación Carolina, la colaboración entre instituciones es uno de los ejes

fundamentales de su actuación, porque esa colaboración interinstitucional da, sin duda, un mayor valor a las actividades que se realizan, sobre todo si lo medimos en términos de complementariedad, coordinación, corresponsabilidad y coherencia.

Este seminario es importante por dos razones: por el momento en que se celebra y por el tema elegido. El momento es óptimo. Se celebra a mitad de camino entre la Cumbre de jefes de Estado y de Gobierno de Estoril del pasado noviembre y la Cumbre Unión Europea-América Latina y el Caribe que se celebrará en mayo en Madrid, coincidiendo con la Presidencia española de la Unión Europea.

El tema elegido, Innovación y Tecnología frente a la crisis, no sólo coincide con los de las dos cumbres señaladas sino que es, además, una de las prioridades del semestre de Presidencia española de la Unión. De ahí su oportunidad.

No cabe duda que, para alcanzar sostenibilidad económica, ambiental y social, es necesario innovar, mejorando la calidad de la educación y la formación del capital humano, poniendo en relación dicha formación con la economía y con el empleo, incorporando a la vida de los ciudadanos las tecnologías de la información y la comunicación, alcanzando mayor eficiencia y eficacia del sector público y consiguiendo un mayor desarrollo tecnológico y más productividad.

Para ello, las políticas públicas han de fortalecer la cooperación público-privada dirigida a la consecución de estos retos. El sector público tiene que impulsar la innovación para que todos puedan apropiarse del conocimiento. Ello supone un cambio cultural, en el que la educación superior, la investigación, la relación entre la universidad y empresa; es decir, la innovación, juegan un papel fundamental.

Por otra parte, el Seminario que hoy comienza nos brinda la oportunidad de reflexionar sobre el necesario diálogo político entre la Unión Europea y América Latina, que es una obligación ineludible para una fundación como la Carolina, que pretende jugar un papel cada vez más relevante en la promoción y el debate de ideas sobre los retos que la globalización presenta en la lucha contra la pobreza y el desarrollo internacional, y que pretende también jugar un papel cada vez más proactivo y puntero en las relaciones entre España y América Latina.

Ésta es la razón por la que, en el mes de abril, la Fundación Carolina organice, junto a la Secretaría de Estado para Iberoamérica y el Real Instituto Elcano, el Foro Eurolatinoamericano de Centros de Análisis, que va a reunir en Madrid a sesenta responsables de centros de investigación, -treinta europeos y treinta latinoamericanos-, con el objetivo de aportar ideas al Gobierno español en su presidencia de la Unión sobre el futuro de las relaciones Unión Europea / América Latina y el papel que pueden y deben jugar España y Portugal.

Hacer este esfuerzo y realizar esta reflexión no sólo está motivado por la existencia de la Cumbre del mes de mayo en Madrid, sino también porque en este momento se producen una serie de circunstancias que aconsejan actualizar nuestros planteamientos sobre Europa y América Latina.

La primera de estas circunstancias es la puesta en marcha del Tratado de Lisboa después de la parálisis de los últimos años -por efecto de la ampliación y de la no ratificación-, y que debe reactivar el proceso de construcción europea.

La segunda es el nuevo mapa político que se ha configurado en América Latina en los últimos años, y que aún sufrirá más cambios después de un ciclo electoral, que comenzó en 2009 con procesos en El Salvador, Ecuador, Panamá, Uruguay, Honduras y Chile; que continuará este año con procesos en Costa Rica, Colombia, Brasil, Bolivia y Venezuela; y que se cerrará con elecciones en México en 2011 y en Paraguay en 2012.

Por último, hay que tener en cuenta algo que se ha señalado en múltiples ocasiones: la falta de una estrategia política clara de la Unión Europea en relación con América Latina, que también tendrá que empezar a definirse en los próximos meses, pues la ausencia política de Europa en América Latina es clara y notoria, pese a ser el primer socio cooperante en esa región.

A esta falta de pensamiento estratégico sobre la región hay que añadir una agenda conflictiva en torno a las relaciones comerciales, los subsidios agrícolas, los problemas medioambientales o, incluso, la cohesión social.

En este contexto político, España y Portugal tienen mucho que aportar. Hay precedentes, por ejemplo el papel que ambos países jugamos cuando, hace 24 años, entramos en la entonces Comunidad Europea. España y Portugal fueron, ciertamente, motor de cambio y transformación e hicieron que Europa fuera consciente de la importancia estratégica de América Latina.

Y ahora se dan también unas buenas condiciones: España preside el semestre comunitario en el momento del lanzamiento del Tratado de Lisboa y Felipe González presentará en junio las conclusiones del informe sobre el futuro de Europa donde se abordarán cuestiones clave como el papel económico y tecnológico de la región y el modelo de cohesión social en la nueva economía global, la energía, el cambio climático, los flujos migratorios, las amenazas a la seguridad y la implantación de la política exterior.

En estas circunstancias, podemos contribuir, por tanto, a una serie de transformaciones concretas y necesarias: En primer lugar, a la promoción de una política euro-latinoamericana para conseguir una nueva asociación estratégica que se base en el diálogo y la cooperación sobre intereses mutuos. En segundo lugar, a la reformulación de las cumbres Unión Europea

– América Latina y Caribe, que es en lo que está trabajando España en este momento. Por último, y, en el marco de la política exterior, a situar el papel de la cooperación al desarrollo para que sea más generosa y al mismo tiempo más eficaz y eficiente. Esta necesidad la estamos viendo estos días, después de la tragedia de Haití.

En definitiva creo que con seminarios como éste podemos contribuir al mayor y mejor conocimiento de América Latina en la Unión Europea.

Hay instrumentos para afrontar todas estas cuestiones pero, a veces, desde fuera parece que falta voluntad política. Debates como los que tendremos aquí estos días pueden contribuir a reforzar esa voluntad política y mejorar el diálogo y la cooperación entre ambas regiones.

ÁNGEL DURÁNDEZ

Vicepresidente de la Fundación Euroamérica. Presidente de Información y Control de Publicaciones (OJD), España

En primer lugar tengo el gran honor de hablar en lugar de Carlos Solchaga, que era quien tenía que estar en estos momentos aquí. No se lo van a creer, pero hace menos de veinticuatro horas recibí una llamada de la Directora General de la Fundación Euroamérica y su *manager assistant* diciendo que desafortunadamente Carlos Solchaga estaba “en el lecho del dolor” y, por lo tanto, no podía venir y si yo podía hacer algo por estar aquí. Pude reorganizar mi agenda y venir a Lisboa que, aunque sea por un ratito, siempre me gusta muchísimo; la prueba es que anoche tuvimos una cena y era maravilloso pasear por la zona del casco antiguo, por la parte alta de la ciudad.

Quisiera aprovechar esta oportunidad para presentar a la sociedad portuguesa la Fundación Euroamérica, que el año pasado cumplió diez años. Asegurarles que en estos diez años hemos sido testigos de acontecimientos interesantísimos, entre otros la constitución en los primeros años de estas dos instituciones en España que hoy nos acompañan, que son el Real Instituto Elcano y la Fundación Carolina. Estoy muy agradecido a la Fundación Luso-Espanhola, con la que la Fundación Euroamérica ha firmado un convenio y estoy además casi sobrecogido de ver el fantástico edificio y las instalaciones de la Fundación Gulbenkian. Me parece que esto es muy importante.

Déjenme decirles por qué creamos nosotros -yo fui uno de los patronos fundadores, junto con el excelentísimo Presidente Mario Soares- la Fundación Euroamérica: una vez dentro de la Unión Europea, pensamos que el nexo más normal de entendimiento entre Europa y América Latina podría ser España; principalmente porque el desarrollo económico que habíamos experimentado, que había permitido que, por primera vez, empresas españolas se convirtiesen en multinacionales con importantes inversiones en otros países, muy enfocadas hacia América Latina, hacía que pudiésemos establecer -o reforzar- el vínculo entre Europa y América Latina (por eso la llamamos Euroamérica).

Con ello perseguíamos crear esos puentes de contacto. Nosotros no nos sentíamos capacitados para crear estos puentes a través de estudios, análisis, etc., ya que, aunque la Fundación Euroamérica cuenta con la ayuda inestimable de sus patronos -quienes aportan su tiempo y su dinero en muchas ocasiones-, vivimos unos primeros años con unos serios ajustes económicos. Esto significaba que teníamos que ser extremadamente pragmáticos en lo que hiciéramos. Así que nos pusimos a tender los puentes identificando, a través de las embajadas que existían en los distintos países latinoamericanos, cuál de ellos podría tener en un momento dado -por las circunstancias que fueran, políticas económicas, electorales...- interés en que un grupo de empresarios, políticos e intelectuales de Europa pudiesen reunirse en ese país y debatir, con colegas de dicha nación, un programa que elaborábamos y que creíamos pudiera interesar a esa nación.

Inmediatamente comenzamos a organizar foros, encuentros, con un formato similar y duración de dos días. En muchas ocasiones intentamos crear incluso la necesidad de esos foros; tarea nada fácil que una fundación al principio poco conocida fuese a plantear algo que involucrase a todo un gobierno de un país en una serie de seminarios. Sin embargo en seguida nos dimos cuenta de que suscitaba mucho interés, entre otras cosas, porque a cualquier político le encanta tener la oportunidad de sentarse.

No obstante nuestro gran problema, sin ninguna duda, era encontrar la forma de financiar todo aquello (las invitaciones de personalidades ilustres de ambos lados del Atlántico que participasen en estos seminarios, lugar de celebración, etc.). Dado que los fondos de la Fundación “eran los que eran”, la única posibilidad fueron los patrocinios de empresas o instituciones que colaboraban con nosotros financieramente a que fuese una realidad esos encuentros. Sin embargo, eso conllevó una limitación: sólo podíamos organizar eventos en países en los que empresas españolas o europeas tuviesen inversiones o estuviesen interesados en invertir, lo que ha restringido nuestra presencia en determinados países en los que, desafortunadamente, con los medios de los que disponía la fundación era difícil plantearse la organización de estos encuentros.

Sin embargo la experiencia no ha podido ser más alentadora: hemos estado (y en algunos de estos países varias veces) en Argentina, México, Colombia, Perú, Chile y Brasil. A título anecdótico, comentar que en éste último ha sido muy complicada la organización debido a la enorme extensión del país y al gran número de estados que lo conforman.

Como han comentado anteriormente Rosa Conde, Gustavo Suárez Pertierra y el propio Ministro Lopes, nos hemos encontrado esa sociedad latinoamericana extremadamente polarizada y yo diría que con muy poca vocación, salvo honrosas excepciones en ciertos países, para crear vehículos con el fin de que la clase más inferior pueda acceder a niveles superiores.

Desafortunadamente, hasta que esto no vaya evolucionando no podrá haber cohesión social, lo cual provoca que esos países estén casi continuamente en situaciones más o menos críticas o en situaciones políticas con apariencia a veces de democracia pero con realidades muy contrarias a ella. La Fundación está trabajando en ese sentido, poniendo encima de la mesa estos asuntos, la globalización y, sobre todo, un tema fundamental para nosotros como es la inversión extranjera. En cierto modo, la creación de empleo y de una estructuración social en esos países iba a ser posible en gran parte gracias a ella. Obviamente, frente a eso nos hemos encontrado todo tipo de planteamientos demagógicos, populistas, nacionalistas, etc.

Antes hemos escuchado hablar al Sr. Lopes de África, ese continente olvidado. La Fundación Euroamérica -ya lo dice su nombre a lo que nos dedicamos- de momento no trabaja en África. Pero realmente sería muy importante que echemos una mirada a ese continente de cara al futuro, entre otras cosas por la proximidad que tenemos con él. Cruzar el estrecho de Gibraltar es encontrarnos con una cultura absolutamente distinta. Sin embargo, cruzar el océano Atlántico, con todas las diferencias que puedan existir, es encontrarnos como en casa.

El evento que vamos a organizar hoy y mañana me parece fundamental, como también el hecho de que estemos juntos los dos países ibéricos, porque no hay nada mejor que aunar voluntades. En estos tiempos que corren, en ciertas latitudes hay quien busca todo lo contrario, crear diferencias para encontrar esa palabra tan noble y tan tremendamente peligrosa que se llama identidad. A mi me parece muy importante que, en lugar de debatir esas cuestiones, nos pongamos a trabajar juntos; que hagamos un seminario como éste, donde veamos efectivamente cómo a través de los países ibéricos podemos ser de influencia para Europa y para Latinoamérica, sobre todo en aspectos como los que vamos a debatir aquí. El mundo tecnológico y de la innovación (I+D+i) no se puede quedar en palabras ya que desarrollar estos campos es la única forma de lograr que nuestras economías crezcan.

PEDRO LOURTIE

Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de Portugal

É um prazer participar nesta reunião em representação do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que não pode participar. Quero começar por saudar os organizadores desta iniciativa dedicada ao papel da inovação como instrumento chave das estratégias de desenvolvimento no contexto especial da actual crise económica internacional. Quero em particular saudar o envolvimento das várias Fundações dos países ibero-americanos, cuja participação é uma mais-valia inquestionável para o aprofundamento da reflexão em torno de questões centrais, como esta, para o desenvolvimento dos nossos países e também para o reforço do relacionamento entre o continente europeu e latino-americano.

Como é conhecido na XIX Cimeira Ibero-Americana, realizada no Estoril no final do ano passado, subordinada ao tema Inovação e Conhecimento foi acordado dar prioridade à Inovação no quadro das estratégias nacionais de desenvolvimento. Saiu dessa cimeira o objectivo de implementar nas nossas sociedades uma cultura de Inovação, através de políticas dirigidas a empresas, universidades, centros de investigação e à população em geral, tendo sido acordado, em especial, promover a criação de um novo programa de investigação aplicada e inovação tecnológica aberto a todos os países. Não foi obviamente por acaso que Portugal enquanto presidência pro tempore ibero-americana, escolheu Inovação e Tecnologia como tema central do seu mandato. O Governo português tem prosseguido uma política económica com enfoque prioritário na inovação como factor indispensável de competitividade e como meio instrumental para a criação de mais e melhores oportunidades de investimento e emprego.

A inovação, juntamente com o conhecimento e a tecnologia, constitui um dos eixos do plano tecnológico sobre o qual se baseia a estratégia do Governo para a promoção do desenvolvimento e o reforço da competitividade do país. E a aposta na inovação, no conhecimento e na tecnologia está a produzir resultados. A despesa total em investigação atingiu em 2009 no nosso país 1,5% do produto interno bruto e as empresas nacionais são responsáveis já por metade desse investimento. O número de investigadores aumentou para 7,2 por cada mil activos, ultrapassando pela primeira vez a média da União Europeia.

No âmbito da ciência, cabe aqui, aliás, referir a exemplar colaboração entre Portugal e Espanha na criação do Instituto Internacional Ibérico de Nanotecnologia, em Braga, recentemente inaugurado, aliás, pelos Chefes de Estado e de Governo dos dois países e onde a colaboração internacional entre Portugal e Espanha aberta a outros países permitiu criar na Península Ibérica um Laboratório que será uma referência mundial numa área das mais promissoras da investigação e da inovação. É uma experiência bem sucedida e que deverá ser repetida pelos dois países com o lançamento já projectado de um centro de investigação no âmbito das energias renováveis em Badajoz. A verdade, é que os dados estatísticos que referi, reflectem um posicionamento ao nível da inovação, da investigação e da ciência, que é preciso que se diga Portugal nunca ocupou, e que nos permitem antever por experiências análogas de outros países e mantendo-se o investimento público e empresarial, que o nosso país possa progredir de forma significativa na cadeia de criação de valor e riqueza.

A inovação não é, como todos sabem, porém, um conceito de aplicação exclusiva aos sectores científico e empresarial, razão pela qual as políticas devem ser dirigidas também aos cidadãos e à administração pública em geral, seja através de ulsionar o empreendedorismo,

através de iniciativas para a disseminação de uma cultura de iniciativa, inovação e risco dos cidadãos, seja na modernização do Estado com vista à simplificação da vida dos cidadãos, das empresas e à criação de um ambiente que favoreça o dinamismo económico e a coesão social. E, neste contexto gostaria de destacar a inclusão digital, como instrumento indispensável não só por uma igualdade de oportunidades mas também ao permitir alargar a base do potencial inovador de cada país.

Foi com esse objectivo que o Governo decidiu tomar medidas destinadas a garantir a cobertura de banda larga em todo o território nacional, a disseminação de computadores por alunos, professores, trabalhadores em requalificação e ainda a formação da população activa no uso das tecnologias de informação e comunicação. Foi, obviamente, aliás com satisfação que vimos num estudo ainda ontem divulgado da Fiber to the Home Council que Portugal é o país que mais cresceu em acesso à fibra óptica até à casa do utilizador e que passou a figurar entre os países líderes a nível europeu, nesse domínio.

Outro campo onde a inovação tem um papel fundamental e onde Portugal se tem vindo a posicionar como líder é o relativo à chamada “Revolução Energética - Rumo à Economia Livre de Carbono”. O desafio ligado ao aquecimento global e à criação de um novo paradigma económico representa uma oportunidade que Portugal tem vindo a aproveitar para apostar na eficiência energética, na promoção das energias renováveis visando a melhoria da autonomia energética, o desenvolvimento de novas indústrias, a criação de novos empregos e a melhoria da qualidade de vida das populações. O sector energético é, aliás, exemplo concreto de como problemas podem ser transformados em oportunidades através de políticas que apostam na inovação. Portugal no rumo energético parte de dois problemas, um global, das alterações climáticas, o outro nacional, o da dependência energética e está hoje a transformar esses problemas em oportunidade, sendo já hoje em dia um dos líderes nas energias renováveis e pilar da introdução de uma rede de abastecimento de veículos eléctricos, um sector chave numa estratégia económica sustentável na Europa. É também no actual contexto de crise aliada aos desafios climáticos, energéticos e demográficos que a União Europeia, a Europa, é chamada agora a estabelecer a sua estratégia de desenvolvimento para a próxima década.

Passados dez anos sobre a adopção da estratégia de Lisboa, é a altura de fazer um balanço que possibilite, por um lado, a continuidade dos progressos registados e permita, obviamente, a correcção dos aspectos onde se verificaram debilidades. A estratégia de Lisboa constituiu em si mesma um sinal de modernidade no contexto da União Europeia. Independente da maior ou menor ambição, de maior ou menor sucesso, o facto de todos os estados membros terem acordado numa estratégia concertada para o seu desenvolvimento, numa

perspectiva de posicionamento mundial foi um passo importante para a coesão interna do espaço europeu. Encontramo-nos presentemente, como eu disse, a debater a futura estratégia “EU 2020”, como é chamada, estratégia da União Europeia para a próxima década, tendo recentemente terminado o processo de consulta pública lançado pela Comissão Europeia.

Nas prioridades da nova estratégia é inquestionável a aposta na promoção da economia sustentável e verde nas suas dimensões económica, social e ambiental baseada numa lógica de produção de baixo carbono que promova o emprego qualificado. Mas um dos aspectos essenciais da futura estratégia é também a sua dimensão externa. As hipóteses de sucesso para a estratégia serão limitadas se não for assegurada a coerência interna das políticas com as suas repercussões externas, ou seja, se não for reconhecida a importância que as políticas internas têm no posicionamento da União face a países terceiros. A dimensão externa diz, por isso, respeito ao papel central, obviamente, do comércio internacional, estímulo indispensável à procura de competitividade, criando condições para que seja livre e justo, garantindo desse modo benefícios recíprocos.

Mas, a dimensão externa da estratégia EU 2020 diz também respeito à capacidade da União em se constituir como um referencial global para a saída articulada e sustentada da actual crise mundial, saída numa perspectiva de desenvolvimento de longo prazo e adaptada aos desafios do novo quadro económico internacional. Minhas Senhoras e meus Senhores, nós vivemos ainda actualmente aquela que é, todos os sabemos, a maior crise económica internacional dos últimos oitenta anos. É hoje relativamente consensual que os fortes estímulos financeiros e económicos dos governos, evitaram uma depressão económica de proporções muito maiores, o que nos permite estar hoje, apesar de tudo, a debater a estratégia de saída da crise. Mas, por muito que o debate se mantenha centrado, e compreensivelmente, é preciso dizê-lo, na situação financeira global e no desequilíbrios financeiros de certos países, a verdade é que a única saída sustentável da crise tem de passar também forçosamente pelo papel desempenhado pela inovação e pela tecnologia na dinamização das economias, na abertura de mercados e na competitividade das nossas economias.

A inovação e a tecnologia desempenham um papel instrumental no desenvolvimento que pretendemos para os nossos países mas, tal como acontece com outros problemas globais, grande parte da solução para a crise depende da capacidade e da vontade dos governos nacionais de encontrarem formas de actuarem colectivamente, não só nos quadros dos respectivos espaços de integração económica regional, mas também na promoção do relacionamento entre os diversos blocos regionais. Há 25 anos que Portugal e Espanha têm sabido promover o relacionamento entre a União Europeia e países e regiões com os quais têm laços históricos e culturais. A América Latina é seguramente uma dessas regiões.

Por isso não surpreende que tal como a presidência portuguesa em 2007 da União

Europeia, também a actual presidência espanhola do Conselho da União Europeia, lhe atribua uma especial prioridade. Mas, na realidade, para além dos motivos históricos ou sentimentais, há outras razões para essa especial atenção à América Latina. A América Latina teve um desempenho económico notável na última década, progrediu de forma assinalável na redução de pobreza, com menos 20 milhões de pessoas a viverem abaixo daquele limiar, na região, em comparação com o ano de 1990. Além disso, o facto de três países latino-americanos, o Brasil, o México e a Argentina fazerem parte do G20, realça a importância da região e a necessidade de maior coordenação política e económica, não apenas entre os países que formam o continente, mas também entre a América Latina e a Europa. Estou certo, por isso que os trabalhos que decorrerão nestes dois dias contribuirão de forma activa para dar continuidade necessária às conclusões da Cimeira de Dezembro Ibero-Americana, mas também para antecipar aspectos centrais para a preparação da Cimeira União Europeia - América Latina e Caraíbas no próximo mês de Maio.

Conferência de Inauguração: Europa e América Latina, uma relação privilegiada



Mário Soares

Convidado de Honra:

Mário Soares

ex Presidente da República. Membro do Patronato da Fundación Euroamérica

Apresentado por:

Ernâni Rodrigues Lopes

Presidente da Fundação Luso-Espanhola

ERNÂNI RODRIGUES LOPES

Presidente da Fundação Luso-Espanhola; ex-Ministro do Governo das Finanças e do Plano. Portugal

Minhas Senhoras e meus Senhores, vamos dar início à conferência de fundo de toda a reunião. E eu creio que dizer conferência de fundo aqui tem um significado reforçado. Quando se diz conferência de fundo, significa qualquer coisa de especial, quando se diz de fundo, neste caso, tem um peso dobrado. É de fundo, certamente, pelo tema, por isso mesmo ela aqui está. Sobretudo é de fundo pelo orador.

O orador é Mário Soares e eu devo dizer-vos que há aqui um sentimento um pouco estranho, que eu tenho: primeiro, era o que faltava estar a apresentar o Dr. Mário Soares, é o chamado exercício idiota, no mínimo, é o non sensu puro. Por outro lado é um enorme prazer que eu tenho. Eu acabei de dizer ao Dr. Mário Soares que fiz questão que quem apresentava Mário Soares era eu. E, portanto, há aqui este misto: não há nada que apresentar, mas eu quero apresentá-lo. Certamente reparam que estamos aqui as duas Fundações que tomaram a iniciativa, a Luso-Espanhola e a Euroamérica e o orador.

Como todos sabem, as apresentações, em geral, são panegíricos por parte de pessoas afins, um e outro são afins, de pessoas dependentes - há quem faça carreira a fazer apresentações de outros; de pessoas interessadas - há quem precise, como diz o povo, de fazer pela vida; ou simplesmente de pessoas exibicionistas - também há, e que vivem da comunicação social, são uns desgraçados, mas paciência. Em geral, as apresentações são feitas por estes grupos. Hoje e aqui não é nada disso. Mário Soares, pela sua vida, justifica e merece muito mais do que um simples panegírico formal. Eu creio que seria uma ofensa.

E por isso limitar-me-ei a explicitar, de alguma forma pensando em conjunto convosco, com todos e com cada um, limitar-me-ei a explicitar quatro pontos de referência na relação

pessoal entre o apresentado e o apresentador. O primeiro: não somos da mesma família doutrinal, mas temos múltiplos e fortes pontos de sobreposição. Dentre eles, ressalto dois: uma leitura humanista do processo histórico e um inequívoco sentimento patriótico para com Portugal. Àqueles presentes que são meus amigos e alguns, coitados, que me conhecem há quase quarenta, cinquenta anos, eu não resisto a dizer-vos que quando o Dr. Mário Soares teve a ideia de – o que é que se há-de fazer – de me convidar para ser Ministro dele, eu expliquei à minha mulher (que está aqui): eu acredito que “ele” tem a noção de servir Portugal. Caso contrário, devo dizer-vos, não teria aceite, tinha muito mais que fazer. Não estou arrependido, não sei se ele está se não, mas eu não estou.

O segundo ponto de referência é que eu não pertenço ao seu círculo directo de amigos pessoais e/ou políticos, mas tenho apreço e consideração pessoal e de cidadania, pela figura de Mário Soares. E, creio que aqui, é preciso não esquecer porque já passaram bastantes anos, não esquecer, o que Portugal deve a Mário Soares. É uma questão, já não digo de outra coisa, é uma questão de senso comum e de um mínimo equilíbrio de justiça. Devo dizer-vos que olhando para os últimos trinta anos, trinta e cinco, quarenta anos, em bom rigor, na segunda metade do século XX, grandes figuras de estadista em Portugal, na segunda metade, no pós-guerra 45, parece-me que só há três: Oliveira Salazar, Álvaro Cunhal, Mário Soares. Não se trata de gostar ou não gostar, não se trata de linha política A, B, C, F, J, Z. Não, isso são pormenores históricos. A única coisa que nós sabemos da vida dos homens, é que tudo o que começa, acaba. Por exemplo, os governos e os regimes. A única certeza que se tem quando começa é que acabará, não se sabe é quando. E postas as coisas na perspectiva real, e para lá do imediatismo dos sentimentos de identidade e comunhão mais ou menos claro, são as grandes figuras da segunda metade do século XX, o que é particularmente importante. Com o “à vontade”, Sr. Dr., que o século já acabou. Já não há século XX na nossa vida.

A terceira nota de carácter reflexivo que vos queria pôr é: eu não conheço pormenorizadamente a totalidade do seu percurso em funções políticas. Mas, conheço julgo que razoavelmente bem, um dos troços difíceis da sua vida pública. Foi aquele em que estivemos juntos e devo dizer-vos, não é nada de novo, embora me lembre de o ter dito em público várias vezes: jamais eu poderia ter feito a política que fiz e que julgo que era a política necessária, sem o apoio firme, permanente, do Primeiro-Ministro. Uma vez não estivemos de acordo mas foi três dias antes de o Governo acabar (risos), está nos jornais, é aquela história da gasolina e do pão e tal, mas é o contra-exemplo. E é isto que é bom saber-se: a política que Portugal seguiu e bem, e bem, era impossível sem a posição segura, firme, do Primeiro-Ministro. Por isso, não conheço a carreira toda nem lá perto, mas conheço esta e depois a parte da Presidência e, bom, isso já é mais fácil.

O quarto ponto é o facto de que é conhecido de todos o interesse de Mário Soares pelas grandes questões internacionais. E, esse é um aspecto em que nós convergimos ou, se quisermos, comungamos. Mas temos grelhas de leitura diferenciadas de um modo natural. O interesse está lá. É comum, mas a grelha de entrada na realidade é bastante diferente. A grelha de um é mais aspiracional e idealista. A de outro é mais crua e supostamente realista. Eu deixo à vossa imaginação a identificação dos sujeitos. Só que, a esta diferenciação haverá que acrescentar duas precisões: as aspirações e o idealismo de um deram origem a décadas de acção política concreta e real, não foi meramente fazer seminários, meramente dar aulas, meramente fazer conferências. Não. Foi acção concreta, real, no duro do dia-a-dia da vida política dos povos. E a crueza e o realismo do outro não passam de algoritmos racionais ao serviço de uma ideia, afinal comum, de humanismo e cidadania. Ou seja, as duas grelhas de leitura, parece-me que ambas fazem sentido. E, quase me atrevo a pensar, que ambas acabam por convergir.

E é isto, Sr. Dr- que eu queria dizer, porque honestamente pensei nisto anteontem (risos) e acabei de escrever isto ontem à noite mas, apeteceu-me e, para tudo dizer numa palavra, gostei muito de escrever o que acabei de vos apresentar. Já perceberam o prazer com que eu apresento o orador de hoje: Mário Soares

MÁRIO SOARES

Ex-Presidente da República. Membro do Patronato da Fundación Euroamérica

Sr. Dr. Ernâni Lopes, meu Caro Amigo, tenho que agradecer naturalmente as suas palavras amáveis e o seu testemunho mas, não vou entrar por aí, por esse facto porque nos desviaríamos do tema que estamos aqui todos a tratar. De qualquer maneira, agradeço muito as suas palavras generosas que me dirigiu. Sabe que eu tive e tenho por si, também, uma grande consideração e respeito e que naquele período em que estivemos juntos num Governo muito difícil, realmente, foi possível realizar uma política económica que era muito dura, que era praticamente impossível se não houvesse visão, quer do Ministro das Finanças, quer do Presidente do Conselho ou do Primeiro-Ministro, se não houvesse a ideia ou a visão do futuro e que era preciso incorrer em muita impopularidade para podermos salvar o país. Porque fizemos aquilo que poderia ser considerado por um chefe político que quisesse, que visse só o dia de amanhã, um verdadeiro suicídio político. (Dr. Ernâni Lopes: Graças a Deus!). Foi isso que fizemos, fizemos isso. Ele diz graças a deus, eu não posso insistir nessa palavra (Dr. Ernâni Lopes: é o ponto um) é o ponto um, no qual eu não acredito, como é sabido.

Mas entrando na questão, também quero explicar que não vou fazer um discurso de

fundo, como foi dito, não é disso que, não foi para isso que eu fui convidado, mas apenas para afazer algumas reflexões simples acerca dos problemas que aqui nos trazem hoje, que é por um lado a União Europeia, a crise global em que a União Europeia está, as relações entre a União Europeia e Portugal e Espanha, o interesse que há em fazer com que as nossas políticas comuns, entre Portugal e Espanha, possam convergir o mais possível, em muitos sectores, mas um deles e talvez um dos mais importantes é, justamente, termos uma posição convergente e levarmos a Europa a fazer o mesmo caminho com a Ibero – América, porque a Ibero – América é realmente um grande continente. E é um continente do ocidente e, no momento em que se põe perante o mundo inteiro e com as mudanças que têm havido aceleradamente, a questão de se o ocidente entra ou não entra em decadência é absolutamente necessário que os Estados Unidos de Obama e que, faço essa distinção, os Estados Unidos de Obama, e que a União Europeia no seu conjunto, e não este ou aquele país da União Europeia, e nós podemos ter um papel, nós, Espanha e Portugal, podemos ter um papel muito importante nisso, estejam de acordo com a Ibero – América, porque todos somos ocidente e não há mais ocidente para além de nós. Esta é que é a verdade.

Bem, vou, então, entrar nessa pequena reflexão só para vos deixar alguns tópicos. Quero dizer que é para mim uma grande honra e um prazer participar neste encontro. Sr. Presidente da sessão, Sr. Presidente da Fundação Euroamérica, estando aqui nesta Conferência, neste encontro Conferência de Lisboa na prestigiada Fundação Gulbenkian, tenho pena naturalmente que o Rui Vilar não esteja presente, de quem sou velho amigo, também, para reflectirmos entre as duas cimeiras, a de Lisboa, que já passou, e a de Madrid, que se realizará em Maio próximo, e é interessante que essas duas cimeiras sejam uma em Lisboa e a outra em Madrid, tenham sido uma a de Lisboa e a de Madrid, sob o aprofundamento das relações ibero-americanas em todos os domínios.

Há pouco mais de vinte anos, Portugal e Espanha subscreveram no mesmo dia em Lisboa e em Madrid, os Tratados de Adesão à CEE, hoje, União Europeia. Esse acto, essencialmente político, porque não foi um acto especialmente económico, foi um acto essencialmente político, pelo menos do meu ponto de vista, um acto essencialmente político que resultou, em primeiro lugar da Revolução dos Cravos e da transição democrática em Espanha, sem eles não teria sido possível nunca termos entrado na União Europeia visto que puseram fim a duas longas ditaduras que oprimiram antes e depois do post guerra os dois estados peninsulares e tanto influenciaram depois as transições democráticas que ocorreram também na América Latina nos anos 80 e 90.

Espanha e Portugal, para mais com dois governos socialistas, o primeiro dirigido pelo meu querido amigo Felipe González, desde esse dia já distante de 1985, tornaram-se membros

de pleno direito da CEE e modificaram completamente as suas relações entre si, Espanha e Portugal, antes sempre dominadas por desconfianças que tinham a sua razão de ser, e passaram a ter um relacionamento fraterno, como bons vizinhos e irmãos na Ibéria, parceiros leais e convergentes na CEE, depois União Europeia, e ambos vitalmente interessados, por razões de interesse de cada um dos Estados e Nações, num bom relacionamento com a Ibero – América, em virtude das raízes históricas que aí deixaram e das duas línguas aí faladas, aliás, com a mesma origem latina e compreensíveis entre si, como se está a ver.

Eu estou a falar em português para um público, maioritariamente, suponho, espanhol, mas que me está a compreender e há pouco falou em espanhol e eu compreendi-o perfeitamente, portanto, isto é qualquer coisa que é uma facilidade para nós ambos, porque faz o todo que fala o espanhol e o português, que são muitos milhões e que representam um grande peso no mundo inteiro. A iniciativa para este tipo de relacionamento aprofundado entre a América Latina e Portugal e Espanha veio do México, diga-se, foram eles que tiveram a primeira vez a ideia, mas tem continuado até agora ininterruptamente, a última Cimeira realizou-se no Estoril, como vimos, e foi a XIX.

A XX terá lugar ainda no presente ano, em Maio, em Madrid. Este encontro em que agora estamos aqui a participar, se bem compreendi a intenção das Fundações que o organizaram, constitui um esforço da sociedade civil para desenvolver o nosso mútuo relacionamento, tão importante para os dois lados do Atlântico, em que se fala espanhol e português, línguas irmãs. Contudo, tem uma dimensão que não deve ser esquecida, a da União Europeia, à qual os dois estados peninsulares pertencem e na qual devem defender – é uma ideia chave para mim – devem defender de forma convergente os interesses que nos ligam à Ibero – América e não só, seguramente, à Ibero – América, porque há mais sítios onde isso pode vir a acontecer e acontece. Note-se que, nestes últimos vinte anos, o mundo mudou aceleradamente. Mas não só o mundo, a nossa casa comum, como lhe chamou Gorbachev. O ocidente, o relacionamento atlântico, os Estados Unidos, a União Europeia e a própria Ibero – América, temos que ter isso em conta senão, não percebemos nada do terreno que podemos vir a pisar.

Daí que, para pensarmos o nosso próprio futuro, o relacionamento da Península Ibérica com a Ibero – América, temos que ter em conta todas essas aceleradas mudanças. Falarmos de inovação, de conhecimento, de desenvolvimento o Sr. Secretário de Estado fez isso há pouco muito bem, é obviamente, excelente, é necessário, temos que o fazer, com imaginação, rigor e uma visão de conjunto mas, em que quadro económico-social? Não podemos abstrair desta pergunta: em que quadro económico-social? E tendo ponderadamente presente que o mundo deixou de ser orientado apenas por uma hiperpotência e voltou a ser multilateral,

com o avento irrecusável de países emergentes, entre os quais o Brasil, e que o capitalismo financeiro especulativo nos conduziu a uma crise financeira e económica global que nos afecta a todos mais ou menos, europeus, ibero-americanos, norte-americanos, chineses, asiáticos, islâmicos, africanos, todo o mundo.

A União Europeia está a viver uma crise que foi, em grande parte, importada dos Estados Unidos e começou por ser financeira e passou depois a ser da economia real, depois social, política, cultural e, tal vez mesmo, civilizacional. Esta crise comunicou-se ao mundo inteiro, em maior ou menor escala. Estamos nela, ainda não saímos dela. Ora, ao contrário do que muitos julgam e dizem, julgo que a crise não foi ainda vencida. Não sou economista, ele sabe, ele sabe (referindo-se ao Prof. Ernâni Lopes), não sou economista, reconheço perfeitamente, tenho mau conhecimento e má preparação para poder lidar à vontade com as questões financeiras, também é outra constatação, mas tenho talvez uma certa intuição, para detectar a realidade político-económica e social que me levou a denunciar a crise global largos meses antes de ela se ter manifestado à luz do dia., com a falência de Lehman Brothers e outros, claro, e outras falências. Publiquei alguns livros, modestos, e muitos artigos, igualmente modestos, que aí estão e que comprovarão que foi assim. A crise está aí, nomeadamente na União Europeia. Mas, os paraísos fiscais, os ordenados e prémios milionários dos gestores, as grandes negociatas especulativas continuam, intocáveis e impunes. Esta é outra verdade.

Alguns pensam que basta mudar alguma coisa, muito pouco, superficialmente, as aparências, para que tudo fique na mesma, que é o essencial para eles. Ora, eu penso que não é assim. Sem mudarmos o paradigma, tudo continuará na mesma, com tendência a piorar. Temos, pois, de lutar coerentemente por um desenvolvimento sustentável, com dimensão social e ambiental, lutar contra o desemprego para o diminuir drasticamente, lutar contra a pobreza, se quisermos ser capazes, a sério, de vencer a crise. E, se o não fizermos com coragem e sentido ético, tudo se agravará. Não tenho qualquer dúvida a esse respeito e quero dizê-lo aqui honestamente. Nesse aspecto, a coesão social é importantíssima.

Ora, os governos que temos na Europa, pelo que dizem e pelas políticas que executam os seus dirigentes, parecem ainda não ter compreendido isso ou não querer compreender isso. Podia dizer que nas reuniões em que se encontram, normalmente assobiam para o lado em relação a estes problemas e falam doutra coisa mais interessante e mais fácil. Reconheçamos que a União Europeia tem estado bastante paralisada. Não tem sido capaz de resolver o seu problema político--institucional que se arrasta, apesar da ratificação do Tratado de Lisboa que foi um passo, mas só um passo, e nem sequer respondeu até agora à crise com uma estratégia concertada e de conjunto entre todos os estados europeus para a vencer. Tem sido para cada estado o “salve-se quem puder”, o contrário dos ideais europeus da igualdade e

solidariedade entre todos os estados membros, que foram os dos pais fundadores da Europa, e foi por isso que a Europa avançou.

Sendo assim, estando a Ibero – América também em acelerada evolução, porque está, com alguns problemas internos sérios em vários estados ibero - americanos, já foram aqui referidos rapidamente, é difícil prever como vão evoluir as relações da União Europeia com a Ibero – América, tanto mais que estas dependem, em parte, das reacções do grande vizinho do norte, claramente também em mudança, mas essa mudança ainda bastante ambíguas, embora compreensíveis, quando o Presidente Obama completa um ano do seu mandato. Caiu-lhe o peso do mundo em cima e é natural que ele não possa fazer tudo ao mesmo tempo, temos que compreender isso.

Espanha e Portugal têm boas razões para poder delinear uma política convergente. Não temos entre nós dificuldade em o fazer. Essa política, relativamente à Ibero – América, apesar da complexidade da Ibero-América das diferenças tão marcantes entre os países que compõem a Ibero – América, do Brasil ao México, da Venezuela à Colômbia, do Equador ao Peru e à Bolívia, da Argentina ao Chile, para não falar da América Central, das Caraíbas e da excepção paradigmática mas importantíssima de Cuba, atrevo-me a dizer que Espanha e Portugal deveriam tudo fazer para convencer os seus parceiros europeus da importância global da América Latina como um subcontinente de grande futuro, enorme futuro, que interessa vitalmente à Europa.

Com efeito, olhando objectivamente para a Ibero-América, a União Europeia não pode deixar de reconhecer a incontroversa utilidade para o ocidente no seu conjunto que têm os países ibero – americanos. Portugal, como todos sabem, tem um relacionamento privilegiado com o Brasil, o grande colosso sul-americano finalmente surgiu como uma grande potência emergente – agora já não é de futuro, é presente – no nosso século, não só por falarmos a mesma língua, o que é muito importante, quando outros países africanos também, do outro lado do Atlântico – relativamente ao Brasil – são igualmente lusófonos e têm importantes posições geoestratégicas e recursos consideráveis, naturais e humanos, como Angola, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Digo em função de Portugal e em função do Brasil. Mas também porque o processo de independência do Brasil - é outro ponto importante – não foi traumático, visto ter sido feito, o que foi uma grande originalidade, diga-se, por um Príncipe português, D. Pedro IV, que se transformou sem efusão de sangue, no Primeiro Imperador do Brasil, caso único em toda a Ibero – América. E isso deixou-nos especiais laços. (Prof. Hernâni Lopes – e a seguir, Rei de Portugal). E a seguir, não chegou a ser mas, enfim, bateu-se pelo liberalismo em Portugal e pela sua filha (Dr. Ernâni Lopes – pois).

Mas, não há dúvida, a respeito deste ponto é que aqui há dois meses ou três meses,

reuniu-se aqui uma Conferência de Ministros da Cultura dos países latino-americanos, e estavam a discutir o problema das independências e estavam a dizer: “mas como é que é isto, nós estamos todos aqui a falar da independência, a lutar contra os espanhóis e vocês estão a falar da independência e a falar do vosso rei, como é que é isto?” Bem, foi essa circunstância histórica, que aliás foi mal vista pelos historiadores do século XIX portugueses, como por exemplo Oliveira Martins e outros, que pensaram que o D. João VI tinha feito um grande disparate em ir para o Brasil, que tinha sido uma traição, mas a verdade é que o Fernando VII ficou em Espanha e foi preso pelos exércitos de Napoleão. Era o que lhe teria acontecido. Ele foi para o Brasil, levou tudo para o Brasil, a corte e tudo o que havia de valioso em Portugal, incluindo a Biblioteca Nacional (Prof. Hernâni Lopes: a Escola Naval), e etc., e depois disso a verdade é que conseguiu a unidade do Brasil, aquele imenso colosso e depois deixou lá o filho para se tornar, ele próprio, Imperador do Brasil. É qualquer coisa, realmente de importante.

É óbvio que, para além disso, a Espanha tem que ter e deve ter excelentes relações com o Brasil, nos gostaremos imenso que assim aconteça, porque essa rivalidade luso-espanhola, que eu ainda encontrei no Ministério dos Negócios Estrangeiros quando lá estive, logo a seguir à Revolução, que se dizia: “Não podemos, Brasil, mas no Brasil os espanhóis não podem entrar, é a concorrência”, qual concorrência? É exactamente o contrário, não há concorrência nenhuma, nós somos irmãos, temos que entrar todos em toda a parte. A Espanha tem que entrar no Brasil e nós estamos também e temos que entrar na América que fala espanhol. Isso é indiscutível. Temos o dever, de resto, de aprofundar e desenvolver todos os domínios, políticos, económicos, culturais, científicos e tecnológicos e nem sempre o temos feito nas nossas relações com a América Latina. Mas sempre numa perspectiva que não deixe de implicar a União Europeia à qual pertencemos, isso também é fundamental, porque não podemos querer ser nós só a falar da América, a falar ou a ter ligações muito especiais, quando outros países como a Inglaterra, a França, a Itália, entre outros, têm também essas relações e é justo que as tenham e é óptimo que as tenham.

A recente Cimeira do Estoril, não podendo dizer-se que correu mal, o que não correu, formalmente, não resultou talvez tão bem, já aqui foi dito isso há pouco, quanto desejaríamos. Em primeiro lugar porque faltaram pela primeira vez uma boa mão cheia de Chefes de Estado e de Governo latino-americanos e depois porque nos deixámos enredar, como foi dito, sobre a crise das Honduras, levando o Presidente Lula da Silva a dizer enfadado que não estava ali para discutir as Honduras e que, cito de cor: “um golpe de Estado militar é sempre um golpe de Estado militar”. E ele tem razão, sabia perfeitamente do que fala. Sabe-se sempre quando começa, nunca se sabe quando acaba.

Sucede que a Ibero-América, desde o fim da II Grande Guerra, de sucessivas intervenções directas ou indirectas do grande vizinho do norte – teve várias e graves – intervenções que não foram esquecidas para os que as sofreram e, que em alguma medida, subsistem. As populações latino-americanas – é verdade – desconfiam dos gringos. Sucede-se que, durante os mandatos de Jorge Bush, os norte-americanos, empenhados nas guerras com o Afeganistão e com o Iraque e na guerra contra o terrorismo que nunca compreenderam bem o que seja nem como se deve combater, foram obrigados a desinteressar-se do subcontinente americano – isso é que é verdade. Foi uma ocasião perdida para a União Europeia que, com alguma habilidade poderia ter ocupado o lugar deixado vazio pelos Estados Unidos, embora com um comportamento que deveria ser totalmente diferente. A União Europeia, apesar de solicitada, esteve nesse período ensimesmada e concentrada nos seus próprios problemas internos e deixou escapar esta oportunidade.

Veio Obama, estendeu a mão a Cuba, e declarou querer mudar a política até então seguida. Quer fazer uma política de igualdade com os países ibero-americanos - o que seria a primeira vez que aconteceria e uma boa coisa. Mas, passou um ano e, até agora, nada mudou de essencial. A 6ª Esquadra voltou a fazer exercícios em águas no Atlântico Sul e nas Caraíbas – o que não foi especialmente interessante para ninguém – nessas águas próximas quer do Brasil, quer da Venezuela, que não ficaram nada satisfeitos. E, quanto à mão estendida em relação a Cuba, nada se concretizou. Contudo, Cuba está a sofrer o reflexo da crise mundial e encontra-se, neste momento, numa situação trágica. Seria um grande gesto dos Estados Unidos se acabassem unilateralmente com o bloqueio a Cuba, que não aproveita a ninguém, e tudo complica, se não se acabar com esse bloqueio. Mas, Barack Obama, até agora, não o fez ou não o pode fazer. Temos que reconhecer que um Chefe de Estado com aquela formação e com aquele talento, mas ao mesmo tempo com as dificuldades internas que existem na América, não pode fazer tudo aquilo que deseja num certo momento, temos que compreender isso.

Por outro lado, a questão das Honduras, onde os Estados Unidos se portaram bem pela primeira vez, porque condenaram o golpe, continua sem solução. Ora, foi um golpe militar contra um governo democraticamente eleito.

Por outro lado, alguns países governados mais à esquerda, em vez de se aproximarem do Brasil e vice-versa, e o Brasil deles, estão a radicalizar-se, o que pode ser preocupante, como a Venezuela, o Equador, a Nicarágua, o Paraguai e a Bolívia. E há reacções de sentido contrário, completamente contrário, na Colômbia, no Peru, na Argentina e, provavelmente agora no Chile, com grande surpresa para todos nós. Uma situação que se está a tornar, portanto, na América Latina, muito complicada.

A União Europeia, se houvesse uma pressão conjugada de Portugal e Espanha nesse

sentido, tinha neste ambiente de crise mundial, um óptimo momento para se aproximar mais da Ibero - América em plena igualdade e com vantagem para ambas as partes. Este é o meu ponto de vista. Sem excluir, obviamente, os Estados Unidos, porque com Obama os Estados Unidos são muito diferentes, diametralmente diferentes do que foram com Bush, porque o Ocidente é um só, que pode entrar em decadência, se não se dispuser a vencer a crise, para o que são necessárias novas políticas, repito. O mundo está realmente muito complexo e perigoso, temos que o reconhecer. Todos o sentimos e sabemos. Mas, a maior parte dos responsáveis encolhe os ombros, e isto para mim é particularmente doloroso da parte dos países europeus, da União Europeia. Não actua. Ora, as dificuldades não se resolvem por si sós e o deixar andar é sempre a pior das políticas. Sucedem--se muitos diagnósticos, alguns extremamente pessimistas - em Portugal, então, isso tem sido muito claro – mas ninguém apresenta soluções que possam merecer consensos convergentes e alargados.

Portugal e Espanha têm um passado histórico-cultural de que legitimamente nos devem orgulhar. É nisso que nós nos parecemos, estamos de acordo. É porque, realmente eu tenho e sempre tive uma visão patriótica do mundo. Se não fosse assim, eu não teria lutado quase sozinho e sem nenhuns apoios durante 32 anos contra a ditadura, como lutei. É porque estava convencido de que aquilo era mau para o país. Acresce que ambos os Governos, com as dificuldades que ambos têm, estou a referir-me aos Governos de Portugal e Espanha, e ambos que se reclamam do socialismo democrático, têm que convencer a Europa que foi o socialismo democrático e a democracia cristã que deram 30 anos gloriosos de progresso à Europa. É preciso pensar nisto e voltar a estes pontos. Por que, portanto, era útil que os dois Governos, de Portugal e Espanha pudessem falar de política, não só dos interesses imediatos, com uma visão de um certo médio ou longo prazo.

E alertarem a União Europeia, para que desperte do seu marasmo burocrático e para que não perca mais uma oportunidade e para que se lembrem que os grandes valores da igualdade entre os estados membros e da solidariedade foram-nos ensinados pelos pais fundadores e devemos segui-los. Porque é que não debatem entre os 25 parceiros, incluindo os que se consideraram a eles próprios grandes, um plano concertado e único de ataque à crise? Esta é uma pergunta que vos deixo. Veja-se o que se passou recentemente com esta desgraça imensa que ocorreu no Haiti em que os auxílios humanitários foram imediatos, mas houve depois uma sobreposição ou tem havido de divergências do protagonismo nos auxílios entre a França e a América, completamente deslocada e inconveniente e com a aparente ausência da ONU e com ausência completa da União Europeia. Como é que é isto? Como é que isto é possível?

É preciso, reconheçamo-lo, que sem uma política coerente e concertada, europeia, de todos os países europeus, de ataque à crise e às debilidades do capitalismo especulativo,

XIX Cimeira Iberoamericana do Estoril e VI Cimeira União Europeia–América Latina e Caribe de Madrid: Balanço e perspectivas da Presidência espanhola da UE



Carlos Zorrinho, António Martins da Cruz y Carlos Carnero

Apresentador:

António Martins da Cruz

Embaixador, Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Portugal

Oradores:

Carlos Zorrinho

Secretário de Estado da Energia e da Inovação, Portugal

Carlos Carnero

Embaixador em Missão Especial para Projectos de Integração Europeia, Espanha

APRESENTADOR

ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ

Embaixador, Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros. Portugal

Se me dão licença, eu acho que para não atrasarmos muito os nossos trabalhos, íamos começar esta primeira sessão de trabalho sobre a I+D+i e as aproximações entre a cimeira Ibero-Americana do Estoril e a Cimeira União Europeia - América Latina de Madrid em Maio próximo.

Eu, permitam-me só começar com uma experiência pessoal, depois de termos ouvido aqui alguns testemunhos, também gostava de transmitir uma experiência pessoal. Mas, em primeiro lugar agradecer à Fundação Luso-Espanhola, à Fundação Euroamérica e às outras que estão connosco hoje na organização deste Encontro de Lisboa. Eu lembro-me há dezanove anos, em 1991, quando cheguei a Guadalajara, eu era nessa altura assessor diplomático do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, hoje Presidente da República, como sabem os nossos amigos espanhóis que estão connosco, e devo-lhes confessar que quando chegámos a Guadalajara em 1991 para a I Cimeira Ibero-Americana, que nós não sabíamos bem ao que íamos. Porquê? Porque aquele não era o espaço internacional de Portugal. Há vinte anos, Portugal privilegiava o Brasil e, em certa medida, a Venezuela, atendendo à larga comunidade portuguesa que ali vivia. E ainda hoje há cerca de 350.000 portugueses e luso-portugueses na Venezuela.

Por outro lado, ainda não estava consolidada a nossa presença na Europa. Só no ano seguinte, em 92 é que Portugal teve a primeira presidência. E a nossa prioridade em dinamizar círculos regionais de influência externa, era a lusofonia. E nessa altura ainda não havia a CPLP. Se estão lembrados, a 1ª Cimeira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa só se realizou em 1996. Isto significa que Portugal neste 1º Encontro Ibero-Americano estava um pouco como o Brasil, que também não, como dizem em Espanha, não se “ubicava” naquela reunião. Mas não queríamos, por outro lado, e isto tem a ver com as prioridades da política externa, nós não queríamos deixar toda a margem de manobra à Espanha, ao México e à

Argentina, que foram os três países que conceberam esta I Cimeira Ibero-Americana.

E, para além disso, e é curioso, digo, tivemos aqui, felizmente, com toda a sua lucidez o Dr. Mário Soares, em 1991, pela primeira vez foram convidados para uma Cimeira o Primeiro-ministro e o Presidente da República e isso punha em 91, na I Cimeira Ibero-Americana de Guadalajara, punha ao Governo um problema político e até de prática constitucional, porque às Cimeiras da União Europeia, aos Conselhos Europeus, às Cimeiras da Nato, às Cimeiras da UECE, às Cimeiras com a Espanha, com o Brasil, etc., só ia e só vai o Primeiro-ministro. E, pela primeira vez, estávamos confrontados com uma situação em que a Espanha estava representada pelo Rei e por Felipe González, que era o Presidente do Governo espanhol e os convites a Portugal foram feitos replicando e, devo confessar que isso causou alguma perturbação no delinear, até, da participação portuguesa nessa Cimeira.

Vinte anos depois de Guadalajara, e permitam-me que acrescente modestamente, alguma da minha experiência pessoal ao pano de fundo político que o Professor Ernâni Lopes, meu querido amigo, traçou esta manhã e o Dr. Mário Soares, com o seu habitual brilhantismo nos ensinou também, vinte anos depois, o panorama é outro. Embora até à Cimeira do Estoril não foram resolvidas todas as dúvidas estratégicas da relação entre a Europa e a América Latina, eu penso que por várias razões: primeiro, porque não há uma percepção de coesão de políticas externas, de políticas económicas, de políticas sociais, até de políticas militares, entre os 22 países membros da Ibero – América; depois porque as interações regionais, no caso da América Latina, são limitadas e às vezes são antagónicas – o Grupo do Rio não tem nada a ver com a Alba, por exemplo, é uma comunidade, a Ibero-América é uma comunidade assimétrica na geografia, no desenvolvimento económico, no desenvolvimento social, no desenvolvimento tecnológico e nos vectores políticos e culturais.

Cada um dos seus membros, cada um dos 21 membros tem a sua própria agenda e tem, sobretudo as suas próprias fidelidades regionais, tal como Portugal tem uma fidelidade regional à União Europeia, que partilha com a Espanha, à CPLP, o Brasil tem fidelidades regionais que fazem parte das suas prioridades. A tendência para a regionalização das economias, e o Professor Ernâni Lopes abordou isso, esta manhã, do post globalização, retira força a outros eventuais fios condutores. E o pressuposto das línguas, do espanhol e do português, pode ser um catalisador, mas no que se refere ao português ainda não foi demonstrado isso no espaço da Ibero – América e, ainda por cima a América Latina como infelizmente vimos na última Cimeira, a do Estoril, pelas presenças mas também pelas ausências, assiste a diferentes conflitos e a crises políticas que estiveram presentes e perpassaram em pano de fundo no Estoril.

No entanto, esta agenda da Cimeira do Estoril, a Inovação e o Conhecimento, interessava particularmente a Portugal e Espanha, que têm, diria eu, lições ou testemunhos que podem

passar para outros países, não todos, mas para alguns países da América Latina. Já repararam que nós, Portugueses, quando nos referimos ao lado de lá do Sul do Atlântico, usamos agora indiferentemente a palavra América-Latina e Ibero-América. Há vinte anos era impensável que um político português dissesse Ibero-América. A Ibero-América criava-nos a nós, e o Dr. Mário Soares falou nisso, e criava no Ministério dos Negócios Estrangeiros algum problema porque achávamos que a Espanha nos ia fagocitar nesse exercício. Não foi verdade e, portanto, ao fim de vinte anos valeu a pena e vale a pena nós dizermos agora “a Ibero – América”.

Eu, nesta mesa que me pediram para coordenar e antes de dar a palavra aos oradores, queria só dizer uma palavra sobre a Europa. Eu sei que o Embaixador Carnero escreve, porque o leio muitas vezes no El País. E eu não diria o El País, tinha um título terrível há cerca de quinze dias, dizia “A União Europeia luta contra a sua irrelevância”. Eu acho que a União Europeia está numa encruzilhada e deve formatar e deve encontrar formatos em que o Tratado de Lisboa, que aí está, seja uma mais-valia, não só para os europeus, mas sobretudo para as relações da Europa com o mundo e esse sim, penso eu, que Espanhóis e Portugueses devemos trazer a América Latina, não só para as prioridades dos nossos países mas para a agenda europeia. Nem sempre é fácil o diálogo, mas eu creio que Portugal tem alguma coisa a aprender aqui com a Diplomacia espanhola, porque a diplomacia espanhola sempre colocou um ênfase especial nas relações com a América Latina, com a Ibero – América e, por isso, eu penso que será de grande utilidade ouvir os nossos convidados espanhóis, os convidados que em boa hora a Fundação Luso-Espanhola e a Fundação Euroamérica resolveram trazer a este Encontro de Lisboa.

Eu dava a palavra, em primeiro lugar, ao Senhor Secretário de Estado. Eu penso que o Senhor Professor Carlos Zorrinho não precisa de apresentação. É o responsável de duas áreas, da Inovação e da Energia, que são consensuais em Portugal, o que terá para si talvez o mérito do retirar desta guerrilha política permanente em que nós vivemos e que não podemos continuar a viver assim, há-de haver maneira de encontrar soluções. Mas, eu dava-lhe a palavra, porque eu penso que o seu testemunho terá muita importância e será marcante para o ritmo deste encontro, que queremos sob o chapéu da Inovação, do Desenvolvimento, do I + D + i.

CARLOS ZORRINHO

Secretário de Estado da Energia e da Inovação. Portugal

Eu, de facto, acho que é muito consensual a ideia de que precisamos de muita energia para inovar e de inovar muito na energia. Se a energia e a inovação são ou não consensuais? são pelo menos catalisadores, no sentido de mudança para o nosso país. Queria começar por agradecer muito o convite, por felicitar a Fundação Luso-Espanhola, a Fundação Euroamérica e os seus parceiros pela oportunidade deste encontro. Nós sabemos que as cimeiras, e o caso

da Cimeira Ibero-Americana do Estoril, de Lisboa, não foi excepção, são magníficas para fazer agenda, para colocar agendas nos media, para trazer à luz do dia e às preocupações, temas inovadores, mas a verdade é que se o sucesso de uma cimeira, o seu sucesso mediático se mede, no momento o sucesso de transformação de uma cimeira mede-se naquilo a que ela dá origem, e este encontro insere-se num conjunto de outros, certamente, e no esforço que todos temos que fazer para que algumas das conclusões, enfim também bastante consensuais, do ponto de vista, nomeadamente dos modelos económicos dessa cimeira possam ter consequências concretas no terreno.

Queria também cumprimentar os Srs. Embaixadores, Martins da Cruz e Carlos Carnero e referir que é para mim também motivo de particular satisfação poder reflectir sobre uma cimeira que foi focada no conhecimento e na inovação. Não foi focada no conhecimento e inovação por acaso, foi focada no conhecimento e na inovação porque essa foi também uma proposta do país anfitrião, mas concordo que é claramente uma temática que interessa fortemente a Portugal e a Espanha.

Interessa fortemente a Portugal e a Espanha, porque há uma forma de valorizar o conhecimento e de inovar em Portugal e Espanha, que tem que fazer o seu caminho e se impor no quadro europeu, e a verdade é que nós temos vindo a conseguir um reconhecimento acrescido daquilo que é a forma de fazer inovação em processo, que é algo em que nós somos muito competentes. Somos excelentes, não tanto na inovação segundo os protocolos tradicionais mais próximos dos países do norte da Europa, mas sobretudo na inovação incremental e de processo. Essa inovação em processo dá hoje respostas mais adequadas aos tempos em que vivemos do que o outro tipo de inovação.

Em segundo lugar porque as nossas competências no domínio da inovação e da tecnologia são particularmente úteis para a qualificação e para a reafirmação geoestratégica e geopolítica do espaço ibero-americano. É evidente que Portugal propôs este tema tendo este pressuposto, mas tendo também naturalmente o sentido de que internamente estávamos e estamos a percorrer uma agenda que é, em si própria, uma boa prática. Refiro-me à agenda do Plano Tecnológico.

Portugal foi no ano passado o país da União Europeia e da OCDE que mais cresceu o seu investimento em investigação e desenvolvimento. É um país que está a percorrer um caminho muito rápido, o quinto mais rápido a melhorar os seus indicadores de inovação no quadro, também, dos rankings europeus. É o primeiro país, em termos da União Europeia, na qualidade dos serviços públicos on line e na sofisticação do seu governo electrónico. Teve, pela primeira vez desde que há registos, uma balança tecnológica positiva e é reconhecido, foi recentemente reconhecido pela Ernest & Young como um país “top ten” nas energias

renováveis e na aplicação de um novo modelo económico sustentado numa outra perspectiva, mais descentralizada, da relação energia - informação e da inovação que lhe está associada. Mas, se há coisa de que nós temos de ter consciência, e nós temos, é que Portugal é um país rede e é um país conceito, “conceptual country” e “network country”. Um país rede é um país que quando tem uma estratégia, deve afirmar essa estratégia, mas tem que ter bem consciência que a sua dimensão política obriga a que o sucesso dessa estratégia se baseia na contaminação que com ela for possível fazer e, portanto, o facto de gerar uma nova agenda competitiva multilateral no plano da Ibero-América é crítica para Portugal, até para que todo este esforço que está a ser feito de investigação e desenvolvimento, de aposta em novos modelos possa ter um mercado natural de crescimento, um mercado natural de crescimento e de interacção.

E, portanto, é com particular satisfação, também, que estou neste evento e comentando esta Cimeira. Aliás, deixem-me partilhar convosco uma curiosa analogia inversa: nesta rota que nos é aqui proposta, é-nos proposta a linha de contacto entre Madrid e Lisboa, a verdade é que há uma interessante analogia inversa nesta rota entre as duas capitais dos dois países ibéricos, quando pensamos na União Europeia ou na Ibero – América. De facto, na Ibero - América nós viemos de Madrid para Lisboa, na União Europeia nós partimos de Lisboa em 2000, e todos esperamos chegar a um novo patamar estratégico na Presidência Espanhola da UE. Hoje mesmo participei em vários eventos nesse domínio. Estamos no momento crítico de arranque para o Conselho informal de 11 de Fevereiro e depois para o Conselho da Primavera e depois para o Conselho normal, onde será adoptada a Estratégia EU 2020, que é no fundo a Estratégia de Lisboa para 2010-2020, corrigida e melhorada face às fragilidades demonstradas que também estive pela Estratégia de Lisboa, aliás, uma estratégia que nunca foi rebatida do ponto de vista conceptual e que nunca foi muito eficaz do ponto de vista de implementação.

E, portanto, essa é que é a chave, esse é que é o desejo, esse é que é o desafio, é que estas nossas estratégias, seja a estratégia para uma agenda competitiva sustentável para a Ibero - América, seja a agenda para a afirmação competitiva da União Europeia, sejam agendas de acção, agendas de terreno, com robustez intelectual, porque isso é que dá força, se essa robustez intelectual não se esgotar em si própria, como é óbvio. Ora, o que é no entanto interessante é que qualquer um destes dois caminhos, entre Madrid e Lisboa ou entre Lisboa e Madrid tiveram no meio aquilo a que eu chamaria um salto, um salto quântico, ou seja entre 2005, ou entre 2000 e 2010 ou entre 2005 e 2009, aconteceu alguma coisa no mundo que não foi uma evolução discreta.

Ao longo da minha vida académica e política, usei e abusei do conceito de paradigma,

e agora que estou a ver um paradigma a mudar, acho que tudo o que disse antes, tudo o que ouvi antes, não podia ter essa designação. Verdadeiramente, agora, nós estamos não ainda a mudar de paradigma), mas estamos confrontados com a necessidade de o fazer. Essa é que é a questão fundamental, era mais simples e era mais cómodo se pudéssemos dizer: bem, tínhamos um paradigma e agora estamos noutro. Não é tão simples!, Estamos confrontados com a necessidade de encontrar um outro paradigma. Desde logo, foi desfeita uma ilusão, que acho que era uma ilusão que de alguma maneira estava presente na Cimeira de Madrid Ibero – Americana, e na Cimeira de Lisboa, quando se lançou a estratégia de Lisboa, que era a ilusão de que a disseminação da sociedade de informação e do conhecimento, o acesso de cada vez mais gente e de tão longe nós estamos ainda de ter uma sociedade de informação e de conhecimento disseminada e termos, mas a ideia de que nos sítios onde isso fosse possível, a disseminação da sociedade da informação e do conhecimento provocaria ela própria um reequilíbrio nas sociedades, um reequilíbrio entre as pessoas, uma outra consciência, económica, política, social e ambiental, que daria origem a uma sociedade mais sustentável e mais inclusiva. E aquilo que nós verificámos com esta crise global é que isso, de facto, não aconteceu.

O conhecimento e a informação foram usados, sem dúvida, de forma muito inovadora, sem dúvida de forma muito criativa mas, sobretudo, para acelerar assimetrias, sobretudo para acelerar modelos. De facto os modelos não inclusivos e os modelos nominais, foram os que mais aceleraram. A vantagem é que rebentaram. Sem essa aceleração não teriam rebentado, mas não houve uma mudança estrutural, houve um crescimento, uma expansão, um “Big Bang”, digamos assim, do modelo insustentável. O modelo insustentável sofreu um Big Bang, rebentou, e estamos agora naquele momento tão interessante que John Naisbit caracterizou num seu livro mais ou menos assim “As sociedades ao longo da história chegaram a um momento em que destruíram a pirâmide, normalmente, depois, sentaram-se algumas décadas a olhar para as pedras e não encontraram nada melhor do que reconstruir a pirâmide”.

A nossa questão agora é perceber se conseguimos reconstruir. Temos um outro poliedro, mais entusiasmante do que, de novo, os poliedros que sempre implodiram no passado? Ora, nós hoje percebemos claramente, eu sei que isto não é muito consensual, mas eu sou um grande adepto do primado do político, sou um grande adepto do primado do político, não no sentido da pequena política, embora também seja importante, mas no sentido da narrativa política, e acho que nós estamos de novo confrontados com a necessidade de definir narrativas mobilizadoras, novas narrativas.

E essas novas narrativas fazem com que a tecnologia e a inovação, também o conhecimento, não sejam fins em si próprios. Porque houve a certa altura, um certo o des-

lumbramento. Como Coordenador do plano tecnológico sempre disse: “cuidado com o deslumbramento tecnológico”. Houve a certa altura a ideia de que a aposta na tecnologia, na inovação e no conhecimento era em si própria uma narrativa e uma solução. Não é. A aposta na tecnologia, no conhecimento e na inovação é um “enabler”, é extraordinário para, são ferramentas extraordinárias, são ferramentas que nos responsabilizam, mas são ferramentas que nos obrigam e nos confrontam com a necessidade de encontrar um novo modelo económico sustentável. Uma nova forma de criar emprego, de gerar qualidade de vida, de ter indivíduos confiantes, indivíduos felizes, realizados, com um sentido, com um projecto, que é esse o sentido de facto também de toda a acção política e de desenvolvimento de um novo modelo económico sustentável, com base nessas ferramentas.

E, do meu ponto de vista, há um outro triângulo que eu tenho vindo a reflectir há algum tempo, e também reflecti bastante nesta minha função, hoje terminada simbolicamente, de ter sido o ano passado coordenador do Ano Europeu da Criatividade e Inovação. Hoje mesmo a Comissão Europeia lançou um novo ano europeu de Combate à Pobreza e Inclusão Social, em Portugal também marcámos já hoje de manhã a transição, com o lançamento de uma revista, portanto, agora que termino essa minha função de coordenador quero partilhar convosco algumas reflexões induzidas por essa experiência. Ao longo desse ano eu sempre fui pensando que é necessário complementar o triângulo conhecimento – tecnologia - inovação com um outro triângulo, que é o triângulo identidade - mobilidade – criatividade. Aliás, esta relação inovação – criatividade tem que ser também complementada com uma relação tecnologia – mobilidade e com uma relação conhecimento – identidade, porque conhecimento sem identidade é, digamos, um vazio que pode levar a tudo, tecnologia sem mobilidade, não conduz necessariamente a soluções sustentáveis e inovação sem criatividade acaba por ser uma inovação incorporada nela própria e, portanto, que não incorpora a componente do talento e a componente da diversidade, que são fundamentais.

Assim, eu diria que é determinante um novo triângulo, a identidade é aquilo que nos dá diversidade cooperante.. Uma sociedade baseada no indivíduo pode ser uma sociedade profundamente solidária. É aqui que está a diferença também da visão, da posição política, dos modelos políticos. É aquilo que cada indivíduo faz com a sua individualidade, se é individualista ou se é solidário, que tipos de comunidades se constroem. Ora, a identidade é aquilo que dá confiança, diversidade, diversidade que é a base da cooperação. É a mobilidade que nos permite a flexibilidade inclusiva, que nos permite criar focos, criar agendas, mobilizar as pessoas. É a criatividade que permite inovar na forma de inovar, é colocar talento, talento.

Talento é a capacidade de lidar com o novo. Talento é uma palavra que foi, que tem sido menosprezada no nosso léxico. Associa-se muito o talento, e aliás, muito valorizado,

o talento à habilidade, mas também pode ser uma habilidade. Associa-se muito o talento ao artista, que é importante, o talento ao futebolista, mas o talento é, sobretudo, a capacidade de lidar com coisas novas, e de facto, de aplicar aquilo que se sabe para lidar com coisas novas, encontrar soluções para coisas novas e problemas novos. Ora, uma sociedade em mudança, como aquela em que nós estamos a viver é uma sociedade que depende fundamentalmente dos níveis de talento. O que vai fazer a diferença é o nível de talento. É evidente que é um nível de talento focado, portanto, é um nível de talento com competências, é um nível de talento com conhecimento, é um nível de talento com as tais ferramentas, mas é o nível de talento.

Ora, deste ponto de vista, estou muito de acordo com aquilo que disse o Dr. Mário Soares, ao referir que o espaço ibero-americano tem aqui um papel essencial. E tem aqui também um papel essencial de desafiar a União Europeia, porque a União Europeia vive numa esquizofrenia permanente entre a Europa burocrática e a Europa ousada, ambiciosa e talentosa. E é uma coisa que nós temos a certeza: que a Europa burocrática tem sobrevivido, mas não é a Europa que precisamos para os tempos que aí vêm. O que precisamos é da Europa talentosa, da Europa ambiciosa, da Europa inovadora... Isto também ajuda a criar um novo quadro relacional no contexto global.

Eu acho, aliás, que se estão neste momento a definir as grandes linhas do mundo em que, enfim, ninguém é, não há nenhum oráculo do ponto de vista da definição do que vai ser a nova realidade global, mas uma coisa é certa, se o modelo europeu, ou se quiserem o modelo ibero-americano, não fizer parte do contexto que vai definir os processos competitivos à escala global, será impossível que esses territórios compitam à escala global. Ou seja, é muito importante que alguns valores, os valores da sustentabilidade, os valores do equilíbrio ambiental, da justiça social, do respeito e da dignidade, do humanismo, que alguns valores que são próprios desses espaços, triunfem globalmente, porque só se isso acontecer é que depois também economicamente se pode competir e triunfar globalmente. Este é um desafio fundamental e determinante.

Eu julgo que a Cimeira de Lisboa definiu as prioridades adequadas: colocar o conhecimento, a tecnologia, a inovação, ao serviço de uma economia sustentável e de uma sociedade inclusiva: É isso que nós podemos e devemos ambicionar, nós todos, neste início da segunda década do século XXI.

Nós percebemos também que a diversidade e a dinâmica que neste momento ocorre no mundo em torno das alterações climáticas e em torno dos modelos de energia são determinantes. Estive este início de semana na reunião da Agência Internacional para as Energias Renováveis no Abu Dhabi, enfim, que fica nos Emirados. O Abu Dhabi em si não tem muito petróleo, os Emirados têm imenso petróleo, e tinha acabado decidido contratar um sistema

de centrais nucleares e pasme-se não à França, mas à Coreia do Sul. Portanto, esta pequena história mostra como tudo está em alteração neste domínio.

O mundo que se está a reconfigurar do ponto de vista energético, o mundo que se está a reconfigurar do ponto de vista tecnológico, é um mundo onde se está a moldar um novo quadro para a cidadania e também um novo quadro para as redes de cooperação. Eu acho que nós temos que ver isso como um tempo de oportunidade, e é esse o desafio que nós temos, é passarmos do debate para o terreno, não perdermos um minuto, não hesitarmos um minuto, com reflexão, com estratégia, porque eu não acredito nas intervenções sem estratégia, mas também não acredito nas estratégias sem plano de acção de consequências imediatas. Este é, de facto, um tempo de oportunidade e este é um debate oportuno para nos recordar que temos desafios para enfrentar e desafios que podemos vencer em nome dos nossos povos, que é nosso objectivo servir.

CARLOS CARNERO

Embajador en Misión Especial para Proyectos de Integración Europea. España

Quiero empezar agradeciendo a los organizadores la invitación y felicitarles por este magnífico seminario que está teniendo lugar. Recordar que efectivamente coincidí con Ernani Lopes en aquella convención, que nos ha permitido, no ya abrir finalmente con el Tratado de Lisboa una nueva fase en el Tratado de la Unión Europea sino -y voy más allá- una nueva Unión Europea. Desde el uno de diciembre no estamos en una fase más de la U.E., como hemos conocido tantas y, por cierto, todas ellas acumulativamente mejores que las anteriores; hemos llegado ya a un cambio cualitativo que nos permite acercarnos mucho a lo que hemos considerado siempre como un objetivo esencial que es la Unión Política Europea.

Pero eso va a conllevar responsabilidades muy importantes, porque si hemos casi construido la unión política, todos vamos a coincidir en que es para algo. La U.E. no es un fin en sí misma, es un instrumento. Y lamentablemente la UE tiene carencia de otras cosas como, por ejemplo, de un gobierno económico y social de la Unión; algo que la Presidencia semestral española del Consejo se ha atrevido a poner encima de la mesa, y por lo que ha sido reconvenida rápidamente por los “guardianes de la ortodoxia”, aquellos que nos decían no plus ultra, no más allá, tierra desconocida y hasta peligrosa.

Sin embargo tenemos que ir más allá, plus ultra, y decir esto además en Lisboa tiene todo el sentido siendo quien lo dice, por otra parte, un español ya que nuestros países, hace ya mucho tiempo, se atrevieron a ir más allá. Y además hicieron algo que se puede traer a colación en estos momentos, cuando hablamos de la Cumbre UE-América Latina: descubrieron

un nuevo mundo, no para ellos sino para el conjunto del planeta y la civilización a la que pertenecían. En realidad, salvando muchas distancias, nosotros -portugueses y españoles- no hemos promovido una asociación estratégica con América Latina y Caribe por interés nacional, que también; sino sobre todo porque hemos sabido hacer coincidir el interés nacional con el interés europeo que no es distinto, es lo mismo. Actuando de esa forma hemos convencido al resto de socios de la Unión, cuyas relaciones históricas con América Latina y el Caribe no son tan fuertes como las que tenemos desde Lisboa y Madrid, de que convenía al conjunto de los europeos poner en marcha esa dinámica de relación comunitaria con aquel continente, con el que compartimos lenguas, culturas, gentes, pero también intereses muy evidentes en esta postglobalización.

Sin embargo, querido António [Martins da Cruz], yo quería hacer una pequeña puntualización: yo, que admiro al Presidente Mário Soares -como creo que todos los españoles, porque fue un ejemplo cuando España luchaba todavía por la democracia -, sin embargo hoy ha dicho una cosa con la que yo no estoy totalmente de acuerdo. Y siendo un poco maleducado por no estar presente la persona que lo ha dicho, me voy a atrever a disentir. Porque cada vez que tenemos una crisis internacional, tendemos a decir en primer lugar que la UE no ha estado presente o no ha hecho lo suficiente. Y en el caso de Haití, que ya ha tenido dos terremotos consecutivos con una catástrofe humanitaria sin parangón, yo creo que podemos decir que la UE sí ha estado presente desde el primer momento.

He venido ayer de Estrasburgo, donde el Presidente del Gobierno de España, José L. Rodríguez Zapatero, y el Presidente Ejecutivo del Consejo comparecieron ante la Cámara, y quedó muy claro que la Unión ha movilizado ya un esfuerzo muy importante de ayuda humanitaria de emergencia, que se cifra en mucho más de 200 millones de euros y que, de largo, vuelve a ser la más grande aportación para aliviar el sufrimiento de un país hoy, y reconstruirlo mañana. Porque la UE tiene esa mala costumbre: acudir cuando algo se incendia y quedarse para reconstruir la casa que ha sido objeto de ese incendio. Incluso políticamente, la Vicepresidenta del Gobierno de España, M^a Teresa Fernández de la Vega, como española y en nombre de la Unión, se “plantó” en Haití con una rapidez inmediata.

No digo esto para salvar la cara de la Presidencia española. Lo digo porque, a veces, el exceso de flagelación sobre lo que nosotros hacemos es tremendo y, por cierto, poco útil. Hay otro ejemplo en la Estrategia de Lisboa. Yo estuve aquí en el año 2000 cuando se adoptó, entonces como diputado al Parlamento Europeo. Ahora tendemos a decir que la Estrategia de Lisboa fue un fracaso. Quizá no alcanzara todos sus objetivos pero sin ella, muchas de las cosas que se han puesto en marcha no hubieran sido posibles. Sobre todo, sin ella no estaríamos hoy en condiciones de dar un paso más de ese plus ultra al que me refería antes,

aunque sólo fuera porque la Estrategia de Lisboa pone de manifiesto luces y sombras; las sombras nos permiten decir que hay que encender el interruptor y las luces que hay que hacerlo de manera sostenida (en términos medioambientales).

Yo creo que como UE hacemos cosas bien, no todas, pero estamos creando un cuerpo muy sólido que nos va a permitir ir allá en esta nueva UE que ha coincidido –así ha sido el calendario- con el inicio de la cuarta Presidencia española del Consejo de la Unión. Las otras tres, creemos nosotros –sin pedantería- fueron un éxito y, si me permiten, yo añadiría que podemos afirmar que todas las presidencias ibéricas del Consejo de la Unión lo han sido también. Muchos que hoy nos critican pensaban que no seríamos capaces de mantener nuestra presencia en la Unión, de llegar al euro, y que nuestras presidencias serían flojas y débiles. Y no hablaré de las españolas, pero si lo hacemos de las portuguesas, me encuentro la Estrategia de Lisboa, el Tratado de Lisboa ...Lisboa está por todos los sitios y eso para un español es un motivo de orgullo, que un país hermano como Portugal haya gestionado tan bien sus responsabilidades.

Ahora tenemos otras cosas que hacer:

- . Enfrentar la crisis económica y social, crear esa Estrategia de crecimiento y empleo 2020, que no es un brindis al sol, sino una propuesta muy concreta.

- . Conseguir que los nuevos instrumentos para actuar en el mundo tengan una política a la que aplicarse.

- . Tenemos importantes capítulos de política exterior abiertos, pero no actuamos todavía con una política exterior global de la Unión. Hay países de la Unión que tienen una política exterior global, como Portugal, Italia, Francia, Alemania, el Reino unido, España y muchos otros. Pero con tal Unión aún tenemos que definir esa política exterior global; en ella, uno de los principales vectores que tenemos que desarrollar cualitativa y cuantitativamente es nuestra asociación estratégica con América Latina y el Caribe

Y de eso va a versar la VI Cumbre, que va a tener lugar en Madrid el próximo mes de mayo. Yo espero -como dijo Machado- que la primavera nos traiga una nueva asociación estratégica con América Latina y el Caribe; pero no porque las flores aparezcan como todos los años, sino porque trabajemos para ello. En eso estamos. El título de esta VI Cumbre es “Hacia una etapa en la asociación birregional: innovación y tecnología para el desarrollo, sostenibilidad e inclusión social”. Pero yo quiero ser un poquito heterodoxo: tenemos que romper una dinámica que ha consistido demasiadas veces en que las Cumbres Birregionales, no sólo con América Latina y el Caribe organizadas por la UE, terminan sirviendo para convocarse a sí mismas una próxima vez. Creo que esto ya se acabó, porque la realidad lo demanda, porque América Latina y el Caribe son distintos, porque la UE es distinta y porque

tenemos mimbres para actuar y resolver problemas.

Por eso nosotros nos hemos planteado que esta Cumbre no sólo se auto convoque a sí misma -como así lo hacen las Cumbres latinoamericanas y ese esfuerzo que se hizo en Estoril lo queremos ahora llevar, en términos europeos, a la Cumbre de mayo- sino que tenga elementos de decisión claros. Dejo aparte la declaración porque en todas las cumbres hay una; ojalá ésta sea corta y, por tanto, legible, lo que es bastante complicado.

En primer lugar, queremos que haya un programa político de debate para los dos próximos años que sea real y sobre todo que haya un Plan de Acción sobre el que plasmar, en lo concreto, los asuntos que estén en la declaración.

Vamos a ver cómo termina adoptándose ese Plan de Acción. Nos dice la Comisión Europea que ellos creen inevitable que sea negociado sesenta (europeos y América Latina y el Caribe), pero nosotros queríamos que tuviera al menos tres capítulos: uno, integración regional y cohesión social; dos, ciencia y tecnología; tres, educación, diálogo estructurado sobre migraciones, mecanismo UE-América Latina y el Caribe sobre drogas, etc. Ésa es dirección de temas sobre los que podemos actuar, que incluye también un espacio para libertad, seguridad y justicia compartido entre la UE y América Latina y el Caribe.

En segundo lugar, queremos que ese Plan tenga dinero para llevarse a cabo; para alguien que ha sido diputado el Parlamento europeo y que ha utilizado muchas veces el presupuesto como mecanismo de presión frente al Consejo de la Comisión, esto es sin duda muy importante. Y en esa dirección nosotros queremos impulsar con mucha fuerza la facilidad de inversiones para América Latina, propuesta por la Comisión europea, que desde nuestro punto de vista, debería situarse en alrededor de 100 o 130 millones de euros, lo que multiplicaría por más de veinte los cinco asignados a la iniciativa Euroclima de la última Cumbre UE-América Latina y el Caribe, celebrada en Lima. Será una aportación, en nuestra opinión, que se note desde la reasignación de los presupuestos comunitarios no reembolsables, que se combinaría con un fondo fiduciario que estaría nutrido por las aportaciones de los Estados miembros y otras instituciones financieras públicas y privadas. Esto tiene parangón y se parecería mucho al instrumento que ya funciona con los países del Este; es decir, instrumento de vecindad y estaría dispuesto a financiar infraestructuras en sentido amplio, físicas y sociales, abarcando los ámbitos de la energía, medioambiente, transportes, sanidad, educación y promoción de las PyMES. Un primer tramo de este presupuesto fue aprobado en diciembre y la totalidad del paquete financiero debería ser anunciada en Madrid, en mayo.

En tercer lugar, queremos que la relación UE-América Latina y el Caribe aterrice también en las sociedades civiles y por eso estamos convencidos de la necesidad de poner en marcha la Fundación Eurolatam. Esta idea, lanzada por primera vez por el Presidente Zapatero en

la Cumbre de Viena de 2006, fue adoptada en la Cumbre de Lima en 2008 y no les oculto que ha tenido reticencias de algunos Estados miembros de la Unión que consideramos, en estos momentos, felizmente superadas. Debería ser una herramienta para promover el conocimiento mutuo de las dos regiones, impulsar el diálogo birregional entre Cumbres, reforzar la relación estratégica y dotarla de mayor visibilidad, configurando al tiempo un espacio a la sociedad civil, para que pueda aportar sus posiciones en el debate birregional. Pensamos en una estructura ligera y dotada de una financiación no demasiado onerosa (no están los tiempos para ello), y compartida por ambas regiones. Estamos en las negociaciones para su creación.

Y en cuarto lugar, no solamente va a haber una Cumbre Europa-América Latina y Caribe, sino que habrá varias Cumbres subregionales y me gustaría citar algunas importantes.

. La primera: Unión Europea-Centroamérica. El objetivo en este caso es finalizar el acuerdo con el sistema del Sistema de Integración Económico Centroamericano, y en esa dirección estamos tratando de soslayar varios escollos que proceden, por ejemplo, de la situación de Honduras, de las posiciones de otros países de aquella subregión. En ese sentido, como UE nos gustaría sumar a Panamá al grupo.

. La Cumbre subregional con los países andinos. Puedo anunciar que, a día de hoy, la negociación con Perú y Colombia está cerrada, al menos en más de dos tercios, si porcentualmente se puede hablar de negociaciones; lo cual no quiere decir que lo pequeño sea lo menos importante. A veces quedan flecos importantes y nos gustaría avanzar en ese sentido y llegar a un memorándum de entendimiento sobre diálogo político y de cooperación con Ecuador, otro país de esa subregión.

. En tercer lugar, nos gustaría darle un gran empujón a un futuro acuerdo con Mercosur. Hay señales muy positivas, gestos muy significativos: el viaje de la Vicepresidenta Fernández de la Vega a Argentina, la reunión de los cancilleres del Mercosur, el trabajo de Portugal y España en los márgenes de la Cumbre de Estoril nos dan esperanzas.

. Por descontado, también habrá Cumbres con Chile y con México y una reunión de Ministros con Brasil, considerando a Brasil y a México socios estratégicos (Chile tiene su propio acuerdo con la UE).

Han podido observar que yo no he querido irme por las ramas. Puesto que los demás ya han establecido el marco estratégico, he querido decirles lo que la Presidencia española está haciendo, de manera concreta. Como verán, esto no es nada anodino –por mucho que el *Financial Times* se empeñe–; es bastante ambicioso, y como el movimiento se demuestra andando, será que los españoles, ante las páginas salmón, nos hemos sentido espolcados y estamos dispuestos a demostrarlo.

APRESENTADOR

ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ

Embaixador, Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros. Portugal

Queria só num minuto, agradecer ao Embaixador Carnero a visão estratégica que nos deu da presidência espanhola em relação à América Latina, esta associação estratégica que a Espanha e Portugal, seguramente, quer confirmar entre a União Europeia e a América Latina. E agradecer particularmente ao Sr. Secretário de Estado da Energia e Inovação que, numa altura particularmente difícil, em que está a ser discutido o orçamento e alguns de nós sabemos o que isso é, principalmente um antigo Ministro da Finanças que temos entre nós, quis prescindir do seu tempo de trabalho governamental para fazer outro trabalho aqui connosco e citar uma frase dele que eu penso que pode ser, e digo isto ao Sr. Secretário-geral da Fundação, que pode ser uma das conclusões deste encontro de Lisboa: que é a necessidade de passar do debate para o terreno, tendo uma estratégia, um plano de acção e consequências imediatas. Infelizmente nem sempre é assim. Se nós pudermos, todos os que aqui estamos hoje, e vamos estar hoje e amanhã, contribuir nem que seja um bocadinho para isto, já valeu a pena estarmos aqui hoje.

Recepção oferecida pelo Embaixador de Espanha em Portugal, D. Alberto Navarro
Embaixada de Espanha, Palácio de Palhavã



Inovação para o desenvolvimento e coesão social na União Europeia e América Latina



J. Cruz Morais, D. Bessa, F. Murteira Nabo, P. Durão Leitão e E. Navarro

Apresentador:

Francisco Murteira Nabo

Presidente do Conselho de Curadores, Fundação Luso-Espanhola

Oradores:

Pedro Durão Leitão

Administrador, Portugal Telecom

Eduardo Navarro

Director de Estratégia Internacional Telefónica, Espanha

Jorge Cruz Morais

Administrador Executivo EDP, Portugal

Daniel Bessa

Director Geral, Conferência Tecnológica, COTEC, Portugal

APRESENTADOR

FRANCISCO MURTEIRA NABO

Bastonário da Ordem dos Economistas; Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola. Portugal

Eu gostava, antes de mais de vos felicitar, de vos saudar, felicitar a organização, agradecer a gentileza do convite. Estes convites têm sempre algo de muito honroso para quem é convidado e, portanto e particularmente, aos meus amigos da Fundação, ao Ernâni que está aí, somos amigos de longa data. Ele, de resto esta manhã contou aqui na abertura algumas histórias engraçadas do Governo do Bloco Central, a que eu pertenci também, ele e o Dr. Mário Soares contaram coisas curiosas que me lembraram bons tempos, bons e maus, dessa época de 83 em que nós, eu e o Hernâni pertencemos ao Governo do Bloco Central que teve uma situação parecida com a que temos agora, um bocadinho penso que pior do que temos agora. Bom, mas deixemos isso.

O tema é a Inovação, a importância da inovação, no sentido de como é que a inovação pode contribuir para o fortalecimento das relações entre a Europa e a América Latina e em particular da Península Ibérica e como é que pode contribuir para a coesão, em especial a económica deste espaço e eu só como introdução gostava de vos dizer que, na minha opinião, acho que se tivesse que caracterizar a sociedade de hoje, o que é que ela tem de importante, de inovador, ou caracterizador da sociedade dos tempos de hoje, dos dias de hoje, diria que a sociedade do conhecimento é talvez aquilo que melhor caracteriza a sociedade de hoje, em que no fundo, a criação de valor passou muito dos activos físicos para os activos intangíveis. A sociedade do conhecimento é um bocadinho daquilo que marcou talvez a nossa geração, ou pelo menos estes últimos vinte anos e ligado a isso as questões de fundo da globalização mais recente que levaram a criar um mundo num quadro competitivo muito exigente e, agora, estamos a iniciar uma nova fase que é a da sustentabilidade, mas ficando agora nestas questões da sociedade, da questão do mundo competitivo que temos,

no ambiente competitivo que temos hoje, as empresas e os países têm que focar-se basicamente nas questões a que nós chamamos capacidades, “performances”, para se atingirem níveis de qualidade e de competitividade altíssimos e depois enfim, têm que ganhar escala, ganhar dimensão através de alianças, através de aquisições, através de enfim, de escala, para se internacionalizarem e tornarem-se globais e terem um papel nesse mundo.

Na questão das capacidades, na questão de como é que se criam capacidades, como é que as empresas se tornam competitivas, como é que os espaços conseguem competir a nível global, a inovação, tem de facto, um papel a meu ver determinante. Inovação no sentido lato do termo, não a inovação tecnológica, as questões da tecnologia, mas as questões da inovação como um conceito muito mais avançado, muito mais largo, que envolve tudo, processos, organização, tudo.

E, portanto, a inovação é, de facto, uma palavra-chave e portanto, eu acho que, de resto já foi dito aqui esta manhã pelo Ernâni e pelo Dr. Mário Soares também, a Europa atrasou-se um pouco, percebeu um pouco mal a evolução, a importância da sociedade do conhecimento e a importância da inovação, atrasou-se, e daí a sua posição relativa desfavorável em relação aos Estados Unidos, por exemplo, e ao Japão, com indicadores fracos e Portugal em relação à Europa também, Portugal também se atrasou um pouco. Na Europa, quando falo da Europa, estou a falar da Europa Central, relativamente à Europa do Norte, os países da Europa do Norte perceberam com tempo e têm hoje taxas de, digamos, de indicadores de inovação muito avançados. Mas, portanto, digamos assim, a inovação foi um fenómeno que acabou por diferenciar e acaba por, no fundo, ser uma referência em termos de países que perceberam melhor o que estava a acontecer e os que perceberam pior.

Portanto, a Europa tem um problema, um desafio importante que é ter que conseguir ser mais inovadora que por exemplo, os Estados Unidos, o que não conseguiu até aqui. E, no que se refere à escala, no que se refere à dimensão, que era outra componente, como ganhar escala, essa segunda componente é o espaço que temos hoje, que é o espaço ibérico, o espaço que eu chamo triângulo dourado, o espaço do Brasil, o espaço dos países de língua portuguesa de África, portanto, este tríptico, estes três vértices: Ibéria na Europa, e não só Ibéria, eventualmente até o espaço mediterrânico e na outra ponta o Brasil e a América Latina e no outro lado a África austral e toda a África de língua portuguesa são, digamos, espaços de crescimento, espaços de escala, espaços de dimensão que podem dar uma componente, digamos assim, ao país e à Península Ibérica, enfim, toda esta integração, criar uma zona, como dizia o Dr. Mário Soares hoje, um espaço ocidental para, digamos, o mundo global em que os países emergentes aparecem muito no lado da Ásia, quando se fala em emergentes pensa-se na China, é preciso a Europa ter uma oportunidade e um papel relevante neste mundo ocidentalizado.

Isto para vos dizer, para introduzir um pouco o tema e, para falar sobre tudo isto, temos aqui quatro pessoas, quatro personalidades com diferentes experiências mas todas elas acabam por ter uma vertente comum, que é a questão da inovação e da internacionalização, que era no fundo o que eu queria dizer ao referir estes aspectos todos, queria focar-me em particular na internacionalização e na questão da inovação. Experiências da Portugal Telecom, da Telefonica e da EDP, experiências de internacionalização muito fortes e de inovação, todas elas, de resto, misturando as duas coisas entraram no espaço de língua portuguesa, no caso concreto da EDP e da PT e a Telefonica em toda a América Latina, como sabem, e inovando. São empresas altamente inovadoras que, de resto são experiências bem conhecidas, mas vão ter oportunidade de as ouvir melhor. E, depois, temos aqui o Prof. Daniel Bessa, que acaba por no fundo, estando hoje à frente da COTEC, que é uma associação, como sabem, para promoção da inovação, em parceria, em parceria não, enfim, também em grande ligação com a COTEC espanhola e italiana e de que eu tive a honra de ser fundador e primeiro presidente há alguns anos e que tem tido um papel muito activo em Portugal e em Espanha também, a COTEC espanhola, na chamada da atenção da importância da inovação para o crescimento, para o desenvolvimento e para a competitividade.

E, portanto, temos aqui, digamos, um painel de pessoas todas elas com experiências nestas áreas que há pouco foquei. Para lhes dar a palavra, temos aqui gerido o tempo, quinze minutos mais ou menos, e depois deixando o espaço para algumas perguntas que possa haver e, seguindo a ordem que está aqui no programa: o Pedro Durão Leitão, bom, fui eu que o admiti na Portugal Telecom, vejam vocês como eu estou velho, Pedro Leitão é Administrador da Portugal Telecom e, portanto, tem uma grande experiência na área da multimédia, onde é que ele está? Está aqui. Já passou por vários departamentos da Portugal Telecom e foi um jovem que foi admitido na altura em que eu me comecei a considerar velho e então começámos a gerir os nossos sucessores, à procura dos nossos sucessores e ele foi um dos que apareceu e está hoje, digamos, na Administração da Portugal Telecom e a experiência dele é bastante útil para vocês.

PEDRO DURÃO LEITÃO

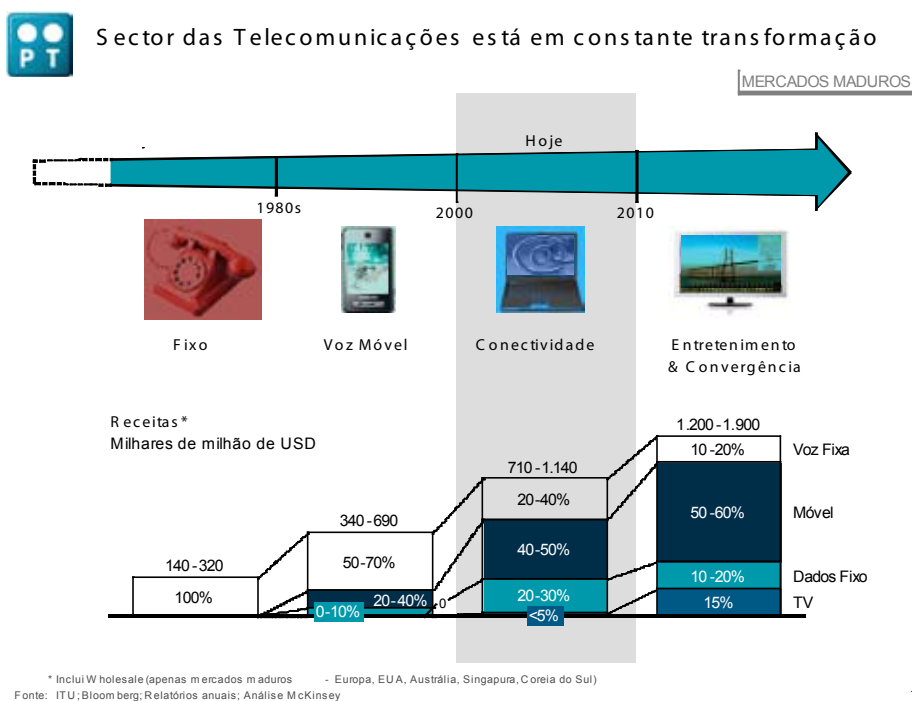
Administrador. Portugal Telecom

É um prazer estar aqui com vocês, especialmente considerando o moderador, como o Dr. Murteira Nabo mencionou, foi quem me recrutou para a Portugal Telecom e já na altura ele era um visionário naquele aspecto de que ele acreditava que o futuro estava muito assente em cima das competências, o verdadeiro activo das empresas era de facto as competências e competências é feito de pessoas. Eu vou tentar explicar de uma forma resumida o que é

que nós temos feito na área da inovação e o contributo disso para o desenvolvimento da sociedade e da economia.

Se nós, o sector das telecomunicações como todos sabem é um sector que está sempre em transformação, isto é, todos os dias há novidades, todas as semanas há novidades, mas se olharmos num horizonte temporal mais lato, o que se verifica é que a década de 80 e a década de 90 foi a década da voz móvel, o aparecimento e a explosão dos telemóveis na vertente de voz, a década que vai de 2000 a 2010 é a década da conectividade, na explosão da banda larga, da internet, da troca de dados, e a década que se está a iniciar após 2010 é a década do entretenimento. Do entretenimento, ou seja, quando estamos a falar de voz, não estamos a falar da troca de dados, estamos a falar, de facto, duma experiência de entretenimento, e esse é o primeiro aspecto marcante.

O segundo aspecto marcante é a convergência, que é algo que hoje em dia nos coloca um desafio monumental que é basicamente: há uma convergência em termos de conteú-



dos, serviços e aplicações que passam a estar disponíveis de uma forma agnóstica, quase multiplataforma, multi-device. Isso quer dizer que eu vejo um vídeo na televisão, no PC e no telemóvel com grande facilidade. E isto é um desafio tremendo para todos os operadores que operam neste mercado, porque isto está a acelerar. Ainda há dias eu via um slide que

falava das mudanças, para se atingir, para a população aceder, para atingirmos 50 milhões de habitantes, que tiveram acesso ao rádio, quando apareceu o rádio, o fenómeno, o radiozinho para ouvir música e ouvir as notícias, foram necessários 38 anos para atingir 50 milhões de habitantes no mundo que tinham acesso àquele device. Televisão, foram 13 anos. O último device que teve bastante relevância para a sociedade que foi o iPod, demorou 2 anos apenas. Dois anos. Redes sociais – 2 anos. Para atingir 50 milhões de pessoas no mundo a ter aquele device na sua mão. Isto mostra, quer dizer, o ritmo de inovação cada vez é maior e o ritmo com que as pessoas pegam aqueles devices cada vez é maior, por isso é um mundo, de facto, em grande, grande mutação.

Por isso, para dar resposta a esta nova era de entretenimento, a Portugal Telecom lançou em 2008, como sabem, uma oferta de televisão inovadora com a marca MEO e que basicamente tem quatro, subjacentes quatro apostas muito fortes, uma que é uma oferta inovadora, saímos, a televisão deixou de ser simplesmente broadcast canais, para passar a ter uma componente de interactividade fortíssima, fomos pioneiros a lançar toda a componente de gravação na caixa, visão demand, alta definição, possibilidade de parar a emissão em directo, por isso toda a componente de interactividade, de facto, passou a ser uma realidade, já existia mas a realidade passou a ser a partir de 2008 com o lançamento daquela oferta. Cá está uma componente multi-screen, ou seja, não estamos a trabalhar só na componente de vídeo para aparecer na televisão mas não ter de facto uma oferta de entretenimento que apanhe televisão, PC e móvel com componente vídeo, canais de televisão e qualquer um destes devices, uma aposta bastante forte ao nível da qualidade de serviço, e isto muito alavancado pelo facto de nós termos a maior rede de lojas de marca do país, são cerca de 300 lojas, à data de hoje, estão, aliás a ser reformuladas, é a maior rede de retalho do país e combinado também com o facto de termos a maior equipa em termos de instalação e de manutenção que há em Portugal na área das telecomunicações, obviamente.

Outra aposta fortíssima, porque de facto hoje em dia estamos num negócio de consumer, num negócio de retalho, a marca é um asset fundamental para ter sucesso e aqui temos feito também uma aposta muito forte e temos sido extraordinariamente bem sucedidos, aliás, mais bem sucedidos do que nós estaríamos à espera ou poderíamos antecipar, porque à data de hoje o MEO é a marca com maior notoriedade em Portugal, com o maior índice de notoriedade em Portugal à frente de marcas de multinacionais portentosas como uma Vodafone, como a Coca-Cola, como a McDonalds. Hoje em dia a marca, e isto medido de uma forma científica por entidades que trabalham e no fundo ajudadas por todos os operadores de todos os sectores, hoje em dia a marca número um em Portugal é MEO, inclusivamente à frente da TMN que era a marca líder em Portugal em termos de notoriedade.

Neste mundo da inovação, em que esta nova era de entretenimento é uma era como eu mencionei extraordinariamente exigente e exigente a dois níveis:

- Em primeiro lugar, a capacidade. Só para termos uma ideia muito rápida, ver canais de televisão em nossa casa, em várias televisões, requeria 9 megabytes de velocidade, e não é 9 megabytes de internet como a gente conhece, porque tem de ser 9 megabytes constantes, em termos de sempre disponíveis 9 megabytes. Quando passamos para alta definição que é uma realidade já em Portugal, passamos a trabalhar com necessidades por casa de 35 megabytes. Quando avançamos para 3D, que nos parece algo futurista, mas é uma realidade de hoje, é uma realidade de hoje, vão começar a aparecer no mercado português e no mercado espanhol também televisões 3D, para vender já em massa de marcas como a Samsung, Sony, LG, a partir de Março, em Março – Abril estão cá. Estão cá. E esta nova realidade duplica, duplica basicamente a necessidade, em termos de rede urbana, saltamos para os 70 megabytes, e por aí fora, ou seja, esta revolução e esta era de entretenimento em que nós estamos a entrar é brutalmente exigente em termos de capacidade.

- Segundo aspecto: esta era, também como eu mencionei há pouco, brutalmente exigente a nível de flexibilidade, para que eu consiga ter os meus conteúdos, as minhas aplicações, os meus serviços, disponíveis em todos os meus devices, televisão, PC, telemóvel, vão aparecer os tablets associados ao hiphone, que na prática são híbridos entre telefones e PCs, os hiPODS, ou seja, isto, esta era de entretenimento é muito exigente exactamente nisto: obriga a que seja muito, muito flexível a rede.

Por isso nós acreditamos que a melhor resposta e a única resposta para isto a prazo é rede de fibra, razão pela qual construímos em 2009, lançámos um projecto de concluir um milhão de casas em Portugal com fibra, que está extraordinariamente avançado. Isso vai-nos colocar e já nos colocou à data de hoje no ranking dos países líderes – Portugal, no ranking dos países líderes de percentagem de casas que têm fibras disponíveis. Estamos a falar de cerca de 25 a 30 % dos lares em Portugal que têm fibra disponível, o que nos coloca imediatamente atrás de Coreia e Japão. A nível europeu somos o país mais avançado, por isso isto é, de facto, uma aposta muito forte. E isto tem aqui, por trás desta aposta, e se calhar parte das razões pelas quais nós hoje em dia estamos tão bem posicionados neste ranking, é porque num ano de crise, 2009, foi exactamente o ano em que a Portugal Telecom investiu mais, de longe, nos últimos 10 anos no mercado português, de longe. Foi quando tivemos o maior volume de investimento no mercado português. Exactamente contrariando o que seria expectável, porque toda a gente estava a contrair investimentos, ano de crise, nós fizemos exactamente ao contrário, aumentámos substancialmente e fizemos o maior investimento dos últimos 10 anos na construção desta rede.

Associado a isso, obviamente, criámos milhares de postos de trabalho, porque construir uma rede de fibra com um milhão de casas, só para termos uma ideia, estamos a falar de mais de 50.000 Kms de cabo, mais de 50.000 Kms de cabo enterrado aí nas condutas e nos prédios das casas dos portugueses, por isso é de facto um trabalho gigantesco, em termos de mão-de-obra e isso implicou a criação de vários milhares de postos de emprego. Neste mundo da fibra óptica, a Portugal Telecom a nível de inovação não quer ter um papel passivo, pelo contrário, quer ter um papel bastante activo, através da sua subsidiária, que está totalmente dedicada à inovação, que é a PT Inovação.

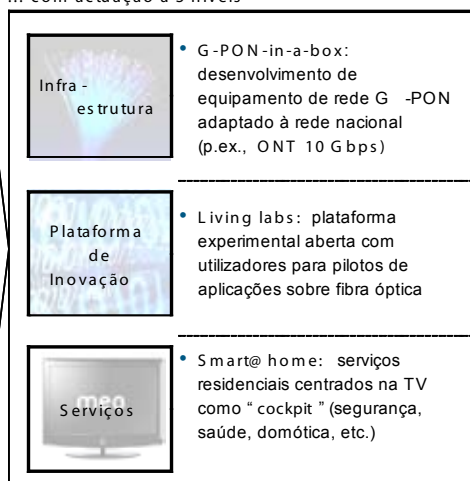


A PT está directamente envolvida na investigação em fibra óptica através da PT Inovação

PT Inovação - investigação em fibra potenciada por parcerias...



... com actuação a 3 níveis



Mas, acreditamos também que não podemos estar neste mundo fechados, e por isso trabalhamos claramente nesta investigação da fibra óptica com um conjunto de parcerias bastante alargado, por isso trabalhamos num mundo bastante aberto, desde parceiros de equipamentos e materiais que são referência a nível mundial, desde a Ásia até aos Estados Unidos, estamos a falar de uma Howay, de uma ZTN.AZ, estamos a falar nos Estados Unidos numa Corning, que é simplesmente o líder mundial em termos de fibra óptica, de materiais de fibra óptica, quer em termos de inovação quer em termos mesmo de quota de mercado, de vendas, com uma Cisco, também nos Estados Unidos, por isso, acreditamos numa plata-

forma bastante aberta, porque se nos fecharmos, nós não vamos conseguir de facto inovar e ser vencedores neste mundo da fibra óptica na componente inovação.

Universidades, um aspecto também fundamental. Trabalhamos à data de hoje com 15 Universidades em que pretendemos exactamente ter parcerias e colaborações bastante estreitas para que eles possam ir inovando e nós possamos tirar partido disso e possam eles também beneficiar com essa inovação.

E estamos a trabalhar a 3 níveis:

- infra-estrutura, o que nós designamos o Gpon in a Box, aliás estamos a trabalhar num dos ONTs mais avançados que existem no mundo, que é um equipamento na rede de fibra, que é o primeiro equipamento na casa dos clientes. Hoje em dia fala-se em velocidade de internet de 100 megabytes, nós estamos a trabalhar numa ONT com 10 gigas. 10 gigas é na prática 10.000 megabites de velocidade, só para termos uma ideia, exactamente para dar resposta àquelas necessidades de débito que são monumentais.

- Estamos a trabalhar também ao nível da plataforma de inovação
- e ao nível de serviços.

Aliás, uma coisa bastante engraçada, que vai começar a aparecer no mercado, é que o device televisão, que já hoje serve para muito mais que televisão, vai começar a servir para coisas como controlar o sistema de segurança da minha casa, coisas como aumentar a ciência energética da minha casa, aspectos tão simples como: alguém me toca na minha porta lá em baixo no prédio e eu ter que me levantar e ir ao videoproteiro que está na entrada, ver quem é que me está a tocar, eu puxo simplesmente aquilo na televisão e vejo o videoproteiro na televisão e a partir da televisão eu consigo abrir a porta lá em baixo. Estamos a falar deste tipo de desenvolvimento, cá está, uma componente que é a integração dos devices, dos vários devices que estão todos integrados e eu consigo através de um único device realizar alguma tarefa que eu tenho que fazer. Este do videoproteiro é um bom exemplo. Vamos ter uma situação que é, e isto é bom para se perceber facilmente para se perceber facilmente do que estamos a falar de integração multidevice, se alguém tocar em minha casa à porta, eu consigo, obviamente, eu posso-me levantar, ir ao videoproteiro e ver quem é e abrir a porta, posso fazê-lo a partir da televisão, estou na sala, eu posso ver quem é e abrir a porta, posso fazê-lo a partir do Pc e, inclusivamente posso fazê-lo a partir do telemóvel, ou seja, eu estou, eu posso estar neste momento aqui, eu poderia estar neste momento aqui nesta conferência e tocar-me aqui o telefone com o alerta basicamente de que alguém me está a tocar na minha casa, para fazer uma entrega, e que eu puxo, eu vejo quem é que está e falo com a pessoa que está no videoproteiro na rua a tocar à minha porta e eu através do telemóvel posso tomar a decisão de abrir ou não abrir a porta. Isto é o exemplo de integração multidevice a que

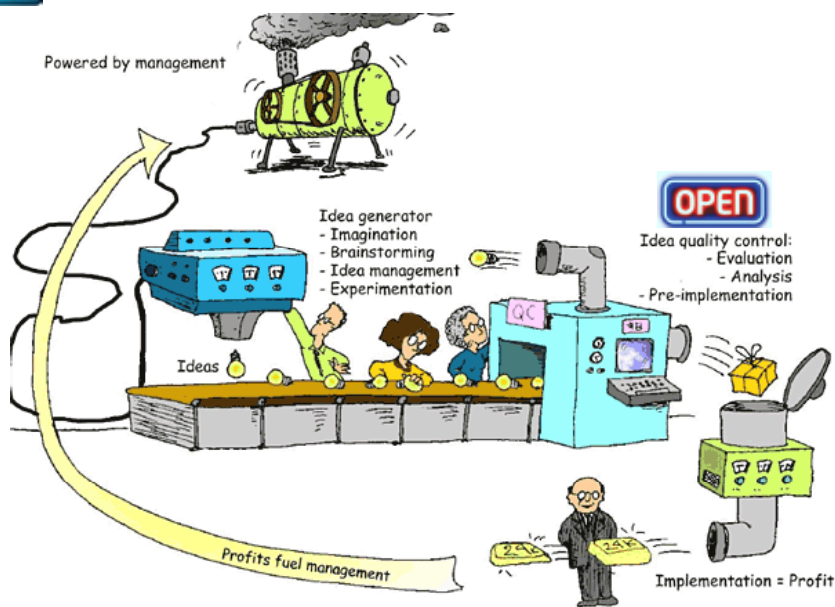
estamos a assistir e que já estamos a assistir, mas que vai ser uma coisa crescente.

Mas, para nós inovação não se pode restringir à PT Inovação, restringir-nos à PT Inovação num mundo de inovação em que nós estamos hoje, estaríamos a ser muito restritivos e muito limitadores. E, aliás, como o próprio Dr. Murteira nabo mencionou, inovação não significa lançamento só de novos produtos, é novos processos, inovação no sentido muito amplo e não oferta só de novos produtos e serviços. E nós acreditamos em duas coisas:

- ponto número um, temos que ter todos os colaboradores a promoverem a inovação e incentivá-los a inovarem e para que isso aconteça precisamos de ter uma fábrica, um processo muito bem instituído, uma fábrica que é, uma fábrica que gere esta dita inovação, que existam meios e processos, que as pessoas facilmente possam contribuir, daí este slide de uma forma caricaturesca, quase de cartoon que menciona exactamente isso, ou seja, temos um progra-



“Corporate Innovation Machine” da PT



Fonte: jpb.com, "The Corporate Innovation Machine", Jeffrey Baumgartner

5

ma que é o programa OPEN que foi lançado em 2008 que pretende exactamente ter uma fábrica de inovação em que todos os colaboradores colaboram nessa inovação e colaboram a três níveis; o programa OPEN tem genericamente três níveis, temos o nível de inovação incremental, que é aliás o nível em que toda a organização contribui muito, que é até um horizonte temporal de um ano, um horizonte temporal relativamente curto, todos os dias

aparecem dezenas de ideias, como é que eu posso melhorar o meu nível de vendas, como é que eu posso reduzir os custos, como é que eu posso melhorar a qualidade de serviço aos meus clientes, diariamente aparecem ideias nesse sentido, numa lógica muito incremental.

- Depois estamos a trabalhar com a inovação planeada que é num horizonte temporal de 1 a 3 anos. Aqui entra por exemplo o MEO, entra por exemplo o Office Box para o mercado empresarial, que é uma oferta integrada para o mercado empresarial e depois estamos a trabalhar a mais de 3 anos com projectos estruturantes que é a inovação exploratória onde se inclui exactamente, exactamente, o projecto da rede de fibra óptica e onde trabalha muito a PT inovação, trabalha muito àquele nível, olhando muito para a frente para um horizonte temporal de mais de 3 anos.

O que é que a fibra permitirá? Permitirá, na prática, nós continuarmos a inovar no segmento casa, no segmento residencial, isto foi aquilo que já fizemos nos últimos dois anos e há muito mais coisas do que aquilo, o futuro o que é que nos reserva? Reserva-nos 3D, videoconferência, uma componente fortíssima à volta toda da segurança, controlo da casa numa componente de segurança, seja de intrusão, de incêndios, de inundações e por aí fora, uma componente muito forte também de home-automation e domótica, e uma componente que vai aparecer muito forte também que é o next generation gaming, a forma como a gente joga jogos hoje em dia vai sofrer uma transformação grande, vamos passar a ter uma componente 3D muito mais significativa do que temos hoje em dia, que não temos na prática, vai começar a aparecer e vai ser uma realidade dentro de meses e vamos ter uma componente de interactividade muito maior, por isso, de facto, as pessoas vão estar dentro, literalmente, dentro dos jogos, vão-se sentir dentro do jogo e a mexer como Maui, a mexer de facto e a interagir no jogo. Por isso, isto é o que a rede de fibra nos irá permitir.

Ao nível do segmento empresarial, um aspecto fundamental, em que vai-se sentir sobretudo, os impactos vão-se sentir sobretudo ao nível do segmento Soho, que é o Small Office e ao nível das pequenas e médias empresas, com aumentos muito grandes a nível de produtividade, de eficiência, ou seja, custos e ao nível da inovação. Isto porquê? Porque genericamente, hoje em dia, os sistemas das empresas têm que estar residentes nas próprias empresas, quer em termos de hardware, quer em termos de aplicações, porque se o hardware tem que lá estar, automaticamente, as aplicações têm que lá estar. Ao criar esta rede de fibra, que é uma auto-estrada com uma capacidade de velocidade de dados praticamente inesgotável, gigantesca e praticamente inesgotável, permite que eu consiga fisicamente, literalmente, tirar os sistemas da minha empresa e localizar centros de operadores de telecomunicações nomeadamente da Portugal Telecom e ao conseguir fazer isto eu consigo cortar, eliminar, o hardware de toda a componente de inteligência de processamento que está nas empresas

e consigo exactamente meter nos data centers, que são data centers que na prática a capacidade de processamento é partilhada por muitos operadores e, ao fazer isto eu tenho uma poupança de custos significativa, e isso significa de duas uma: ou a empresa já tinha acesso àquela aplicação e passa a ter custo de sistemas de informação mais baixos ou então não tinha acesso. E não tinha acesso, ela consegue passar a ter acesso, e se ela vai ter acesso, obviamente para além de uma componente de melhores serviços aos meus clientes e inovação, isso vai-me permitir criar novos serviços para os meus clientes que até então não estavam disponíveis, e de facto aqui a palavra de ordem é, de facto, rede de fibra que vai significar virtualização dos sistemas, o que significa custos mais baixos, aumentos de produtividade, e aumentos de inovação, porque havia aplicações que eu não conseguia aceder.

Isto não se limita ao mercado empresarial, a própria rede de fibra vai trazer benefícios ao nível dos serviços públicos e um contributo para o desenvolvimento da sociedade, não numa perspectiva económica mas claramente da sociedade.

E eu pus aqui dois exemplos de algo que já está a ocorrer à data de hoje, componente



FTTH permitirá melhorias significativas em serviços públicos essenciais

Educação	Saúde
Wide Area Network (WAN) que liga mais de 6,400 escolas por todo o país • Ligação até 100Mbps • Infra-estrutura multi-plataforma • Acesso à internet E-Escola e E-Escolinha • Mais de 1 milhão de PC's distribuídos Plataforma online integrada • Colaboração Online através de portais para professores, alunos e encarregados de educação • Acesso a conteúdo online (p.ex., ferramentas pedagógicas) • Solução Integrada de Gestão de Escolas	Rede de Saúde Digital • Ligação de toda a cadeia de valor da Saúde a 100Mbps, com um único processo digital por doente • Redução de tempos de espera, agendamento simplificado e melhor acesso a informação Sistema de consultas virtuais • Comunicação áudio e vídeo para consulta virtual • Ferramentas de transferência electrónica de exames e análises • Integração com sistemas informáticos dos hospitais

9

de educação e componente saúde. Quando nós pensamos em cada um desses ecossistemas, por exemplo educação, e o mesmo posso dizer para a saúde e qualquer ecossistema, seja a

parte de finanças, repartições de finanças, qualquer ecossistema, há sempre três peças, há uma peça que é a rede, tem que haver uma rede, que são as auto-estradas, e auto-estradas fechadas para aquele ecossistema, ponto número dois tem que haver os devices e ponto número três tem que haver a parte de serviços e conteúdos que na prática permitem tirar partido dos serviços e dos conteúdos. Por exemplo educação, à data de hoje nós já temos e não tínhamos há dois anos atrás, já temos mais de 6.400 escolas em Portugal ligadas com ligações de alto débito, ligações que vão até 100 megabytes, por isso a rede já está montada.

À data de hoje, fruto do programa do governo – escolinhas, o E-escolas já temos mais de um milhão de jovens portugueses com PCs, que foram distribuídos no âmbito desta iniciativa de uma forma alargada, com custos muito baixos para os jovens. Mais de um milhão de PCs distribuídos, por isso temos a rede, temos os PCs. Onde se está a trabalhar neste momento é na componente toda de conteúdos, de aplicações, para tirar partido exactamente desta rede e destes PCs, ou seja, é por exemplo ter programas em matemática, português, espanhol, em inglês, conteúdos em casa, em que eu faça os meus trabalhos de casa enquanto criança, 5, 6, 7, 8, 9, 10 anos e por aí fora directamente no PC. A forma, aliás como nós vemos isso, e como eu vejo, eu pessoalmente vejo, eu vejo o PC como a minha máquina calculadora. Eu quando andava há 30 anos atrás na escolinha, a máquina calculadora ainda era algo que estava ali a aparecer, ainda era uma coisa relativamente nova, os PCs não existiam obviamente e a máquina calculadora era o último grito, era o grande salto e de facto a máquina calculadora passou a ser uma coisa básica. O PC vai ser a máquina calculadora, o que foi para mim a máquina calculadora, é para os jovens, claramente, e por isso vai ser uma peça integrante do ensino, tem que ser uma peça integrante do ensino.

Saúde, a mesma coisa, o conceito é sempre igual, só para termos uma ideia, hoje em dia, isto não é algo virtual, está a decorrer um piloto que é patrocinado pelo governo, está a decorrer um piloto na área de Leiria, no centro de Portugal, em que o centro de saúde, os hospitais e as farmácias, estão todos eles ligados numa rede a 100 megabytes, em que há uma ficha única, digital do paciente. E isto permite o quê? Isto permite eu ir fazer uma consulta ao meu centro de saúde e o médico de família detecta que pode haver ali um problema, por exemplo, cardíaco. E, ele tem duas hipóteses: aquilo requer uma consulta de especialidade, pode fazer uma consulta de especialidade, se for um tema simples, em vídeo-conferência, em que o médico está no hospital central, consegue aceder à ficha do cliente, ver os exames e interagir em teleconferência com o médico de família e o paciente ou, sendo um caso mais grave, na prática envia o paciente para o hospital central para ter a dita consulta de especialidade e nessa consulta de especialidade não é necessário levar os exames atrás. Não, porque o médico de especialidade puxa directamente a ficha digital do

cliente e tem lá os exames todos. Inclusivamente, pode-se dar um passo adiante, que é, ele quando prescreve algo ao paciente para comprar um determinado medicamento, porque é necessário para reduzir a tensão arterial, seja o que for, ele pode deslocar-se à farmácia e quando se for deslocar à farmácia, ele puxa e está lá a receita médica que lhe foi dada e a única coisa que ele precisa é dizer o número de beneficiário, puxa a receita médica e compra o medicamento que foi receitado pelo médico especialista. Isto é o tipo de integração e o tipo de avanços que estamos a dar.

Por isso, de uma forma resumida, a aposta da Portugal Telecom a nível da inovação e da tecnologia é uma aposta fortíssima. Criámos uma rede de fibra óptica, que eu diria que é um contributo muito forte para combater a crise, porque foi feito num ano no auge da crise, por isso, pelo investimento que foi feito, só por si nesse ano, criar de empregos e de facto ser o maior ano de investimentos da Portugal Telecom, foi um grande contributo para tentar contrariar esse ano de crise, per si, e obviamente esta rede é um princípio para um desenvolvimento, para um contributo para um desenvolvimento quer económico, quer social nos próximos anos, que se vai cristalizando, obviamente, à medida que as ditas aplicações, os ditos conteúdos vão aparecendo e, na prática, os clientes, sejam eles residenciais, sejam eles empresariais, sejam eles enquanto utentes dos serviços públicos, comecem a tirar partidos deles e, isso de facto vai contribuir para um desenvolvimento económico e social de Portugal.

APRESENTADOR

FRANCISCO MURTEIRA NABO

Bastonário da Ordem dos Economistas; Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola. Portugal

O próximo orador é o Eduardo Navarro que é também um ex-Mckinsey como o Pedro, mas é engenheiro de metalúrgica, foi por aí que começou a sua actividade, mas é hoje director da Estratégia Internacional da Telefónica e eu estava-me a lembrar há bocadinho de onde é que eu lhe conhecia a cara, de facto a cara era-me familiar, mas não sabia donde. Bom, ele estava, de facto, na McKinsey quando a Portugal Telecom entrou no Brasil em 98. Era da McKinsey, portanto, é hoje um grande funcionário da alta direcção da Telefónica, com grande experiência, vive em Madrid embora seja brasileiro, formado em Minas Gerais, no Brasil.

EDUARDO NAVARRO

Director de Estrategia Internacional. Telefónica. España

Peço desculpas aos espanhóis, não pela empresa que eu represento mas, não vou estar aqui em Portugal a falar espanhol. Vou falar em “brasileiro”, como se diz aqui em Portugal, expressão que no Brasil não se usa. No Brasil todos nós sabemos que é português, ou melhor,

com uma gramática um pouco mais flexível, mas todos entendemos que é português.

E vou não tentar repetir as coisas que já foram aqui faladas ao longo do dia, primeiro da importância das relações entre a América e a Europa, acho que o conceito de que no século passado o mundo se dividiu muito entre norte e sul, a tendência que há mais agora é para a divisão do mundo entre ocidente e oriente, entre leste e oeste, e que a América Latina, na verdade, é claro, é parte do oeste e tem de ser incorporada, tem de ser tomada como tal, e se de facto os Estados Unidos não ocuparem, seja pelas razões que forem esse espaço, acho que é uma oportunidade enorme para que a Europa o faça, e claramente através dos países que o têm que fazer, pelo conhecimento que têm, claramente Portugal e Espanha. E acho que de alguma forma o têm feito.

Talvez ainda se faça mais por parte das empresas do que por parte dos governos, mas acho que é uma oportunidade que essa relação seja intensificada, até porque eu que viajo muito pela região, vejo que há interesses muito grandes na América Latina, por exemplo, por parte da China que já se tornou o principal parceiro comercial do Brasil. E eu vejo pelos países onde tenho que ir por uma questão de trabalho, o Peru, o Chile, a quantidade de investimento da China que se está fazendo, com o qual nós temos que estar orgulhosos, o que foi feito do ponto de vista da aproximação entre a União Europeia e a América Latina, mas temos que estar atentos, porque na verdade é uma região que tem crescido, que tem desenvolvido muito e há outras regiões que também querem se aproximar do continente.

Com relação à inovação, também acho que isso já foi falado, que já foi comentado com relação ao ponto de vista histórico da importância da inovação, e acho muito interessante da participação da Europa e Espanha, com relação às viagens ultramarinas, que não deixa de ser talvez uma das grandes fontes de inovação.

Outro caso também muito curioso da própria ida de D. João VI ao Brasil, poderia ter aqui ficado e enfrentado Napoleão e perder como todos perderam ou realmente ir ao Brasil como foi e ter o sucesso como foi e o Brasil se é um país integrado como é hoje, é em função da inovação que na época teve D. João VI em ir ao Brasil, do próprio movimento de independência do Brasil, ou seja, o nosso D. Pedro I, que é o vosso D. Pedro IV, ou seja, temos que pensar que a independência do Brasil é feita por um português que depois passa o reinado ao seu filho, deixa de ser D. Pedro I do Brasil e vem ser D. Pedro IV em Portugal.

Mas não podemos ir tanto ao passado, vamos pensar mais em factos mais recentes, inovações mais recentes. Na área em que eu trabalho, na área das telecomunicações, onde Portugal e Espanha acho que têm muito a dizer, além dos factos que o meu colega da Portugal Telecom já mostrou, o avanço que a Portugal Telecom tem hoje comparada ao Japão e Coreia do ponto de vista da fibra.

Eu vou citar dois casos: o primeiro, hoje praticamente todas as pessoas do mundo têm um telemóvel, têm um celular, e isso praticamente foi possível, talvez menos devendo ao avanço tecnológico, mas mais por uma coisa que a gente pensa que é uma coisa “como dada”, que é o simples facto de poder ter um celular pré pago, ou seja, o facto de eu não ter que ter uma conta, qualquer pessoa não precisa de ter nenhum crédito, deposita 1, 2, 3 euros ou 1 ou 2 dólares da América Latina e tem acesso a um celular pré pago. Pois isso, embora digam os australianos que foram eles que desenvolveram, mas isso foi desenvolvido por um português, o saudoso colega que nos deixou tão cedo, o Eng.º Romão Mateus, que foi na verdade um invento, não sei se vocês sabem, mas um invento português. E, talvez mais recentemente na história e talvez uma das razões por que a Telefónica é considerada como uma das empresas mais inovadoras do mundo na lista da ECOM, isso não é talvez pelo produto mas pela sua internacionalização, movimento que foi acompanhado pela Portugal Telecom e aqui acho que eu tive oportunidade de assistir como telespectador, mas propriamente o artista principal está sentado nesta mesa, Dr. Murteira Nabo, que também estava acompanhado na época pelo Dr. Horta e Costa, com quem eu tive oportunidade de trabalhar como consultor na época da McKinsey, foi o chefe do projecto por parte da McKinsey e estava a lembrar que quem acompanhou o projecto na época pelo societé dos bancos era o Zeinal Bava, que todos conhecem, o Shakhaf Wine que é Presidente da Portugal Telecom no Brasil, o Luís Pacheco Melo que agora está chefe da Portugal Telecom, ou seja, todos eles são profissionais, com a mesma forma de trabalhar do Dr. Murteira Nabo, que além de ter a capacidade que tem no seu ambiente, de entender a necessidade de ir para mercados de maior potencial de crescimento, basta pensar que naquela época a empresa que foi comprada no Brasil tinha um milhão e quinhentos mil clientes de celular e hoje em dia tem cinquenta e dois milhões de clientes de celular. Ou seja, na verdade a gente fala muito da inovação, pensando quinhentos anos atrás, ou seja em Pedro Álvares Cabral, em Vasco da Gama, mas há movimentos mais recentes de inovação e de internacionalização, numa visão em que realmente a gente percebe que os resultados hoje estão muito mais próximos da nossa realidade.

Para quebrar um pouco o ritmo e demonstrar essa questão da importância dessa questão da inovação, e a inovação embora tenha um papel tecnológico das universidades que é crítico, mas a inovação é a própria questão de pensar de forma distinta, de pensar de forma diferente, ou seja, pouco separa a evolução da inovação, a evolução você consegue fazer as coisas mais ou menos da mesma forma e com o aperfeiçoamento de fazer de forma mais eficiente, você consegue evolucionar, mas até que chega a um determinado momento que você, a evolução por si mesma não é suficiente e você tem que pensar de forma diferente,

você tem que pensar de forma distinta, você tem que rever todos os processos e é o que caracteriza de alguma forma a inovação através da criatividade.

Eu queria mostrar um vídeo que de alguma forma mostra como é que através de um esporte, de um esporte olímpico, como é que um record que ficou estável durante 20 ou 30 anos, porque da forma de se jogar aquele esporte, já não se conseguia evoluir, até que vem alguém que pensa de forma distinta e para mim é um exemplo muito interessante de inovação, acho que vale a pena ver esse vídeo.

VÍDEO: “Quando as metas são cada vez mais altas, as fórmulas tradicionais esgotam-se”. “Você é muito corajoso, mas não vai chegar a lugar nenhum pulando de costas, disse-me o meu professor de ginástica no instituto. Creio que a sua falta de confiança foi o que mais me levou a insistir, a atrever-me a fazer aquilo. Pular de costas, olhando para o céu, dava-me outra perspectiva das coisas, o que me ajudava. Lembro-me de um artigo em que um jornalista escreveu: “Quando os seus concorrentes começaram a encontrar limitações nas pernas, Dick Fosbury começou a saltar com o cérebro. Gostei. Creio que, depois de tudo, só tive a coragem para mudar. Achei que valia a pena tentar.” FIM DO VÍDEO

Acho que é um exemplo interessante, porque foi um record mundial que permaneceu durante mais de duas ou três décadas até que alguém pensou: “do jeito que nós fazemos a coisa, não se consegue mais evolucinar”, e acho que há uma frase que acho muito interessante, ou seja, é completamente irracional pensar que nós vamos ter resultados diferentes fazendo as coisas da mesma forma e acho que a inovação vem um pouco disso, de pensar que se eu quiser um resultado diferente, eu tenho de construir a coisa de forma diferente.

Voltando agora ao nosso sector das telecomunicações e ao tema deste painel do ponto de vista de coesão social, tem um tema que além das obrigações básicas que em geral têm os governos da educação e da saúde, tem duas alavancas muito importantes do ponto de vista de redução da desigualdade social demonstradas: a primeira é com relação ao acesso das telecomunicações, ou seja, desde a primeira onda de um empregado, de um funcionário doméstico, de um jardineiro, tem acesso a um celular que permite ser chamado para fazer um determinado serviço, até com os novos serviços, que tem acesso à internet, à informação.

E a segunda alavanca é a questão do acesso ao crédito, da bancarização. O facto de uma pessoa ter acesso a crédito, a pequenas empresas para ter acesso a desenvolver um novo negócio, para fazer um novo negócio, tem uma capacidade enorme de redução de desigualdade social. As telecomunicações, como comentei aqui a princípio, na verdade, nós temos a sorte, até pela questão do pré-pago de praticamente o índice de bancarização hoje no caso da América Latina, a maior parte dos países está chegando à casa dos 100%, todo o mundo tem um celular. No caso da bancarização, da maneira que tem havido avanços recentes nos

últimos anos, o índice de bancarização é muito baixo, na América e América Latina, 30% das pessoas têm acesso a uma conta bancária, e por mais, como eu disse, que se estejam fazendo esforços, esse indicador é um indicador que tem se movido muito pouco. Quando vamos a países africanos ou do sudoeste asiático, a situação é ainda mais perversa.

Outro exemplo bastante simple, mas bastante interessante, eu vou mostrar um vídeo também aqui, até porque não foi a Telefónica que inventou, na verdade quem inventou isso, foram os operadores africanos. Da mesma forma que eu controlo no meu celular o crédito que eu tenho eu posso converter muito facilmente o celular numa conta bancária, da mesma forma que eu tenho um armazenamento, onde fica armazenado quantos créditos eu ainda tenho para fazer chamadas, eu posso ter uma conta paralela que armazena quantos euros eu tenho e esses euros podem ser usados para fazer chamadas, mas pode ser usado para comprar no supermercado, pode ser enviado para fazer uma transferência bancária, pode ser enviado no caso de emigrantes para fazerem transferências ao seu país de origem, com uma eficiência muito maior do que pelos meios tradicionais.

E o que eu vou mostrar aqui, neste caso não fomos nós que inventámos, repito, mas nós estamos fazendo uma aplicação muito interessante na Colômbia, com uma associação dos cafeicultores de Colômbia, que é um grupo formado por umas 500.000 pessoas, pequenos empresários, pequenos fazendeiros, a maior parte que não tem acesso a uma conta bancária. E como é que estão utilizando o celular para se bancarizar, para ter acesso à cotação do café, para fazer a transacção do preço do café? Eu acho que é um vídeo interessante para mostrar como é que também uma inovação que do ponto de vista tecnológico não tem tanta novidade, mas do ponto de vista do modelo de negócio pode ter uma capacidade de alterar muito a vida dessas pessoas. É um exemplo bastante simples que não tem nenhum salto tecnológico, só usa tecnologias absolutamente disponíveis e está a ter um êxito espectacular no mercado sul-americano, o que vimos aqui hoje da Colômbia era do início do teste piloto, hoje a quantidade e a massa é muito maior, e é um projecto que tem o apoio do Banco BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento- que, sabendo da importância que tem a questão da bancarização, do acesso a crédito, da facilidade do envio de dinheiro, até em correlação à questão da dependência social.

Em resumo, eu acho que do ponto de vista da nossa indústria de telecomunicações, as contribuições que têm sido feitas, em especial da Península Ibérica nos últimos anos, tanto pela apresentação minha quanto pela apresentação do colega que me antecedeu, temos que estar orgulhosos, porque acho que Espanha e Portugal têm dado demonstrações que nesse sector, nesse eixo, na verdade nós não temos ficado a dever a nenhum outro país mais desenvolvido.

APRESENTADOR

FRANCISCO MURTEIRA NABO

Bastonário da Ordem dos Economistas; Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola. Portugal

Vamos agora mover-nos das telecomunicações para a energia. Energias renováveis é sustentabilidade e é também inovação e é internacionalização. O Eng. Jorge da Cruz Morais é engenheiro electrotécnico, do Técnico, com MBA na Nova, passou grande parte, quase toda a sua carreira na EDP, onde fez várias coisas e também esteve ligado às telecomunicações, à ONI em tempos e agora, enfim, é Presidente da Associação Portuguesa de Energia e também Administrador Executivo da EDP Energias de Portugal que é agora uma empresa da moda. Vamos ouvir a experiência dele em termos de energias e, em particular de energias renováveis.

JORGE CRUZ MORAIS

Administrador Executivo, EDP-Energias de Portugal

Eu não ia falar sobre a EDP. Vou falar sobre o sector da Energia, que é um sector que, de facto, como disse o Dr. Murteira Nabo, está na moda. Está na moda porque está a sofrer uma mudança que não tem precedentes nas últimas décadas e que tem um conjunto de razões e é um bocadinho essas razões e as respostas de inovação que lhe estão associadas que eu iria tentar referir aqui. Obviamente, depois estaria disponível para qualquer pergunta sobre a EDP. A inovação, como já aqui foi dito, é inerente ao nosso próprio desenvolvimento, ao desenvolvimento das sociedades, ao desenvolvimento económico, ao desenvolvimento humano.

Mas, eu acho que há dois grandes catalisadores da inovação, pelo menos ao nível empresarial: - Um deles é naturalmente a concorrência. O mercado obriga as empresas a diferenciarem-se, a inovarem, a inovarem nos processos, a inovarem na eficiência, a inovarem no produto, e portanto, a concorrência e os mercados são naturalmente o principal impulsionador do desenvolvimento da inovação.

- Há um segundo, muito particular, que é a inovação que se faz porque aquilo que são as bases do desenvolvimento numa indústria mudam subitamente e é um pouco isso que tem vindo a acontecer no segmento da energia e é isso que está a acontecer no sector da energia. Como eu dizia, o sector da energia vive hoje de, facto, um período de mudança que não tem paralelo nas últimas décadas. Ao longo dos últimos 50 anos do século XX, nós assistimos a um sector energético extremamente estável, baseado no petróleo, baseado basicamente em energia abundante. Não havia falta de energia, a energia estava distribuída e acessível a toda a gente, foi atrás dos transportes, a energia proporcionou a existência dos

transportes e os transportes encarregaram-se de levar a energia a todo o lado. Portanto, basicamente, acesso generalizado à energia, a uma energia abundante e a uma energia barata. Não sei se se recordam, o petróleo durante muitos anos do século XX e apesar das crises de 73 e outras, teve preços que rondaram os 20 dólar por barril e abaixo, inclusive disso. E muito recentemente, já quase nos lembramos que a energia esteve durante a última década do século XX, nos anos 90, esteve constantemente em redor dos 20 – 25 dólar por barril. E, só muito recentemente, é que os preços da energia se alteraram.

O que é que vem a acontecer? É que, há três factores fundamentais que mudam este paradigma que suportou o nosso desenvolvimento económico ao longo do século XX. Sem nenhuma ordem especial, mas por esta: aumento da procura, o aumento da procura sempre foi ou já foi tradicionalmente muito grande. Obviamente, que a base é que era mais pequena. Quais são os dois grandes drivers que determinam a evolução da procura? Um deles é a demografia e o outro é o próprio desenvolvimento económico.

Vamos à demografia. No ano 2000, nós éramos cerca de 6 biliões de pessoas no mundo. A previsão é que no ano 2050 sejamos praticamente 9 biliões de pessoas. E estes números não poderão diferir muito, porque a inércia da demografia é muito grande, como todos sabemos. E isto significa mais 50% de pessoas a consumir energia, a ter mobilidade individual, ou outra mobilidade e, portanto, uma pressão muito grande sobre o desenvolvimento dos consumos.

Um outro factor e o mais determinante de todos é o desenvolvimento económico. Nós sabemos que sociedades tipicamente até aos 3.000 dólar de rendimento per capita anual, têm um crescimento da procura muito residual. Mas quando o desenvolvimento do PIB per capita evolui dos 3.000 para os 15.000, há uma explosão clara no consumo de energia e só a partir dos 15.000 e a partir dos 20.000 é que a procura começa a abrandar em alguns casos inclusive a regredir por força da eficiência energética, etc. E este, portanto, é como dizia o World Business Council, a energia é o combustível do crescimento, e portanto, esse é um requisito fundamental para o desenvolvimento económico a que todos nós aspiramos.

A verdade é que dos 6 biliões de pessoas que nós éramos, o bilião mais rico consome mais de 50% de energia do mundo. O bilião mais pobre consome menos de 4% da energia do mundo. O que quer dizer que se todo o mundo passasse a ter um nível, e o bilião mais rico é basicamente a OCDE, a Europa, os Estados Unidos, e por aí fora, Japão, é este praticamente o bilião rico que consome os tais 50%. Há um bilião mais pobre que consome 4%. Se todos consumissem o mesmo que consomem os países da OCDE, isso significava que os 50% que faltavam, teriam outros 50% e isso implicaria um crescimento muito elevado do consumo. O que nós temos vindo a assistir é ao desenvolvimento económico de uma parte

significativa desta parte pobre. A China, os chamados BRIC, a China, o Brasil, a Rússia, a Índia, penso que não me falta nenhum, representam mais de 2 biliões e meio de pessoas, mais do que aquilo que é hoje em dia este tal bilião rico da OCDE. E esses países têm vindo a crescer a um ritmo enormíssimo, fortíssimo, no consumo de energia.

Num horizonte a 2050, neste espaço de 50 anos, entre 2000 e 2050, já só faltam 40 anos para lá chegarmos, a previsão mais conservadora, a pior previsão era que o consumo de energia iria duplicar, e quando digo pior é pior, o que significa menos desenvolvimento económico. Se o desenvolvimento económico fosse maior do que este, do que estava previsto poderíamos inclusive triplicar os consumos de energia.

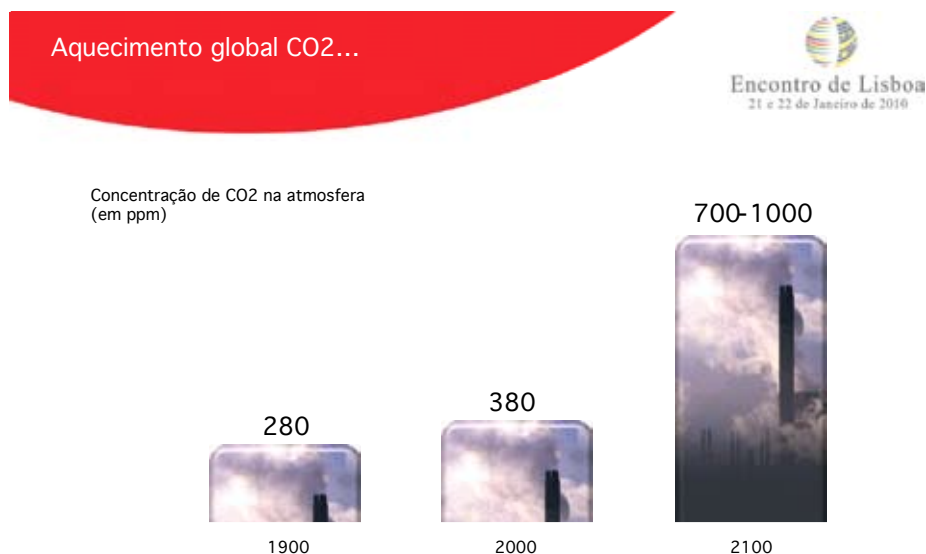
E, portanto, é esta pressão sobre o consumo que é um dos elementos fundamentais e novos que tem vindo a alterar tudo isto, e que tem impacto naquilo que são as nossas reservas de combustíveis fósseis. Todo o desenvolvimento económico do mundo tem vindo a ser suportado sobretudo na energia fóssil, quer no petróleo, quer no gás, quer no carvão. No ano de 2007, e a fonte disto são as estatísticas do World Energy Council, o petróleo e as reservas de petróleo, seriam de 40 anos para o consumo energético de 2007, as de gás 60 anos e as de carvão para 270 anos. Isto pressupõe obviamente as reservas conhecidas em 2007 e tem a ver com os consumos de 2007. Se os consumos crescem desta maneira, estas reservas tendem a baixar mas, obviamente, que se conhecem todos os anos novas reservas e, portanto o problema é relativamente dinâmico.

A verdade é que as novas reservas são, por um lado, cada vez mais caras e são mais caras, eu recorro só um número que uma vez apanhei de que no princípio do século passado, quando se estava ainda nos primórdios da indústria petrolífera, usava-se a energia equivalente a um barril de petróleo para conseguir extrair 100 barris de petróleo. Hoje, nestes postos de grande profundidade, como a Galp Petrobras algures no Brasil, fala-se que é preciso um barril de petróleo para extrair três barris de petróleo. Portanto, o rendimento da operação de extracção já não é o que era. E cada vez se está a extrair energia mais cara. Isto quer dizer que o preço da energia vai tender a crescer, a continuar a crescer, quanto mais não seja por este efeito.

E depois, surgiu um outro que é extremamente recente e que tem a ver com as emissões de CO₂. Nós já ouvimos tantas vezes falar das emissões de CO₂ e das alterações climáticas, que já pensamos que é um problema antigo, mas de facto Kyoto, salvo erro, foi em 1997. Mas, eu em 1997 estava já na EDP, como disse o Dr. Murteira Nabo, já lá estou há muitos anos, e tive a oportunidade de fazer a privatização da EDP, o IPO da EDP, portanto a primeira fase de privatização. E recordo-me perfeitamente que tive de fazer um volte show na altura e falei com não sei, dezenas, centenas, para não exagerar, centenas de analistas e de investidores

e posso-vos dizer que não houve uma única pergunta de quais eram as emissões da EDP, uma única pergunta, a EDP se tinha centrais de carvão. O que as pessoas se preocupavam era quais eram os custos de produção, quanto é que produzia, etc. Ninguém se preocupava quais eram as emissões, estávamos em 97 no ano de Kyoto, mas não era rigorosamente um problema, porque não havia ainda nenhuma restrição, já havia projectos mas praticamente não havia nenhuma restrição. E só recentemente em 1994 é que começa de facto a ser um problema do dia-a-dia. É evidente, que há muita contestação sobre o facto ou há dúvidas, há o grupo dos cépticos, reduzido, mas há um grupo de cépticos, relativamente às implicações que tudo isto tem sobre as alterações climáticas.

Todos nós sabemos também que já houve muitas alterações climáticas inclusive na nossa



história recente, na Idade Média e por aí fora, mas a verdade é que as concentrações de CO2 na atmosfera mudaram significativamente. Na época pré-industrial, as concentrações era 280 partes por milhão, 280 ppms, no ano 2000 eram cerca de 380 e se nada fizermos no ano 2100 será entre 700 e 1000. O risco de 700 a mil é intolerável do ponto de vista climático, segundo muitos especialistas afirmam que isto conduziria a aumentos da temperatura entre 4 e 6 graus e, portanto, com um impacto demasiado grande para poder ser suportável.

O grande objectivo seria manter algo perto dos 450 e foi isso que praticamente está feito em Copenhaga. O que eu quero dizer é: independentemente de isto ser um problema, que eu acho, que eu acredito que é de facto um problema, ou pelo menos é um risco que a humanidade não pode correr, todo o problema energético suportado numa molécula nobre, como são as moléculas dos produtos petrolíferos, que servem para fazer plásticos, têm muitas outras aplicações, eu acho que essas moléculas devem ser guardadas a prazo, porque senão vamos efectivamente gastá-las rapidamente num período curtíssimo da história da humanidade.

O problema da energia é que vai conduzir a preços cada vez maiores, a preços cada vez mais elevados e vamos ter de viver uma alteração profunda do nosso padrão de consumo e da forma como vemos o sector energético. E, portanto, a grande pergunta é: como compatibilizar um cenário de energia mais escassa e mais cara, o necessário desenvolvimento com as necessidades de reduzir as emissões de CO₂?

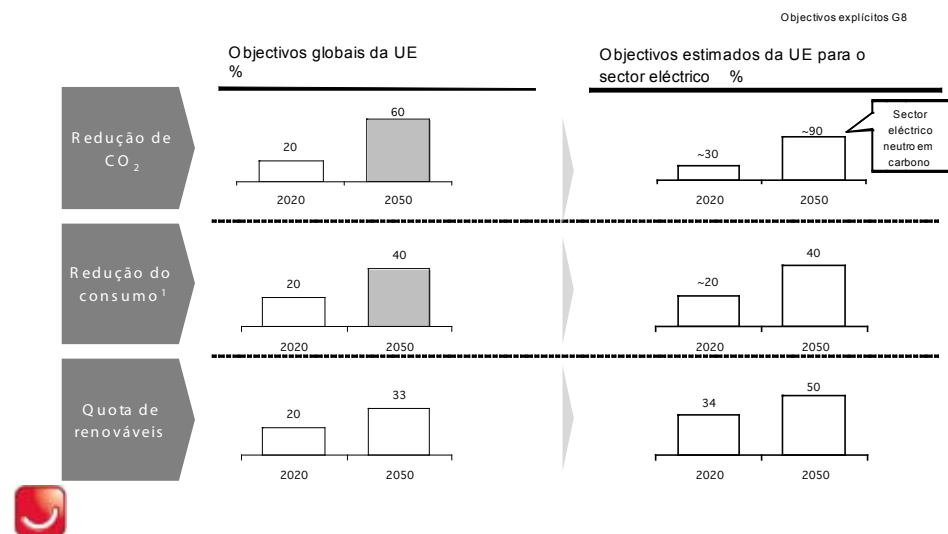
Deixem-me voltar à energia e às previsões que foram lançadas antes agora da Conferência de Copenhaga, foi publicado um livro sobre os cenários das emissões. E, o consumo de energia era aquela recta previsível no WEO-2008 e WEO-2009, a crise económica conduziu a um efectivo abaixamento dos consumos de energia mas que se prevê venham a retomar. O que é que diz a Agência Internacional de Energia? Que para limitar aos tais 450 partes por milhão de CO₂ na atmosfera, seria necessário ter aquela redução relativamente ao cenário Business as Usual, que está em cima. Se nada se fizer, aquele é o cenário de referência para onde caminharemos, e aquela é a alteração. Como é que eu consigo fechar este gap nas emissões? Conseguiria uma grande parte e esta é a previsão à custa de ganhos de eficiência, ganhos em redor dos 60% na utilização de energia, também graças à utilização das energias renováveis que poderiam representar no ano de 2030 cerca de 20%, um aumento de 20% da energia total, também graças ao biofuel, ao nuclear e à captura e sequestro do carbono.

Tudo isto e graças àquele crescimento dos consumos que está previsto, faz com que, mesmo assim, todos os combustíveis fósseis continuem a crescer e só a partir de 2020 é que se trata de alguma redução, portanto, as petrolíferas não têm para já que temer, porque vamos continuar necessariamente a usar os combustíveis fósseis para alimentar o nosso desenvolvimento. A União Europeia é muito mais exigente naquilo que se prevê do cumprimento dos elementos, e o que diz é: a redução é que na União Europeia tem de ser de 60% de CO₂ até 2050 e isso implica que todo o sector eléctrico para 2050 esteja neutralizado em carbono, ou seja zero emissões, e para ter zero emissões só podem ser energias renováveis, solar, eólica, das ondas, etc., etc., e energia nuclear. Basicamente é disso que estamos a falar para ter um sector que seja neutro em carbono. Também isso implica 40% de redução de consumo e

uma quota de renováveis que deveria ser de cerca de 50% para o ano 2050.

Estamos a falar, portanto, de uma revolução total no sector energético. Quais são as

A necessidade de descarbonizar o sector eléctrico até 2050 representa um enorme desafio à inovação



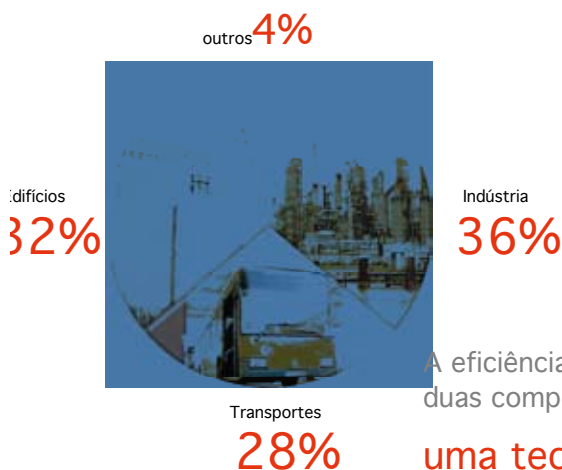
respostas que se podem dar a isto? A produção adicional de energia tem que ser com reduzidas ou nulas emissões de CO₂, a eficiência no consumo é uma forma de limitar basicamente o consumo e, portanto, a pressão sobre as emissões. Quais são as áreas de inovação principais que se desenvolvem aqui? Muitas áreas, na área da eficiência energética, estamos a falar da iluminação eficiente, dos isolamentos térmicos dos edifícios, do aquecimento de água, dos carros eléctricos, de que já vou falar um bocadinho mais, das energias renováveis, com novas tecnologias, nomeadamente os eólicos off-shore, o eólico no mar tem um número de horas de vento superior àquilo que tem em terra, pode ter um impacto, e se for colocado a uma distância suficiente da orla marítima pode não ter impacto visual, a 15 milhas praticamente já não se vê nada. A captura e sequestro de carvão é outro dos elementos principais, muito embora haja muitas dúvidas de como é que se consegue capturar. Consegue-se, guardá-lo é extremamente difícil, aonde e com que riscos? E a energia nuclear, muito embora haja problemas de segurança, etc., é também uma das áreas que vai sofrer com certeza evolução, há uma nova geração que já está a ser instalada na Finlândia e vai ser seguramente um dos

temas que se vai discutir proximamente em todas as sociedades, inclusive aqui.

A inovação tem vindo a contribuir brutalmente para o desenvolvimento das energias renováveis. Em 1985, ainda não foi há tantos anos assim, os moinhos que havia para captura de energia eólica tinham cerca de 50 kilowatts instalados, hoje têm 3600 kilowatts, portanto, uma multiplicação de mais de 12 vezes desde 1990, quando eram 300. E o preço por kilowatt instalado baixou também cerca de 25%.

Outro exemplo, o solar fotovoltaico, as células fotovoltaicas de silício cristalino tinham uma eficiência de 10 – 12 %, têm hoje 16 – 17 %. Não é ainda uma quantidade brutal, mas a energia que o sol envia para a terra é uma quantidade absolutamente notável e bastaria, se toda a energia fosse convertida a 100 %, o que não existe tecnologia que o faça, quaisquer 14 km do nosso território, 14 Km², ou seja, um quadrado de 3,5 ou 4,5, ou algo assim parecido, seria suficiente para alimentar toda a energia eléctrica que hoje se consome em Portugal. Portanto, eu com um pequeno quadrado do nosso território, conseguiria ter essa energia. E depois teria de aguardar, só teria de dia, etc, mas ultrapassadas essas questões que não são de somenos, é para ter ideia da quantidade de energia e é por isso que há hoje em dia um projecto que é o DESERTEC para instalar uma enorme quantidade e que está a ganhar alguma credibilidade, porque tem a Siemens, tem a ONI, tem grandes companhias a fazer uma enorme central para alimentar a Europa no deserto do Sahara. Têm enormes problemas

sumo de energia...



A eficiência energética tem duas componentes essenciais:

uma tecnológica,
outra comportamental

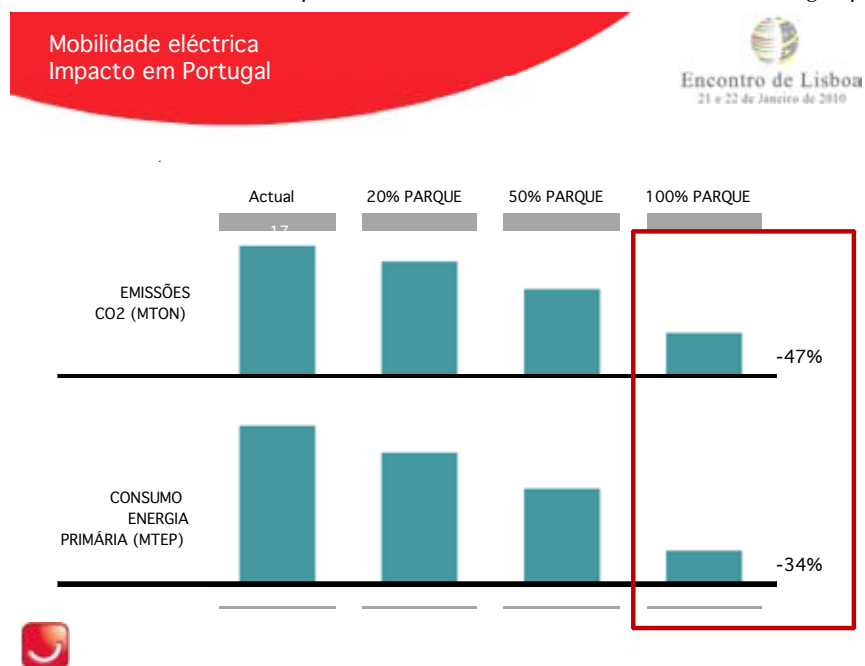
depois para trazer a energia, mas é um projecto que está aí em cima da mesa. Ao nível do consumo de energia, como vimos, é uma das formas para tentar atacar este problema.

É muito simples a mnemónica disto, 30%, um terço do consumo é edifícios, 1/3 é transportes, e o outro terço é indústria, se dissermos isto não estamos a errar muito, e a eficiência energética tem duas componentes essenciais, uma é uma componente tecnológica, é preciso ter máquinas cada vez mais eficientes, é preciso ter formas de produzir os nossos produtos normais, por exemplo, o cimento é um altíssimo consumidor de energia, como todos sabemos, há hoje em dia as técnicas secas que gastarão muito menos do que aquilo que as tecnologias exigem hoje.

E a outra é uma questão comportamental, as pessoas têm de assumir que a energia vai ser muito cara, e esse é um objectivo que do meu ponto de vista vai acontecer e que é fundamental, inclusive para que se passe esta enorme revolução.

Uma outra área de grande inovação é o automóvel eléctrico, sabemos que Portugal está extremamente empenhado nisto, o Governo português está muito empenhado neste processo e há várias tecnologias para ter mais eficiência, há os híbridos, porque isto é um terço do consumo mundial, e portanto é uma das áreas onde se pode ter uma grande influência. Outra possibilidade é hidrogénio, hoje a grande tendência vai muito mais para os eléctricos com baterias, à medida que as baterias se vão desenvolvendo.

Estes números são impressionantes, se todos os automóveis em Portugal, por um pas-



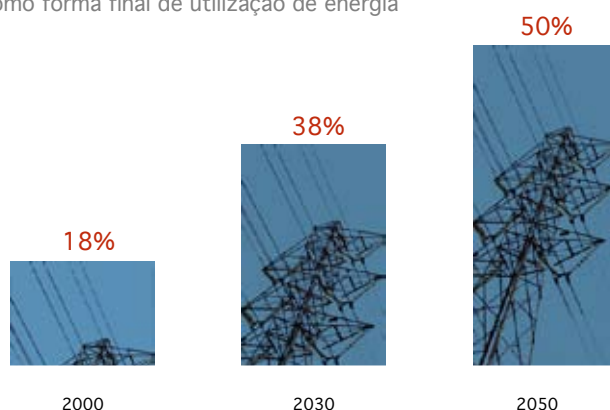
so de mágica, virassem eléctricos e todos utilizássemos automóveis eléctricos, as emissões reduziam-se em 47% e o consumo de energia primária reduzia-se 34%. Porquê? Porque são muito mais eficientes, o motor eléctrico é um motor que tem uma eficiência muito perto dos 100%. Obviamente que para um regime não constante terá muito menos, 75 ou 80, mas é muito mais eficiente, porque posso produzir energia quer através das renováveis quer através de centrais com um rendimento muito perto dos 58%, em vez de utilizar um motor a combustível de combustão interna que tem 28%, 20 -25 % de rendimento. Portanto, estamos a falar de uma enorme economia de energia com grande impacto no consumo e na nossa balança de pagamentos. E o que se acredita é que o veículo eléctrico, com o número de automóveis que se vai fazendo e as baterias, o preço irá ser competitivo com todos os outros, já que, imaginemos, um automóvel gasta 15 -20 kilowatts/hora para fazer 100 Kms, ao preço que a EDP vende a energia e que é pouco, como sabem, estamos a falar de 2 euros para fazer 100 Kms, enquanto a gasolina, um carro mesmo que gaste 6 -7 litros, está a gastar neste momento 9 – 10 euros, e portanto, é uma economia muito grande na utilização destes veículos.

Pelo menos, com toda a discussão que os impostos obviamente trazem a isto. O que isto faz é que o sector eléctrico vai ser um sector que vai crescer muito do ponto de vista

Impacto no sector eléctrico...



Crescimento dos consumos, mobilidade eléctrica, utilização crescente das energias renováveis vão aumentar o peso do sector eléctrico como forma final de utilização de energia



da utilização, quer através, porque é uma forma limpa de transmitir energia e é uma forma limpa de utilizar energia. A poluição está toda concentrada e portanto, mais dominável do que ter 4 milhões de automóveis em Portugal a poluírem as nossas cidades quer com ruído quer com emissões.

E por isso o sector energético tem que subir muito. Mas obviamente para ter automóveis eléctricos, para ter micro geração distribuída pelas casas das pessoas, as redes têm de evoluir muito, as redes hoje são relativamente cegas. Não sei se os Senhores sabem, por exemplo, como é que eu sei que não têm electricidade em casa. Eu sei que não têm electricidade em casa quando me telefonam e se me telefonam duas ou três pessoas da mesma rua, eu digo, há um problema naquela rua, há um problema provavelmente naquele posto de transformação. Mas é assim em Portugal e é assim em qualquer parte do mundo. Não há informação ao nível das redes de baixa tensão. Porque nunca foi preciso ter. Há as contagens tradicionais e chega. E depois há, depende do nível, há informação a nível dos postos de transformação e das subestações.

Por isso, uma das grandes revoluções será o trazer informações para as chamadas redes inteligentes têm um aspecto fundamental para o que se vai desenvolver. Como se vê por este cenário, as oportunidades de investimento vão ser imensas. O relatório Stern estimava em 1% do Pib mundial, anualmente, para lidar com o problema das emissões e tudo isto cria oportunidades, quer na geração renovável, na renovação do actual parque produtor, que em parte tem de ser substituído, a mobilidade eléctrica, as redes inteligentes, etc. O sucesso das empresas e dos agentes neste mercado depende da capacidade de inovação, de antecipação e sobretudo também da capacidade de execução. Acho que são três palavras-chave que determinam neste momento a actuação neste sector.

APRESENTADOR

FRANCISCO MURTEIRA NABO

Bastonário da Ordem dos Economistas; Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola. Portugal

O Professor Daniel Bessa, que é bem conhecido, escuso-me de o apresentar. É de resto meu colega, também na Galp. Tem um quarto de hora meu caro amigo, e já ultrapassámos um bocadinho o tempo. (É bem conhecido, não vale a pena apresentá-lo, é bem conhecido o Professor Daniel Bessa neste país.)

DANIEL BESSA

**Economista, Professor da Universidade do Porto; Director Geral,
Conferência Tecnológica, COTEC. Portugal**

O meu registo é bastante diferente dos meus colegas, que abordaram questões da maior importância, mas muito sectorialmente, muito definidas, e como eu dizia, o meu registo é um bocadinho diferente. Mais abstracto, também. E olhei para o mandato e acho que o mandato tem que ver com o desenvolvimento, subentendo, económico e coesão social. É essa a questão, há aqui uma ou duas circunstâncias de lugar, portanto, que são a União Europeia e a América Latina. Eu não sei se conseguirei prender-me muito a estas duas circunstâncias, e depois há aqui um instrumento que é a inovação. Portanto, foi assim que eu entendi. Os promotores gostariam que eu dissesse alguma coisa sobre a promoção deste instrumento – a inovação, para este objectivo – o desenvolvimento económico e a coesão social e depois que me prendesse na medida do possível às duas circunstâncias de lugar. Eu achei muito interessante que o instrumento fosse a inovação, porque, provavelmente, não muitos anos atrás, não estaria aqui inovação, estaria talvez investigação e desenvolvimento ou qualquer coisa desse género. Ou então estaria conhecimento e, portanto, a ideia de que o desenvolvimento económico e a coesão social, aliás coesão social sem desenvolvimento económico parece coisa difícil de conseguir em termos satisfatórios, estão hoje dependentes de qualquer coisa desse âmbito que tenha que ver com o conhecimento, com a investigação e com o desenvolvimento e com a inovação.

A mudança de foco não é no entanto, digamos assim, despidiêda, porque há uma diferença muito grande entre investigação e desenvolvimento e inovação. Tem tudo que ver com conhecimento, claro. Mas a investigação e o desenvolvimento tem basicamente que ver com a geração do conhecimento, está muito a montante. A inovação está no fim da linha. E, portanto, isto é uma mudança bastante grande que vai ter consequências enormes, acho eu. Dantes, nós falávamos à portuguesa de ID, Investigação e Desenvolvimento, hoje falamos de I+D, Investigação, Investimento e Inovação. Estamos com as três perninha em vez das duas, mas não é só juntar uma perna, é de que o foco passou claramente para a terceira perna, acabada de acrescentar que é a inovação, que está no fim da linha, e tem basicamente que ver com aplicação. E portanto, se tem mais que ver com aplicação do que com geração de conhecimento, primeiro é possível aplicar sem gerar, e este é um ponto importante, já lá vou, é possível aplicar sem gerar e em segundo lugar não adianta de nada gerar se não formos capazes de aplicar. Há aqui esta preocupação acrescida com o concreto, com a realização e isto tem uma métrica. Não há hoje métrica para a inovação que não seja a da criação de valor, a do valor criado, a da capacidade de fazer esse valor crescer, bem, e depois, se quisermos

apropriar do ponto de vista social, os empregos, a qualificação dos empregos, os rendimentos que esses empregos criam, o nível de vida que as pessoas conseguem.

Inovação não é a única forma de chegar ao nível de vida, ainda hoje por esse mundo adiante, quando se fala de incrementar o nível de vida, que é o objectivo de toda a gente, há várias formas de chegar lá. Eu sou um grande consumidor daquele relatório sobre Competitividade no Mundo, feito pelo Economic Forum, portanto, os homens que apresentam, o relatório é todos os anos apresentado em Davos, essa grande realização, na Suíça, onde são apresentados penso que anualmente ou de dois em dois anos, não tenho a certeza agora, os resultados sobre a competitividade.

E a competitividade tem que ver com isto, com a capacidade de desenvolver economicamente e de por essa via chegar à coesão social e, portanto, faz-se aquele ranking de uns países que são mais competitivos, outros que são menos competitivos, mas a porção no ranking não se chega lá sempre da mesma forma, porque há formas diferentes de chegar a um bom resultado em matéria de competitividade. Em termos sequenciais eu diria que há três. Há uma competitividade assente em recursos, e recursos naturais ou recursos humanos, e portanto estamos a falar de recursos naturais ou recursos humanos, evidentemente que quantos mais e mais baratos melhor e depois é preciso aproveitá-los. É a primeira grande forma de chegar à competitividade e ao desenvolvimento.

Depois há outros que não têm grandes recursos e chegam lá por aquilo a que o World Economics Forum chama a eficiência. Eu tenho economias que são resource driven e tenho economias efficiency driven e, portanto, já não é tanto um problema de ter recursos, é basicamente um problema de ser capaz de os usar de forma mais eficiente, leia-se, digamos assim, conseguir preço por factor de custo e de eficiência para conseguir custo. Há ícones dessas coisas, talvez o Japão, mais do que qualquer outro tenha sido um ícone dessa forma de chegar à competitividade. E depois, há uma terceira forma de chegar à competitividade, que é descrita como a inovação. Inovação é, eu diria, não apenas a mais recente, como uma espécie de última instância para quem não consegue chegar lá pelas duas primeiras. Os países estão catalogados, nos que conseguem chegar à inovação com base nos recursos, nos que conseguem chegar à competitividade com base nos recursos, nos que conseguem chegar à competitividade com base na eficiência, nos que conseguem chegar à competitividade com base na inovação e depois há ali duas categorias intermédias que fazem a transição dos recursos para a eficiência e da eficiência para a inovação.

O interessante é saber onde é que Portugal está colocado. Pelo que, digamos assim, tenho aqui cinco clubes, ou três clubes e duas zonas de transição, em cada caso, digamos assim, os factores determinantes são uns e não outros e o que se pede para ser um país des-

envolvido em cada um destes campeonatos, são coisas diferentes. O World Economic Forum avalia hoje 140 países, nós teremos um lugar na ordem do 40º. Não é mau, é provavelmente o nosso lugar de sempre, umas vezes subimos, outras vezes descemos, passámos aqui uma fase em que subimos um pouco, agora estamos a descer. Mas, esse 40º é um bocadinho ilusório, esse 40º entre 140, que é o nosso lugar de sempre, digamos, eu não sei bem se quero ver qual é o meu lugar nos 140 ou se quero ver qual é o meu lugar no grupo em que compito, no lugar em que estou em competição. Qual é o grupo de Portugal? Portugal é um país que é considerado que só pode chegar ao desenvolvimento pela via da inovação. Dirão: Já, tão cedo? Nós, que ainda não assim há muitos anos vendíamos vinho, vinho do Porto, conservas. Depois passámos para uma fase da internacionalização em que, digamos seja portugueses sejam estrangeiros vieram sobretudo buscar condições de custo, condições de custo de mão-de-obra, numa época em que a mão-de-obra portuguesa, em que nós éramos os mais pobres dos admitidos a concorrer, que era uma vantagem, não sei se estão a ver, altíssima, portanto, os mais pobres que nós não eram admitidos a concorrer, nós entramos para um clube onde nos deixavam concorrer e éramos os mais pobres desse clube e isso fez aqui um período áureo, um período áureo, nos anos 60 com a adesão à EFTA e nos anos 70 com a aproximação à União Europeia. Nós já fomos uma economia que foi competitiva com base nos recursos humanos e no baixo preço dos recursos humanos. Passámos rapidamente para uma fase, digamos assim, um pouquinho mais intensiva do ponto de vista tecnológico e sobretudo mais exigente do ponto de vista operacional, eu acho que o ícone dessa fase são as indústrias metálicas, metalomecânicas, enfim, a industrialização alemã do país com a Autoeuropa, digamos.

Ainda hoje, qual é a guerra da Autoeuropa? É ser sobretudo uma empresa eficiente, digamos. Manter ou não manter a Autoeuropa depende no essencial de considerações de custo que permitam mantê-la num campeonato em que jogam sobretudo concorrentes internos. Não é concorrentes externos, é concorrentes internos, no mesmo grupo empresarial, situados basicamente na Europa Central, que é o nosso grande concorrente nesta questão da eficiência. E, até nós hoje, parece que já não podemos concorrer nem com base em recursos nem com base em eficiência. Nós, portugueses, com este nível de desenvolvimento modesto, fomos empurrados para o mais exigente dos campeonatos. Por uma única razão, chama-se EURO, a moeda a que um dia decidimos aderir e que nos fez entrar numa das zonas mais caras do mundo, onde, digamos assim, já é muitíssimo difícil conseguir ganhos de eficiência que consigam compensar o diferencial de custo de que estamos acometidos. Eu acho que hoje em Portugal com base em recursos competirá ainda a floresta, mas eu penso que sobretudo o eucalipto é ilusório considerar, enfim, a competitividade do Grupo Portucel-Soporcel é

sobretudo um problema de recursos naturais, eu penso que se fossem só os recursos e não fossem questões de inovação conseguidas na gestão daquele grupo, nós já não éramos, já não teríamos o desempenho que temos na indústria florestal.

Na base da eficiência, eu penso, enfim, há sobretudo um investimento directo estrangeiro que veio para Portugal e que nós estamos ainda a tentar manter numa perspectiva muito defensiva, e provavelmente tendo que pagar para ir compensando progressivamente as dificuldades de manutenção de uma eficiência, enfim, suficiente, de uma eficiência suficiente, e portanto, nós só podemos competir em inovação. Estou a falar das empresas viradas para os mercados externos. As empresas viradas para os mercados internos, é outra conversa, até ver, embora os mercados internos sejam muito, possam vir a ter uma agressividade concorrencial maior. Mas as empresas viradas para os mercados externos só podem competir hoje em Portugal com base em inovação. Há alguns ícones, eu peço desculpa vou citar os que estão mais próximos, aqueles que eu conheço mais de perto, há certamente, mas ícones deste novo Portugal é, por exemplo, uma Efacec. As pessoas julgam que é uma empresa de equipamentos e é uma empresa de engenharia. Um ícone desta nova forma de estar é uma Bial, que as pessoas julgam que é uma empresa que vende medicamentos sob patente e passou a ser uma empresa que desenvolve medicamentos. Um ícone desta forma de estar é uma Allett, por exemplo. São empresas deste tipo, umas maiores, outras menores, que basicamente estão no mercado global, com base num único factor de competitividade que se chama inovação.

É verdade que eu tenho de conciliar inovação com eficiência operacional, não faz sentido nenhum ir agora perder em matéria de eficiência operacional os ganhos que posso conseguir em inovação. Se aqui e ali eu conseguir meter a mão a recursos mais baratos, evidentemente que é a minha mais estrita obrigação. Mas nós aderimos a um clube, aderimos a um clube onde somos, digamos, onde já só pode competir-se com base em inovação. E quando se compete com base em inovação, por exemplo, há muitas coisas que mudam. Um factor crítico de sucesso numa economia cuja competitividade assente em recursos, são infra-estruturas. Numa economia que assente em inovação, as infra-estruturas interessam relativamente pouco.

E, portanto, pedem-me outras coisas, portanto, digamos assim, há aqui uma mudança quase radical nos factores de competitividade. Eu diria que uns inovam porque, digamos assim, desenvolvem, investigam e desenvolvem, outros inovam porque pura e simplesmente incorporam e adaptam. “Technological Readiness”, pede o World Economic Forum. Eu preciso de uma população, digamos assim, de pessoas e de empresas READY, preparadas para incorporar a tecnologia. Portugal até não tem vindo a fazer mal de todo nessa matéria, há

coisas aqui que têm corrido bastante bem do ponto de vista dessa Technological Readiness. E noutros casos, é preciso desenvolver e aí as coisas não correm tão bem, eu acho que nós nos atrasámos muito, nos atrasámos muito, durante demasiado tempo. As empresas portuguesas beneficiaram dum mercado interno onde podiam vender quase tudo e mais alguma coisa e, portanto, dispensaram-se de exportar e portanto, as nossas glórias e os nossos ícones são hoje demasiado pequenos, nós conseguimos ganhos enormíssimos sobre produtos de reduzida dimensão, em mercados onde estamos a entrar e onde temos um peso pequeno e, portanto, há aqui, digamos, um Portugal emergente, que está a conseguir um resultado muito, muito interessante. Portugal tem uma balança tecnológica positiva, é uma balança de serviços, não tem mercadorias nenhumas, é uma balança de serviços, mas nesta coisa de pagar e receber por direitos de utilização, pagar e receber por serviços de consultoria, pagar e receber por serviços prestados pelas holdings às suas subsidiárias e mais umas coisas do mesmo tipo, Portugal tem hoje uma balança tecnológica positiva.

Agora, estamos a falar de um valor positivo, que passou de negativo a positivo, e portanto, há aqui uma progressão muito interessante, mas sobre uma base muito pequena, e portanto, nós estamos a fazer muito bem sobre um segmento reduzido, emergente, muito reduzido e os ganhos que estamos a conseguir nesse segmento são, e provavelmente continuarão a ser, inferiores às perdas que temos nos segmentos onde a competitividade ainda era conseguida com base em recursos e em eficiência. Eu acho que estamos sobretudo numa corrida contra o tempo, num tempo que se tem apertado muitíssimo. Eu valorizo muito o tempo, ter tempo ou não ter tempo, digamos. A Moodys outro dia dizia: a sorte de Portugal é que tem mais tempo. Fantástico. É tudo o que eu quero, é ter mais tempo. O que me prejudica e dificulta a vida é que o tempo se torna cada vez mais escasso e, portanto, eu tenho que acelerar o passo nesta via. Há fraquezas grandes em matéria de gestão de empresa, estratégia, operações, é um dos pontos mais fracos, há grandes fraquezas ligadas a todo o contexto, como o Dr. Miguel Cadilhe um dia disse, e se não formos capazes de resolver esses problemas, um dia o mal terá que ser cortado pela raiz, nós teremos que sair do euro, não porque alguém nos mande embora, mas porque nós concluiremos que não podemos lá estar.

Parceria estratégica União Europeia–América Latina e Caribe: Mecanismo de Investimento para a América Latina e cooperação tecnológica



A. Almeida, G. Jaramillo, M. Marques e C. Malamud

Apresentadora:

Margarida Marques

Directora da Representação da Comissão Europeia, Portugal

Oradores:

Germán Jaramillo

Representante da Corporación Andina de Fomento, CAF

Carlos Malamud

Investigador principal de América Latina do Real Instituto Elcano, Espanha

Alexandre Almeida

Responsável por projectos internacionais de cooperação
Inovamais, Portugal

APRESENTADORA

MARGARIDA MARQUES

Directora da Representação da Comissão Europeia, Portugal

Eu começava por agradecer o convite que foi feito pela Fundação Euroamérica à Representação da Comissão Europeia para moderar este painel. E, sobretudo, gostaria de integrar este agradecimento no facto de a reunião anterior, em 2005, ter sido organizada em Madrid em cooperação, em parceria com a Representação da Comissão Europeia em Espanha. E, é interessante verificarmos este paralelismo, digamos, na medida em que em 2005 estávamos a comemorar vinte anos de integração de Portugal e Espanha na União Europeia e este ano estamos a comemorar vinte e cinco anos da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal e Espanha à União Europeia.

E gostaria de aproveitar esta oportunidade, penso que o debate que aqui tem ocorrido ao longo deste dia e amanhã, tem muito a ver e fundamenta, diria, muita desta opção, gostaria de dizer que, no quadro das opções dos vinte e cinco anos da assinatura do Tratado de Adesão e no quadro das comemorações dos vinte e cinco anos da adesão de Portugal e Espanha à União Europeia, nós decidimos criar três fóruns temáticos, fóruns esses que serão moderados em Portugal por uma universidade portuguesa e em Espanha por uma universidade espanhola, ou seja, três fóruns temáticos, um sobre a cooperação política, outro sobre a cooperação económica e outro que eu acho tem particularmente a ver com as problemáticas que estão a ser aqui discutidas hoje. Ou seja, o terceiro fórum destina-se a discutir o valor acrescentado da presença, da participação de Portugal e Espanha na União Europeia e a questão da cooperação regional.

Duas problemáticas que não são novas, mas que não são muitas vezes discutidas: a cooperação regional de Portugal e Espanha no contexto da União Europeia, por um lado e, por outro lado, o valor acrescentado da presença de Portugal e Espanha na União Europeia e, sem dúvida, as relações privilegiadas de Portugal com o Brasil, com Angola, Moçambique,

com outros países integrantes hoje da CPLP, ou as relações privilegiadas de Espanha com a América Latina e a América Central, são, de facto, problemáticas que devem ser discutidas, na medida em que representam, estas relações privilegiadas representam um valor acrescentado para a União Europeia.

Uma segunda observação que eu gostaria de fazer: a Cimeira União Europeia – América Latina foi, eu diria, a Cimeira do Estoril foi um momento importante da cooperação com a América Latina, mas a questão fundamental, o tema - ocorreu num momento importante para a União Europeia, que foi o dia da entrada em vigor do Tratado de Lisboa – um dos temas importantes nesta Cimeira do Estoril foi, exactamente, a Inovação e a Tecnologia. Hoje de manhã o Professor Zorrinho, aliás eu e ele já participámos em três eventos – o mesmo – portanto, de manhã no lançamento de uma revista obre o Ano Europeu da Criatividade e Inovação, um almoço para apresentarmos as novas perspectivas da Comissão Europeia sobre o pós-estratégia de Lisboa, portanto, o chamado Documento EU 2020 e também ele esteve aqui hoje de manhã.

E, é interessante nós pensarmos -e eu tive a oportunidade de ouvir algumas intervenções na mesa anterior- que esta problemática da inovação, que esteve presente na Cimeira do Estoril, é uma problemática que marca muito a agenda europeia e marca muito a agenda europeia com os seus restantes parceiros no mundo. Eu gostaria, neste caso concreto, de referir o facto de, tendo terminado o Ano Europeu, as problemáticas do Ano Europeu da Criatividade e da Inovação, ficaram na agenda da política da União Europeia. E, há dois ou três dias, na audição parlamentar da Comissão Europeia Vassiliou que vai ficar responsável por este dossier, ela assumiu perante os deputados europeus o seu envolvimento, a importância que ela atribuía e a importância que ela atribui à questão da Criatividade e da Inovação nas suas diferentes dimensões, não só na vertente cultural, na educação, mas também na economia, na inovação, no desenvolvimento empresarial e, por exemplo, apresentou como uma das prioridades do seu mandato, neste campo, de manter na agenda política e nas preocupações políticas da União Europeia, o desenvolvimento das indústrias culturais no quadro do desenvolvimento dos resultados do Ano Europeu para a Criatividade e a Inovação.

Mas, eu estou aqui no papel de moderadora, não no papel de oradora e, é o momento de passar a palavra aos oradores. O primeiro orador é o Sr. German Jaramillo, que é representante da Corporação Andina de Fomento e gostaria brevemente -possivelmente todos os presentes o conhecem- de lembrar que o Sr. German Jaramillo estudou direito, fez um doutoramento na London School of Economics e foi representante na Colômbia do Banco da Venezuela, foi Presidente da Confederação de Câmaras de Comércio da Colômbia, foi Presidente da Câmara de Comércio de Bogotá e exerceu também responsabilidades no Mi-

nistério das Relações Exteriores da Colômbia. Como representante da Corporação Andina de Fomento, o Sr. Jaramillo liderou projectos de desenvolvimento e de financiamento multilateral na América Latina.

GERMAN JARAMILLO

Representante de la Corporación Andina de Fomento, CAF

Muchas gracias a la Fundación Euroamérica, al Real Instituto Elcano y a la Fundación Carolina por esta invitación. Las tres son emblemáticas instituciones junto a las que, afortunadamente, nuestro banco tiene unas excelentes relaciones de alianzas y proyectos importantes en América Latina, y espero que en el futuro con la Fundación Luso-Espanhola podamos hacer lo mismo en Portugal. Digo esto para anunciarles que Portugal ingresó como miembro de pleno derecho en nuestro banco el 30 de noviembre del año pasado. Por ende, son España y Portugal los dos únicos países que se llaman donantes fuera de la región latinoamericana, lo cual les enorgullece y enaltece.

Quiero empezar por contarles muy brevemente qué es la CAF, ya que tal vez no todos la conozcan; es el otro banco bilateral de América Latina. Cuando decimos el otro banco, nos referimos al BID. Los dos son bancos de desarrollo, con algunas diferencias, naturalmente. El BID tiene 50 años y nosotros 40, somos más jóvenes, lo cual nos da la oportunidad de ser un poco más audaces e innovadores, siendo ése el tema que nos une hoy en esta reunión. Está formado por 18 países miembros, con base en el Tratado Internacional. Se llama Andina, porque en principio fue fundado hace 40 años para los 5 países del Grupo Andino, pero evidentemente un banco necesita tener más clientes y necesita extenderse y es así como hoy sólo Honduras y Nicaragua no son miembros de CAF. El resto, de México a la Argentina, incluido Jamaica, Trinidad y Tobago -que son del Caribe inglés- y República Dominicana, son miembros también de pleno derecho de nuestra institución y, por lo tanto, sujetos de crédito.

El por qué de mi presencia aquí es que definitivamente también a los bancos les corresponde participar en este modelo de innovación y desarrollo, con un compromiso muy grande en AL previamente con la educación. Creo que si bien hay un estadio de innovación y desarrollo que es un poco posterior, por lo menos en algunos países, también el concepto escrito de educación moderna nos compromete en materia de financiamiento, apoyo y cooperación. En todo caso, la CAF es un banco multilateral cuya misión es apoyar el desarrollo sostenible, la integración regional y la preservación medioambiental

Tiene como características fundamentales:

1. Es eminentemente latinoamericana; no tenemos socios que no sean iberoamericanos y no pensamos tenerlos, lo que nos acerca mucho a los países, especialmente hoy cuando nuestra AL está con ideologías que van desde un lado hasta el otro. Al mismo tiempo, por esa cercanía a los países, por ese sabor criollo, nos entienden mejor, sabemos cómo se comportan, cómo nos comportamos y, ante todo, somos unos técnicos que tenemos la obligación de financiar a los países miembros, dejando de lado cualquier otra consideración que no sea la técnica de los proyectos.

2. Promueve una agenda integral de desarrollo.

3. Hay una gobernabilidad corporativa con una gerencia muy profesional.

4. Hay un firme compromiso con los países miembros. Todos los países accionistas -que están en la región- son elegibles para ser clientes. Con los que no lo están -se llaman donantes y son España y Portugal- tenemos unas obligaciones, que veremos en un momento.

5. Tiene una gran solidez financiera.

6. Tiene un manejo de los negocios centrado en cliente/país con la característica de ser muy prudente en las políticas de gestión y en unas estrictas políticas de crédito.

7. Los clientes son gobiernos, entidades financieras y sector privado

8. Los préstamos, son a corto, mediano y largo plazo; proyectos de largo plazo; financiamientos estructurados y todas las figuras nuevas en financiamiento. Hoy día, con los Estados latinoamericanos es muy difícil decir que hay proyectos estrictamente estatales con garantía soberana. La estabilidad macroeconómica de los países lo exige y afortunadamente así ha sido, porque no nos llegó la crisis. Nosotros siempre habíamos sido tachados de los culpables de las crisis, hoy somos los dolientes (los culpables fueron otros) y por eso estábamos muy protegidos -tanto el sector financiero como el sector corporativo- ante los problemas que se pudieran suscitar y es así como nos hemos presentado ante la crisis. Pero los Estados han dicho que “pasó la época en que ellos hacen el financiamiento total con cargo a la nación, que venga el concesionario, el sector privado, el banco y yo pongo lo que me corresponde, un aval, una garantía, etc.” y alrededor de eso hay varias figuras muy novedosas en las estructuraciones financieras para poder atender a los clientes mucho mejor, como financiamientos y préstamos A/B.

9. También hacemos inversiones de capital, fondos de inversión, que estén orientados a sectores específicos, con los que la Corporación trabaja.

10. Hacemos banca de inversión y asesoría financiera directa a los gobiernos o al sector privado, si lo requiere.

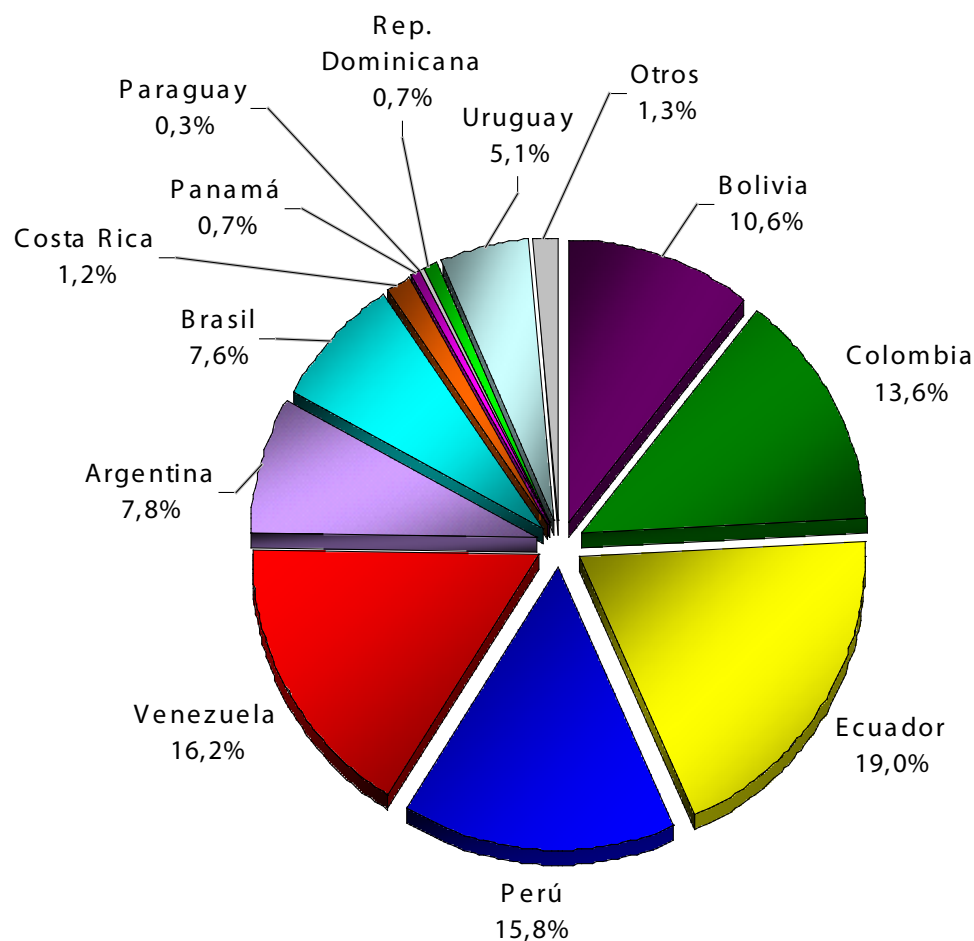
11. Damos garantías y avales.

12. Prestamos servicios de tesorería

13. Damos cooperación técnica con recursos no reembolsables para estudios o apoyos que necesiten determinadas instituciones, gobiernos, universidades, gremios del sector privado (no empresas, porque eso serían recursos de donación no reembolsables)

14. Tenemos programas especiales que van desde el medio ambiente y proyectos MDM de cambio climático, hasta financiamiento para infraestructuras.

La cartera de la CAF a agosto de 2009 estaba en 10.652 millones de \$, terminando en diciembre con 11.500 millones de \$. Está distribuida en diferentes sectores, de los que la infraestructura ocupa el 49.6% (es el principal sector que atendemos) de nuestro financiamiento en transporte, telecomunicaciones, energía y proyectos integración (vías entre dos países, interconexiones eléctricas entre dos o más países..). Otros sectores que atendemos son reformas estructurales, sectores productivos y desarrollo social; estamos entrando en la



educación y en saneamiento, fundamentalmente en agua potable, que es una necesidad en AL, sobre todo en determinadas sociedades de extrema pobreza.

En cuanto a cartera por países, siguen siendo los andinos, hasta este momento, los mayores receptores de recursos. Pero esto va a ir cambiando en la medida en que la capitalización nueva de la CAF permita que los accionistas que no sean andinos, queden en las mismas condiciones de derechos y obligaciones que los andinos, estando ya en esas condiciones Brasil, Uruguay, Paraguay, Argentina y Panamá; y vienen los demás en el curso de los próximos dos años, cuando el pastel podrá repartirse más equitativamente y la cartera pueda subir de una forma más importante.

Me quiero referir ahora a la importancia que concede la institución a la relación con Europa. El semestre de la Presidencia española le da una importancia especial a la relación de Europa con AL. La reunión de mayo debe marcar para nosotros algunos hitos en AL, como poder firmar un acuerdo, por lo menos Perú y Colombia, sino el grupo andino con la UE. La salida a la luz de la LAIF (Latin American Investment Facility), que va a permitir una porción de recursos financieros importantes para proyectos, también nos va a permitir participar en ellos. Ya estamos - y vamos a ser miembros permanentes- en el Comité de Presupuesto, dentro del área de Relaciones Exteriores de la Comisión en Bruselas (RELEX) para administrar esos recursos. Sólo estarán dos instituciones por parte de América Latina, la CAF y el BID; y empezará a funcionar el 19 de febrero, luego allí tendremos acceso a recursos para cofinanciamientos. Además, tenemos una alianza estratégica con el BEI y ya estamos financiando tres proyectos (en Brasil, Colombia y Perú), conjuntamente con el Banco europeo en Luxemburgo, de tal manera que nuestra presencia como banco de desarrollo realmente está llevando a la práctica ese interés de Europa en llegar más a AL y creo que nosotros, como muchos otros, somos un muy buen vehículo para ello, donde podemos garantizar una contabilidad estricta para los recursos que puedan ser administrados por nosotros o que cofinanciamos directamente en ese partenariado.

Nuestro principal sector es el de infraestructuras, de las que nosotros hemos sido tradicionalmente financiadores en AL. Pero hay un dato dramático y es que apenas se invierte el 2,5 del PIB en infraestructuras en AL (menos que las mejores prácticas que se aconsejan), lo que provoca indudablemente deficiencias sociales (inequidad y exclusión), ambientales (contaminación, deterioro ambiental) y económico-productivas.

Los cinco elementos de la infraestructura en los cuales operamos son:

1. Las plataformas logísticas: financiamos puertos, aeropuertos, ferrocarriles y carreteras, no sólo de integración, sino también proyectos que sean nacionales de los países)
2. Logística urbana: redes de transporte masivo -hemos sido financiadores netos de

metros, como el metro de Santiago o de Caracas y ahora en los proyectados metros de Bogotá y la ampliación del metro de Buenos Aires-, trenes de cercanías, viviendas y espacios comunes de esparcimiento)

3. Energías: generación y transmisión –generación de hidroeléctricas, que es lo que en AL todavía se puede hacer, a pesar del interés en las renovables y en las nuevas, teniendo en cuenta que el coste de las hidráulicas es mucho menor y que queda aún toda una labor pedagógica de convencimiento a los gobiernos para que introduzcan en la gente energética el concepto de energía alternativa-, gasoductos –hemos participado en el de Camisea, sacando el gas de la selva peruana para exportarlo a la costa oeste de los EEUU- y oleoductos –hemos participado en el que va de Bolivia a Brasil-

4. Estamos aumentando nuestra participación en este sector de las TICs, a través de estudios y apoyos a accesos de banda ancha para servicios de acceso universal; telefonía móvil, internet, telefonía básica y TV digital)

5. Agua y saneamiento.

La gestión de CAF en infraestructura va desde el financiamiento, es decir, recursos de crédito, hasta recursos de cooperación no reembolsables; hay recursos a fondo perdido a través de diversas fuentes que la CAF tiene para apoyar la etapa de pre-inversión, la de ejecución y en programas de desarrollo sectorial, como son formulación de políticas públicas para determinados sectores, generación de conocimientos y articulación de los actores, sector público y sector privado, por ejemplo en estructuraciones de PPP's.

El modelo de gestión interno está dado por la intervención de varias vicepresidencias: las de financiamiento -soberano y no soberano-, la dirección de medio ambiente y la de políticas sectoriales, planificación y pre-inversión. Hay todo un modelo de gestión perfectamente implementado para poder atender las necesidades que tienen las distintas etapas: que el proyecto sea viable, que tenga fortaleza institucional, que cumpla los estándares ambientales, que haya un aporte importante de la contraparte, que haya transparencia en esos recursos y en el gobierno corporativo de la institución y, por último, una evaluación permanente del mismo.

Hay algunos programas sectoriales dentro del aspecto infraestructura que quiero resaltar, como es la iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA); el transporte urbano (masivo, que es muy importante como los autobuses articulados, que ya hay muchos proyectos en varias ciudades latinoamericanas, ya que el metro se sale de costo en muchas de las ciudades de nuestro continente); la innovación en el transporte, los puertos de primera (damos apoyo a varios puertos latinoamericanos para que obtengan el sello de calidad y sean puertos asequibles a container y a todas las características de un puerto

importante); la energía sostenible; TICs; y desarrollo de integración fronteriza, porque al fin y al cabo nuestra institución fue creada en función de la integración latinoamericana y hay un componente de integración multilateral, que nos compromete a apoyar proyectos entre dos o más países de la Región.

Con el IIRSA (Iniciativa para la Integración Regional Suramericana) hemos hecho un proceso de planificación primero, basándonos en distintos ejes, cada uno de los cuales está compuesto de obras, tanto de interconexión eléctrica, como de carreteras. Si miramos Suramérica de arriba abajo, tenemos el eje andino, el eje del escudo guayanés (para el área de Venezuela y parte de Brasil), el eje Perú-Brasil-Bolivia, el eje del Amazonas (que es interno, pero comprende la región amazónica), el eje de Capricornio, el eje Mercosur-Chile, el eje Andino del Sur, el eje del Sur, el eje de la Hidrovía (es otro elemento de la infraestructura; actualmente sólo existe una hidrovía funcionando, que saca la soja del sur de Bolivia al puerto de Buenos Aires) y el eje Interoceánico Central.



El transporte urbano también tiene unas características especiales:

- . Conocer las principales características del sistema de transporte en el mundo -y creo que Portugal tiene que crecer en esto- y de las áreas urbanas que atiende.
- . Producir datos e información continuos, periódicos, comparables y confiables
- . Mejorar la comprensión de los procesos del transporte y su relación con la accesibilidad, movilidad y el desarrollo urbano
- . Establecer redes de cooperación regionales entre profesionales, autoridades, asociaciones de transporte y usuarios.
- . Promover el intercambio de información y buenas prácticas entre sistemas y ciudades.
- . Dar apoyo a más de 10 ciudades latinoamericanas en los procesos de estructuración y puesta en marcha de sistemas integrados de transporte masivo.

La CAF apoya la innovación en transporte, a través de la aplicación de innovaciones tecnológicas de bajo costo en la pavimentación de las vías de tránsito (apoyamos todo lo que sea poner en buen uso las vías); con el diseño de contratos flexibles para el manejo de riesgos geológicos e hidrológicos en la construcción de obras subterráneas; con sistemas inteligentes para optimizar el uso y sostenibilidad de la infraestructura; y la integración de los bienes raíces como valor agregado del negocio.

En cuanto al programa puertos de primera, estamos ya con sello de calidad en Puerto



Programa Puertos de Primera

		✓ Monitoreo del desempeño portuario en la región ✓ Reingeniería de procesos de gestión en las comunidades portuarias ✓ Creación del Consejo de Calidad
		✓ Implantación de la Marca de Garantía
		✓ Inversión en desarrollo y equipamiento de puertos Segunda fase: <u>Ampliación a otros</u> <u>puertos</u> <u>latinoamericanos</u>

cabello (Venezuela), en El Callao (Perú), en Cartagena y Buenaventura (Colombia) y en Guayaquil (Ecuador). Son puertos ya habilitados para container y para obtener las condiciones mejores para el comercio.

En energía sostenible incluimos la integración energética, el apoyo de la estructura de operaciones de financiamiento bajo esquemas de PPP's; financiamiento de proyectos de biocombustibles en varios países, especialmente en Colombia y Perú y algo en Brasil y en Argentina; desarrollo de programas de ampliación de la cobertura; y usos de herramientas para optimizar la eficiencia del sector.

En tecnologías de la Información y de las Comunicaciones, queremos mejorar sus índices de cobertura, calidad y confiabilidad, a través del desarrollo de proyectos de inversión y pre-inversión en telefonía básica y móvil y redes de fibra óptica. La idea de IIRSA es que las tres infraestructuras (movilidad-carreteras, interconexión eléctrica y fibra óptica) vayan por la misma vía, para que todo se integre en función del desarrollo.

Y en integración y desarrollo fronterizo, la CAF ha diseñado una iniciativa a través del apoyo y convergencia de programas subregionales y binacionales de desarrollo e integración fronteriza, para promover la articulación física y la mejora de los pasos de frontera, así como el desarrollo productivo, social y ambiental sostenible de las zonas fronterizas, algunas de las cuales son muy conflictivas (como la de Colombia-Venezuela) o de extrema pobreza (como la de Perú-Bolivia). Facilitamos, a través de las microfinanzas, la creación de pequeñas empresas en esas fronteras.

Nuestra oficina para Europa está en Madrid, pero desde el 30 de noviembre tengo la grata misión de venir casi mensualmente a Lisboa, porque Portugal es ya miembro de pleno derecho y, por ende, nuestras relaciones con el ministerio de finanzas, con AICEP, y espero que con los empresarios sean cada día más intensas; que nos conozcan y que podamos ser un vehículo para llevarlos de la mano para demostrarles que Latinoamérica ya no tuvo crisis y que ofrece puras oportunidades.

APRESENTADORA

MARGARIDA MARQUES

Directora da Representação da Comissão Europeia, Portugal

Carlos Malamud é director em História da América pela Universidade Complutense de Madrid, é catedrático da História da América pela Universidade de Educação à Distância, foi entre 96 e 2002 subdirector do Instituto Universitário Ortega y Gasset e no Instituto Ortega y Gasset director do programa para a América Latina, foi visiting fellow da Universidade de Oxford e autor de várias publicações e editor de outras e é colaborador habitual de relações

internacionais de diversos órgãos de informação espanhóis, quer da imprensa escrita, quer da rádio, quer da televisão.

CARLOS MALAMUD

Investigador principal de América Latina, Real Instituto Elcano, España

Voy a empezar con una pregunta que interroga, de alguna manera, el contenido de esta mesa redonda, que trata de la Asociación estratégica UE-AL y Caribe: mecanismos de inversión para AL y cooperación tecnológica. La pregunta es si esta asociación estratégica es posible, teniendo en cuenta que la asociación inclusive es planteada desde la Presidencia Europea para ser un poco el marco que de un nuevo impulso a las relaciones entre Europa y AL a partir de la próxima Cumbre ALC-UE a celebrarse en Madrid en mayo de 2010. A mí, como hombre de los dos mundos -nacé en Buenos Aires y vivo en Madrid-, es lo que más me gustaría. Sin embargo tengo serias dudas en que se pueda avanzar realmente en consolidar esta asociación estratégica entre Europa y América Latina y el Caribe.

Déjenme fundar mis temores en cuatro hechos puntuales:

1. En primer lugar, la profunda división actualmente existente en AL. Desde marzo de 2008 hemos asistido a dos crisis regionales, que inclusive pudieron haber producido un conflicto bélico en la región. La primera de ellas fue precisamente en marzo de 2008 cuando las fuerzas armadas colombianas bombardearon un campamento de las FARC en territorio ecuatoriano, donde mataron al número dos de la organización terrorista, el comandante Raúl Reyes. El segundo conflicto es que el opone a Venezuela con Colombia por la cesión, por parte del gobierno colombiano, de la utilización de instalaciones militares en siete bases de ese país. Afortunadamente las cosas no fueron a mayores en ninguno de los casos; aunque el segundo todavía sigue vivo y no sería descartable algún incidente fronterizo en los próximos meses.

2. En segundo lugar, la celebración de la Cumbre Iberoamericana de Estoril, donde las cuestiones de innovación y tecnología eran el centro de la Cumbre. Sin embargo, la mayor parte de las reuniones de los mandatarios iberoamericanos giraron en torno a la discusión política sobre la resolución o no de la crisis causada por el golpe de estado en Honduras. En esta oportunidad, la región aparecía francamente dividida en posturas adversas; una de las cuales partía del absurdo de desconocer el resultado de las elecciones hondureñas por el hecho de haber sido convocadas por el gobierno de facto, lo cual, de alguna manera, significaba negar la evolución de todos los procesos de transición a la democracia en AL. No se olvide que la práctica totalidad de las elecciones que dieron lugar al inicio de esas transiciones a la democracia habían sido convocadas por dictaduras, en muchos casos militares, pero casi siempre por gobiernos autoritarios. De hecho en la Cumbre de Estoril, el tema hondureño copó

la agenda e impidió que, más allá de la declaración final, los temas de cooperación tecnológica e innovación fueran discutidos en profundidad por los mandatarios allí presentes.

3. La celebración, en abril de 2009, de la V Cumbre de las Américas en Trinidad y Tobago, en la cual Europa no participó. El tema viene al caso por el intento del presidente de EEUU, Barack Obama, de diseñar una nueva política en relación con América Latina. En esa ocasión Obama planteó lo siguiente: EEUU debe dejar de tener una política para AL, para tener una política con AL. Evidentemente, si se quiere tener una política con AL, al igual que ocurre con en el tango que para bailarlo hacen falta dos, es importante que AL también participe. Y si desde AL se interroga profunda y repetidamente a EEUU acerca de lo qué ha hecho el presidente Obama para cambiar la relación de EEUU con AL, también cabría hacerse la misma pregunta a la inversa. ¿Qué ha hecho AL para mejorar sus relaciones con los EEUU? En ese sentido, lo que se ha visto en los últimos años -y las cuatro Cumbres realizadas en Costa do Sauípe (Bahía, Brasil) en diciembre de 2007 fueron bastante significativas al respecto- es que la única manera que en estos momentos tiene AL de relacionarse con EEUU es a través del tema de Cuba, lo cual plantea una serie de dudas sobre los avances y la madurez de esta relación. Lo mismo que se puede decir para la relación entre EEUU-AL se puede replicar también para la relación entre AL y Europa. Frecuentemente se interroga sobre cuál es el verdadero interés y preocupación de Europa en AL, pero de la misma manera hay que preguntarse sobre la cuestión inversa; es decir, cuánto interesa Europa a AL.

4. El cuarto tema es un futuro que tiene que ver con la celebración de la próxima Cumbre ALCUE en Madrid el próximo mes de mayo, donde asistirán por primera vez dos presidentes recién electos en AL, que son Porfirio Lobo, de Honduras, y Sebastián Piñera, de Chile, lo que supondrá incluir en el club de presidentes latinoamericanos a dos de ellos que no responden al tronco principal de la sintonía política e ideológica de los mandatarios regionales.

Por si estos cuatro hechos fueran poco, habría que señalar que, más allá de algunas expresiones más propias de la retórica que de la realidad, el proceso de integración regional en AL está en crisis: No sólo porque no se ha podido dar con los mecanismos adecuados para que este proceso de integración avance, sino porque hoy -como nunca antes- hay un número de conflictos bilaterales, que ya no responden únicamente a la vieja dinámica de los enfrentamientos fronterizos, sino que responden a cuestiones económicas, políticas o ideológicas. Es decir, el continente latinoamericano está más dividido que nunca antes lo había estado en el pasado.

Por lo tanto, habría que preguntarse si es posible hablar de avances en la relación de Europa-AL, si es posible una única negociación entre la UE y toda AL como un bloque; si se

puede hablar realmente de una AL o nos encontramos con distintas realidades regionales. Y esto se ve en las repercusiones que la situación política está teniendo sobre la negociación entre la UE y AL en torno a los tratados de asociación. Carlos Carnero hablaba esta mañana del tema desde una postura francamente optimista de los procesos que realmente van bien y la negociación con Colombia y Perú. Pero hay que ir con más cuidado en el tema de América Central, por las razones que él expuso, pero sobre todo por la evolución de la cuestión hondureña y también por las reservas manifestadas por el gobierno nicaragüense. En lo relativo al Mercosur la cuestión es muchísimo más complicada. Se trata de una negociación iniciada en 1999 y que está lastrada por numerosos condicionantes.

Vayamos ahora hacia la segunda parte del título de esta mesa redonda. La división mencionada entre los distintos países latinoamericanos se traduce en el tratamiento que se da a la IED (Inversión Extranjera Directa) por parte de los distintos gobiernos de AL. Hay países, como los del ALBA (Venezuela, Bolivia, Nicaragua, Ecuador, Cuba) donde las garantías jurídicas para la inversión extranjera, y para la inversión en general, son bastante endebles. A esto hay que agregar también el caso de Argentina, lo cual evidentemente complica bastante las cosas. Aquí nos encontramos con la reciente renuncia o cese –habría que ver cómo se produjo exactamente el acontecimiento- del ministro de Relaciones Exteriores de Ecuador, Fander Falconí, que no era cualquier ministro en el gabinete de Correa, sino el principal ideólogo del movimiento político que permitió la llegada de Correa al poder. Y el cese o renuncia del ministro está relacionado directamente con uno de los proyectos medioambientales claves del actual gobierno ecuatoriano, que es la posibilidad de que el gran yacimiento petrolero de ITT - Yasuní no se explote; que el petróleo quede enterrado bajo tierra, porque está en un marco medioambiental paradisíaco (por así decirlo), pero esto implicaría la donación de varios miles de millones de dólares por parte de los países desarrollados. Las discrepancias entre el ministro Falcón y el presidente Correa se debieron a que el presidente, bajo ningún concepto, aceptó la posibilidad de que los países donantes exigieran condicionamientos al destino de su donación. Y esto nos lleva a preguntarnos sobre cuál es la manera que entiende el presidente Correa de relacionarse con el mundo y, sobre todo, de impulsar proyectos de este tipo.

Y en lo que se refiere a cooperación tecnológica, la pregunta es ¿con quién? ¿Con AL? ¿Con algunos países en especial? ¿Es posible esta cooperación tecnológica? Un solo ejemplo que me parece importante es el desarrollo satelital de algunos países del ALBA. En este momento el satélite venezolano Simón Bolívar surca el espacio desde hace un año atrás y Bolivia está estudiando la colocación de un satélite en órbita, el Tupac Katari, cuya inversión sería de 300 millones de dólares aproximadamente. Más allá de lo anecdótico -que supone que personajes históricos como Simón Bolívar y Tupac Katari estén surcando el espacio en vez

de estar reposando tranquilamente em suas tumbas, que é o que deveriam fazer- a questão é com que tecnologia se estão fazendo estes satélites. A resposta é que, basicamente, isto ocorre com tecnologia chinesa. Isto nos leva a perguntarmos qual poderia ser o alcance da cooperação tecnológica europeia em alguns países da região.

E um último tema tem a ver com a aliança estratégica –que seria o lado oposto desta moeda- estabelecida entre Brasil e França, plasmada em numerosos programas, dos quais talvez o “estrela” seja a venda por parte da França dos caças Rafale ao governo brasileiro, mas que assim permitiria uma nova dimensão na cooperação tecnológica, em o transposição de tecnologia, etc.

Isto nos leva outra vez a a pergunta inicial de si é possível a inversão, a cooperação, a transferência tecnológica, com toda AL da mesma maneira o, si por o contrário, há que intentar identificar e seleccionar os socios de uma maneira muito mais clara em função, não só de as garantias que ofereçam, mas também de sua seriedade e consequência.

APRESENTADORA

MARGARIDA MARQUES

Directora da Representação da Comissão Europeia, Portugal

Passo a palavra a Alexandre Almeida, licenciado em informática e matemáticas aplicadas, é especializado em investigação e desenvolvimento para as tecnologias de informação e comunicação, segurança e espaço, tem participado em programas europeus de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e em estudos de inovação e também em serviços de consultoria, tem desenvolvido vários projectos de capacitação em empresas, apoiando os seus processos de inovação e de internacionalização.

ALEXANDRE ALMEIDA

Responsável por projectos internacionais de cooperação na INOVA+, Portugal

Primeiro, obrigado pelo convite que foi primeiramente formulado à ANETIE, que é a Associação das Empresas das Tecnologias de Informação e Electrónica e, por sua vez, direccionou esse convite para a Inovamais, sendo a Inovamais vogal da direcção da Associação por ser a entidade mais capacitada para falar deste assunto. A ANETIE, como já disse, a Associação das Empresas das Tecnologias de Informação e Electrónica, conta com mais ou menos 90 empresas e essas 90 empresas empregam 8000 colaboradores e facturam cerca de 1500 milhões de euros.

Uma parte da missão da ANETIE é adaptada ao tema desta secção: a internacionalização de empresas do sector das tecnologias. Eu irei sempre referir-me às TIE, empresas de tecnologias e informação e comunicação. Também a promoção das empresas através do

site PortugalHighTech.com, assim como a organização de encontros bilaterais. O valor acrescentado desta associação é tentar e dar uma dimensão internacional às principais empresas portuguesas, ligá-las às redes europeias, redes internacionais de tecnologias de informação, assim como serviços de apoio ao empreendedorismo, à gestão de projectos de investigação e desenvolvimento.

A Inovamais, como já disse, sendo vogal da direcção da ANETIE, é uma empresa de Matosinhos, relativamente pequena, 25 colaboradores, também com escritório em Lisboa, mas pertence, o que nós chamamos a maior rede privada em serviços de inovação, com escritórios em Bruxelas, Roma, Praga, etc., e também uma delegação em Boston para fazer a ligação aos Estados Unidos. Como empresa de consultadoria, o nosso principal objectivo é apoiar as organizações, principalmente as PME's nos seus projectos de IDI, investigação, desenvolvimento e inovação, sempre ou quase sempre através de fundos comunitários nacionais, internacionais, para apoiar essas actividades.

Eu retirei só este texto da Cimeira de Lisboa, já escrito com o novo acordo ortográfico, para vossa reflexão. O objectivo deste apresentação era mostrar uma forma diferente de colaborar, neste caso com os países latino-americanos, que é, não a tradicional internacionalização, em que nós temos um produto ou um serviço e vamos daqui para outros países vender esses produtos ou serviços, mas sim começar logo desde o início com uma cooperação com esses países, cooperar de início na inovação, como eu digo ali, cooperar para inovar, e depois, descobrir as coisas em conjunto, descobrir as características de cada país em conjunto para depois termos um melhor produto ou melhor serviço.

Depois deste dia todo a falar-se de inovação, e cada apresentação que ia passando, eu ia pedindo: “por favor não fales disto, por favor não fales daquilo”, mas, foram sempre falando e eu alterei a apresentação já algumas vezes. Decidi a certo ponto não alterar mais e pensei o que é que poderia falar agora de novo para não chatear os resistentes e lembrei-me de que o que poderia falar era do ciclo de vida dos salmões. Vão perceber porquê, porque é que eu falo do ciclo de vida dos salmões, em comparação com o processo de inovação.

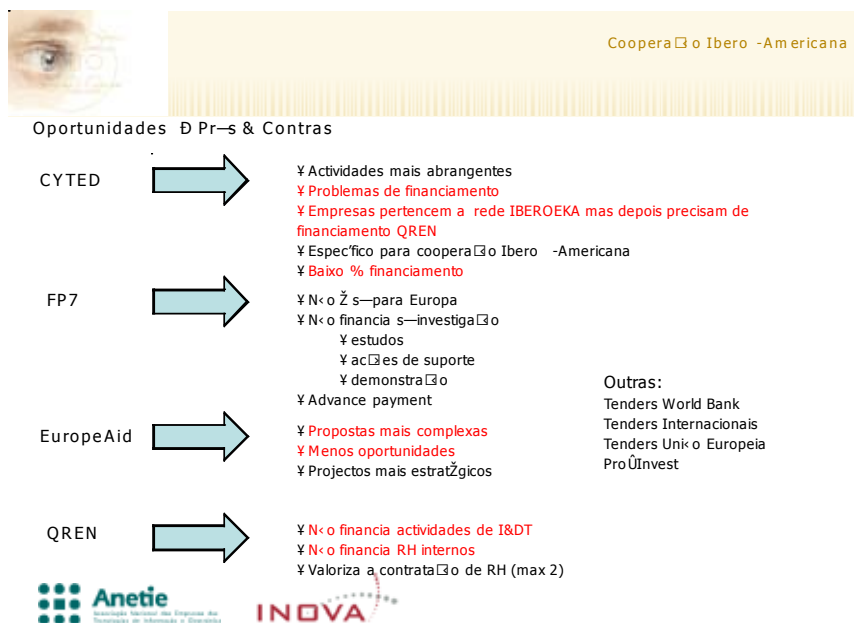
Nós identificámos dois ciclos numa empresa: o ciclo tradicional da operação, que não vamos entrar em detalhe aqui, que depois deveria, e é isso que nós tentamos, entrar em sintonia com o ciclo da inovação. Chega a certo ponto da operação em que é detectado um problema, uma necessidade e é aí que deverá entrar a inovação. E então, esse problema dá origem a uma ideia, ao início de um projecto, que é: muitas ideias, muitos ovos como a fêmea do salmão coloca no momento da desova, coloca cerca de mil ovos e tal como todos os dias surgem ideias como foi falado, no caso da PT, que tem reuniões mensais para ideias, vão surgindo ideias atrás de ideias e nós temos que fazer uma filtragem. No momento seguinte

e em relação aos salmões, só 20% desses ovos é que vão dar origem aos alevins ou girinos, que é o aparecimento ou crescimento dos salmões, que no nosso caso é o desenvolvimento tecnológico da nossa ideia. É o início da construção daquilo que era uma ideia.

A seguir temos a gestão do projecto, que nos salmões é equivalente à adaptação à migração e ao amadurecimento do próprio peixe, e aqui já estamos a falar só de 50. Só 50 daqueles mil é que chegam a jovens, tal como os nossos projectos.

Seguidamente é a fase de avaliação e exploração. O projecto já está mais desenvolvido, está pronto para ser avaliado e depois está pronto para ser explorado, não só na operação, mas também colocá-lo depois no mercado. E aqui, devido a vários factores que eu vou enumerar a seguir, já só 4 daqueles peixes chegam a adultos. No final, temos a desova dos salmões, que são só 2. Eu digo só e vocês perguntam: foram necessários 1000 ovos para ter dois projectos, dois peixes adultos. É verdade, mas se esses dois peixes forem fêmeas, vão dar origem a dois mil ovos e isto entra num ciclo exponencial, se tivermos sorte de serem fêmeas, quer dizer, se tivermos sorte de serem bons projectos, então, iremos entrar aqui num ciclo exponencial e a empresa vai crescer ao ritmo dos salmões.

Só que tudo isto está sempre sujeito aos obstáculos. Dum lado eu coloquei os obstáculos naturais aos peixes, numa tentativa de comparação com os obstáculos aos nossos projectos. E, se por um lado, temos os pássaros, os peixes, os mamíferos e as doenças que vão aniquilando os nossos salmões, por outro lado temos a concorrência, a relutância à mu-



dança, à conjuntura económica, que é o mais falado agora e os custos elevados que pode haver na produção dessa ideia.

Por outro lado, também temos problemas humanos, a pesca, os bloqueios no rio, a poluição e a má gestão do habitat, que tem comparação com a aversão ao risco, com a mudança de prioridades a meio de um projecto, com a resistência das pessoas, às vezes as chefias, outras vezes os próprios empregados e a condenação do insucesso, que é um dos principais erros. Infelizmente, desde o tempo da escola que somos condenados pelo erro, nós errávamos na escola, levavam-se reguadas, agora acho que não, mas temos que ir errando com o tempo e ir melhorando esses erros.

Depois disto, desta introdução à inovação, é uma definição de inovação como muitas outras, um conceito de inovação como muitos outros, tentar adaptar isto à cooperação ibero-americana.

Como empresa especializada em projectos de financiamento, identificámos quatro programas principais, quatro instrumentos principais que visam apoiar não só, mas também, a cooperação ibero-americana.

Temos o CYTED, FP7, EuropeAid e QREN. O CYTED, que é o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento tem dois eixos, a investigação dividida em sete temas, saliento ali Tecnologias de Informação e Comunicação, mas tem todos os outros temas e aqui dou o exemplo de algumas empresas, pequenas empresas que já participaram neste programa, que já usufruíram de fundos, de financiamento a fundo perdido, para poderem colaborar, para colaborarem com países da América.

Depois, além do tema da Investigação tem também a inovação – IBEROEKA, este foi um dos mais concorridos, embora isto seja, é uma rede de empresas que têm o selo IBEROEKA, que supostamente e potencialmente, irá ajudar em futuras candidaturas ao quadro de referência estratégico nacional.

O FP7 – Framework Programme Seventh, o maior programa europeu de apoio à investigação, 50 mil milhões de euros, que é europeu mas, se calhar muita gente não sabe, mesmo trabalhando nessa área que este programa é aberto a países externos, podem participar, claro, que o principal benefício é sempre para os países europeus.

EuropeAid é uma agência da Comissão Europeia que trata de apoios a países externos, no caso, são projectos mais estratégicos, estudos, análises, cases studies, best practices. Neste caso para a América Latina, as principais prioridades são a luta contra a pobreza, consolidação da boa governação, cooperação económica, desenvolvimento do comércio e apoio à integração regional, que é aquilo que estivemos a falar neste dia.

Para finalizar os quatro principais, o QREN, um programa nacional, principalmente o

Sistema de Incentivo Qualificação PME, que apoia a internacionalização das empresas portuguesas e que inclui estudos de mercado, conhecimento de mercado, desenvolvimento e promoção internacional das marcas. Não inclui, isso terá que ser um custo suportado pelas PMEs, operações de marketing e criação de redes, que se, por exemplo a criação de redes, se participaram no IBEROEKA, já têm essa rede criada.

Eu fiz aqui um resumo dos prós e contras de cada um destes programas que, o que para um é a favor, para o outro pode ser contra e vice-versa, porque por exemplo, uma vantagem do CYTED é que são actividades mais abrangentes, não é só investigação e desenvolvimento, também é acções de formação, suporte. Uma determinada empresa poderia querer que este programa fosse só direccionado para investigação. Existem algumas dificuldades de financiamento, o dinheiro por vezes demora um pouco a chegar. O que eu coloquei a vermelho, supostamente são desvantagens, a preto estão as vantagens. Isto pode criar, quem tem conhecimento destes programas, alguma polémica, isto é uma interpretação e não só, é o dia a dia, são resultados que nós vamos obtendo dos nossos trabalhos. Sem dúvida, que a melhor para nós, não digo que seja a melhor opção para os países latino-americanos.

O FP7, financia investigação, financia estudos, financia acções de suporte, demonstração, formação e, muito importante, tem um advance payment, ou seja há um pagamento logo no início do projecto, não é passado um ano, dois anos, depois de trabalharmos que vamos receber o dinheiro, normalmente 50 a 60% é pago logo no início do projecto.

Os EuropeAid são propostas mais complexas, com menos oportunidades e também são projectos estratégico-políticos.

O QREN, quem está em Portugal já conhece, não financia actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, não financia recursos internos, se quisermos associar pessoas a esse projecto temos que contratar novas pessoas, que são no máximo duas.

Muito rapidamente, foi isto que quis mostrar, para tentar recuperar o tempo perdido, são seis horas quase certas, vamos ter ainda um tempo de discussão, espero que tenha sido útil, se calhar o público pode não ser o mais interessante para esta matéria final, mas era uma informação que eu queria passar. Existem ainda as tenders, os concursos públicos do World Bank e outras internacionais da União Europeia e do PROINVEST que podem ficar com os nomes e consultar na internet. Isto são os contactos da ANETIE e da INOVAMAIS. Alguma dúvida, é só enviar um mail ou telefonar.

Sexta-feira, 22 de janeiro

Apresentação



Asunción Valdés Nicolau y J. António Silva e Sousa

Asunción Valdés Nicolau

Directora General de la Fundación Euroamérica

José António Silva e Sousa

Vicepresidente da Fundação Luso-Espanhola

ASUNCIÓN VALDÉS NICOLAU

Directora General de la Fundación Euroamérica

En primer lugar, en nombre de la Fundación Euroamérica, quiero agradecer de todo corazón a la Fundação Luso-Espanhola su colaboración eficaz, su entusiasmo y el apoyo a nuestra idea de realizar una conferencia en Lisboa sobre las relaciones UE-América Latina y Caribe. Hace cinco años, empezamos estos encuentros en Madrid con la Comisión y el Parlamento europeos. Después, contamos con el apoyo de otras entidades españolas que también hoy están aquí, colaborando muy eficazmente con nosotros, como son el Real Instituto Elcano y la Fundación Carolina. Esta relación se complementa con el valioso apoyo del instituto universitario portugués IPDAL, Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da America Latina.

Tras los agradecimientos, quisiera hacer un breve resumen, para los que no tuvieron la oportunidad de estar ayer, de las ponencias del primer día del Encontro de Lisboa. Ante todo, quisiera subrayar que hemos escuchado a los ponentes expresarse en portugués y español y con acentos brasileiro, colombiano, argentino...; es decir, acentos de estas dos grandes lenguas. Y todos nos entendemos; por lo tanto, esto es un activo muy positivo que tenemos en nuestras manos y que hay que aprovechar, porque es una clara manifestación de lo mucho que nos une. Además, hoy se sumará el acento uruguayo de Don Enrique Iglesias.

Este un activo que la Comunidad Iberoamericana debe aprovechar al máximo para potenciar su papel, su protagonismo en la escena internacional, siempre en la perspectiva de su relación privilegiada con la UE, como manifestaba en la conferencia de inauguración de ayer, el ex Presidente de la República y miembro del Patronato de la Fundación Euroamérica, el Sr. Mario Soares.

También escuchamos ayer al Embajador en misión especial para proyectos de la in-

tegración europea, Don Carlos Carnero, quien destacó la importantísima ayuda que la UE, bajo la presidencia española rotatoria de la Unión, está movilizando para la terrible catástrofe de Haití: 229 millones de euros, entre la colaboración de las instituciones comunitarias y los países miembros de la Unión. La UE se convierte, así, en el primer donante para una región necesitada.

Los Secretarios de Estado portugueses, de Asuntos Europeos, Pedro Lourtie, y el de Energía e Innovación, Carlos Zorrinho, subrayaron la importancia, en materia de innovación, de la Cumbre Iberoamericana de Estoril, y los proyectos luso-españoles, como el Instituto de Nanotecnología de Braga y el Instituto para las Energías Renovables de Badajoz, con la participación de fondos europeos.

Los representantes de las empresas portuguesas Telekom y EDP-Energías de Portugal, los Sres. Pedro Durão Leitão, y Jorge Cruz Morais, respectivamente, pusieron de manifiesto el nivel avanzado de Portugal en innovación y tecnología, y cómo estas herramientas están contribuyendo a la cohesión social y a la protección del medio ambiente para lograr un desarrollo sostenible. Quiero citar como ejemplo el de los cafeteros de Colombia, que a través de su teléfono móvil, pueden realizar todas las operaciones bancarias, incluso desde lugares remotos, según explicó el representante de Telefónica, Eduardo Navarro.

También quisiera mencionar que, frente a las dudas suscitadas por el profesor Carlos Malamud acerca de las posibilidades de llegar a un acuerdo estratégico entre la Unión Europea y América Latina por los problemas que existen, el representante de la Corporación Andina de Fomento (CAF), el Sr. Germán Jaramillo, expuso las enormes posibilidades y oportunidades de desarrollo que supondrá para la región el Mecanismo de Inversión para América Latina, que se aprobará en la VI Cumbre UE-América Latina y Caribe, prevista en Madrid, el próximo mes de mayo. Un gran avance, dotado en principio con 130 millones de euros: el 49% se destinará a infraestructuras y transporte para facilitar la integración real y física de países separados por grandes barreras geográficas. Además, este proyecto de Mecanismo de Inversión financiera para América Latina, impulsado por la Unión Europea, quiere potenciar las alianzas público-privadas y estimular la participación de organismos multilaterales, de empresas privadas, etc.

En resumen, juntos pesamos más; aprovechemos, por lo tanto, este activo y estas oportunidades en beneficio de un desarrollo sostenible, en un momento crucial cuando parece que se divisa la salida de la crisis y la recuperación económica.

JOSÉ ANTÓNIO SILVA E SOUSA

Vicepresidente da Fundação Luso-Espanhola

Eu não tinha preparado um discurso tão profundo mas, aproveito as tuas palavras, Asunción, porque realmente fizeste um resumo perfeito do que ontem se passou nesta casa. Fizeste-o com uma profundidade grande e sobretudo, reforçaste as muitas expectativas que aqui se criaram. Mas, gostava também de aproveitar para fazer alguns agradecimentos. Já o agradeço àqueles que connosco estiveram na organização, mas também em nome da Fundação Luso-Espanhola, quero agradecer a quem nos apoiou no dia-a-dia da organização. Cabe assim uma palavra especial ao IPDAL – Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina- presidido pelo Dr. Paulo Neves. Não só nos ajudou desde a primeira hora, como criou aqui também uma expectativa de futuro. E confiamos muito que, de hoje para amanhã, consigamos fazer mais coisas em conjunto e promovermo-nos, crescermos juntos, os dois, as duas instituições. Quero também agradecer aos nossos patrocinadores: ao Santander, à Marsh, à Telefónica e à Fundação Carolina, sem eles estes trabalhos não conseguiriam ter chegado onde chegaram. E, sobretudo dizer aqui que todas estas empresas estão também vinculadas na relação entre a Europa e a América Latina. E isso também nos dá confiança que, de futuro, vamos continuar a contar com elas. Além de que sabem que podem também contar connosco.

A Fundação Luso-Espanhola, que este ano completa dez anos, tem um lema para as relações entre Espanha e Portugal: dois países, um mercado virado para a competitividade internacional. Daí, que tenhamos centrado durante alguns anos as nossas atenções na relação entre Portugal e Espanha. Hoje, queremos ser mais ambiciosos, dar um rumo a estas relações, e o rumo é a competitividade externa, a competitividade internacional das duas economias. Daí que tivéssemos começado a estudar a ligação da Península Ibérica às economias africanas e, agora também, a ligação das economias da Península Ibérica aos países da América Latina.

E, porquê o desenvolvimento tecnológico, como base de reflexão? Porque acreditamos que é o desenvolvimento tecnológico que dá dimensão aos países pequenos. É o desenvolvimento tecnológico que nos permite, enquanto pequenos, sermos líderes. E, o desenvolvimento tecnológico não só nos dá liderança, como nos pode dar afirmação. Temos casos desses em todo o mundo e são esses casos, bons casos, que devemos repetir, replicar, para as nossas duas economias.

Mas, desenvolvimento tecnológico, implica também a existência de um mercado de pessoas a quem o desenvolvimento tecnológico pode ser aplicado. E a América Latina é, para Espanha e para Portugal, o sonho americano.

É com essa consciência que aqui estamos hoje. Queremos estudar o impacto da evolução tecnológica - aprofundar a afirmação tecnológica em Portugal e em Espanha - em conjunto, numa perspectiva do desenvolvimento internacional, e aqui entramos no domínio das pessoas.

Há que ter cuidados, já ontem aqui isso foi muito apresentado, e o principal é que a América Latina, como a África, são realidades complexas. A América Latina não é um mercado único, é um mercado de países diferentes, de economias diferentes, mas geograficamente unidas. E, é isso que temos que entender em Portugal e em Espanha, como base do nosso relacionamento. Aqui, nós Portugueses e os nossos vizinhos, amigos e irmãos Espanhóis, temos uma visão do mundo que é complementar. Nós entendemos que os países que nos estão ligados culturalmente, não existiriam sem nós, mas nós também sabemos que não existiríamos sem eles. E, é desta interligação que pode nascer o futuro. No artigo que escrevi este mês na revista Fórum da Fundação Euroamérica, e mais uma vez agradeço a oportunidade que me deu, terminava com uma história que me contou um político espanhol, um político galego com quem uma vez me encontrei e a quem estava a explicar esta ideia dos dois países, um mercado, virado para a competitividade internacional. Disse-me ele assim: José António, o mundo está perigoso e, num mundo perigoso é importante andarmos acompanhados. Creio que a partir daqui, devemos pensar, nós Portugueses, os Espanhóis e os nossos irmãos da América Latina, que neste mundo perigoso, é muito melhor andarmos acompanhados do que sós.

Agradeço a todos a vossa presença, agradeço a todos os que estiveram connosco a vossa ajuda para que este encontro viesse a ter a projecção que teve e que está a ter, e termino desejando os maiores sucessos para estes trabalhos.

Portugal e Espanha: vozes iberoamericanas na União Europeia



Jorge Faurie, Paulo Neves, Celso Marcos Viera de Souza e Alberto Navarro

Apresentador:

Paulo Neves

Presidente do IPDAL, Portugal

Oradores:

Jorge Faurie

Embaixador da Argentina em Portugal, Decano dos Embaixadores Latino Americanos

Celso Marcos Viera da Souza

Embaixador do Brasil em Portugal

Alberto Navarro

Embaixador de Espanha em Portugal, membro do Patronato da Fundación Euroamérica

APRESENTADOR

PAULO NEVES

Presidente do IPDAL, Portugal

Este painel vai ser para falar sobre Portugal e Espanha: Vozes Ibero-Americanas na União Europeia. As escolhas das intervenções do Senhor Embaixador da Argentina como o Decano dos Embaixadores Latino-Americanos em Portugal; do Senhor Embaixador do Brasil e do Senhor Embaixador de Espanha. Antes de vos passar a palavra, permitam-me, não querendo abusar do meu papel de moderador, fazer duas ou três considerações.

Não há dúvida de que Portugal e a Espanha são as vozes mais genuínas, se quisermos, que pode haver da América Latina na União Europeia. Eu acho que isso é uma satisfação muito grande, tanto para os portugueses como para os espanhóis mas, já tive a oportunidade de o dizer mais que uma vez que é também uma grande responsabilidade. E acho que nós portugueses e também os espanhóis, se quisermos ser, de facto, a melhor voz da América Latina nas instituições europeias, temos que ouvir ainda mais a América Latina. E aí, eu faria quase como uma mea culpa. Até se olharmos para esta Conferência que está aqui a decorrer em Lisboa, vemos que por vezes falhamos só numa coisa e que é ouvirmos pouco a América Latina. Não há dúvida de que se queremos representar melhor e bem a América Latina nas instituições europeias, temos que ouvir mais e melhor os países latino-americanos. E, não podemos ter, sequer, a mínima tentação da arrogância de pensar que são os latino-americanos que têm que aprender com a Europa. Nós também aprendemos e temos que aprender com a América Latina.

Dou-vos um número que é impressionante: não só é impressionante saber que o número de pobres na Europa tem aumentado, como é impressionante saber que o número de pobres tem diminuído na América Latina. E o exemplo extraordinário do Brasil, a que nós devemos estar atentos, ou seja, podemos aprender também com a América Latina. Portugal, e falo como português, nós conhecemos muito bem a América Latina e temos uma mais-valia

a juntar a esta, que é: sentimos muito bem a América Latina, nós sentimos a América Latina. Há poucos dias, há poucas semanas, quando foi conhecida a vitória de qual é a cidade que vai organizar as Olimpíadas de 2018, penso eu, de 2016, quando eu estava com um grupo de amigos a ver qual era a cidade vencedora e quando sai o nome Rio de Janeiro, nós que estávamos todos juntos dissemos: “ganhámos”! Nós somos portugueses, minutos depois estava ao telefone com o meu amigo Celso Viera de Sousa e ele dizia: ganhámos! E eu disse: é verdade, nós ganhámos! Era um brasileiro a falar com um português. E isto é o melhor exemplo de que nós, portugueses, sentimos a América Latina. Escusado será dizer que o Rio de Janeiro já foi a capital de Portugal. E isto é um património histórico que ninguém tira aos portugueses. Fomos os únicos até agora que tivemos a nossa capital na América Latina, no Rio de Janeiro. E estava lá tudo, o rei, os tribunais superiores, até os livros levámos para o Rio de Janeiro. Ou seja, nós de facto conhecemos, mas acima de tudo, sentimos a América Latina.

É evidente que, e já que estamos aqui e ainda ontem estiveram presentes pessoas que têm responsabilidades também na União Europeia, e estamos aqui com Embaixadores, é evidente que Portugal e a Espanha não devem aceitar que estejamos, como estamos neste momento, num impasse nas negociações entre a União Europeia e o Mercosul. Não é aceitável o que se está a passar. Eu nessas coisas sou muito pragmático e acho que os técnicos justificam muitas vezes em Bruxelas que não há acordo entre a União Europeia e o Mercosul por razões técnicas. Eu nisso sou muito pragmático e acho que os técnicos são pagos para resolverem os problemas. E os políticos para decidirem. Se nós estamos a demorar tanto tempo e estamos em demasia, este acordo entre a União Europeia e o Mercosul não se justifica há tantos anos nestas negociações, a culpa é da falta de vontade de alguns países europeus. E é uma responsabilidade de Portugal e da Espanha denunciar isso mesmo e tudo fazer para que rapidamente se faça um acordo entre a União Europeia e a América Latina.

Portugal penso que é -permitam-me, não é nenhum exagero- um bom exemplo das relações com a América Latina, temos relações excepcionais com o Brasil, naturalmente, e é uma relação muito curiosa, cada vez mais é uma relação nos dois sentidos, ou seja, Portugal investe bastante na América Latina, dou-vos um número que, só em termos de empregos na América Latina, as empresas portuguesas já criaram 100.000 empregos, como também agora ao contrário, o que levanta sempre algumas questões. Ainda há poucos dias, uma grande cimenteira brasileira anunciou que quer comprar uma cimenteira portuguesa e levantaram-se aí algumas vozes um pouco assustadas quanto a isso. Mas, a vida dos negócios é assim mesmo. E, se nós gostamos de comprar empresas brasileiras, naturalmente, as empresas brasileiras, e ainda bem. também querem comprar empresas portuguesas. E isso é muito positivo e deve ser bem visto. E acho que é uma tentação errada que está a acontecer agora

em Portugal, nestes receios pelas compras do Brasil. Nós já comprámos boas empresas no Brasil, é normal que os brasileiros também comprem boas empresas aqui em Portugal. Esta coincidência de interesses, ontem o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus falava na coincidência de interesses entre Portugal e a América Latina e não há dúvida que há. O Senhor Vice-Presidente da Fundação Luso-Espanhola há pouco falava dos negócios com a América Latina e não há dúvida de que isso deve ser uma grande aposta. Se nós queremos em Portugal ter grandes empresas, o nosso país não tem dimensão para isso. Só, o país não tem dimensão para isso.

Se nós queremos ser grandes temos que sair também do país. Temos que ser grandes aqui dentro, mas para sermos grandes, de facto, temos que sair de Portugal. E a América Latina é, de facto, um sítio de grandes oportunidades e não só o Brasil, não só o Brasil. Eu sempre disse e continuo a defender, nós podemos fazer grandes negócios em pequenos e médios países. Podemos fazer grandes negócios no Paraguai, podemos fazer grandes negócios no Uruguai, podemos fazer grandes negócios noutros pequenos e médios países latino-americanos. Não devemos olhar só para o Brasil. Dizem-me e eu concordo que, para se estar forte, as empresas portuguesas para estarem fortes na América Latina, devem começar pelo Brasil. É verdade, mas devemos conhecer outros mercados, que não só os mercados brasileiros.

Queria terminar só chamando a atenção, e isso aí ponho já à discussão, depois, para os Senhores Embaixadores esta questão da relação entre a Europa e a América Latina. Eu temo que, eu costumo contar às vezes um episódio aos meus alunos: quando eu tinha quinze anos, tinha um professor de geografia que era muito parado. E então nós tínhamos um princípio que era, havia um mapa mundi atrás na sala e divertíamo-nos, crianças com quinze anos, não é verdade, que era mudar o mapa mundi ao contrário. E o professor chegava, sempre com muita calma, olhava e dizia: bem, o mundo está hoje ao contrário. E ele lá mudava o mapa. E isto, para vos dizer o quê? Nós, de facto, temos hoje em dia o mapa mundi um pouco ao contrário.

Isto não tem nada a ver com o que era há dez anos atrás. É uma coisa que me tem impressionado, sempre que vou à América Latina, que é o interesse que os países latino-americanos dão cada vez mais à Ásia e ao Pacífico. Acho normal, acho natural, mas acho que nós temos que estar muito atentos na Europa. Ou nós acordamos e acordamos de vez e bem ou, quando acordarmos, já fomos ultrapassados pela Ásia e Pacífico. Muitos países latino-americanos, começando pelo Chile e outros, estão-se a virar cada vez mais para as oportunidades do Pacífico e da Ásia e nós temos de estar alertados. Nós temos de facto uma História fantástica, mas como devem imaginar, nos negócios somos pragmáticos e a História passa a segundo plano. É por isso que eu penso que este deverá ser um tema também em

discussão. O Senhor Professor Hernâni Lopes também ontem deixou uma deixa que eu acho que é importantíssima para nós portugueses que é as relações entre a América Latina- Europa- África; nada melhor que nós portugueses para falarmos sobre isso e para fazermos força para que tal aconteça. Temos um know-how com o continente africano, extraordinário, que pode emprestar nestas relações triangulares entre a América Latina, a Europa e África.

Não vos quero maçar mais, vou passar então a palavra aos elementos da mesa. Temos entre nós o Senhor Embaixador da Argentina, o Senhor Embaixador do Brasil e o Senhor Embaixador de Espanha e eu passava a palavra ao Senhor Embaixador da Argentina, o Decano dos Embaixadores Latino-Americanos em Portugal.

JORGE FAURIE

Embajador de Argentina en Portugal

Antes de nada quiero saludar a una figura señera de todo lo que es la vida de América Latina, que es Enrique Iglesias quien, a lo largo de los muchos cargos que ha ocupado en la vida latinoamericana, es una figura rectora de nuestra política regional y ahora como Secretario General del mecanismo iberoamericano. En segundo lugar quiero agradecer al Embajador Alberto Navarro -quien empezó este contacto- que quiso que algunos embajadores del grupo latinoamericano hiciéramos un panel con él, respondiendo a la invitación que le hizo la Fundación Luso-Espanhola y la Fundación Euroamérica, con el apoyo del Real Instituto Elcano, la Fundación Carolina y el IPDAL. Estamos también agradecidos de que la Fundación Gulbenkian, que es una casa de prestigio, quiera darle cabida a la reflexión sobre cómo está el diálogo entre Iberoamérica y Europa donde, sin duda, Portugal y España tienen un papel rector.

Es un buen momento para la reflexión. Hemos pasado por la Cumbre de Estoril, España tiene la presidencia protempore europea y será la anfitriona de la próxima Cumbre UE-América Latina y el Caribe. Quisiera -antes de entrar en la evaluación de dónde estamos parados, que es el tema de este panel- reflexionar sobre lo ha pasado en Estoril, que es lo que viene para la Cumbre, que es lo que viene para la propia Presidencia argentina (nuestro país está a cargo, por un lado durante este semestre de la Presidencia en Mercosur, y durante este año somos también la presidencia protempore iberoamericana, que llevaremos hasta la Cumbre del Mar del Plata).

Pero antes de esto rescato algo que, con la habitual sabiduría que lo caracteriza, el Presidente Mário Soares dijo ayer: la valorización de la capacidad de diálogo que debería tener Europa con los países de América Latina, haciendo un recuento algo crítico de lo que se ha desatendido en los últimos tiempos este diálogo de la Unión Europea con los países

de Iberoamérica y el espacio que se ha perdido. Paulo Neves acaba de hacer esta reflexión sobre el giro que se percibe en algunos países de América Latina, que miran también con gran interés y dinamismo hacia el escenario del Asia-Pacífico. Es una realidad que, hoy en día, todos estamos con los ojos colocados sobre las potencias emergentes, particularmente las de gran dimensión que están en Asia, como son China e India. En el grupo regional nosotros estamos muy contentos porque tenemos en casa un socio emergente muy rico y muy grande como es Brasil, que nos está ayudando a traccionarnos a todos económicamente. Pero en este giro que tiene su significación y que Europa no puede estar desatendida, siempre permanece un elemento subyacente, que son los factores identitarios de un diálogo, de una asociación y donde, por mucho que América Latina pueda trabajar para inserciones privilegiadas con algunos países de Asia, sin duda, en nuestra historia regional, nos van a faltar algunos elementos para sustentar esa identidad o esa coincidencia sobre bases mucho más profundas que aquellas que determina el intercambio comercial, la procura de inversiones, los mercados astronómicos que ofrecen para algunas de nuestras economías mercados como el de China o el de la India.

Por el contrario, Europa y América Latina tienen una identidad que no ha sido suficientemente aprovechada y que lamentablemente en los últimos quince o veinte años de nuestra historia en el mundo, por diferentes razones, no hemos podido valorizar de un modo significativo. Por eso rescato lo que señaló el Presidente Soares ayer y hoy acaba de decir Paulo Neves: hay una decisión política, y la valorización de ese elemento político, de la voluntad de tener la asociación es un elemento crucial para que podamos tener o no éxito. Los países nunca terminan por fracasar completamente en los intentos que tienen. A veces los tiempos con los que desarrollan los procesos de aproximación, de negociación, producen este efecto de sentirnos que hemos fracasado en un camino que no ha avanzado suficientemente y ésta quizá sea la reflexión más visible de lo que ha sido nuestro diálogo en el tema Mercosur, al que luego me gustaría hacer una pequeña referencia.

Entrando en la temática de este panel, nosotros hemos tenido la Cumbre de Estoril recientemente; la hemos dedicado a la innovación y conocimiento (Pedro Lourtie nos hizo hacer una buena reseña de la visión, sobre todo de Portugal sobre este tema), que creo que todos los países de América Latina, cuando discutimos innovación y conocimiento en medio de la crisis gravísima del 2009, lo que estábamos procurando discutir es cómo encontrar en la capacitación, en la educación y en la innovación tecnológica, los medios para tener una sociedad mejor. Las sociedades del conjunto iberoamericano que están en América Latina tienen problemas de desarrollo, estructurales –algunos de ellos producto de situaciones políticas o históricas que han vivido–; hay desigualdades sociales que terminan reflejándose

en la mesa de negociación. Por lo tanto, la innovación y el conocimiento fueron discutidos por todos los que estuvimos presentes en la Cumbre Iberoamericana y en las cumbres sectoriales, a la luz de cómo lograr mejor desarrollo, mayor equidad social. Surgieron decisiones concretas de trabajo creado por este Mecanismo Iberoamericano, de utilizar el desarrollo y el conocimiento para tener este foro de diálogo, que podría tener además aplicaciones concretas en un nuevo convenio de ciencia y tecnología de carácter regional.

La reunión de Estoril tiene un hecho que Enrique Iglesias siempre ha tratado de saludar en cada momento que tiene un micrófono, que tiene un valor importantísimo y que a veces ha pasado desapercibido, que es la firma del Convenio de Seguridad Social Iberoamericano, porque tiene un resultado concreto para la gente que muchas veces se pregunta de qué le sirven todos estos tipos de mecanismos que se reúnen periódicamente. Pues bien, ése convenio es un resultado muy concreto, como lo fueron otros 46 proyectos de cooperación que se aprobaron y que van a beneficiar (según las estimaciones que hacen los expertos) a 14 millones de personas en América Latina. España puso 900 millones de euros a disposición de los proyectos de agua; se tomó la decisión de continuar en la coordinación de políticas para la lucha contra la violencia de género. Todos los países trabajaron mucho el año pasado en el Mecanismo Iberoamericano y lo seguirán haciendo este año en ver qué acciones conjuntas se pueden tomar para hacer frente a la dramática situación de la economía internacional y al impacto que todo esto ha tenido particularmente en la economía de la Región y qué propuestas pueden surgir desde nuestra área para la reforma del sistema financiero. También tuvimos un resultado importante de la Cumbre de Estoril y es el hecho de que hay países que, estando fuera del sistema de los elementos identitarios, han querido sumarse como observadores; es el caso de dos países muy relevantes en el ámbito europeo, como Bélgica e Italia.

Con Estoril también hemos aceptado que el diálogo iberoamericano tiene que tener una dimensión mayor que respalde la identidad de la Región. Y esto pasa por discutir temas cruciales para ella. Ayer escuché en uno de los paneles, que lamentablemente la Cumbre de Estoril había quedado un poco trabada por la discusión de Honduras. Discrepo completamente. Básicamente, la virtualidad más relevante de un mecanismo como el Iberoamericano y la Cumbre de Estoril es que hayamos considerado un tema que es fundamental para la vida de América Latina ¿tenemos democracia o no la tenemos? ¿Cómo entendemos y defendemos a esta democracia? ¿Cómo vamos a crecer en los automecanismos de gobierno si no somos capaces de defender y hablar con la sinceridad que creo que hicieron los jefes de Estado de un tema crucial? En la medida en que cada encuentro iberoamericano sea una discusión sincera de un tema de gran actualidad, para presentar las diferentes posiciones –que pueden ser de disenso–, fortalecerá el sistema iberoamericano.

Creo que, como resultado de esta percepción de hacer frente a temas como el de Honduras en el Mecanismo Iberoamericano, quedó una inquietud que es la de crear algún mecanismo específico dentro del sistema iberoamericano para los temas de actualidad que deben estar presentes en cada cumbre, para que la Región no pase al lado de aquello que le importa a la gente, al pueblo que representamos. La innovación y el conocimiento, si tenía una lectura frente a la crisis económica y social y en la repercusión de la crisis financiera, era una lectura de la irrealidad, por lo tanto, bienvenido sea que hayamos hecho esta lectura durante el año pasado, como la tendremos que seguir haciendo con los temas que vienen a continuación. Sobre todo, que Iberoamérica pueda expresarse y decir al mudo cómo siente, frente a lo que el mundo está viviendo en este momento.

Estoril nos puso ahora en el corto plazo frente a lo que va a ser el encuentro de Madrid, la Presidencia que va a tener España de esta reunión que será relevante; en algún momento de los años 90 comenzó como una respuesta en el mecanismo de las megacumbres frente a otro tipo de diálogo que en el escenario de América latina se daba; estaba toda la dinámica del ALCA y esto fue una respuesta para tener un diálogo de la Región, no sólo hacia el gran socio siempre presente en la política regional, que es Estados Unidos, sino también tenerlo con la UE, con la cual además, gran parte de los países de la Región tenemos un comercio preferencial, privilegiado; son nuestros principales compradores y son un lugar de donde provienen gran parte de las inversiones.

Entonces, hay una elección estratégica que en estas cinco ediciones se tiene de renovar, teniendo claro que, a los factores identitarios que tenemos entre algunos miembros de América Latina y Caribe con la Unión Europea, tenemos que añadir también el elemento de la disparidad del desarrollo que existe entre ambas regiones y que nos obliga a un ejercicio enormemente creativo para poder combinar estas dos expectativas de lo que es el relacionamiento birregional.

Argentina, desde la Presidencia Iberoamericana está procurando coordinarse lo máximo posible con la Presidencia española de ALC-UE, en el sentido de lograr entrosar de alguna manera eficazmente el diálogo en el Foro iberoamericano con el Foro de AL-CUE, porque a veces repetimos en esfuerzos en ambos foros y requieren de una mayor coordinación. Siempre con la búsqueda de que el objetivo específico, tanto de la iberoamericana como del mecanismo ALC-UE, nos permita contribuir para mejorar niveles de democracia, de desarrollo, mayor inclusión social, mayor equidad. Estos son elementos en los que en este año Argentina trabaja como tema en la Cumbre Iberoamericana de la educación y las metas del 2021 y, por lo tanto, también es nuestra expectativa que en el ámbito del diálogo ALC-UE podamos hacer una primera lectura sobre este tema, que será desarrollado luego en el

Mecanismo Iberoamericano, pero que tenga una cierta combinación en sinergias y en ese sentido hemos encontrado en España un apoyo singular.

Tenemos también, en el Foro ALC-UE una lectura del mundo y nosotros deseáramos que esa percepción recoja las inquietudes de esta birregionalidad, vista desde la perspectiva de la UE y de América Latina, pero también centrada sobre los temas que hoy nos preocupan, que tienen que ver todavía con los impactos de la crisis (que no están completamente resueltos), con los requerimientos de reforma de la estructura del sistema económico a nivel global (que precisa mayor ornamento de las reglas practicadas), con las consecuencias que han quedado de los no resultados tan ambiciosos de la reunión del cambio climático en Copenhague.

También tenemos el escenario de una larguísima negociación sobre UE-Mercosur y el diálogo birregional que ya le hemos fiesta de 15 [años], vamos a celebrar el casamiento y todavía continuamos sin conocer los resultados. Hay un esfuerzo de trabajo, pero hay dos percepciones diferentes, claras, sobre cómo debe ser esta aproximación donde, sin duda, reconocemos que tanto España como Portugal han hecho esfuerzos importantes para acercar estas posiciones, que son diferencias de valor de percepción del costo que tiene el acuerdo birregional en la parte económico-comercial y del grado de generosidad o de renuncia que se debe hacer a las respectivas expectativas. Estamos a la altura para decisiones de tipo político. El acuerdo de la UE y el Mercosur no es un esfuerzo menor porque supone la asociación de dos uniones aduaneras y esto es sin duda uno de los esfuerzos negociadores técnicos más complejos, porque la unión aduanera presume un elemento fundamental de privilegio y de exclusividad en la circulación de los bienes entre quienes están dentro y la renuncia de ésta es siempre mucho más costosa que cuando se trata de asociaciones de libre comercio; pero sin duda requieren una voluntad política. Hemos hecho una gran cantidad de encuentros técnicos, muchas veces desorientados, por la marcha de otros eventos globales como era por ejemplo lo de la Ronda de Doha, que producía o no resultados y terminó no siendo satisfactorio para nadie y que a veces nos ha detenido en el camino.

Hoy, 22 de enero de 2010, nuevamente están reunidos en Bruselas tratando de armar un nuevo calendario de reuniones técnicas que nos permitan, a la luz de lo que se decidió aquí en Estoril, presentar algún tipo de resultado para el momento de la reunión de Madrid. Pero requiere, antes que nada, una voluntad política clara que, si no está, los técnicos quedan librados a su propia fuerza y prefieren no tomar decisiones de conjunto. Tengo claro que el Mercosur quiere un acuerdo birregional con la UE en términos de comercio y acuerdo político. Hemos avanzado algo en la parte política, pero nos queda un trabajo técnico inmenso en la parte económica.

CELSE MARCOS VIEIRA DE SOUZA

Embaixador do Brasil em Portugal

Os Encontros de Lisboa – promovidos pelo Professor Ernâni Lopes e por Asunción Valdés, da Fundação Euroamérica – sugerem, de antemão, uma convergência de caminhos, de percursos, onde se pode divisar uma confluência de ideais provenientes de várias direções, que aspiram, pela prática do encontro e do diálogo, à condição de realidades plenas.

No subtítulo deste Encontro – “Portugal e Espanha: Vozes Ibero-Americanas na União Europeia”, deparamo-nos com os contornos, agora mais nítidos, desse itinerário. E imediatamente percebemos tratar-se de um exercício particularmente difícil, que consiste em passar de uma Cimeira Ibero-Americana para uma Cimeira União Europeia – América Latina e Caribe, que congregará, em Madri, um número ainda mais expressivo de atores, tornando mais complexa a dinâmica de funcionamento do foro. Esse percurso nos remete, em última análise, às expectativas dos países latino-americanos em relação a Portugal e Espanha e a sua atuação.

O processo de reaproximação da América Latina com Espanha e Portugal tem lugar, de ponto de vista do Brasil, a partir da estabilização da moeda brasileira, com a implementação do Plano Real, em 1994, e aprofunda-se durante a execução do programa brasileiro de privatizações, em 1997. Nesse contexto, Portugal – que já se encontrava num período de plena democracia e já definira os rumos de sua economia, apontando a proa de seu barco para a União Europeia – identifica, juntamente com Espanha, a oportunidade de uma aproximação com o Brasil – e a maioria dos países latino-americanos, eu diria – no terreno econômico e comercial.

Em pouco tempo, os investimentos de Portugal e Espanha no Brasil – e na América Latina como um todo – multiplicam-se enormemente. Ainda nos anos 1990, ambos os países alcançam posições extraordinárias entre os dez maiores investidores estrangeiros no Brasil. Atualmente, a Espanha ocupa a terceira ou quarta posição no grupo dos maiores investidores no Brasil, enquanto Portugal detém a sétima ou oitava posição.

O caso português parece-me particularmente notável: se levarmos em conta a relação entre o volume global de seus investimentos e as dimensões de sua economia, Portugal assume a primeira posição em termos relativos entre todos os países com investimentos diretos no Brasil.

Na segunda metade da década de 1990, foi a vez dos investimentos diretos brasileiros no exterior também registrarem aumento acelerado. Em 2006, pela primeira vez, o montante de investimentos brasileiros no exterior foi maior do que o montante de investimentos estrangeiros no Brasil. O estoque de capitais brasileiros no mundo ultrapassa hoje o valor 100

mil milhões de dólares. Embora uma parcela desse volume tenha Portugal e Espanha como destino, não tenho dúvidas de que há espaço para o rápido incremento dos investimentos brasileiros nos países ibéricos, seja porque esse movimento ainda se encontra em sua fase inicial, seja porque as projeções da economia brasileira para os próximos anos prevêem forte expansão do produto (superior a 5% em 2010), internacionalização acelerada de nossas empresas e apreciação contínua de nossa moeda.

Por outro lado, pode-se afirmar que o investidor brasileiro já compreende com clareza que a proximidade cultural entre os países torna mais fáceis as operações empresariais no exterior. Nesse sentido, Portugal e Espanha ocupam uma posição vantajosa como potenciais recipiendários dos investimentos diretos brasileiros: são países culturalmente mais próximos de nós e integram um poderoso mercado consumidor.

Tese de doutoramento recentemente apresentada na Universidade Técnica de Lisboa assinala o fator cultural – em particular o idioma – como o segundo entre os dez fatores mais importantes para a vinda de capital brasileiro para Portugal, ao lado de motivações como acesso a mercados e recursos, facilitação das exportações e neutralização de assimetrias comerciais. Pode-se observar, portanto, que, após um período de grande dinamismo do investimento português no Brasil, é a vez do investimento brasileiro em Portugal começar a intensificar-se com uma nova vaga de investimentos de empresas de alta tecnologia, como a TOTVS, a EMBRAER, a WEG e a PETROBRAS, que recentemente instalou seu escritório em Lisboa.

As oportunidades não se limitam, porém, às grandes empresas. O pequeno e o médio empresário brasileiro poderão encontrar em Portugal e Espanha mercados importadores familiarizados com o Brasil e interessados em produtos brasileiros. Em síntese: a América Latina e a Península Ibérica têm diante de si um vasto horizonte de parcerias vantajosas para ambos os lados.

Gostaria de fazer referência, em especial, a duas outras dimensões do relacionamento de Portugal e Espanha com a América Latina, particularmente no semestre em que a Argentina assume, simultaneamente, a Presidência Pro Tempore do Mercosul e a Presidência Iberoamericana, e a Espanha ocupa a Presidência da União Europeia. No Brasil o idioma espanhol está ocupando a posição que no passado cabia ao francês entre os idiomas estrangeiros mais estudados, atrás apenas da língua inglesa. Este ano entrou em vigor lei sancionada pelo Presidente Lula da Silva, em 2005, que torna obrigatório o ensino do espanhol nas escolas públicas de todo o país. São 169.000 instituições de ensino e 52 milhões de alunos em nossa rede pública de ensino. A medida vale a partir do ano lectivo de 2010, que teve início em fevereiro.

Finalmente, quero recordar a dimensão humana desse relacionamento, que constitui

a base e a razão dos esforços empreendidos por nossos países em todos os domínios de suas relações.

Associo-me, igualmente, ao Embaixador da Argentina em Portugal, Jorge Fauri, na constatação da grande expectativa que há na América Latina, e especificamente no Mercosul, quanto à conclusão de um Acordo de Livre Comércio com a União Europeia. O tema já foi objeto de conversações entre Ministros das Relações Exteriores no Encontro do Estoril. Na ocasião, organizou-se uma programação de encontros regulares, que ocorrerão ao longo de 2010, em várias capitais. Naturalmente, a conclusão do Acordo depende de vontade política. Mas é necessário que Portugal e Espanha desempenhem, no contexto do processo negocial na União Europeia, o papel que lhes cabe no sentido de convencer os demais membros de que o Programa Agrícola Comum é absolutamente incompatível com o Acordo que se deseja.

Portugal e Espanha não são grandes beneficiários do Programa Agrícola Comum, cujo esquema de subsídios, aliás, deverá ser reavaliado no ano de 2013. Aproximamo-nos, assim, das vésperas do momento em que todos os elementos estarão reunidos para que possamos concluir exitosamente o Acordo entre o Mercosul e a União Européia. E o Brasil espera que a Espanha e Portugal possam, dentro do contexto europeu, alavancar esse processo. Nossa satisfação com esse resultado seria ainda maior se o Acordo pudesse ser assinado sob a Presidência da Argentina, país parceiro de tantos anos e tão relevante para o Brasil.

Concluo apenas reproduzindo as palavras de um importante estudioso brasileiro das culturas ibero-americanas, que vê na Ibero-América a pré-figuração da humanidade do futuro. Diz ele: “o melhor da latinidade e da iberidade, está na sua universalidade ecumênica e miscigenada, presente no mundo inteiro, onde recebe, dá e transforma-se em mutações criativas”. A afirmação tem o indiscutível mérito de nos permitir vislumbrar um futuro melhor para nossos povos sem esquecer o passado comum, que, afinal, não apenas nos uniu, como também traçou o itinerário que nos conduziu até aqui.

ALBERTO NAVARRO

Embajador de España en Portugal

Yo voy a intentar ser breve y aportar algunas impresiones personales sobre Portugal, España e Iberoamérica, tal vez haciendo unas breves pinceladas de historia con humildad porque tenemos aquí al profesor Hernani Lopes, que vivió esto personalmente.

Cuando entramos juntos España y Portugal en las entonces Comunidades Europeas (yo sigo apostando por el término “comunidad”, me gusta el término “comunidad iberoamericana”, porque creo que refleja mejor lo que hacemos juntos los europeos, que el término “Unión”, porque realmente no estamos en una unión política, y es algo que confunde muchas

veces a los ciudadanos), el capítulo más difícil de negociar fue el de España con Portugal, porque éramos economías cerradas -España aún mucho más cerrada que Portugal, que había estado en la EFTA- y ése fue posiblemente el capítulo que más costó en la negociación, incluso más que la negociación frente a los diez.

Éramos economías cerradas, que habíamos vivido de espaldas; entonces Portugal tenía más comercio con Italia, Francia, Alemania o Estados Unidos que con España. Hoy felizmente, después de 25 años que vamos a cumplir pronto en Europa, España es el primer socio comercial e inversor en Portugal –más incluso que el segundo y tercero juntos, que son Francia y Alemania y, por ejemplo, sólo Galicia o sólo Castilla León tienen más comercio con Portugal que Estados Unidos-; tenemos la misma moneda, vivimos en una comunidad de derecho, donde el más de la mitad del derecho que se aplica viene de Bruselas. Pero es verdad que cuando entramos juntos y nos dimos cuenta de que no teníamos con América Latina más que una relación fundamentalmente retórica, sentimental, cultural, de lenguas compartidas y entramos en la Comunidad Europea, lo único que logramos fue una declaración aneja al Tratado de Adhesión en el año 85, donde recordábamos la importancia que tenía para Portugal y para España, América Latina

Porque América Latina en el año 86 no existía para la Unión Europea. Había unas excelentes relaciones de Francia e Italia bilaterales, pero como tal no estaba en el mapa comunitario, hasta el punto que América Latina formaba parte de lo que se llamaba de una manera muy displicente “países no asociados”, que son los que no tenían relación preferencial. La relación preferencial mayor era con los países de Yaundé –que después es el convenio de Lomé, cuando entra el Reino Unido en el año 73 se crea el Grupo ACP (grupo de África, Caribe y Pacífico)-. El Reino Unido no consigue introducir a India en ese grupo porque Francia dice que se acaba con Papúa y Nueva Guinea, y se crea una línea presupuestaria que crean los británicos con 20 millones de euros, que se reparte el 90% para la India y el 10% restante para el resto del mundo, incluida América Latina, Mozambique, Angola (que entonces no estaba todavía en los países ACP).

Cuando ingresamos dentro y constatamos la realidad de que había una sola delegación en toda América Latina, que estaba en Caracas (se había desplazado desde Santiago de Chile), con el mismo personal que tenía la delegación en Togo de la Comunidad Europea, porque había en mismo volumen de comercio, de flujos financieros y de intereses para la Europa de entonces con Togo (que es un país del tamaño de Honduras) que con toda América Latina.

Estos 24 años en Europa ha cambiado profundamente la relación; pero antes de hablar de eso, mencionaré brevemente un detalle desde el punto de vista español. Por ejemplo el café: cuando nosotros ingresamos en las Comunidades Europeas teníamos un arancel elevado

—ya que vivíamos en una economía muy cerrada, éramos casi atávicamente proteccionistas, después de tantos años de dictadura- y nos damos cuenta de que, como consecuencia de nuestro Tratado de Adhesión, el café de África, Caribe y Pacífico entra en España con arancel cero y se mantiene el arancel del 5% en el café de Colombia o el de Latinoamérica. Después de unos debates intensos en Madrid, se decide que se tiene que quitar también el arancel para América Latina y nos llevamos la sorpresa de que eso no es tan fácil, ya que hay unos intereses muy grandes por parte de las antiguas potencias, Francia y Reino Unido, y no conseguimos más que reducir un punto (del 5 al 4%) después de un intenso debate. Obviamente después se consiguió por fin pasar al arancel cero, que es que tenemos actualmente para disfrutar del café de Colombia que es posiblemente el mejor o de los mejores del mundo. En este momento, y desde hace varios años, lo tenemos en el sistema de preferencias generalizadas consolidado con América.

Lo pongo como ejemplo de lo que fue para nosotros la entrada, porque América Latina era mucha retórica, mucha declaración, pero no teníamos detrás instrumentos comerciales preferenciales, como por ejemplo tenía el Reino Unido. Un experto comunitario puede preguntar qué hace la India en el protocolo azúcar de los ACP y estaba ahí porque formaba parte del Commonwealth Sugar Agreement, que trae el Reino Unido en el año 73; nace este protocolo azúcar como herencia del Commonwealth Sugar Agreement; y estamos hablando de un acuerdo que cuesta 600 millones de euros al año. Estos son intereses mucho mayores de los que incluso tenía la propia Francia con sus antiguas colonias.

En estos años se ha hecho muchísimo, se han abierto delegaciones en prácticamente todos los países iberoamericanos y tenemos ya acuerdos de asociación, de libre comercio con México. Pero Europa siempre ha ido detrás; Estados Unidos tiene que ser el pionero con el NAFTA para que Europa reaccione y en poco más de un año firmemos ese acuerdo con México; aunque hay productos que nunca hemos vuelto a recuperar, como el tomate concentrado que se queda allá -ese mercado- en manos norteamericanas.

También tenemos el acuerdo con Chile, que se firmó en el año 2002. Pero desde entonces, no hemos firmado ningún acuerdo más. Si ponemos la foto desde Europa de cómo están las relaciones con América Latina en el 2002 y lo comparamos con Estados Unidos -que es el otro gran gigante del mundo porque hablamos de comercio mundial que es, en definitiva, lo que importa- nos damos cuenta de las grandes diferencias. Han hecho bien mis colegas de hablar del acuerdo con Mercosur porque en definitiva lo que da prosperidad, eso lo hemos aprendido después de tantos años en Europa, es la apertura comercial. Y eso lo tenemos que repetir una y otra vez porque, como digo, aún quedan algunas herencias un tanto proteccionistas. Esa ha sido la historia de éxito de España y Portugal en Europa: a mayor

apertura comercial, mayor prosperidad. Y yo creo que no hemos tenido unos 25 años –y eso que somos países viejos, Portugal posiblemente el más o uno de los más viejos del mundo– con tanta estabilidad política y lo que bien con ella, que es la prosperidad económica, como los que hemos vivido portugueses y españoles dentro de Europa.

Como decía, Chile y México son los únicos países de América Latina con los que tenemos estos acuerdos. En el año 2002, Estados Unidos tenía un solo acuerdo, el NAFTA, con México. Hoy, 7 u 8 años después nosotros seguimos igual y llevamos más de siete años negociando un acuerdo con Mercosur, la Comunidad Andina y los países centroamericanos. Y Estados Unidos, en este tiempo, ha firmado acuerdos de libre comercio con todos los países centroamericanos, con República Dominicana, Panamá, Colombia, Perú; nos ha comido el terreno a los europeos.

En parte, porque Europa ha vivido estos últimos años cerrada en sí misma; hemos tenido esos debates institucionales que tanto nos apasionan a los europeos. Es verdad que los temas de reparto de poder son los más difíciles, mucho más que cambiar la política agrícola común, o las perspectivas financieras o el presupuesto comunitario; y hemos estado embarcados en una ampliación sin precedentes a diez países de golpe en el año 2004 y a Rumanía y Bulgaria en enero de 2007.

Y estamos en otra Europa mucho más amplia, con 500 millones de ciudadanos; en una Europa donde al final se ha impuesto la visión británica. La construcción europea es, en definitiva, es un matrimonio franco-alemán, dos países que han estado en guerra y han tenido decenas de millones de muertos y que deciden hacer juntos la paz. Y este proceso de integración, que no tiene ejemplo en la historia de la humanidad, nos ha llevado a compartir la moneda y muchas otras cosas. Pero la realidad es que el Reino Unido, que nunca ha querido políticas comunes (no le gusta la política agrícola común, ni la de pesca común, ni la moneda única, ni siquiera la Carta de Derechos Fundamentales del Tratado de Lisboa, en el que se ha autoexcluido, igual que Polonia o la República Checa) digamos que ha ganado esta batalla con la ampliación y estamos en una Europa muy compleja y muy distinta de la Europa que, por ejemplo, presidió España en el 2002 con José M^a Aznar, cuando se firma en Madrid el acuerdo de asociación con Chile.

Tenemos con América Latina los mismos valores, vemos el mundo con los mismos ojos y eso no lo compartimos con nadie más. Empezamos con la pena de muerte, o el protocolo de Kyoto, las minas antipersonales, el papel de Naciones Unidas, la prevención de conflictos, etc. Ni Estados Unidos, tercer país del mundo con más ejecuciones de muerte, ni China ni Japón, donde también existe la pena de muerteEl único continente que es europeo, digamos, por los cuatro costados es América Latina y no hemos podido traducir eso todavía,

más allá obviamente de lo que hacemos en la Comunidad Iberoamericana que yo apostaría hoy desde Europa más por la revitalización y es impresionante el trabajo que ha hecho y hace Enrique Iglesias y cómo esta comunidad tan joven está ya impulsando proyectos y programas concretos y, aunque nos quejemos de algunos de los inconvenientes y las insuficiencias que tiene, basta mirar cómo estamos dentro de Europa para poner las cosas en perspectiva.

Yo quería terminar haciendo unos comentarios del acuerdo con Mercosur. Estamos ahora comenzando la Presidencia española en un momento muy distinto a la tercera presidencia que tuvimos en 2002, en medio de una crisis económica global, mundial, sin precedentes en la historia comunitaria, con un nuevo Parlamento europeo que ha salido en las últimas elecciones con 736 diputados, que van a pasar a ser 754 cuando se aplique Lisboa.

Eso obviamente no es un parlamento, es una macro-asamblea que va a tener más poderes que nunca, y que es siempre muy sensible a América Latina, lo que hay que aprovechar; con una nueva Comisión, que todavía no ha tomado funciones, que además ha atrasado la toma de funciones y es posible que hasta el 9 de febrero no tengamos la Comisión Barroso II que en todo caso vamos a recibir en Madrid, que es el acto con el que se arranca una Presidencia, cuando los Ministros se reúnen con sus contrapartes, los Comisarios y ven qué van a llevar a los distintos Consejos. Esa reunión no se va a celebrar en Madrid hasta el día 15 de febrero, para poner un poco el marco en el que estamos en esta negociación con Mercosur. No tenemos Comisaria de Comercio para la negociación con Mercosur, porque la señora Catherine Ashton ha sido nombrada Alta Representante y ya está ocupándose de los temas que llevaba hasta ahora Javier Solana y le ha pasado la cartera de comercio a Benita Ferrero, que obviamente no ha tenido tiempo de entrar en esos temas. El belga, que va a ocuparse de esa cartera -porque en la Comisión Barroso II ningún Comisario repite, salvo el presidente Barroso- va a ser Karel de Gucht, el actual Comisario de Desarrollo y Ayuda humanitaria, que está ahora yendo en Haití, pero que a partir de febrero no se va a ocupar de eso, sino la nueva Comisaria búlgara, quien va a llevar las negociaciones comerciales. Digo esto porque estamos en un entorno con figuras nuevas, como el Presidente del Consejo europeo, la nueva Alta Representante, que sin duda hay que tener en cuenta. Son tal vez demasiadas novedades en un contexto de crisis, que yo creo que nos obliga a lo contrario, es decir, a acelerar más esta negociación.

Es vital, no sólo para España y Portugal sino para toda Europa, la relación con América Latina, que es una grandísima oportunidad en este mundo globalizado. Me encantaría escuchar a Enrique Iglesias, porque aprendo siempre mucho de sus lecciones, de sus intervenciones, pero creo que -lo decía también aquí, en Lisboa, Felipe González- el futuro de Portugal y España ya no está tanto en Europa como en América Latina y creo que tiene mucha razón.

Los Iberoamericanos estamos de moda en el mundo. A mí me gusta repetir esta idea porque a veces en Portugal hay una tendencia al pesimismo. Porque no es casualidad que haya sido Javier Solana diez años el único hasta ahora Primer Alto Representante de la Unión -vamos a ver si la nueva Alta Representante británica, aunque tenga toda la diplomacia británica detrás, puede superar el listón que ha puesto Javier Solana- o que sea otro ibérico, Durao Barroso, quien presida la Comisión; o que tengamos a Jorge Sampaio de Secretario General de la Alianza de Civilizaciones; o que Antonio Guterres presida el Acnur, que es agencia de Naciones Unidas con mayor presupuesto; José Borrell dirija el Instituto Universitario de Florencia; o que Iñigo Méndez de Vigo dirija ahora el Colegio Europeo de Brujas; por no mencionar iberoamericanos ilustres como Enrique Iglesias.

Y esto no es casualidad, al igual que no es casualidad que para la final de los Juegos Olímpicos, haya sido elegida como finalistas de su sede, Río de Janeiro y Madrid. Y aunque los españoles no nos hemos alegrado tanto como los portugueses de la victoria de Río, porque teníamos a Madrid, sin duda preferimos que sea Río, antes que Chicago o que Tokio. Igual que estoy convencido que los brasileños, si no hubiera podido ganar Río, habrían preferido Madrid. Esto no es casualidad, como tampoco lo será que el 2 de diciembre, en París, se adjudiquen los mundiales fútbol de 2018 a la candidatura conjunta de Portugal y España, porque vamos a ganar; porque si nos movilizamos las dos diplomacias, Iberoamérica, África, y algunos países en Asia, estoy seguro de que lo vamos a conseguir.

Lo que es más difícil de conseguir es este acuerdo con Mercosur y yo creo que es una obligación, a pesar de estos inconvenientes que he puesto en el panorama de la negociación. Tenemos a favor que ahora el negociador de la Comisión es un portugués, y ya no el alemán que conocí bien cuando yo era el delegado de la UE en Brasil, el Sr. Falkenberg, como todos los alemanes muy germánico y muy cuadrado; y aquí nos hace falta mucha voluntad política y también muchas horas de reunión, porque son acuerdos muy complejos.

Sería, yo creo, inaceptable que no consiguiéramos un acuerdo entre estas dos partes de Europa (o dos partes de Iberoamérica), que somos la UE y Mercosur, que es algo más de la mitad de toda América Latina -sólo Brasil es la mitad del PIB, la mitad de la demografía y la mitad de la superficie de AL. Si a Brasil le añadimos Argentina, Uruguay y Paraguay, estamos hablando de un porcentaje altísimo-. Después de los acuerdos con Chile y México, estamos hablando de dar el auténtico salto cualitativo. Yo espero que no se nos llene la boca con palabras de asociación estratégica, que hicimos por una excelente iniciativa de Portugal en la última Cumbre con Brasil. Nosotros vamos a hacer también cumbres con México y con Chile (además, por ejemplo, de la I Cumbre UE-Marruecos, que organizaremos en Granada dentro de unos meses).

Pero lo importante es conseguir este acuerdo para los 700 millones de ciudadanos, de

consumidores; en esta crisis que estamos viviendo, ésta sería una de las pocas buenas noticias. Creo que sería además un mensaje muy importante hacia EEUU y hacia la administración Obama, que, como todas las administraciones demócratas, es la más proteccionista y la que va a hacer más difícil aún que avance la Ronda Doha y creo que sería un revulsivo para ésta. Necesitamos sin duda voluntad política. Yo estoy seguro de que por parte española y portuguesa la hay, como también estoy convencida que la hay en los países del Mercosur, pero necesitaríamos una persona que se dedicara en cuerpo y alma como Enrique Iglesias, alguien que pueda hacer realidad este acuerdo que necesitamos para la cumbre de Madrid; y si en Madrid no lo podemos firmar, que al menos salga un compromiso político de que antes de que acabe la Presidencia española (antes del 30 de junio), estemos firmando ese acuerdo. Esto pondría fin a este período de decadencia en las relaciones entre Europa y América Latina, que hemos vivido desde el año 2002.

Un poco a vuela pluma estos eran los comentarios, un tanto personales y deslavazados que he querido hacer, sin dejar de reconocer lo mucho que se han enriquecido las relaciones. Tenemos abierto el Banco Europeo de Inversiones, tenemos acuerdos de libre comercio y tantísimos programas. Pero, por ejemplo, no hemos sido capaces de llevar aún nuestras dos lenguas universales (que hablan más de 700 millones de personas en el mundo; una de cada diez personas del planeta habla portugués o español) a Bruselas, en la que la Comisión trabaja en inglés, francés o alemán y la realidad es que lo hace ya sólo en inglés.

Termino con este comentario como una de las muchas cosas que tenemos que hacer juntos iberoamericanos, si aprovechamos con complicitad los distintos órganos en los que estamos. Vamos a coordinar nuestras participaciones en el G-20, por ejemplo, o empecemos a enviar unos mensajes más armónicos ante la crisis que estamos viviendo.

Yo con esto he intentado completar un poco los comentarios de Jorge [Faurie] y de Celso [Marcos Viera de Souza], que me parecía muy importante tenerlos en este encuentro, para que huyéramos un poco del “eurocentrismo” que nos gusta tanto a los europeos y siempre aporta mucho ver cómo nos ven desde el otro lado del Atlántico.

Encerramento



Antonio de Oyarzábal, Rosa Conde, Emilio Cassinello, Ernâni Rodrigues y Emílio Rui

Encerramento

Rosa Conde

Directora da Fundación Carolina

Antonio de Oyarzábal

VicePresidente do Real Instituto Elcano

Ernâni Rodrigues Lopes

Presidente da Fundação Luso-Espanhola

Emilio Cassinello

Vicepresidente da Fundación Euroamérica

Emílio Rui Vilar

Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

ROSA CONDE**Directora de la Fundación Carolina. Ex-Ministra Portavoz del Gobierno de España**

Comenzamos la sesión de clausura, previa a la conferencia del secretario general iberoamericano, D. Enrique Iglesias, conferencia que es fundamental en la sesión de esta mañana y que va a ser presentado por Emilio Cassinello. Yo soy la directora de la Fundación Carolina, institución que ha colaborado durante mucho tiempo -como les decía en la inauguración- con la mayoría de las instituciones que están hoy presentes. Colaboración que nos ha llevado a trabajar con la Gulbenkian, que hoy nos acoge, o bien con las otras instituciones participantes y organizadoras de este seminario. Lo hemos hecho en muchas ocasiones y en muchos temas relacionados con América Latina, con la conmemoración de los bicentenarios, con la Unión Europea, y siempre ha sido una colaboración muy fructífera.

Yo querría, muy brevemente, resaltar dos cosas: la reunión ha sido un éxito para los organizadores en dos vertientes. La primera, porque ha permitido comprobar la potencia multiplicadora que tiene la colaboración institucional: somos instituciones de distintos países, de distintas especialidades en nuestro debate interno y, sin embargo, el desarrollo de este seminario y la confluencia de ideas e intereses ha sido importante. Por tanto, esta colaboración es algo que creo que hay que seguir potenciando, e incluso mejorarla con aquellas instituciones, como la Fundación Luso-Espanhola, con la que la Fundación Carolina no tenía ninguna relación previa.

La segunda vertiente que me parece importante para el éxito de este encuentro es que hemos conseguido crear una masa crítica de pensamiento y de acción, que nos permite encarar el futuro de las relaciones de Unión Europea-América Latina con más eficacia y más relevancia. Lo hemos visto a través de las palabras de los dos embajadores de Argentina y Brasil y, fundamentalmente, en las de nuestro embajador, Alberto Navarro, gran conocedor de la UE y, también, de América Latina.

Quisiera destacar dos cosas: de las palabras del presidente Soares, la importancia de la triangulación Estados Unidos-UE-América Latina. Éste es un tema recurrente en los debates, pero sobre el que se ha avanzado poco; sin embargo, desde la llegada de Barak Obama a la presidencia estadounidense, cobra un nuevo significado. Hay que aprovechar el cambio de la política exterior de Estados Unidos y, fundamentalmente, en relación a América Latina. Y en esa triangulación, creo que España y Portugal pueden jugar un papel de puente, un papel de facilitador, esforzándonos todos por avanzar en lo que se ha hecho hasta este momento.

La Fundación Carolina ya viene trabajando en este sentido. El otro día -como recordará Enrique Iglesias- tuvimos la reunión del consejo asesor y de redacción de la revista Pensamiento Iberoamericano, que nuestra institución publica junto con la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID). En esa reunión decidimos que el primer número del 2011 estaría dedicado a este tema y que lo haríamos desde la óptica académica, desde la óptica intelectual y desde la óptica política.

Del resto de este seminario destacaría los muchos elementos positivos que hay en estos momentos para mejorar las relaciones UE-América Latina. Lo primero es la puesta en marcha del Tratado de Lisboa. Europa -como veíamos esta mañana y lo ha dicho también Alberto Navarro con otras palabras- ha estado distraída durante mucho tiempo, preocupada por sus problemas internos e institucionales y sin ocuparse de lo externo a la propia UE. Yo creo que el hecho de que tengamos un presidente y una alta representante para la política exterior puede hacer que empiecen a cambiar las cosas.

También es otro elemento positivo la Presidencia española de la Unión. Esta Presidencia tiene un planteamiento muy ambicioso: pretende superar las declaraciones retóricas para empezar a actuar y cambiar los comportamientos o las relaciones entre la UE y América Latina. La cumbre de Madrid del mes de mayo creo que será muy relevante en ese sentido. Va a ser objeto de una cuidada preparación ya que, previa a la cumbre, van a tener lugar 28 foros de debate de distintos signos, con la participación de empresarios, organizaciones no gubernamentales, sociedad civil y uno que me parece especialmente importante y del que hablé en la inauguración, que es un encuentro en el que participarán representantes de sesenta centros de análisis e investigación -treinta europeos y treinta de América Latina- que, bajo la organización de la Secretaría de Estado para Iberoamérica y la Fundación Carolina, se va a reunir durante dos días, para trabajar en una comunicación que irá a la Cumbre UE-América Latina y el Caribe y dirigida a preparar las bases de lo que será la posición española en dicha Cumbre, aportando ideas y una visión desde fuera de la política.

El tercer elemento que yo destacaría es el papel que puede jugar Felipe González en estos meses, en su doble condición de presidente del Grupo de Sabios de la UE y embajador

plenipotenciario y extraordinario para la conmemoración de los bicentenarios de las repúblicas iberoamericanas. En junio va a presentar el documento con la perspectiva 2020-2030 y, con el mismo esquema de trabajo, está trabajando en el ámbito de América Latina.

Otro elemento positivo a tener en cuenta es la situación actual económica, política y social que vive en este momento América Latina. Creo que la crisis financiera nos ha hecho ver que, a excepción de México, la mayoría de los países han salido pronto y bien de la crisis y que, por lo tanto, ésta es una condición sine qua non, avanzar en estos cambios que ya se venían produciendo últimamente.

Todo esto indica que, tanto en América Latina como en la Unión Europea, hay una clara voluntad política de avanzar en las relaciones entre ambas regiones. Creo que tenemos que generar más conocimiento en Europa sobre América Latina y viceversa, y por eso pienso que estos seminarios siempre son muy relevantes.

No obstante, es cierto que hay algunos elementos negativos: el impacto de la crisis económica y financiera sobre Europa y especialmente sobre España, con la dura repercusión en el empleo, o la falta de una estrategia política que ha venido caracterizando a Europa en relación con América Latina durante estos años.

En este sentido, España y Portugal pueden liderar ese nuevo y necesario cambio, cambio que ya tuvo lugar hace veinticuatro años, cuando ambos países entraron a formar parte de las Comunidades Europeas, hoy Unión Europea. Por tanto, éste es un primer encuentro para potenciar esos nuevos impulsos que tienen que darse desde ambos lados del Atlántico y, desde luego, la Fundación Carolina se propone ser, como lo ha venido siendo hasta ahora o al menos lo ha pretendido, un actor comprometido

ANTONIO DE OYARZÁBAL

Vicepresidente del Real Instituto Elcano, España

Quiero empezar por expresar mi sincero agradecimiento a nuestros anfitriones que nos han ofrecido la oportunidad y el placer de pasar estos dos maravillosos días en Lisboa; pero agradecimiento sobre todo a las organizaciones que han tomado la iniciativa de reunir a varios “centros de análisis” para encarar una vez más este reto que tenemos ante nosotros como es la colaboración, la relación no ya en el marco europeo sino más allá, sobre todo en Iberoamérica. Creo en este sentido que hemos cumplido con lo que el Presidente Lopes señalaba del papel que juegan estas “instituciones de análisis” en la sociedad: el llamar la atención, el destacar problemas, suscitar ideas, recordar que nos toca actuar sobre todo ante retos muy inmediatos. El más inmediato, la Cumbre en el mes de mayo; una circunstancia excepcional que no se volverá a producir –una Presidencia española- hasta dentro de muchos años. El

Embajador de Argentina nos ha subrayado así el significado de estas circunstancias para la Argentina y para los demás países del área: es necesario aprovechar bien este momento.

Los Embajadores que han tomado la palabra nos han hecho un buen resumen de la situación, y sobre todo el gran experto en cuestiones de la UE, Alberto Navarro, ha expuesto muy claramente lo que nos falta por concluir, lo que tenemos que hacer, el reto de conseguir un pacto UE con el Mercosur, un paso adelante muy importante después de estos años de cierta desidia o distracción -como se ha dicho- del problema UE-América Latina.

Por tanto, creo que la reunión nos ha sido de gran utilidad, aunque sólo sea por recordarnos lo mucho que nos queda por hacer. Y creo que la utilidad de esta reunión vendrá medida por la preparación y el trabajo que culminará en la Cumbre Iberoamérica -UE de mayo. Tenemos un compromiso muy importante por delante.

Puedo asegurarles que el Real Instituto Elcano- que se encuentra encantado y muy honrado de haber sido convocado a esta reunión-, aportará cuanto esté en sus manos y sea necesario para el éxito de estos próximos meses de preparación de la Cumbre.

Porque Iberoamérica está siempre entre nuestras máximas prioridades, entre las máximas de nuestras actividades; como lo está también volver cada vez a estudiar, contrastar, llamar la atención de temas que están ahí y que hay que resolver, con la dificultad a veces de encontrarnos con voces disidentes, discordantes, sobre todo dentro de un marco que debería estar mucho más coordinado.

Pero a pesar de todo, somos optimistas, porque creo que la nota que se deduce de estas reuniones es de un cierto optimismo. Carlos Malamud se ha encargado quizá de darnos un contraste, de decirnos que hay dificultades, pero sin obviar ese realismo. Pienso que el optimismo debe prevalecer en nuestro ánimo. Miremos sino para atrás lo que fueron los comienzos, lo que es ya el camino andado, a pesar de los momentos de cierta desidia o de distracción.

Hay mucho camino por delante, mucho por hacer, pero todo se puede conseguir si colaboramos conjuntamente. En el caso de Portugal y España porque estamos en el mismo teatro de actuación. Hemos comprobado y mostrado de lo que hemos sido capaces de alcanzar conjuntamente durante estos años de colaboración, y ahora lo podemos lograr también de cara a Iberoamérica.

Sólo quiero reiterar mi agradecimiento a todas las entidades que han hecho posible este encuentro. Y que esta misma colaboración y unión, que no es siempre fácil de lograr, nos debe dar seguridad de que, con optimismo y con visión de futuro, con ánimo político, con una firme voluntad de “echar el resto”, poniendo la política por delante, se pueden superar incomprensiones y dificultades.

Creo que podemos decir que la reunión de Lisboa nos ha marcado un camino que viene de atrás, de la reunión de Estoril y va hacia delante con la idea clara de que estos meses de Presidencia española y de intensa colaboración entre Portugal y España, podremos lograr en breve ese objetivo un poco hoy ideal pero no falto de realismo, de alcanzar un acuerdo-marco que vuelva a poner juntos en primera línea de la atención mundial a Iberoamérica y a la Unión Europea.

ERNÂNI RODRIGUES LOPES

Presidente da Fundação Luso-Espanhola; ex-Ministro do Governo das Finanças e do Plano. Portugal

Esta sessão é dita de encerramento, mas não encerra, porque em bom rigor, a segunda conferência de fundo vem a seguir. É de alguma forma uma sessão em que as instituições mais directamente envolvidas tentam partilhar convosco ideias pesadas, ideias principais do nosso trabalho.

Eu devo dizer-vos que do nosso trabalho quero tirar duas ou três ideias principais. A primeira já a referi e é apenas repetir. Nós estamos a entrar, sem qualquer dúvida neste período final do primeiro quartel, segundo quartel do século XXI, estamos a entrar num mundo de complexidade, numa escala que, literalmente, ninguém conhece. E eu começo por dizer dos seis e tal mil milhões de habitantes da terra, eu sou o primeiro que não conhece esse grau de complexidade. A complexidade implica dificuldade da gestão. O que eu estou a dizer todos sabem, todos, mas há aqui uma chave que ajuda. Não serão os governos, não são. Não serão os aparelhos político-partidários, não vão ser. Provavelmente, não serão os aparelhos empresariais e sindicais. Nós temos que ir à procura de instituições que respondam a novas circunstâncias, novos problemas, muito mais complexos do que tudo o que já vivemos até hoje, muito mais complexos, e que não é possível fazer aquela crítica que eu faço minha, do meu amigo, e quase companheiro de pensamento e de trabalho, o Jacques Delors, que era quando ele se referia com razão, criticando, à construção europeia frequentemente: entrando dans l'avenir à reculons, entrar no futuro às arrecuas, não sei como se diz em castelhano, a andar para trás, "reculando" (vozes), às arrecuas, muito bem. Reparem, é a tentação/erro de todas as épocas, é pensar que perante o mundo que mudou, e é preciso repetir, não é vai mudar, mudou, perante um mundo que mudou, aplicar os critérios, as regras, os mecanismos, por ventura os conhecimentos, do mundo que já não é.

Ora bem, do ponto de vista institucional, o algoritmo, a forma de pensar, a fórmula de agir, mais próxima daquilo que é necessário, é precisamente a fórmula Fundação. Eu gostava que o nosso encontro de hoje pudesse contribuir para isso. É claro que a Fundação tem um

problema central, que é conjugar financiamento com nobreza de atitudes e de comportamentos. Não custa nada ter dinheiro, qualquer estrutura do crime organizado sabe isso melhor, muito melhor que qualquer Estado, não custa nada resolver esse problema, também não é muito difícil a nobreza de atitude e o despego da vida terrena. Qualquer ordem monástica o faz há milénios. O que custa é conjugar e conjugando resolver problemas. Eu creio que o grande desafio que nós temos que nos pôr, sobretudo os mais novos (e eu não estou nada preocupado com isso já), o grande desafio que temos que nos pôr é onde está o tipo de instituições para a viragem entre o primeiro e o segundo quartéis do século XXI. Porventura, há aqui umas pistas nas Fundações. E é quase um trabalho de cidadania global que as Fundações devem desempenhar. Este parece ser o grande tema de carácter metodológico do nosso encontro, deste encontro de dia e meio.

Dois outros aspectos que eu não irei referir com tanto cuidado, para não queimar muito tempo, mas que quero reter. Um, é o carácter essencial, essencial para a Europa – já comento – do triângulo entre a Península Ibérica e a América Latina e a África. Em bom rigor, o Atlântico médio fala português. O Atlântico norte fala inglês, o Atlântico médio fala português e o Atlântico sul não fala nada, porque de um lado é inglês, não fala nada, isto é, fala três e três é o mesmo que nada, a saber: na África do Sul, o quê, Brasil e Argentina, são três línguas pelo menos. Ora bem, este triângulo, em termos de geopolítica do Atlântico médio, onde estive, devido à acção dos portugueses e dos espanhóis, onde o nome chave é Vasco da Gama. Vasco da Gama é o antecedente da situação actual. Nós estamos a viver um período muito próximo, muito próximo de 1498, por uma razão. Em 1498, com a chegada da Armada do Vasco da Gama a Calecut, mudou o centro da economia mundial. Por uma razão, o centro da economia mundial era o Índico, e o Índico era a Índia e a China com o negócio. E, é a partir desse momento físico que o centro da economia mundial se recompôs.

Meus caros amigos, eu gostava de vos transmitir aquilo que penso, é que nós estamos a viver como que uma espécie de Gama 2. O centro da economia mundial já mudou, nós é que ainda não demos por isso. E mudou de uma maneira muito simples, saiu do Atlântico, já lá não está e não sabemos bem para onde vai. Parece, sublinho o verbo, parece que vai para o Pacífico. O que quer dizer que para além do que foi o papel dos europeus, porque como sabem, até hoje só houve seis impérios globais, houve dezenas, centenas de impérios regionais, duma região. Um muito conhecido chamou-se império romano, outro muito conhecido também chamou-se império mingue. São impérios regionais, outro foi o império inca. Impérios à escala do planeta, só houve seis, a saber, por ordem como no teatro, de entrada em cena: Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra e agora, mais ou menos claro, os Estados Unidos. Ora bem, a Europa tem este problema, o seu oceano não é o centro do mundo.

Deixou de ser. Para a América, *mutatis mutandis*, o centro do mundo está do lado oriental, não está do lado ocidental e daí a questão toda, quando dizemos Europa – América Latina, a questão toda de compreender e tirar as ilações desta transformação geopolítica completa, que é a transformação do papel do Atlântico e, em particular para nós, portugueses, espanhóis e latino-americanos, do Atlântico médio. Eu creio que temos que investir muito nisto. E investir nisto e tentar tirar as ilações do ponto de vista da acção é a evolução única, útil, daquele trajecto clássico, do trajecto em bom rigor dos últimos quase dois séculos de uma abordagem meramente de carácter retórico, de uma abordagem de carácter sentimental, que tem sido a base das relações entre a Europa e a América Latina.

E isso quer dizer geopolítica – estratégia e perceber que o Atlântico tem três pólos, não tem dois. O Atlântico com dois pólos é o Atlântico do norte. O Atlântico do centro, que é o nosso, portugueses, espanhóis e latino-americanos, tem a Europa, a América Latina e a África. É uma falta de senso, é o *non sensu*, para não dizer em português não senso total nós pensarmos Europa – Latino América, Latino América – Europa. Não conheço triângulos com dois vértices e, por isso, a sugestão que deixo é: estas instituições têm um papel a meu ver cada vez mais importante, não vale a pena fecharmos os olhos ao que está a acontecer no mundo em que a Europa surpreende-se de não o fazer, eu não me surpreendo, ficaria muito admirado se fosse um actor dominante, isso era motivo de admiração. E a relação do Atlântico médio é uma relação a três.

É esta a minha reflexão sobre este dia e meio em que estivemos aqui a trabalhar e que ainda não estão encerrados. Mas, teremos oportunidade de ouvir a conferência de fundo de um dos actores principais de toda esta relação e depois teremos um momento de despedida que será rápido, espero eu bem. Muito obrigado.

EMILIO CASSINELLO

Vicepresidente de la Fundación Euroamérica. Director General del Centro Internacional de Toledo para la Paz, España

Conforme van avanzando las reuniones y sobre todo ya en la fase de clausura, el riesgo a la reiteración no es que sea elevado sino que es prácticamente obligado. No quiero evitar el trance, y lo acepto con muchísimo gusto, pensando además que algunas veces la repetición y hasta inclusive la tautología es –paradójica y sorprendentemente- una forma de explicación y de comprensión de la realidad en grado superior.

Quisiera de entrada reiterar las excusas por la ausencia de Carlos Solchaga, que no ha podido venir como se había anticipado. Lo siento por él que se ha perdido esta reunión, y por todos nosotros, que no hemos podido experimentar su habitual elegancia intelectual

combinada con su penetrante capacidad de análisis.

Por otra parte debo de confesar que no he tenido que sacudir perezas – como dirían nuestros clásicos- para venir a Lisboa. Hace años visitaba con relativa frecuencia Lisboa y en esta ocasión me alegro de reencontrarla, primero porque he tenido la oportunidad de conocer a nuestros socios de la Fundación Luso-Espanhola y a nuestros anfitriones. Y, en segundo lugar, porque me trae a la memoria excelentes recuerdos. Pertenezco a la generación de la transición española y -como más de uno de los que estamos aquí- venía a Lisboa a conspirar (lo propio de aquella época). Desde reunirnos con Mario Soares, que entonces no era más que el abogado de la familia de Humberto Delgado, hasta acompañar en sus maniobras al grupo de monárquicos liberales españoles, los llamados monárquicos de Don Juan. Y, por supuesto, en esas memorias figura prominentemente la Revolución de los Claveles, elemento estructural del imaginario de esa transición. Por otra parte, la capital portuguesa fue también escenario que frecuentaba con una relativa asiduidad al haber sido el primer Embajador de España en Angola. Lisboa era el punto de tránsito natural hacia Luanda, y yo procuraba estirar ese paso por Portugal lo máximo posible.

Dicho esto, entro ya propiamente en unas mínimas reflexiones de clausura, reiterando lo que todo el mundo, de una forma u otra, ha dicho. Que en esencia se reduce a la convicción generalizada de que a Portugal y a España -y por lo tanto a Europa- América Latina le importa mucho. Y no sólo por razones cordiales que atañen a los afectos y a los sentimientos, sino también por razones cerebrales, que tienen que ver con el universo práctico de los intereses, que no los acotan sólo la historia y el parentesco cultural, la cercanía emocional y los códigos éticos o una simbología compartida, sino que es también economía, simbiosis de tejidos productivos, así como relaciones comerciales, de mercados, de finanzas, de empresas comunes. En resumen es también bienestar de nuestras sociedades y nuestros pueblos: hablamos de progreso y de modernidad que podremos alcanzar juntos mejor que por separado.

Estamos en un punto en que podemos afirmar con cierta seguridad que vamos abandonando la propensión ibérica a acometer “políticas de mucha quimera y poco provecho”, defecto que Baltasar Gracián apuntaba ya en el siglo XVII como una característica compartida. Creo que hay pruebas suficientes de ese cambio de mentalidad. Puede sostenerse que la UE ha ayudado a esta nueva conciencia pragmática, al reconocer que las realidades del mundo exterior imponen un cambio de óptica y exigen dejar de vivir mirándonos sólo en nuestro propio espejo. Los gobiernos y las administraciones públicas parecen haber ya interiorizado esta nueva visión en las relaciones Europa/América Latina. Señales evidentes de este cambio de parámetros serían tanto la misma construcción europea como los contenidos concretos de las diecinueve Conferencias Iberoamericanas de Jefes de Estado y Gobierno.

A todo ello también hay que añadir nuevas respuestas desde la sociedad civil. Esta reunión

es un ejemplo tangible. A ello responde la firma de un acuerdo entre la Fundación Luso-Espanhola y la Fundación Euroamérica. Así, este encuentro avanza en la misma dirección de asociar cercanía histórica e intereses prácticos, al sumar sociedades civiles organizadas, empresa y política.

Permítanme también añadir una obviedad, que se refiere al factor oportunidad. Es evidente la pertinencia de este modelo de reunión. Primero por calendario; al celebrarse entre la XIX Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estados, que tuvo lugar hace poco en Estoril, y próxima Cumbre UE-América Latina, que se celebrará en unos meses en Madrid. Además, estamos en el umbral de lo que se ha denominado los Bicentenarios, que deberían plantearse con la mirada siempre puesta hacia delante, más que en el espejo retrovisor, recogiendo aquella fórmula que Octavio Paz planteaba como la síntesis narrativa de los cinco siglos de contacto entre el mundo americano y el mundo ibérico. Decía el escritor mexicano que nuestra historia era la de un encuentro, de un desencuentro y de un reencuentro. En este momento de los bicentenarios el sentido común nos pide colocarnos sin titubeos en esta fase de reencuentro.

Creo que esta reunión lisboeta es también oportuna por la propia materia del debate. Estamos hablando de educación, de innovación, de cohesión social y de cooperación tecnológica, circunstancias y propuestas que afectan tanto a América Latina como a Europa. Y aunque la impresión de la calle es que en la ecuación América Latina/Europa estos factores están predominantemente referidos a la primera para remediar carencias, no es del todo exacta y rigurosa. En la UE hay 80 millones de personas que está en una situación de exclusión, marginación y de pobreza -cifra citada recientemente por el propio Presidente de Gobierno español. Ahí tenemos problemas comunes que indudablemente se pueden resolver mejor juntos que separados.

Apoya también la oportunidad de la cita una conjunción singular, como es la puesta en marcha del Tratado de Lisboa y el arranque de la Presidencia española. Institucionalmente, estos seis primeros meses del 2010 van a ser críticos para la construcción europea la cual, como la ciencia -esto lo descubrimos con Newton- avanza a saltos y no linealmente. El logo de la Presidencia española es Innovando Europa, lo que resulta bastante expresivo, y hasta prometedor. Una de las piezas más novedosas de este semestre va a ser la coexistencia de la Presidencia Permanente del Consejo y un Presidente rotatorio, a lo que se suma la aparición de una Alta Representante para Asuntos Exteriores y Política de Seguridad, que debería llevar consigo la creación de un inédito Servicio Europeo de Acción Exterior.

Esta tentación premonitrice se basa en un historial previo de Presidencias españolas que siempre, por una razón u otra, han estado afectadas por la singularidad. La gran noticia de la primera de ellas -en el primer semestre 1989- fue el rigor con que se llevó la Presidencia, ante

un escepticismo generalizado de partida. Al final terminaron llamándonos “los prusianos del sur”, no se sabe si como elogio o como reproche. En la segunda, en 1995, sacamos adelante una Nueva Agenda Transatlántica y dimos forma al Proceso de Barcelona. En enero de 2002 se introdujo la moneda única y empezamos a pagar con euros en casi toda Europa. Y hoy, en 2010, estamos hablando de un primer tramo que estructural e institucionalmente tiene una importancia relevante. Hablamos de ejecutar el Tratado de Lisboa, de un novedoso Presidente permanente, simultáneo con uno rotatorio, y de una Alta Representante de Política Exterior con un Servicio Europeo de Acción Exterior, que puede arrogarse tanto valor simbólico y transformador como precisamente la moneda común.

Hay medios anglosajones que han ya pronosticado con una cierta mordacidad que ésta será una presidencia anodina. Pero una cosa es ser previsibles, como buenos y fiables europeos, y otra es ser anodinos. Wellington –y creo que la cita de un anglosajón viene a propósito - decía que empezar la reforma es empezar la revolución. En eso estamos. Lo cual no es precisamente indiferente.

Para concluir, creo que se han aportado, a lo largo de los debates de hoy y ayer, argumentos y elementos interesantes y novedosos, que además de favorecer e impulsar la conexión euro-americana a través del Atlántico Medio, repercutirán positivamente sobre la relación norte/sur. Estamos hablando de escenarios globales, en los que ni Portugal ni España, ni Europa ni América Latina, podemos estar ausentes

EMÍLIO RUI VILAR

Presidente da Fundação Gulbenkian

Quero começar por dizer do gosto que, em nome da Fundação Gulbenkian e no meu próprio, temos em acolher aqui esta edição do Seminário União Europeia - América Latina, sobre o tema da Inovação e da Tecnologia. Espero que o ambiente da Fundação, que é também um ambiente inovador, associando tradição e futuro, tenha sido inspirador para os vossos debates. Queria também felicitar por esta iniciativa, o Real Instituto Elcano e as Fundações Carolina, Euroamérica e Luso – Espanhola. E permito-me só destacar a Fundação Carolina, com quem temos trabalhado em conjunto num interessante projecto, que é o projecto das Becas Líder, que tem trazido a Portugal e Espanha os melhores alunos das Universidades da América Latina.

Quando, em Novembro passado, aqui acolhemos o 5º Encontro Cívico Ibero-Americano, realizado no âmbito da 19ª Cimeira Ibero-Americana dos Chefes de Estado e de Governo, tive ocasião de referir que de entre as características privilegiadas das Fundações, encontrávamos a sua capacidade de convocação, “su poder de convocatoria” e de interme-

Conferência de Encerramento: América Latina e a União Europeia na globalização



Enrique V. Iglesias

Enrique V. Iglesias

Secretário Geral, Secretaria General Iberoamericana

Apresentado por:

Emilio Cassinello

Vicepresidente da Fundación Euroamérica

EMILIO CASSINELLO

Vicepresidente de la Fundación Euroamérica.

Director General del Centro Internacional de Toledo para la Paz. España

Tengo hoy también la suerte de presentar a Enrique Iglesias, que cierra este encuentro sobre América Latina y la UE en la globalización, con una conferencia que siempre será una lección magistral. No quiero caer en tópicos acerca de la inutilidad del intento de presentar a E. Iglesias; pero sí es un ritual complicado. Porque, ¿qué se puede añadir a lo que todos ya sabemos de alguien que en Google tiene un millón de entradas? Poco original se puede añadir de alguien que ha sido Presidente del Banco Central de Uruguay, Secretario Ejecutivo de la CEPAL, Ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay, Presidente del BID -al que reestructuró e insufló nueva vida, resolviendo los muchos problemas que tenía con ingenio, imaginación e inteligencia- y desde hace cinco años es Secretario General del SEGIB, aparte de Premio Príncipe de Asturias en el 82.

Aún así, voy a retirar algunas ideas que son, de alguna manera, evidentes. Enrique Iglesias personifica la ineludible, yo diría que inescapable, dualidad de nuestros mundos. Nace español y europeo y vive americano. No hay contradicción ninguna ni impedimentos para compartir nacionalidad, biografía y curriculum a ambos lados del Atlántico. Hace visible lo que es real, que no siempre es visible, y es que ningún iberoamericano es sólo europeo o sólo americano, es decir que todos somos, en alguna medida, europeos y americanos de ida y vuelta, y pertenecemos a uno y otro mundo.

Mi no disimulada simpatía por Enrique Iglesias –con un obvio ingrediente de genuina admiración- tiene asimismo una raíz de una afinidad personal., a partir de una coincidencia biográfica. Ambos hemos compartido exilios –que no destierros- infantiles. Gaos decía que los españoles en México no estábamos desterrados sino “transterrados”, que no estábamos expatriados, sino “empatriados”; y Juan Rejano, un poeta menor de la generación del 27, tal como decía de sí mismo que él era un español que tenía otro tanto de mexicano, pudo

haber dicho de E. Iglesias que era un americano que tenía otro tanto de español y otro tanto de europeo.

Añadir, para concluir, un dato que no figura ni en Google ni en la Wikipedia, y es que el Secretario General del SEGIB tiene tratamiento protocolario y reconocimiento de Jefe de Estado. Pero Enrique Iglesias no sólo tiene en ese escenario la potestad reglada de Jefe de Estado. Decían que lo que la naturaleza no da, Salamanca no presta. Él tiene autoridad por sí mismo. Ha sido pues una muy afortunada coincidencia que sea él quien haya encarnado al primer Secretario General de la SEGIB, porque le ha dado al cargo una altura que si no, con seguridad, no habría sido nada fácil de incorporar.

Añadir también que E. Iglesias es un dialéctico virtuoso, una de las mentes contemporáneas más agudas, un expositor elocuente y persuasivo, capaz de traducir el caos más abstruso o las teorías económicas más ambiguas y polivalentes, en un discurso canónicamente aristotélico y comprensible para el común de la gente. Quien no lo conozca, lo va a comprobar ahora mismo.

ENRIQUE V. IGLESIAS

Secretario General, Secretaría General Iberoamericana

Muchas gracias, Emilio, gran amigo de toda una vida como habrán podido ustedes observar. Gracias por invitar a la Secretaría y a mí personalmente. Felicitaciones a las Fundaciones que tuvieron la iniciativa de trabajar este día y medio. Lamentablemente yo sólo pude aprovechar de la mañana de hoy, muy fértil y muy rica. Muchas gracias al Presidente de esta linda Casa, que fue tan generoso con la XIX Cumbre de Estoril.

Decía Emilio Cassinello en la mesa anterior que cuando llega uno al final de un foro está todo dicho y ciertamente esto es así. Parece que hay poco que se pueda agregar y, sobre todo, hay que ser prudentes con el tiempo, por lo que no tendremos una larga conferencia, sino una charla informal, sobre cierto tipo de preocupaciones que pueden tener que ver con el tema que se ha asignado a esta conferencia, en el entorno de las relaciones entre América Latina y Europa.

El próximo 26 de enero se inaugura en Madrid un ciclo en el que estamos colaborando nosotros como Secretaría, y yo personalmente, con la Fundación Rafael del Pino, y el tema central que se les ocurrió que podía ser objeto de presentaciones durante todo el año es la reflexión sobre los tiempos que vendrán, algo que Ernâni Rodrigues Lopes mencionó muy bien cuando nos recordó que estamos en un momento de grandes incógnitas y de gran complejidad. Lo importante es ser consciente de que esta discusión del tema que nos convoca se da dentro de un contexto mundial extremadamente complicado y, como decía muy bien

él, es muy difícil hoy tener las antenas que nos permitan anticipar lo que ocurrirá. Lo cierto es --y lo decía también el amigo Emilio Rui-Vilar- que no vamos a volver al punto de partida, no vamos a volver al año 2007; y eso es importante tenerlo en cuenta porque nos permite darle a las relaciones entre Europa y América Latina una ubicación más realista.

Yo creo que realmente el mundo empezó un proceso de transición muy importante. Ahora tenemos una gran crisis profunda, la primera gran crisis global. La crisis del 30 fue más bien del hemisferio occidental y se extendió a todo el mundo, pero básicamente ahí estuvo el epicentro. Ésta es una crisis que se ha extendido por el mundo entero y va a continuar en forma muy asimétrica pero muy profunda; es además una crisis en donde el Estado, teniendo la experiencia de los años 30, interviene de forma masiva y provoca una reacción también imprevisible. Si fue imprevisible la crisis en su origen, también lo es su salida. Nadie habría dicho en mayo del 2009 que íbamos a terminar el año como hemos acabado, con los bancos ganando plata, con el crecimiento empezando a verse en los países centrales.

De alguna manera esta crisis nos ha sorprendido a todos. Yo me pregunto cómo ocurrió en el año 1933, en la conferencia económica de Londres, en la que la gente veía un poco el futuro de la crisis del 30. Seguramente en aquel momento no se pudo anticipar lo que iba a ser el largo camino para salir de esa crisis. Pasando por los totalitarismos de los años 30, por una guerra mundial y por una larga postguerra de recuperación y reconstrucción. Lo importante es asumir las palabras del profesor Ernani en el sentido de que realmente estamos en un momento complejo y no sabemos exactamente cómo va a ser la salida. Lo que sí sabemos es que va a ser lenta y larga. Creo que en eso no hay opiniones discrepantes. Algunos dicen que estamos saliendo; yo creo que sí. Pero hay que tener cautela porque estamos viendo grandes riesgos, grandes sorpresas. ¿Acaso Grecia o Abu Dhabi no son sorpresas? ¿Acaso el discurso de Obama no ha sido una gran sorpresa, la forma en cómo las Bolsas han reaccionado? De modo que estamos expuestos a un período largo de alternativas que pueden de alguna manera complicarnos la vida.

Por eso yo soy muy cauteloso respecto al momento actual y comparto esa opinión de que estamos en un punto de inflexión en la economía, en la sociedad y en la política; un punto de inflexión con el que habrá que contar en los próximos años. Es en ese contexto en el que hay que repensar, por parte de los europeos y por los latinoamericanos, cómo ubicamos nosotros nuestras relaciones dentro de ese panorama para navegar juntos.

Lo que podemos anticipar son algunas megatendencias que ya se están insinuando en el punto de partida. En las relaciones internacionales, en lo social, en lo económico y también en lo político. En cuanto a las relaciones internacionales, uno puede reconocer que se terminó el mundo unipolar; es decir, la preeminencia de la economía americana en la solución de todos

los conflictos económicos y financieros. Lo han dicho los propios americanos: no hay ninguna solución económica en el mundo en este momento que no requiera la participación de los países emergentes y, por supuesto, de los demás países del mundo. La ilusión del G-7 hoy en día es el pasado; el futuro es, por lo menos, el G-20. Se terminó, por tanto, el comando de una gran potencia que era capaz de poner orden en el mundo y, de alguna forma, dictar las reglas el juego. Eso está compartido en un mundo multipolar, que es a lo que nos estamos acercando. Dentro de ese mundo multipolar, yo creo que también se puede notar la pérdida de peso relativo del mundo occidental en la conducción de la economía y de la sociedad común. Es decir, en el mundo, EEUU y Europa están cediendo espacios, legítimos además, a la presencia de nuevas fuerzas económicas. No puede ser irrelevante el hecho de que el 75% del crecimiento de la economía mundial este año venga de China. Y en el pasado fue así, ya que en los últimos años las dos terceras partes del crecimiento mundial venían de los países emergentes. Yo creo que ese hecho implica que el poder económico y el poder político en el mundo estarán compartidos en el futuro. Y hay que convivir con esa realidad.

Otro elemento que surge con claridad es la gran pérdida de prestigio del mercado con la crisis financiera, que no significa que el mercado vaya a desaparecer, pero tendrá que tener otras reglas del juego, con las que manejar y manejarse en el mundo que tenemos por delante. Es bueno recordar también que en ese esquema las nuevas amenazas que existen hoy en el mundo van a crear más demandas de acción política multilateral; estoy pensando en el crimen organizado, o en las armas de destrucción masiva, o en los fanatismos de todos los tipos, religiosos, nacionalistas, etc. Todos estos serán elementos que van a marcar el rumbo de las relaciones internacionales en los años próximos.

En cuanto a lo social, los sociólogos nos dicen algunas cosas que las estamos viendo todos los días con la familia, con los hijos, con los nietos. Hay una transformación muy grande de los valores en el mundo de hoy; algunos lo llaman consumismo, otros hedonismo, otros relativismo; pero ciertamente la transformación de los valores es algo que está presente en la vida de todos los días, y de alguna manera también el peso importante que asume en el mundo moderno la sociedad civil, por lo menos en Occidente. ¿Cuántos presidentes en América Latina se han ido porque la gente salió a la calle? Una especie de nueva Bastilla del S. XX. Es un hecho importante: la sociedad civil tienen una voz hoy como no la tuvo nunca en la Historia de la Humanidad. Hay que convivir con esa realidad y hay que administrarla en el sentido positivo sobre la base de forma de participación, que permita de alguna manera contar con esa sociedad civil como agente importante en la discusión de los problemas.

Y, dentro de eso, un hecho que vemos ahora mucho en América Latina es el ascenso de las clases medias. El Brasil declara que el 51% de su población es de clase media. En

términos generales, ha llegado un nuevo actor en el mundo. Ya no son sólo las élites dominantes. La clase media comienza a tener demandas y un papel significativo en la sociedad que nos toca vivir.

Y en la dimensión económica, creo que estamos frente a cambios importantes. Por una parte, algo que se discute hoy mucho en el mundo y sobre todo en España, es el cambio de modelo económico. Claro que sí. La economía del conocimiento y la sociedad del conocimiento constituyen elementos fundamentales de un nuevo modelo económico que hay que construir. Dos terceras partes del crecimiento vienen hoy de servicios, que tiene que ver mucho con estos modelos económicos basados en la economía del conocimiento, la economía de la innovación. Por eso en Estoril se discutió tanto el tema de la innovación en un sentido amplio, no sólo como la creación de un nuevo producto tecnológico (el hombre está innovando desde que está en la Tierra), sino como algo más: la innovación en la organización, en las relaciones internacionales, en la estructura del Estado. Esta innovación en un sentido amplio es el gran motor del futuro: adaptar la economía a ese motor, cosa que ya han hecho los países desarrollados, pero que está siendo desafiado todos los días. En Europa se habla de distintos grados de productividad; la mayoría de los países en Europa están en competencia disminuida con respecto a la productividad de los Estados Unidos, cuya capacidad de innovación tecnológica es espectacular.

Así que, de alguna manera, el nuevo modelo económico es una realidad y el tema es cómo crecemos más fuertes a partir de ese nuevo modelo; cómo salimos al encuentro del desempleo. La sociedad en los próximos años tiene un problema muy serio con la falta de trabajo. Esta es la diferencia entre Alemania y España. El problema del desempleo, que será un gran dolor de cabeza, está presente en esa nueva dimensión económica que tenemos por delante.

Yo creo que la relación entre el Estado y el mercado tiene que ser redefinida. Precisamos un nuevo Estado para tener más Estado pero también para tener más mercado; la fórmula es más y mejor Estado, y más y mejor mercado. Eso va a llevar tiempo pero es también una hipótesis muy importante a tener en cuenta.

Todos estos movimientos tienen también una componente política; yo no voy a entrar en esto, pero recuerdo cuando era joven y queríamos ver las dimensiones políticas; cuando teníamos dictaduras por una parte y democracias por otra, dictaduras blandas, democracias autoritarias; hay una confusión en cuanto a la definición que marca un poco las distintas cosmovisiones que hay en este mundo y en América Latina. En esta gran región hay más de una cosmovisión respecto a las relaciones internacionales, respecto a las relaciones con EEUU, respecto al mercado. Lidar con esa realidad también está dentro de la agenda de los años venideros.

Si ustedes me preguntaran cuáles son los grandes desafíos que yo puedo extraer de esas megatendencias, les diría cuáles son mis preocupaciones: lo primero es esta reflexión de carácter general: cuando Inglaterra le transmite la antorcha a EEUU después de pasar por la I guerra mundial, la gran crisis de los años 30 etc., es una transmisión entre países con iguales cosmovisiones; era la misma forma de ver el mundo y los mismos valores fundamentales. La próxima antorcha va a ser transferida a Asia, que tiene otras cosmovisiones. Va a ser mucho más complicada esa transmisión de valores que la que realmente tuvimos en el S. XX.

¿Cuáles serían los grandes elementos que uno podría extraer de todo esto? Lo primero que yo diría es que hay que humanizar la globalización. Hay que buscar que esa globalización, que es tan vigorosa y tan importante que ha producido la expansión espectacular del mundo en los últimos años, se humanice. De alguna forma, como siempre pasa en la globalización, en ciertas dosis es vitamina; en dosis mayores es veneno. A mí me parece que las asimetrías que hoy hay en el mundo hay que corregirlas; y eso me hace pensar en una cosa muy concreta como son los tipos de cambio. Si un país tiene su moneda muy barata y deja que los tipos de cambio no los fije el mercado, sino el dedo del Estado, ahí tenemos un problema muy gordo, porque se producen proteccionismos que a la larga no ayudan. Francia hizo algo de eso en los años 20, en los que el franco estaba muy barato, y fue muy criticada por Inglaterra, EEUU y Alemania. Salió un libro muy interesante de la historia de los Presidentes de los Bancos Centrales de Alemania, Francia, Inglaterra y EEUU, donde se cuentan precisamente las angustias de estos cuatro jeques que manejaban la economía de esa época, de qué hacían para convencer a Francia de que no podía seguir en esa política. Hoy tenemos un problema parecido y si todo el mundo en la globalización no cumple con sus reglas del juego, yo me temo que vamos a ver un recrudecimiento del proteccionismo muy importante. Los países van a reaccionar. Me parece un desafío importante ese tipo de humanización de la globalización, para hacerla más equilibrada.

El otro tema es ver si logramos un nuevo orden económico internacional. Venimos hablando desde hace mucho tiempo de eso. Yo me acuerdo en los años 90 cuando estaba en el BID; a finales de los 90 vino la crisis asiática, la crisis rusa y luego la crisis latinoamericana. El entonces director gerente del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus, venía preconizando en Bangkok la idea de una nueva política internacional. Pero al mundo financiero no le gustan los cambios y sólo los hacen cuando hay catástrofes. Yo pensaba hace un año que el nuevo orden estaba mucho más arriba en la mesa, pero hoy tengo mis dudas. Ojalá me equivoque, pero no sé si vamos realmente a lo que se quiere crear, que es el fortalecimiento de los organismos de Bretton-Woods, la regulación de los mercados, las reglas del juego. Tengo mis dudas y creo que el Presidente Obama también las tiene.

Pero el nuevo orden hay que hacerlo y en ese orden nosotros tenemos que insistir, sobre todo en el tercer mundo y en el tema comercial; porque no sólo se trata de poner orden entre los bancos sino de ponerlo también en el comercio, aunque también es cierto que éste está mejor que hace veinte años: hay una OMC que hemos creado, la famosa Ronda Uruguay, etc.).

También hay que revisar el multilateralismo. Yo me siento hijo de Naciones Unidas. Me acuerdo cuando salíamos nosotros en los años 45 como jóvenes adolescentes a celebrar lo que iba a ser un nuevo mundo. Es cierto que es un nuevo mundo y que se han logrado cosas importantes, pero el mundo tiene que pensar que hay que prestigiar Naciones Unidas y hay que fortalecerla, porque si no vamos a tener problemas, sobre todo con el relevo de esa famosa antorcha.

Por último yo diría --como reflexión a los comentarios que hacía Ernani Rodrigues Lopes-- que el cambio climático es otro tema muy importante y estará con nosotros durante mucho tiempo. A lo mejor no tenemos respuestas, pero tenemos preguntas y todo eso abre una serie de interrogantes que hay que resolver.

En cuanto a Iberoamérica, yo tengo la impresión de que en América Latina tenemos una gran oportunidad, parecida quizás a la que tuvimos algunos países a principios del S. XX. Las razones de esta gran oportunidad son, en primer lugar, que aprendimos a hacer mejor las cosas; a partir de grandes golpes aprendimos a manejar mejor la economía; aprendimos incluso a hacer cosas sofisticadas como ahorrar en épocas de vacas gordas para gastar en las vacas flacas, como ha hecho Chile, por ejemplo. La gente no se acuerda que hace 15 o 20 años vivimos terribles inflaciones, grandes devaluaciones, ayudas del Fondo Monetario... Eso, en términos generales y salvo algunas excepciones, se ha terminado y es un hecho muy importante; por eso no nos fue tan mal en esta crisis: la hemos capeado muy bien e incluso varios países sortearon el año 2009 sin pasar por la recesión.

En segundo lugar, nosotros somos una potencia en recursos naturales, en energéticos, en alimentos, en metales, en forestales, en agua (el 35% del agua dulce del planeta está en América Latina). No hay que caer en el mito de que sólo nos desarrollamos con los recursos naturales (así, los países petroleros serían hoy grandes potencias económicas y no lo son, por lo menos casi todos); pero hay una renta de los productos primarios que va a durar por el motor asiático. En la medida en que países como China y la India sigan siendo grandes demandantes de materias primas, de metales y de energéticos, estos precios no volverán a la exuberancia de principios de hace 5 años, pero van a seguir creciendo. Es decir, que América Latina va a seguir creciendo. Además del *savoir faire*, tiene la renta de las materias primas para muchos países, sobre todo, de Panamá para abajo. De Panamá para arriba, el

panorama es un poco distinto.

El tercer elemento que tenemos es una cierta solidez institucional que hay que reconocer. Por ejemplo, la banca privada en América Latina no corrió los grandes riesgos que corrió la banca europea y, sobre todo, la americana. Y eso también forma parte de activos importantes que, de alguna manera, están encima de la mesa. Por tanto, si lográramos incorporar en ese paquete de activos una educación de calidad y una innovación tecnológica que compartan el Estado y la empresa privada, se nos abre una enorme oportunidad.

Creo que tenemos un capital importante arriba de la mesa. De ahí deduzco lo siguiente: América Latina no puede ignorar a Europa, pero tampoco Europa puede ignorar a América Latina. Sería un error histórico. Yo comprendo la enorme atracción que tuvo hace diez años la apertura de Europa hacia los países del Este, como comprendo también la irresistible atracción del mercado asiático; pero ignorar en este momento la existencia de este potencial de América Latina sería un grave error.

¿Qué significa esto para nosotros? Para América Latina significa, en primer término, privilegiar la cooperación regional, donde nosotros hemos sido pioneros. En el año 52, Raúl Prebisch, desde México, lanzó la idea del Mercado Común Centroamericano, bastante antes que Europa. El problema es que hemos avanzado poco: sólo es el 15% de nuestro comercio. Cuando me preguntan a lo largo de los años qué es lo que más lamento, siempre digo que el hecho de que no haya avanzado más la integración en América Latina. Para mí es una frustración, así que el primer desafío es aprender a cooperar más en la región de manera pragmática. No se trata de copiar el Mercado Común Europeo, que es un referente; se trata de hacer de manera convencional políticas de cooperación, por sectores; las empresas multilatinas crecen en número cada vez más e invierten en todos los países de la Región y fuera de ella y ése fenómeno es también una forma de integración.

Y lo segundo es desarrollar relaciones de cooperación especiales con áreas con las que nosotros tenemos realmente ventajas muy claras, comenzando por la propia cosmovisión, las reglas del juego, estructuras jurídicas, las lenguas. Es decir, hay un capital muy importante que, de alguna manera, habría que revitalizar. Por eso, para fortalecer la cooperación con Europa, habría que maximizar esos valores fundamentales y esa misma infraestructura, no para reemplazar a Asia, de ninguna manera, pero sí para tener un capital con el que manejarnos y poder avanzar. Incluso en algún momento uno podría hasta hablar de las relaciones Asia-América Latina-países ibéricos.

Termino diciendo que yo creo que hemos aprendido mucho a lo largo de los años. Vivimos en un mundo muy incierto y muy inseguro. Pero cuanto más podamos hacer para fortalecer una cooperación regional inteligente, y cuanto más podamos hacer para insertar

esa cooperación en un diálogo vigoroso con Europa (también, por supuesto, con EEUU), mejor le iría tanto a América Latina como a la propia Europa, asociada así a un gran polo de materias primas, a 600 millones de habitantes, con un crecimiento que va fortaleciéndose cada vez más.

ERNÂNI RODRIGUES LOPES

Presidente da Fundação Luso-Espanhola; ex-Ministro do Governo das Finanças e do Plano. Portugal

Caríssimos Colegas de mesa, minhas Senhoras e meus Senhores: Cabe-me o encerramento do encerramento, o que é natural. Três notas estritas, todos temos que ir embora, temos mais que fazer. A primeira nota é dar-vos a garantia que não combinei uma sílaba, quanto mais uma palavra, daquilo que vos disse meia hora atrás, com esta magnífica intervenção do Henrique Iglesias. Não conversámos antes. A verdade, talvez não por acaso, é que se tivéssemos combinado, dizíamos o mesmo.

A segunda nota é para vos dizer que estava a ouvir a parte final desta intervenção e a lembrar-me de um dos textos que marcaram a minha adolescência. Não vou comentar quando foi a minha adolescência, não vale a pena. É “O Helenismo e a Civilização Cristã”, do Oliveira Martins, que todos conhecem, e a certa altura, há umas páginas em que ele cita o corpus principal da atitude de Esparta, dos espartanos. E eu estava a ouvir o Henrique Iglesias e a lembrar-me: perante o anúncio de que o exército persa era tão grande, tão grande, que quando disparava os seus dardos, encobria o sol. Porventura, seria verdade, não sei. O relato das guerras persas, que eu já pude ler, é realmente algo de extraordinário. Perante essa informação, eles são tantos que quando disparam os dardos, encobrem o sol, a resposta foi: Ótimo! Tanto melhor! Combateremos à sombra! Nunca mais me esqueci destas quatro linhas do Oliveira Martins. Eu creio que o começo dos começos é: se a realidade é tal que quando dispara sobre nós, as crises, o desemprego, o aquecimento, o aparente desorganizar do mundo, como se isso existisse, como se existisse a desorganização do mundo. Não há, não há, é uma transição de organização. O que não há é a outra organização. A outra atitude é: perante isso, ótimo! combateremos à sombra.

A terceira nota é muito mais simples, é dizer-vos que quando é clássico e é banal, no último momento de reuniões deste tipo, em geral quando já não está quase ninguém na sala, é dizer que correu muito bem, que foi muito importante, que teve ótimas intervenções e que foi certamente um motivo de grande satisfação para todos. Não vou dizer isso, porque isso já todos sabem, mas vou dizer que considero que não tivemos tempo perdido, que esta cooperação entre várias Fundações, não é de uma é de várias, e esta ligação do ponto de vista formal à Fundação Gulbenkian.

Como sabem a Fundação Gulbenkian em Portugal é muito simples, é uma Instituição nacional, faz parte do ser português, é uma das maiores provas de amor que há muitos séculos, é um homem que podia ter sido morto, não foi, enriqueceu porque era notavelmente não estúpido, e percebeu a tempo que havia uma coisa que porventura iria ter alguma importância que não tinha. Chamava-se petróleo, vejam lá, e limitou-se a ter uma pequena cobrança sobre cada barril de petróleo. Quem nos dera! Esse homem, que esteve para ser morto, era arménio, não foi morto, veio para Portugal e, literalmente, no sentido mais puro do termo e mais absoluto, apaixonou-se por Portugal. O Azeredo Perdigão ajudou a que a paixão se mantivesse e se desenrolasse e o resultado é isto que conhecem. Eu só posso recomendar é que conheçam profundamente. O trabalho, o papel, a relevância da Fundação Gulbenkian na vida portuguesa deste século, a partir dos anos 60, é fundamental. Decisivo não creio que se possa dizer, mas é genuinamente fundamental. E por isso, nós poderíamos ter a nossa reunião no hotel, poderíamos ter a reunião numa Universidade. Quando se pôs a hipótese de ser aqui, Emílio, eu fiquei muito satisfeito, por este motivo. O outro motivo é você ser o Presidente neste momento, que isso ajuda.

Ora bem, é neste quadro que a reunião aqui, na Gulbenkian, talvez mostre o que vale, não hoje, não nos próximos meses, ela valerá o que valerem as suas sequelas. Não vale a pena fantasiarmos, neste momento, vale a pena, como sempre na vida irmos estudar e trabalhar. A chave para a resolução de tudo aquilo que o Henrique Iglesias perfeitamente mostrou, a chave no plano prático é estudar e trabalhar. Não há mistérios. E no plano superior é a honestidade e a atitude de serviço. Devo dizer-vos que na minha leitura do mundo, na ponta da frente destas posições essenciais, na ponta da frente, estão as Fundações. É por isso que vale a pena estarmos juntos. Com isto, está encerrado o Encontro de Lisboa.

Juntos pesamos más

Ante el fin del unilateralismo y la disminución del protagonismo occidental por el mayor peso de Asia, la responsabilidad histórica y las grandes oportunidades de Europa, y en especial de España y Portugal, en sus relaciones con América Latina y África deben ser cada vez mayores. Y sobre todo, en un contexto de crisis económica internacional.

Así lo pusieron de manifiesto Enrique Iglesias, Secretario General Iberoamericano; Mario Soares, ex Presidente de Portugal y el profesor Ernâni Lopes en el Encuentro de Lisboa, organizado los pasados 21 y 22 de enero por la Fundação Luso-Espanhola , la Fundación Euroamérica , el Real Instituto Elcano y la Fundación Carolina .

Las cuatro fundaciones, una portuguesa y tres españolas, quisieron analizar los resultados de la XIX Cumbre Iberoamericana , celebrada en Estoril en diciembre de 2009, dedicada a Innovación y Conocimiento, y relacionarla con las expectativas de la VI Cumbre Unión Europea-América Latina y Caribe, ALCUE, prevista en Madrid, en mayo de este año, durante la presidencia española de turno de la UE. Esta reunión al más alto nivel estará centrada también en innovación y tecnología, instrumentos para el desarrollo sostenible y la inclusión social, temas claves del Encontro de Lisboa.

Mención especial mereció el devastador terremoto de Haití que, sólo nueve días antes, había sepultado cientos de miles de personas y dejado sin techo a más de un millón. El Embajador en misión especial para Proyectos de Integración Europea, Carlos Carnero, defendió la coordinación española de la primera ayuda comunitaria: 229 millones de euros, entre la Comisión Europea y los países miembros de la Unión. Sin embargo, Soares sostenía que el papel de Estados Unidos en Puerto Príncipe había sido más visible desde el primer momento, aunque la donación inicial, 100 millones de dólares , hubiera sido inferior. Una razón más para defender “la responsabilidad histórica” de Europa en su proceso de unión política, y las grandes potencialidades de los países iberoamericanos en el diálogo birregional.

Activos latinoamericanos

Los ponentes del Encontro de Lisboa se expresaron en portugués y español, con acentos brasileño, colombiano, argentino, uruguayo, castellano...; es decir, acentos de estas lenguas universales que permiten la comunicación entre dos regiones de más de 600 millones de habitantes, (casi el 10 % de la población mundial), el 15,2% del total de la superficie del planeta (más de 20 millones de kilómetros cuadrados) y una potencia cultural, lingüística, económica y en materia de recursos naturales.

Activos que la Comunidad Iberoamericana debe aprovechar al máximo para potenciar su protagonismo en la escena internacional, siempre en la perspectiva de su relación privilegiada con la UE, como destacó especialmente el ex Presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, Enrique Iglesias.

El Secretario de Estado portugués de Energía e Innovación, Carlos Zorrinho, subrayó la importancia de la Cumbre Iberoamericana de Estoril, con la aprobación del Plan de Acción Innova que debe contribuir a un modelo más equilibrado de apropiación social y económica del conocimiento, y a promover el diseño, el desarrollo y la coordinación de las políticas destinadas a universalizar el acceso a las tecnologías de la información y la Comunicación (TICs), sobre todo, en la infancia y la juventud.

Por su parte, el Secretario de Estado portugués de Asuntos Europeos, Pedro Lourtie, destacó los proyectos luso-españoles de investigación, como el Instituto de Nanotecnología de Braga (Portugal), y el Instituto para las Energías Renovables de Cáceres (España) con la participación de fondos europeos ; una buena prueba de las sinergias que se desarrollan entre los dos países, miembros de la UE.

Los presidentes de las empresas portuguesas Telekom y EDP-Energías de Portugal, Pedro Durao Leitao, y Jorge Cruz Morais, respectivamente, pusieron de manifiesto el nivel avanzado de Portugal en innovación y tecnología. Durao Leitao añadió que estas herramientas están contribuyendo a mejoras en servicios públicos esenciales como la educación y la salud. Cruz Morais se refirió al papel de la energía en la protección del medio ambiente para lograr un desarrollo equilibrado.

Un ejemplo de las nuevas tecnologías al servicio de la economía sostenible: el de los cafeteros de Colombia, que a través de su teléfono móvil, pueden realizar todas las operaciones bancarias, incluso desde lugares remotos, ahorrando tiempo, transportes y, por lo tanto, emisiones de CO₂, según explicó el Director de Estrategia Internacional de Telefónica, el brasileño Eduardo Navarro.

Para la Unión Europea , la investigación, el desarrollo y la innovación es también una prioridad, como puso de manifiesto Margarida Marqués, Directora de la Representación de

la Comisión Europea. La Nueva Estrategia 2020, continuidad de la Estrategia de Lisboa por la competitividad y la creación de empleo, deberá dar un impulso a las políticas de I+D+i a través del nuevo Plan Europeo de Innovación.

Dificultades físicas y políticas

Germán Jaramillo, Director para España y Portugal de la Corporación Andina de Fomento, CAF, expuso las posibilidades de desarrollo que supondrá para la región el MIAL: Mecanismo de Inversión para América Latina, que se aprobará en Madrid, en la VI Cumbre ALCUE. Un instrumento, dotado, en principio, con 130 millones de euros: el 49% se destinará a infraestructuras y transporte para facilitar la integración real y física de países separados por grandes barreras geográficas. El MIAL, impulsado por la Unión Europea, quiere potenciar las alianzas público-privadas y estimular la participación de organismos multilaterales y de empresas privadas, porque “el Estado sólo ya no puede financiarlo todo”. Para facilitar esta cooperación técnica, la CAF va a ingresar en el Comité de Presupuestos del MIAL de la Comisión Europea.

Jaramillo llamó la atención sobre el papel de España y Portugal, los dos únicos países europeos en la CAF, acerca de las grandes oportunidades de negocio en la región que menos ha sufrido la crisis; especialmente, en proyectos de conexión de fibra óptica, energéticos, hídricos, medioambientales y de construcción de vías que faciliten las comunicaciones y los movimientos de personas y bienes. En definitiva, la CAF promueve, a través de su Iniciativa para la Integración Regional en América Latina el desarrollo y la integración en un área donde las inversiones en infraestructuras no superan el 2% del PIB.

El profesor de Historia de América Latina e investigador principal sobre esta materia del Real Instituto Elcano, Carlos Malamud, fue más crítico. Se mostró muy escéptico acerca de las posibilidades de llegar a un acuerdo estratégico entre la Unión Europea y América Latina, en la Cumbre de Madrid, en mayo. Malamud enumeró los conflictos entre países latinoamericanos marcados, sobre todo, por el golpe de Estado de Honduras, que –añadió– pasó a primer plano en la Cumbre de Estoril, y el acuerdo entre Colombia y Estados Unidos para la instalación en suelo colombiano de siete bases norteamericanas, destinadas a apoyar la lucha contra el narcoterrorismo. Sin olvidar contenciosos bilaterales, como entre Bogotá y Quito por el ataque colombiano a las FARC en zona ecuatoriana fronteriza, o entre Chile y Perú por recientes casos de espionaje.

A las dificultades evidentes para la integración regional americana, el profesor Malamud añadió las dificultades de la propia Unión Europea: las económicas, provocadas por la crisis, y las políticas, pues la UE está asimilando sus reformas institucionales, tras la entrada

en vigor, el pasado 1 de diciembre, del Tratado de Lisboa, que supuso la creación de dos nuevas autoridades: el Presidente del Consejo Europeo, el democristiano belga Herman van Rompuy, y la Alta Representante para la Política Exterior y de Seguridad, la laborista británica Catherine Ashton.

El investigador del Real Instituto Elcano dudó, además, del interés real de la UE por América Latina y de la creciente presencia de China en la región. Citó el ejemplo de las conexiones satelitales entre países de la Alianza Bolivariana de América Latina, ALBA, que se están haciendo con tecnología china, como el satélite boliviano Tupac Katari, y el venezolano Simón Bolívar, este último ya con un año de vida. Según Malamud, no hay una política de transferencia tecnológica de la Unión Europea a América Latina.

Necesidad de firmar acuerdos UE-AL

Frente a estas dificultades, Jorge Fauri, Embajador de Argentina y decano de los embajadores latinoamericanos en Lisboa, consideró positivo que la Cumbre Iberoamericana de Estoril hubiera discutido sobre el golpe de Honduras “porque eso significa que hablamos sobre cómo defender la democracia”. Al mismo tiempo, se mostró partidario de “entroncar el diálogo iberoamericano en el mecanismo de las Cumbres ALCUE para aprovechar los factores identitarios y no repetir esfuerzos”. Por eso apostó por la continuidad entre Estoril, Madrid y Buenos Aires; es decir, por la importancia del conocimiento y la educación en la agenda euro-latinoamericana y citó que a finales de 2010, en Argentina, la próxima cumbre iberoamericana estará dedicada a Educación.

Respecto a la conclusión de acuerdos, Fauri defendió la necesidad de firmar en la Cumbre de Madrid, el de asociación política y comercial Mercosur-Unión Europea, después de quince años de negociaciones. “Técnicamente es posible, hace falta ahora que las dos partes muestren más voluntad política para lograrlo”, concluyó.

También el Embajador de España, Alberto Navarro, se mostró esperanzado de llegar a la reunión ALCUE de Madrid con la posibilidad de concluir acuerdos político-comerciales entre la UE y Centroamérica, y los llamados acuerdos multipartes entre la UE y Colombia, y la UE y Perú. “Es una necesidad urgente, pues desde 2002, con Chile, la Unión Europea no firma ningún acuerdo con un país o bloque regional de América Latina, mientras que durante este tiempo, Estados Unidos ha firmado tratados de libre comercio con los países centroamericanos, Panamá, Colombia y Perú, entre otros”.

Navarro lanzó, además, un mensaje de optimismo con la frase “lo iberoamericano está de moda” al manifestar que fueron dos ciudades iberoamericanas, Río de Janeiro y Madrid, las que llegaron a la final de la elección de sede para los Juegos Olímpicos 2016, frente a las

candidaturas de Chicago, con el fuerte apoyo del presidente de Estados Unidos, Barack Obama y Tokio, capital de uno de los países más desarrollados tecnológicamente. Los portugueses se alegraron enormemente de la elección de Río, por su relación privilegiada con Brasil, manifestó Paulo Neves, presidente del Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da America Latina, IPDAL, pero también se hubieran alegrado si la elegida hubiera sido Madrid.

El Embajador de Brasil en Lisboa, Celso Marcos Vieira de Souza, subrayó la importancia de las inversiones de España y Portugal en su país, ya que ocupan, respectivamente, la tercera y la séptima posición inversora. En cuanto a la aproximación cultural citó un estudio de la Universidad Técnica de Lisboa, según el cual el idioma es el segundo factor determinante de las inversiones de Brasil en Portugal. En cuanto al valor que Brasilia concede al español, recordó la ley que ha impulsado el Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que la lengua de Cervantes sea obligatoria en las instituciones de enseñanza públicas, por ahora, ciento setenta mil.

Esta afinidad fue corroborada por José António Silva e Sousa, Vicepresidente Ejecutivo de la Fundação Luso-Espanhola, quien defendió la importancia de la Península Ibérica en el eje atlántico para incrementar la relación de Europa con América Latina y África. La crisis actual lo hace más necesario: “en un mundo peligroso es importante estar bien acompañado”, enfatizó.

En resumen, “el mundo ha cambiado” y por eso debemos reforzar nuestras relaciones los países que compartimos una misma visión cosmogónica, concluyó el profesor Lopes. En el mismo sentido se expresó el Secretario General Iberoamericano, Enrique Iglesias, en la clausura del seminario: “aprovechemos este activo y estas oportunidades, en beneficio de un desarrollo sostenible, en un momento crucial, cuando parece que se divisa, aunque lentamente, la salida de la crisis y la recuperación económica”.

A la iniciativa luso-española, que contó con el apoyo de la Embajada de España en Portugal, se sumaron el IPDAL y los patrocinios de Telefónica, Santander Totta y Marsh. Un ejemplo de alianzas público-privadas y del papel de las fundaciones y las empresas propiciando debates, ideas y creando redes, tal como pusieron de manifiesto los Vicepresidentes de la Fundación Euroamérica, Ángel Durández y Emilio Cassinello, la Directora de la Fundación Carolina, Rosa Conde, y Emilio Rui Vilar, presidente de la Fundação Calouste Gulbenkian, lugar del Encontro de Lisboa.

Curriculum vitae de los ponentes



Alexandre Almeida

Responsável por projectos internacionais de cooperação na INOVA+, acompanhando igualmente as iniciativas deste âmbito da ANETIE

Alexandre Almeida é licenciado em Informática e Matemáticas Aplicadas sendo especializada em I&D para ICT, Segurança e Espaço. É orador habitual sobre a inovação, as políticas da UE e os temas das Tecnologias da Informação e Segurança em conferências a nível nacional e internacional, tendo sido orador convidado em eventos organizados pela Comissão Europeia. Possui 6 anos de experiência em programas europeus de apoio ao desenvolvimento

científico e tecnológico, estudos de inovação e serviços de consultadoria. Tem desenvolvido vários projectos de capacitação em empresas, apoiando os seus processos de inovação e internacionalização



Daniel Bessa Fernandes Coelho

Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia

Daniel Bessa Fernandes Coelho é, desde Junho de 2000, Presidente da Direcção da Escola de Gestão do Porto (unidade orgânica da Universidade do Porto que tem por missão o ensino pós-graduado e a formação contínua avançada em Gestão). Exerce também as funções de Administrador do FINIBANCO, Administrador não executivo de Efacec Capital, Presidente do Conselho Consultivo do IGFCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social e Presidente do Conselho Fiscal da SPGM - Sociedade de Investimentos. Economista em regime

de profissão liberal, desde 1983. É Licenciado em Economia (Universidade do Porto, 1970) e doutorado em Economia (Universidade Técnica de Lisboa, 1986).



Carlos Carnero González

Embajador en Misión Especial para Proyectos de Integración Europea

Nació en Madrid en 1961. Desde 2009 es Embajador en Misión Especial para Proyectos en el Marco de la Integración Europea del Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación de España.

Ha sido diputado ante el Parlamento Europeo en el periodo 1994-2009. Primero, por Izquierda Unida, y desde 2001 a 2009 por el Partido Socialista Obrero Español. Durante esos años fue miembro de las Comisiones de Asuntos Constitucionales (AFCO), Comercio

Internacional (INTA) y Peticiones (PETI) y Vicepresidente del Partido Socialista Europeo (diciembre de 2006 - diciembre de 2009).

Durante su etapa como eurodiputado, ha sido miembro del Comité Director del Movimiento Europeo Internacional; Vicepresidente de la Comisión de mejora de la calidad de vida, intercambios entre la sociedad civil y cultura de la Asamblea Parlamentaria Euromediterránea (APEM); miembro de la Convención Europea; Presidente de la Delegación de Observadores del Parlamento Europeo en las elecciones legislativas del Líbano (2005); Miembro de la Mesa del Intergrupo Federalista por la Constitución Europea del PE.

También es portavoz del Partido Socialista Europeo en la Asamblea Parlamentaria Euromediterránea (APEM). Es miembro de la Delegación para las Relaciones con los Países del Mashreq; de la Delegación para la Asamblea Parlamentaria Euromediterránea; y de la Delegación en la Comisión Parlamentaria Mixta UE-Turquía.

Coordinador del Grupo de Trabajo Mediterráneo de la Secretaría de Relaciones Internacionales del PSOE. Miembro del Consejo de Relaciones Internacionales del PSOE. Miembro del Comité Federal del PSOE (2001-2004).



Jorge Cruz Morais

Administrador Executivo, EDP-Energias de Portugal

Tem 52 anos. É licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1980) e MBA pela Universidade Nova de Lisboa (1989). Iniciou a carreira na EDP, em 1983, no planeamento da rede de transporte. De 1991 a 1994, foi Assessor do CA da EDP, tendo sido coordenador do processo de reestruturação que culminou com a criação do Grupo EDP em 1994. Foi então nomeado Director de Planeamento Estratégico, tendo sido responsável pela coordenação do processo de Privatização (IPO e 2.ª fase). Adicionalmente, foi Membro Não Executivo do CA da Turbogás (1998-2000), Membro Não Executivo do CA da Electricidade dos Açores (1999-2000) e Administrador do Centro para a Conservação de Energia (1993-1996). Entre 2000 e 2004, foi Administrador Executivo da Oni SGPS e de outras empresas do Grupo ONI, tendo assumido, entre 2002 e 2004, as funções de CFO. Em 2005 e até Março de 2006 foi Administrador Executivo, com as funções de CFO, da HC Energía e da Naturgas Energia, empresas espanholas do Grupo EDP. É actualmente Presidente da APE – Associação Portuguesa de Energia.



Pedro Durão Leitão

Administrador, Portugal Telecom

Pedro Leitão, 39 anos, é presentemente membro do Conselho de Administração da PT Portugal.

Integrou a Portugal Telecom em 2000 e desde então tem desenvolvido o seu trabalho em diversas empresas do Grupo, nomeadamente na PT Conteúdos, PT.com, Telepac, PT Multimédia, PT Comunicações, PT Contact e TMN.

Começou a sua actividade profissional em 1993 na McKinsey & Company no escritório da Ibéria em Lisboa. Em 1997 tornou-se Associate e em 1998 Engagement Manager. Pedro Leitão é licenciado em

Gestão Empresarial pela Universidade Católica Portuguesa e tem MBA da Kellogg Graduate School of Management Northwestern University em Ilinois, EUA.



Jorge Faurie

Embajador de Argentina en Portugal

Abogado. Funcionario de carrera de Servicio Exterior de Argentina (1974)

Responsabilidades ministeriales:

- Responsable Escritorio Brasil (1976)
- Subdirector para América do Sul (1984)
- Jefe del Programa Integración con Brasil (1986)
- Jefe de la Secretaría-General del Ministerio de Relaciones Exteriores (1992)
- Director del MERCOSUR (1993)
- Director Nacional de Ceremonial (1994-2000)
- Secretario de Relaciones Exteriores (Vice-Ministro) (2002)

Desde 2003 es embajador argentino en Portugal

En el exterior, ha tenido como destinos las Embajadas de Argentina en Venezuela (1977), Jamaica (1978), Trinidad y Tobago (1979), Rumania (1980/84), Brasil (1987/89) y Chile (1989/1991)

Profesor Auxiliar de Relaciones Internacionales en la Universidad de Buenos Aires (1984/86)

Ha recibido diversas condecoraciones.



Enrique V. Iglesias

Secretario General. Secretaría General Iberoamericana.

Enrique V. Iglesias empieza su gestión como Secretario General Iberoamericano el 1 de octubre de 2005 (por designación de los Ministros de Relaciones Exteriores de Iberoamérica en Reunión Extraordinaria en Guimarães, Portugal), después de haber sido durante diecisiete años Presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, con sede en Washington, DC.

Anteriormente, fue ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay (1985-1988); secretario ejecutivo de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe de las Naciones Unidas (CEPAL), de 1972 a

1985; secretario general de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Fuentes de Energía Nuevas y Renovables que tuvo lugar en Nairobi, Kenia, en 1981, y presidente de la Reunión Ministerial que dio inicio a la Ronda Uruguay del Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT), en Punta del Este, Uruguay, en 1986. Entre 1966 y 1968 fue presidente del Banco Central de Uruguay.

Iglesias inició su carrera en 1954 en el sector privado como Director de la Unión de Bancos del Uruguay. En el campo académico fue profesor de Desarrollo Económico y Director del Instituto de Economía de la Universidad de la República de Uruguay. Fue miembro del Directorio del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), y participó en diferentes cursos de la CEPAL, de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), y del Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES) de Naciones Unidas.



Germán Jaramillo

Director – Representante para Europa de la Corporación Andina de Fomento (CAF)

El Sr. Germán Jaramillo Rojas nació en Bogotá, Colombia. Estudió Leyes en la Universidad de Nuestra Señora del Rosario en Bogotá y es PhD del London School of Economics en Inglaterra, específicamente en el área de Derecho Económico Internacional.

Su carrera profesional ha estado en estrecha relación con CAF, en primer lugar como Director de la Representación en Colombia (1987-1993), y posteriormente en Perú (2000-2007).

Entre ambas posiciones ocupadas en Sedes de la CAF, el Sr. Jaramillo ha sido Representante en Colombia del Banco de Venezuela (1993-1994), Presidente de la Confederación de Cámaras de Comercio de Colombia (Confecámaras) (1994-1998) y Presidente de la Cámara de Comercio de Bogotá (1998-1999). También ha ejercido altos cargos en el Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia y en la banca privada colombiana.

Como representante de la CAF, el Sr. Jaramillo ha liderado tanto proyectos de desarrollo como de financiamiento multilateral en América Latina.



Pedro Manuel Lourtie

Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Nascido em Lisboa. Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, em 1993. Mestrado em Estudos Europeus (Economia) pelo Colégio da Europa, Bruges (Bélgica), em 1994

Na Carreira Diplomática desde 1 de Fevereiro de 1995. Conselheiro de embaixada desde 2008. Na Direcção de Serviços das Organizações Políticas Multilaterais do MNE, em 1995 . Assessor do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, de 1995 a 1999.

Na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, de 1999 a 2004. Conselheiro Político na Delegação da Comissão Europeia em Washington DC, de 2004 a 2005 . Adjunto diplomático do Primeiro-ministro, de 2005 a 2006. Chefe de Gabinete do Primeiro-ministro, de 15 de Maio 2006 a 26 de Outubro de 2009 . Desde 2009-10-31, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus do XVIII Governo Constitucional.



Carlos Malamud

Investigador principal de América Latina. Real Instituto Elcano

Carlos Malamud es doctor en Historia de América por la Universidad Complutense de Madrid. Es catedrático de Historia de América en la Universidad Nacional de Educación a Distancia. De 1996 a 2002 fue subdirector del Instituto Universitario Ortega y Gasset, y director de su programa de América Latina. De 2000 a 2002, director del Observatorio de Seguridad y Defensa en América Latina del mismo instituto y Subdirector del Observatorio Electoral de América

Latina de Nueva Mayoría. En 1992/93 Spanish Senior Visiting Fellow en el Saint Antony's College, Universidad de Oxford.

Entre sus publicaciones más recientes hay que mencionar Sin marina, sin tesoro y casi sin soldados. La financiación de la reconquista de América, 1810 – 1826, Santiago de Chile, Centro de Estudios Bicentenario, 2007 e Historia de América, Madrid, Alianza Editorial, 2005. Además, ha sido editor en varios trabajos, entre los que destaca The Financing of Politics: Latin American and European Perspectives (con Eduardo Posada-Carbó, Institute for the Study of the Americas, Londres, 2005) y Latin America and the Multinational Drug Trade (con Elizabeth Joyce, ILAS-Macmillan Press, Londres, 1998).

Es colaborador habitual sobre relaciones internacionales de diversos medios españoles (prensa escrita, radio y televisión).



Alberto Navarro

Embajador de España en Portugal. Miembro del Patronato de la Fundación Euroamérica.

Nació en Tenerife, 27 de marzo de 1955. Es Licenciado en Derecho por la Universidad de Salamanca (1972-1977). Cursos de Periodismo y de Práctica Jurídica en la misma Universidad de Salamanca y perfeccionamiento de estudios en las Universidades de East Anglia y Birmingham (Gran Bretaña), Grenoble, Tours y La Sorbona (Francia). Diploma de la Academia de Derecho Internacional de La Haya (Países Bajos). Diploma de Altos Estudios Internacionales de la Escuela Diplomática.

Experiencia profesional:

04/1980-07/1980: Jefe del Servicio de América Central en la D.G. de Iberoamérica del Ministerio de Asuntos Exteriores.

07/1980-07/1982: Secretario de Embajada en la Embajada de España en Tegucigalpa (Honduras).

08/1982-07/1985: Segunda Jefatura de la Embajada de España en Praga (antigua Checoslovaquia).

08/1985-08/1989: Consejero de Embajada en la Representación Permanente de España ante las Comunidades Europeas (responsable de los Grupos ACP, Cooperación al Desarrollo y América Latina).

09/1989-03/1991: Subdirector General de Programas Comunitarios de Cooperación en la Secretaría de Estado para la Cooperación Internacional y para Iberoamérica.

04/1991-12/1995: Director General de Coordinación Jurídica e Institucional Comunitaria en la Secretaría de Estado para las Comunidades Europeas.

12/1995-05/1996: Director General Jefe del Gabinete del Ministro de Asuntos Exteriores.

01/1997-09/1999: Director del Departamento para la Ayuda Humanitaria de la Comunidad Europea (ECHO)

10/1999-08/2003: Jefe de Gabinete del Secretario General/Alto Representante para la PESC del Consejo de la Unión Europea, D. Javier Solana

09/2003-04/2004: Embajador, Jefe de la Delegación de la Comisión Europea en Brasil

04/2004-04/2008: Secretario de Estado para la Unión Europea

08/2008: Embajador del Reino de España en la República Portuguesa



Eduardo Navarro de Carvalho

Director de Estrategia Internacional Telefónica

Ingeniero Metalúrgico graduado por la Universidad Federal de Minas Gerais, Brasil.

Desde Mayo de 2005 ejerce la función de Director General de Planificación Estratégica y Regulación en Telefónica Internacional.

Entre 1999 y 2005 ejerció como Vice-Presidente de Estrategia Corporativa y Regulatoria en el Grupo Telefónica en Brasil participando en el Comité Directivo de varias de las empresas del Grupo Telefónica en Brasil.

Trabajó durante 5 años como Consultor de *McKinsey & Company* (1994-1999) período en el que lideró proyectos en Brasil, España, Portugal y África del Sur, cen-

trándose en la estrategia de las áreas de Industria, Infraestructura y Telecomunicaciones.

Inició su experiencia profesional en la industria del acero, en la que trabajó entre 1986 y 1994 en el Grupo ARBED (actual Arcelor) ejerciendo funciones de Jefe del Sector de Desarrollo y Jefe de la Fábrica de Arames.



Mário Soares

Ex Presidente de la República de Portugal. Miembro del Patronato de la Fundación Euroamérica

(Lisboa, 1924). Estudió Filosofía y Derecho en la Universidad de su ciudad natal. En 1957 fundó el Movimiento de Unidad Democrática. En 1964 fundó Acción Socialista Portuguesa. En 1970 fue deportado a la isla de Santo Tomé; en 1971, con el cambio de gobierno de Caetano, pudo exiliarse a Francia. En 1973, en Bonn, fundó el Partido Socialista Portugués. Al producirse la Revolución de los Claveles (1974) regresó a Portugal y fue nombrado Ministro de Asuntos Exteriores. En marzo de 1975, el general Vasco Gonsalvez, Primer Ministro, le nombró ministro de

Estado sin cartera.

Ha sido Primer Ministro de Portugal en los siguientes períodos:

- I Gobierno Constitucional entre 1976 y 1977
- II Gobierno Constitucional en 1978
- IX Gobierno Constitucional entre 1983 y 1985

En marzo de 1977 inicio el proceso de adhesión a la CEE y suscribió el Tratado de Adhesión, el 12 de julio de 1986.

Ha sido Presidente de la República entre 1986 y 1996

Diputado del Parlamento Europeo entre 1999 y 2004.

Fundador de la Fundación Mário Soares en 1991. Miembro del Patronato de la Fundación Euroamérica.

Premio Príncipe de Asturias de Cooperación Internacional en 1995. Es autor de varios libros sobre temas políticos y jurídicos.



Celso Marcos Vieira de Souza

Embaixador do Brasil em Portugal

Rio de Janeiro, 1944. MBA Ciências Sociais – Universidade de Rio de Janeiro. Master in Internat, Public Policy, Johns Hopkins University, EUA

1969, 1970, 1972 Diretor do Pavilhão do Brasil, Feira de Budapeste, Leipzig e Palermo, respectivamente
1973, 1976 Segundo Secretário, Embaixada em Paris e Embaixada em Assunção

1980 Secretário-Executivo da Fundação Visconde de Cabo Frio e da Conferência do Pacto Amazônico, Belém

1980 Ministério da Educação e Cultura, Gabinete

do Ministro, Sub-chefe e Chefe

1981 EMBRAFILME, Conselho Administrativo. GT Especial no Fundo Assistência Social – representante do MEC

1982 Banco Central, Consultor Especial Área Externa da Presidência (1982/1983)

1984 Presidência da República, Secretaria da Imprensa, Divulgação, Adjunto

1987 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro, e encarregado de Negócios durante a ausência do titular

1990 Presidência da República, Secretaria-Geral, Assessoria Econômica, Chefe

1991 - Ministério Especial da Fazenda e Planejamento, Gabinete do Ministro, Chefe- CVRD, USIMINAS - Representante do MEFP

1993 Ministério Especial da Fazenda e Planejamento, Departamento da Indústria e do Comércio, Diretor

1994 Departamento de Promoção Comercial, Chefe; Delegação Empresarial ao Vietname, Chefe; Delegação Empresarial: Angola, África do Sul, Moçambique, Chefe

1997 Reunião sobre a Dívida Externa de Angola com Brasil, Luanda, Negociador-Chefe

1998 Agência Brasileira de Promoção às Exportações, Gerente Especial Adjunto

2000 Embaixada no Cairo, Embaixador

2004 Embaixada em Viena, Embaixador

2006 - Representante Permanente junto aos Organismos da ONU em Viena, acreditado cumulativamente à Croácia, Eslováquia e Eslovênia, Embaixador. - Reuniões da Junta de Governadores e da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica(AIEA), Viena, Chefe de Delegação

- Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) Viena, Chefe de Delegação

- Organização Provisória para Proscrição de Testes Nucleares (CTBTO), Viena Chefe de Delegação; Comitê sobre os Usos Pacíficos do Espaço (COPUOS), Viena, Chefe de Delegação.

-Reuniões da Organização das Nações Unidas Contra o Crime Transnacional Organizado (UNODC), Viena, Chefe de Delegação.

2007 Embaixada em Lisboa, Embaixador até 2010.



José Carlos das Dores Zorrinho

Secretário de Estado da Energia e da Inovação

Formação Académica: Doutorado em Gestão de Informação. Professor Catedrático do Departamento de Gestão de Empresas da Universidade de Évora

Experiência Académica: Presidente do Conselho Directivo da Área Departamental de Economia e Gestão da Universidade de Évora. Presidente do Conselho Científico da Área Departamental de Economia e Gestão da Universidade de Évora. Pró-Reitor para o Desenvolvimento Estratégico. Director do Mestrado em Organização e Sistemas de Informação. Coordenador da Linha de Investigação em Viabilidade Organizacional

Experiência Política: Dirigente Nacional do PS. Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS. Membro da Assembleia Municipal de Évora. Membro do Comité das Regiões. Membro do Conselho Nacional de Educação. Membro da União Inter Parlamentar. Coordenador do Programa Proalentejo, Programa de Desenvolvimento Integrado do Alentejo (1997-1999). Editou várias obras

Funções governamentais exercidas:

- Desde 2009-10-31: Secretário de Estado da Energia e da Inovação do XVIII Governo Constitucional
- Desde 2000-09-18 Até 2002-04-06: Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna do XIV Governo Constitucional

Diário de Notícias

O Triângulo Ocidental por Mário Soares

Várias Fundações, portuguesas e espanholas, organizaram um colóquio na Gulbenkian, na semana passada, para reflectirem sobre o aprofundamento das relações entre a Ibero-América e a União Europeia (com especial destaque para os dois Estados peninsulares), no intervalo das Cimeiras de Chefes de Estado, de ambos os lados do Atlântico. A primeira teve lugar no Estoril, há poucos meses; e a segunda realizar-se-á em Maio próximo, em Madrid. Foi um encontro interessante, presidido pelo Prof. Ernâni Lopes, com o seu habitual dinamismo - e em plena forma física e intelectual - em que tive a honra de participar com uma intervenção inicial. Carlos Solchaga, o outro co-presidente, não pôde comparecer, impedido por um ligeiro incómodo de saúde.

A União Europeia, no seu conjunto, demasiado centrada sobre os seus problemas internos, não compreendeu ainda, em toda a sua extensão, a importância que tem, para ela própria, estreitar laços de conhecimento e de interesses recíprocos, com a Ibero-América. A sensibilidade de Espanha e Portugal para tal problemática é, naturalmente, muito maior. Na Ibero-América estão as suas raízes culturais, históricas e linguísticas. Por isso têm o dever, do meu ponto de vista, de definir políticas convergentes, no sentido de influenciar e desafiar a União para uma aproximação com a Ibero-América. Porquê? Porque a Ibero-América, além do mais, faz parte do Ocidente - e num mundo cada vez mais marcado pelo plurilateralismo tem recursos naturais e humanos extremamente importantes, pela sua criatividade e riqueza intrínseca.

Num momento em que Barack Obama está a tentar mudar a América, retomando o pioneirismo e o humanismo tipicamente americanos, o reforço do triângulo atlântico - América do Norte, Europa, Ibero-América - tem um incontroverso valor. Tanto mais importante quanto importa perceber que a Ibero-América não é um conjunto homogéneo de países. Está a ponto de se dividir por razões ideológicas, que entravam o conjunto e, por isso, podem e devem ser secundarizadas no interesse de todos os Estados membros.

Barack Obama procurou estender a mão a Cuba e à Ibero-América, na base de igualdade, o que teria um significado de grande importância. Mas, até agora, não concretizou esse anunciado objectivo. É pena, porque o bloqueio a Cuba envenenou as relações entre as duas Américas, sem nada trazer em troca. Representa tão-só uma cedência aos lobbies instalados em Miami.

Perante a tragédia do Haiti - a que se seguiu o caos, os gangs criminosos à solta, e se manifestou a pobreza endémica de uma nação, só explicável nas Caraíbas, por maus governos e pela corrupção generalizada - os Estados Unidos acudiram prontamente, no plano humanitário e da ordem pública, embora não fossem compreendidos por franceses (o Haiti é uma antiga colónia francesa), brasileiros e venezuelanos. Mas a verdade é que num país destruído como o Haiti, pobre e sem horizontes, como escreveu Sousa Tavares, a América voltou a ser a “nação indispensável”, retomando uma velha frase de Madeleine Albright.

Lembremo-nos, no entanto, que, durante os mandatos de Bush - que envolveram os Estados Unidos em três guerras, sem sentido: Afeganistão, Iraque e contra o terrorismo, sem sequer saber onde se situava e o que era a Al-Qaeda, fora os outros conflitos contra os países do “eixo do mal” -, a Ibero-América deixou de ser o “pátio interior” dos Estados Unidos. E, creio, não voltará a sê-lo para benefício do triângulo ocidental acima referido.

Mas, atenção, a China não está desinteressada da Ibero-América. Bem pelo contrário. O Brasil, o Perú e outros Estados, em menor escala, que o digam...

2 Obama, uma nova fase. A derrota que sofreu em Massachusetts foi um sério e importante aviso. Os republicanos não dormem... Mas, reconheçamo-lo, Obama reagiu em força e rapidamente. Primeiro criticando duramente a decisão do Supremo Tribunal de Justiça que pôs fim aos limites que, até agora, eram impostos às dívidas das empresas aos Partidos, para as suas campanhas eleitorais. A limitação, que vem do tempo de Roosevelt, destinava-se a evitar que os grandes lobbies, com o peso do dinheiro, influíssem ou condicionassem, pela propaganda, o sentido do voto dos eleitores. Com razão!

Barack Obama disse (cito): “Esta decisão abre as portas para a entrada de quantias ilimitadas de dinheiro vindo dos grandes interesses para influenciar os Partidos”, que as recebem. É, com efeito, um modo perigoso de transformar a democracia numa verdadeira plutocracia...

Depois, reagiu - e de que maneira! - aos grandes interesses que os bancos voltaram a receber, no último trimestre de 2009, utilizando fundos especulativos e paraísos fiscais, que foram os causadores da actual crise global. Como foi isso possível, se foi com o dinheiro dos contribuintes, utilizado pelo Estado, que os bancos, à beira da falência, se salvaram? Para agora voltarem a conceder emolumentos e prémios milionários aos seus quadros, responsáveis, em grande parte, que continuam

impunes, apesar das especulações passadas?...

O Presidente quer reduzir o tamanho dos bancos e dividi-los em duas categorias: os bancos comerciais, que aceitam depósitos (ficam impedidos de fazer especulações), e os bancos de investimentos, que podem fazer negócios, mas não aceitam depósitos dos cidadãos comuns. É uma medida salutar, que foi bem aceite na Europa e por reputados economistas, mas lançou uma grande turbulência nas bolsas americanas e europeias. Obama, como prometeu, pôs-se manifestamente ao lado das vítimas desagradando aos especuladores. É uma posição de inteligência e de que tirará, seguramente, dividendos, a um ano das eleições intercalares, que irão ocorrer praticamente a meio do seu primeiro mandato e que para os Presidentes americanos são sempre bastante delicadas.

3O FMI aconselha o Governo português. O FMI, desta vez, pela boca de Dominique Strauss-Kahn, francês, socialista, indicado por Sarkozy, para presidente dessa organização financeira internacional, resolveu aconselhar o Governo de Sócrates a reduzir o deficit, a aumentar o IVA, a reduzir os salários e a fazer novas privatizações. Não tem autoridade para o fazer, uma vez que não previu a crise global, mesmo quando ela estava bem à vista, + e é responsável por muitas desgraças do passado, em tantos países.

No mesmo sentido, aliás, que umas empresas de ranking - privadas e talvez dependentes de multinacionais - distribuíram idênticos conselhos, ou seja, as “receitas do costume”, quando a ideologia neo-liberal estava em moda e o mercado, sem regras nem qualquer controlo, com a sua mão invisível, era o Deus ex-máquina da Economia...

Contudo, omitiu a questão relativa ao desemprego, ao endividamento das famílias, à pobreza crescente, às desigualdades sociais, questões prioritárias para resolver a crise, sem o que não haverá coesão social, nem retoma da economia real. Porquê? Porque sem essas condições não há paz social, a criminalidade sobe, o descontentamento gera revoltas, dado que um trabalho digno é o único factor sério de estabilidade política e social.

Os que recomendam a redução dos salários, esquecem, curiosamente, os lucros milionários que os bancos voltaram a ter e os vencimentos extraordinários dos respectivos gestores. Isso, para eles, não tem qualquer importância. Nem tão-pouco a impunidade dos responsáveis da crise, que atirou para o desemprego milhões de seres humanos, em todos os continentes, e continuam a viver como nababos à custa da miséria alheia. Sem que ninguém lhes toque...

4Em Portugal parece tudo parado aguardando o Orçamento. Esperemos que passe na Assembleia da República. É o elementar bom senso que o aconselha. Os Partidos da Esquerda radical aceitaram continuar de fora do jogo político, como se temessem aproximar-se do poder, limitando-se a ser forças de mero protesto. Um

erro que, julgo, lhes será eleitoralmente inconveniente. Enquanto os Partidos da Direita - apesar da confusão que reina no PSD, com as lutas insanáveis dos clãs, pelo poder - revelam um maior sentido de responsabilidade, preparando-se para viabilizar o Orçamento.

Mas qual Orçamento? Ninguém sabe ao certo, julgo eu. O PSD quer a redução do deficit externo - que vai necessariamente aumentar - e menos despesa pública do Estado, talvez com algumas novas privatizações. E, sobretudo, não quer o TGV, de que foi, aliás, entusiasta no tempo de Durão Barroso.

O CDS/PP quer discutir alguns detalhes - sobre os auxílios à lavoura, por exemplo, os subsídios ao pequeno comércio e às empresas - que foram alguns dos seus cavalos de batalha durante as eleições.

E o PS, partido do Governo? Arbitra. Visto que tem a legitimidade de ter ganho as eleições, embora sem maioria absoluta. Um quebra-cabeças... Mas, para além das dificuldades de diálogos difíceis, está sujeito a um dilema, que não é fácil de resolver, como sucede também a alguns países europeus mais de-senvolvidos do que Portugal. Qual é esse dilema? Como conciliar a redução do deficit e da despesa pública, que a União Europeia exige, embora não no imediato, com a absoluta necessidade de reduzir o desemprego, criando novos postos de trabalho, diminuir as desigualdades sociais, o trabalho precário e a pobreza, como condições sine quibus non para assegurar a estabilidade social e política e vencer, a prazo, a crise? É muito difícil. Mas não há outro caminho...

Confesso que não gostaria nada de estar na posição de Sócrates nem na do ministro das Finanças. Por isso, e com plena consciência das dificuldades que enfrentam, procuro, modestamente, apoiá-los, pensando que o País consciente e que pensa fará o mesmo. É, de momento, a única posição responsável e patriótica.

Diário de Notícias: 26/01/10

"AMÉRICA LATINA SERÁ ZONA DE GRANDES PARCERIAS ECONÓMICAS PARA PORTUGAL"



"Portugal conhece mal o em-
prendimento público e
económico da América La-
tina e, também, conhece
mal a posição que a América Latina
pode vir a ter no contexto económico
internacional, nomeadamente, como
uma das grandes zonas comerciais do
século XXI".

A afirmação é de José António Sil-
va e Sousa, vice-presidente da Fun-
dação Luso Espanhola, que hoje pre-
sente na Fundação Calouste Gulbenkian o Encontro de Lisboa, "De-
pois de hoje inicia o trabalho as re-
lações entre Portugal e Espanha, es-
tamos agora empenhados na expan-
são das duas economias para merca-
dos do futuro: portuguesa e espan-
hola, onde se pode encontrar um
grande potencial", justifica Silva e
Sousa. "Já estamos a trabalhar na re-
lação entre Espanha e África porque
em Espanha há maior desenvolvi-
mento da realidade africana e va-
mos começar agora a trabalhar em
Portugal o mercado da América lati-
na pelas mesmas razões", acrescenta
o vice-presidente da Fundação Lu-
so Espanhola.

Silva e Sousa reconhece que entre
os vários países da América Latina é
com o Brasil que Portugal tem maior
facilidade de relacionamento, pelas
suas ligações históricas e culturais.
"Mas actualmente todos os grandes
países da América Latina são impor-
tantes no novo contexto geoeconó-
mico internacional", afirma, des-
tacando a possibilidade de se des-
cobrirem "eventos muito importantes, co-
mo Brasil - Japão", revela o vice-presi-

Potenciar relações comerciais entre Portugal e os vários mercados
da América Latina é um dos principais objectivos do Encontro
de Lisboa que, a partir de hoje, reúne diplomatas e empresários
na Fundação Calouste Gulbenkian. Por Ana Santos Gomes

idente da Fundação Luso Espanhola.
Além disso, Silva e Sousa reconhece
que "o conhecimento da realidade
brasileira tem avançado muito em
Portugal e o conhecimento da reali-
dade portuguesa também tem cresci-
do muito no Brasil".

AMÉRICA LATINA E CHINA

Lembrando que há já grandes comu-
nidades portuguesas em vários paí-
ses da América Latina hispânica, co-
mo a Argentina, onde a segunda ge-
ração tem muitas empresas, Silva
e Sousa acredita que é possível apre-
sentar a realidade de que a Espa-
nha tem sobre os países de língua
espanhola para Portugal cooperar
no comércio, colocando as suas em-
presas nesses países. "Portugal e Es-
panha têm grande capacidade de in-
tervenção na América Latina na a-

rea dos serviços e, a partir daí, é pos-
sível recuperar as zonas empres-
sais no novo contexto de zonas comerci-
ais. Já estamos a assistir à dedica-
ção de muitos quadros portugueses
para países da América Latina, no-
tadamente jovens. É preciso criar me-
canismos de facilitação entre a Eu-
ropa e a América Latina para criar
flexibilidade de pessoas e serviços",
afirma.

Definitivamente, a América Lati-
na deve ser encarada como zona de
parceria económica", sublinha Silva
e Sousa, antecipando uma convergência
profunda entre a potência lusitana
comercial com a China no presente
mundo. "Digo isto pela necessidade
que o mercado oriental tem de ma-
nufaturas primárias e pela abundância de
matérias-primas e bens essenciais
que existe em África e na América
Latina. Então, seguiremos a des-
cobrir novas grandes zonas com-
erciais entre a China e África e entre a
América Latina e a China e também
entre África e a América Latina", con-
clui o vice-presidente da Fun-
dação Luso Espanhola.

SOARES E FAURI JUNTOS EM LISBOA

"Tempo e América Latina, uma relação privilegiada" é o tema da conferência de inaugu-
ração do Encontro de Lisboa e que estará a cargo de Mário Soares. O antigo presidente
da República vai abordar as potencialidades da relação do velho continente com as no-
vas latitudes. Outros intervenientes vão abordar o tema: Jorge Fauri, Cidália Vieira de
Souza e Alberto Navarro, respectivamente embaixadores de Argentina, Brasil e Espanha.
O Encontro de Lisboa decorre entre hoje e amanhã na Fundação Calouste Gulbenkian.

Organizado en Lisboa un encuentro internacional para fortalecer las relaciones entre Europa y América Latina

Organizado por la Fundación Luso Española, el Real Instituto Elcano y la Fundación Euroamérica, el “Encuentro de Lisboa”, analiza el 21 y 22 de enero la innovación como motor para afrontar la crisis económica y potenciar las sinergias entre Europa y América Latina.

En la primera jornada de esta conferencia, celebrada en la Fundação Calouste Gulbenkian en Lisboa, intervinieron destacadas personalidades como Mário Soares, ex Presidente de Portugal, Ernâni Rodrigues Lopes, Presidente de la Fundación Luso Española, Ángel Durández, vicepresidente de la Fundación Euroamérica, Rosa Conde, Directora de la Fundación Carolina, Pedro Lourtie, secretario de Estado de Asuntos Europeos de Portugal, Carlos Carnero, Embajador en Misión Especial Para Proyectos en el Marco de la Integración Europea, o Carlos Zorinho, Secretario de Estado da Energia e da Inovação, Portugal.

Durante la segunda jornada del encuentro intervinieron, entre otros, Enrique Iglesias, Secretario General Iberoamericano, Jorge Faurie, Celso Marcos Viera de Souza, Embajadores de Argentina y Brasil en Portugal respectivamente.

Los asuntos centrales de la reunión son las políticas públicas en I+D+i, la innovación en la competitividad del sector privado, las inversiones en infraestructuras y eficiencia energética, y las transferencias tecnológicas hacia América Latina para contribuir al desarrollo sostenible.

Este año, la Fundación Euroamérica, junto con la Fundación Luso Española, propusieron que el Seminario Unión Europea - América Latina se celebre en la capital portuguesa bajo el nombre Encontro de Lisboa, para enfatizar la importancia de dos reuniones al máximo nivel: la XIX Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, celebrada en Estoril, el 30 de noviembre y el 1 de diciembre, y la VI Cumbre Unión Europea-América Latina y Caribe que tendrá lugar en Madrid, el 18 de mayo de 2010, bajo la presidencia española de la UE.

Además de la proximidad temporal y geográfica, las dos Cumbres están dedicadas a Innovación y Conocimiento para salir de la crisis económica y avanzar en la cohesión social. Por eso, la Fundación Euroamérica, la Fundação Luso-Espanhola y el Real Instituto Elcano, con la colaboración de la Fundación Carolina, quieren que el Encontro de Lisboa desarrolle sinergias entre las dos reuniones.

Como prólogo a este encuentro, el vicepresidente de la Fundación Luso Española, José António Silva e Sousa, publicó un artículo en el último número de la revista Fórum, editada por la Fundación Euroamérica en el que destaca que “España y Portugal tienen la obligación moral, histórica y social de caminar juntos mirando al mismo horizonte, y todavía más en estos tiempos”.

Así mismo, el artículo subraya que “la influencia española en América y la portuguesa en África hacen que la península ibérica pueda tener un papel estratégico”, y apunta que “el reto estaría en la creación de un eje atlántico que, a partir de la península ibérica, pudiera incrementar la relación Europa – África – América Latina”.

El artículo completo está disponible en el siguiente enlace:

<http://www.euroamerica.org/Forum/Forum19.html>

Inform Press n.º 187, 22 de enero de 2010



Relação estratégica com América Latina deve-se a Portugal e Espanha - Especialista

A relação estratégica UE-América Latina, um dos principais vectores da política externa europeia, deve-se à capacidade de Portugal e Espanha fazerem coincidir os seus interesses nacionais com os interesses europeus, defendeu hoje o especialista espanhol Carlos Carnero. “Portugal e Espanha, nas suas várias presidências europeias – que podemos dizer foram todas coroadas de êxito - promoveram a relação estratégica com a América Latina porque souberam fazer coincidir os seus interesses nacionais com os interesses europeus”, disse Carlos Carnero, embaixador em missão nacional para projectos de integração europeia. Carnero, que falava no Encontro de Lisboa organizado pela Fundação Luso-Espanhola, Fundação EuroAmérica e Real Instituto Elcano, referiu-se às várias Cimeiras e reuniões com a América Latina e Caraíbas e com países da região que se vão realizar durante a presidência espanhola da UE (primeiro semestre de 2010) dando especial destaque à Cimeira UE-América Latina e Caraíbas e UE-Mercosul, previstas para Maio em Madrid.

O especialista manifestou, a propósito, a expectativa de que a Cimeira UE-América Latina e Caraíbas “traga a associação estratégica” e conduza à aprovação de um programa político para os próximos dois anos “e, sobretudo”, um plano de acção e respectivo financiamento. Sobre o Mercosul, Carnero disse que Espanha “gostaria de dar um grande empurrão para um acordo” de livre comércio, considerado “um objectivo estratégico” da UE e que visa aprofundar as relações económicas e comerciais entre as duas regiões.

(Lusa; 21/01/10)

“Portugal e Espanha devem fazer tudo para convencer UE sobre potencial da América Latina”

O ex-presidente da República Mário Soares defendeu hoje que Portugal e Espanha “deviam tudo fazer para convencer” a União Europeia (UE) de que a Ibero-América tem potencial de futuro.

“Portugal e Espanha devem defender os interesses que nos ligam à Ibero-América”, afirmou o ex-presidente português quando intervinha hoje no Encontro de Lisboa, organizado pela Fundação Luso-Espanhola, Fundação EuroAmérica e Real Instituto Elcano. Sobre as ligações de Portugal à América Latina, Mário Soares considerou que esta relação “privilegiada” entre Portugal e o Brasil. Mário Soares considerou que esta relação resulta, não só do facto de se falar a mesma língua, mas também por o processo de independência não ter sido “traumático”.

No entanto, Mário Soares considerou que “é muito difícil de prever a evolução das relações entre a UE e a Ibero-América”, porque estão-se a registar “profundas e aceleradas” alterações nos dois lados do Atlântico. Em relação à crise mundial, Mário Soares defendeu que esta “ainda não acabou”, sublinhando que “o actual paradigma tem de ser mudado” para não deixar que “a situação se mantenha ou mesmo piore”.

“Para vencer a sério a crise, tem de se lutar contra o desemprego e a pobreza”, entre outros problemas, referiu o ex-presidente, defendendo que a coesão social dos Estados é “muito importante”.

A UE tem estado “bastante paralisada” apesar do Tratado de Lisboa e nem de uma resposta conjunta à crise, criticou Mário Soares, considerando que a “maior parte dos responsáveis da UE encolhe os ombros”.

Em relação ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que quarta-feira completou um ano à frente da Casa Branca, Mário Soares defendeu que Washington devia levantar o bloqueio a Cuba, alegando que aquele país da América Latina “está a sofrer e vive uma situação trágica”.

“Quando chegou (ao poder) Barack Obama estendeu a mão a Cuba, mas passou um ano e nada aconteceu”, disse Mário Soares, que no entanto considerou que os “Estados Unidos de

Obama nada têm a ver com os de Bush”.

Por outro lado, o presidente da Fundação Luso-Espanhola, Ernani Lopes, que também interveio hoje no Encontro, referiu que no âmbito das relações entre Portugal e Espanha com a América Latina “a actual grande exigência é compreender a equação mundial pós processo de globalização”.

Defendendo que já se vivem “os primeiros momentos da pós-globalização”, Ernani Lopes referiu que Portugal e Espanha devem evoluir para “o estabelecimento de pontes no terreno”.

(Lusa; 21/01/10)

Inovação é última instância para que a economia portuguesa se desenvolva - Daniel Bessa

O economista Daniel Bessa considerou hoje que a economia portuguesa só poderá desenvolver-se através da inovação, “uma espécie de última instância para quem não consegue chegar lá” através da gestão de recursos e da eficiência.

O ex-ministro, que falava no decorrer do Encontro de Lisboa, organizado pela Fundação Luso-Espanhola, Fundação EuroAmérica e Real Instituto Elcano, explicou que as economias podem ser “resource driven” (impulsionadas e motivadas pela exploração de recursos) ou “efficiency driven” (impulsionadas pelo uso mais inteligente dos recursos existentes).

“Há uma terceira forma - a inovação - uma espécie de última instância para quem não consegue chegar lá nas duas primeiras”, disse Daniel Bessa, apontando que a Portugal só resta explorar esta via.

“Parte-se da ideia”, disse o economista, “de que é possível aplicar sem gerar nada e de que não serve de nada gerar se não se for capaz de aplicar”. De acordo com Daniel Bessa, Portugal já foi uma economia baseada em exploração de recursos humanos e mão de obra barata, “simplesmente porque era o mais pobre do clube em que o deixavam concorrer”.

“Os mais pobres do que nós não podiam entrar no clube. Como éramos os mais pobres do clube foi uma época áurea de crescimento com base na mão de obra barata”, explicou.

No entanto, historicamente o país foi empurrado “para o mais exigente dos campeonatos” devido à introdução do euro. E nesse campeonato, disse o economista, “Portugal só pode concorrer na inovação”. Daniel Bessa deu como exemplos de algumas das “glórias portuguesas, ícones desta nova forma de estar” as empresas de engenharia EFACEC e farmacêutica Bial. “Estão no mercado internacional apenas com base na inovação”, sublinhou. Salientando que Portugal “tem uma balança tecnológica positiva, apesar de se basear apenas em serviços”, Daniel Bessa referiu igualmente que o país “está numa corrida contra o tempo” para se afirmar. “É preciso acelerar o passo ou saímos do clube em que estamos, não porque nos excluam, mas por concluirmos que já lá não podemos fazer mais nada”, considerou.

Presente no mesmo encontro, o director de estratégia internacional da operadora espanhola Telefónica, Eduardo Navarro, considerou que “no aspecto da inovação, Espanha e Portugal não têm ficado a dever a nenhum país mais desenvolvido”.

O gestor brasileiro da Telefónica, empresa que tem uma parceria em partes iguais com a Portugal Telecom no Brasil, considerou que por vezes inovar não é inventar uma nova tecnologia, mas apenas olhar e fazer as coisas de outra maneira.

“O crescimento o uso do celular (telemóvel) também se deve ao sistema do pré-pago. E isso foi inventado por um engenheiro português, Romão Mateus”, sintetizou.

(Lusa; 21/01/10)

Europa deve assumir “posição mais ousada” sobre alterações climáticas na cimeira com América Latina - embaixador do Brasil

O embaixador do Brasil em Portugal, Celso Vieira de Souza, espera que a Europa assuma uma “posição mais ousada” em termos ambientais na cimeira UE/América Latina e Caraíbas, que se realiza em Maio, em Espanha.

“Vão ser debatidos assuntos muito importantes na cimeira. A questão do ambiente vai saltar. Espero que a Europa assuma uma posição mais ousada em termos de redução da emissão de CO₂”, disse o diplomata.

O embaixador falava à Agência Lusa à margem do “Encontro de Lisboa – Da Cimeira de Estoril à Cimeira de Madrid” organizado pela Fundação Luso-Espanhola, Fundação EuroAmérica e Real Instituto Elcano.

Em cima da mesa estiveram a Cimeira UE-América Latina e Caraíbas e UE-Mercosul que se vão realizar durante a presidência espanhola da UE (primeiro semestre de 2010).

Celso Vieira de Souza considerou ainda que estão reunidas as condições para que o acordo de livre comércio do Mercosul, que visa aprofundar as relações económicas e comerciais entre as duas regiões, seja concluído por ocasião da cimeira.

“O Brasil espera que Espanha e Portugal possam ter um papel de alavanca desse acordo e que a Argentina realize sob a sua presidência (do Mercosul) a assinatura desse acordo com a UE”, disse.

Na sua intervenção no “Encontro de Lisboa”, o embaixador indicou que Portugal e Espanha estão entre os 10 maiores investidores no Brasil e que os empresários da América Latina têm cada vez mais incentivos para investir na Península Ibérica.

“A América Latina e a Península Ibérica têm um vasto horizonte de parcerias vantajosas para ambos os lados”, disse.

Referindo-se ao caso brasileiro em particular, Celso Vieira de Souza referiu que as projecções económicas para os próximos anos apontam para uma “aceleração da internacionalização das empresas brasileiras”. “O idioma é um dos factores determinantes para o investimento em Portugal”, disse o diplomata.

Relativamente a Espanha, indicou que o espanhol está a ocupar o lugar do francês nos idiomas mais estudados, tendo à sua frente apenas o inglês. “A partir do próximo ano lectivo, que terá início em Fevereiro, o espanhol vai ser obrigatório nas escolas brasileiras”, anunciou, acrescentando que será leccionado em 169 mil instituições de ensino público.

(Lusa; 22/01/10)

Cimeira UE/América Latina vai trazer maior projecção àquela região - Enrique Iglesias

O secretário-geral da Comunidade Ibero-Americana, Enrique Iglesias, considerou hoje que a cimeira UE/América Latina e Caraíbas vai trazer uma maior projecção para aquela região que tem sido esquecida pela União Europeia. “Espero que a América Latina tenha uma relevância maior do que tem tido nas políticas da União Europeia”, disse à Agência Lusa.

Enrique Iglesias falava à margem do “Encontro de Lisboa - Da Cimeira do Estoril à Cimeira de Madrid” organizado pela Fundação Luso-Espanhola, Fundação EuroAmérica e Real Instituto Elcano.

Em cima da mesa estiveram a Cimeira UE-América Latina e Caraíbas e UE-Mercosul que se vão realizar durante a presidência espanhola da UE (primeiro semestre de 2010). Para o responsável, a América Latina “tem perdido prioridade na agenda da UE nos últimos anos”. Sobre a cimeira de Maio, Enrique Iglesias disse esperar ainda que sejam assinados acordo que têm “muitos anos de negociação”. Entre eles destacou o acordo de livre comércio do Mercosul, que visa aprofundar as relações económicas e comerciais entre as duas regiões, como sendo “o mais importante”. “Espero ainda que haja uma colaboração significativa em temas como a inovação”, acrescentou.

(Lusa; 22/01/10)

Outros meios audiovisuais



Jornal Nacional
tvi: 21/01/10



21, 22 janeiro 2010



21, 22 janeiro 2010

Resumen de noticias

Crónica del "Encuentro de Lisboa" en el diario español NEGOCIO

www.estudiodecomunicacion.com/downloads/negocio.zip

Negocio & Letter de Vite • 22 de enero de 2010

31

VANITAS VANITATIS



■ **1. Mario Soares** es presidente de la Fundación Lusa Española. ■ **2. António Costa** es presidente de la Fundación Lusa Española. ■ **3. António Costa** es presidente de la Fundación Lusa Española. ■ **4. António Costa** es presidente de la Fundación Lusa Española.

África e Iberoamérica serán decisivas

Fundación Lusa Española • Los intereses ibéricos no son anodinos, por mucho que lo diga el Financial Times'

ISRAEL GARCÍA-JUÍZ



Los acontecimientos de la Fundación Lusa Española en Lisboa, donde se celebra el encuentro organizado por la Fundación Lusa Española, el Real Instituto de Estudios de África y la Fundación Lusa Española para que próximos en poder español y portugués analicen en dos jornadas el futuro de la asociación y la cooperación iberoamericana.

En esta ocasión, el encuentro se celebra en Lisboa, donde se celebra el encuentro organizado por la Fundación Lusa Española, el Real Instituto de Estudios de África y la Fundación Lusa Española para que próximos en poder español y portugués analicen en dos jornadas el futuro de la asociación y la cooperación iberoamericana.

En esta ocasión, el encuentro se celebra en Lisboa, donde se celebra el encuentro organizado por la Fundación Lusa Española, el Real Instituto de Estudios de África y la Fundación Lusa Española para que próximos en poder español y portugués analicen en dos jornadas el futuro de la asociación y la cooperación iberoamericana.

En esta ocasión, el encuentro se celebra en Lisboa, donde se celebra el encuentro organizado por la Fundación Lusa Española, el Real Instituto de Estudios de África y la Fundación Lusa Española para que próximos en poder español y portugués analicen en dos jornadas el futuro de la asociación y la cooperación iberoamericana.

En esta ocasión, el encuentro se celebra en Lisboa, donde se celebra el encuentro organizado por la Fundación Lusa Española, el Real Instituto de Estudios de África y la Fundación Lusa Española para que próximos en poder español y portugués analicen en dos jornadas el futuro de la asociación y la cooperación iberoamericana.

En esta ocasión, el encuentro se celebra en Lisboa, donde se celebra el encuentro organizado por la Fundación Lusa Española, el Real Instituto de Estudios de África y la Fundación Lusa Española para que próximos en poder español y portugués analicen en dos jornadas el futuro de la asociación y la cooperación iberoamericana.

España y Portugal se unen para potenciar la innovación para salir de la crisis

Americaeconomica.com

El presidente de la Fundación Euroamérica, Carlos Solchaga junto con el presidente de la Fundação Luso-Espanhola, Ernãni R. Lopes han propuesto que el Seminario Unión Europea-América Latina se celebre en la capital portuguesa bajo el nombre Encontro de Lisboa, los próximos días 21 y 22 de enero. La primera actividad conjunta será inaugurada por Mario Soares ex presidente de Portugal y clausurada por Enrique Iglesias secretario General Iberoamericano. La reunión tiene la misión de analizar las posibilidades de innovación y las nuevas tecnologías para salir de la crisis.

La primera actividad lleva por nombre De la Cumbre de Estoril a la de Madrid: Innovación y tecnología frente a la crisis. Lo que se consigue así es resaltar la importancia de dos reuniones: la XIX Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, celebrada en Estoril, el 30 de noviembre y el 1 de diciembre, y la VI Cumbre Unión Europea-América Latina y Caribe que tendrá lugar en Madrid, el 18 de mayo de 2010, bajo la presidencia española de la UE.

Ambas Cumbres utilizan la Innovación y Conocimiento para avanzar en la cohesión social. Por esta razón la Fundación Euroamérica, la Fundação Luso-Espanhola y el Real Instituto Elcano, con la colaboración de la Fundación Carolina, quieren que el Encontro de Lisboa desarrolle soluciones centradas en las políticas públicas en la innovación en la competitividad del sector privado, las inversiones en infraestructuras y eficiencia energética, y las transferencias tecnológicas.

Para el ex ministro de Finanzas del Gobierno de Portugal, Ernãni R. Lopes, la relación con España tendrá sentido si hay una cooperación conjunta de las dos economías. Según el ex ministro de Industria y de Energía español, Carlos Solchaga, España y Portugal deben unirse para incrementar las relaciones con América Latina.

Ambos presidentes firmaron un convenio de colaboración entre las dos fundaciones, la Fundación Euroamérica y la Fundação Luso-Espanhola.

21/01/2010

“Encontro de Lisboa” debate inovação e tecnologia frente à crise

O seminário "Encontro de Lisboa" realiza-se nos próximos dias 21 e 22 de Janeiro, na Fundação Calouste Gulbenkian, para debater as relações entre a União Europeia e a América Latina.

10:37 Quarta feira, 20 de Janeiro de 2010



Ernâni Lopes, Presidente da Fundação Luso-Espanhola, será um dos oradores

A inovação e a tecnologia frente à crise é o tema do "Encontro de Lisboa", uma iniciativa da Fundação Luso-Espanhola e da Fundación Euroamérica, que vai ter lugar nos próximos dias 21 e 22 de Janeiro, na Fundação Calouste Gulbenkian.

O evento servirá de elo de ligação entre a XIX Cimeira Ibero-Americana dos Chefes de Estado e do Governo realizada no Estoril e a sexta Cimeira da União Europeia-América Latina e Caribe a acontecer a 18 de Maio, em Madrid.

No centro do debate estarão temas como a inovação e competitividade do sector privado, investimentos em infra-estruturas, eficiência energética e transferência tecnológica para a América Latina.

Mário Soares - ex- Presidente da República Portuguesa, Carlos Solchaga - Presidente da Fundação Euroamérica, Ernâni Lopes - Presidente da Fundação Luso-Espanhola, Carlos Zorrinho - Secretário de Estado da Energia e Inovação e outros membros do Governo português e espanhol são alguns dos oradores.

Mario Soares insta a España y Portugal a mantener la relación con América Latina

Por Agencia EFE, 21 de enero de 2010

El histórico dirigente portugués y ex primer ministro luso Mario Soares instó hoy a España y Portugal a mantener su "especial" relación con América latina y a fomentar el intercambio entre esta región y la Unión Europea (UE).

"La visión del mundo vuelve a ser multilateral, ya no hay una sola potencia que lo domine, y España y Portugal deben encargarse de dirigir la relación con el otro lado del Atlántico en el que se habla español y portugués, siempre en el marco de la UE", declaró el político luso, también ex presidente de la República de Portugal (1986-1996).

El antiguo jefe de Gobierno portugués (1976-78; 1983-85) y líder histórico del Partido Socialista hizo estas declaraciones durante un seminario que se celebra hoy y mañana en Lisboa acerca de las políticas públicas en innovación y desarrollo en el sector privado y sobre inversión en eficiencia energética en Europa y América Latina.

Soares consideró que la Unión Europea "no ha sido capaz de enfrentarse a la crisis de un modo concertado" y criticó el "sálvese quien pueda de los Estados, contrario a los ideales europeos".

El ex mandatario apuntó que la crisis es "un motivo más" por el que "éste es un buen momento" para que España y Portugal "hagan todo lo posible por convencer a sus compañeros europeos de la importancia vital y estratégica de colaborar con América Latina".

La crisis "no sólo económica" sino también "institucional y política" que vive la Unión Europea es "el momento perfecto para acercarse a América Latina con una óptica de igualdad", aseguró el estadista portugués.

Soares recordó que frente a los "gobiernos socialistas democráticos de España y Portugal" existen países en América Latina, donde la izquierda se está "radicalizando, como es el caso de Venezuela, Ecuador, Nicaragua y Bolivia".

El político socialista también se refirió a la "difícil" situación de Cuba, donde "los Estados Unidos de Barack Obama realizarían un gran gesto si terminasen unilateral-

mente con el bloqueo a Cuba, que está sufriendo mucho los efectos de la crisis". El seminario al que asistió Soares, titulado el "Encuentro de Lisboa", pretende ser un espacio para la reflexión que se celebra entre la Cumbre Iberoamericana de Estoril del pasado noviembre y la Cumbre Europa-América Latina y Caribe que tendrá lugar en Madrid el próximo mayo.

Durante la primera jornada de esta conferencia, intervino además el secretario de Estado de Asuntos Europeos de Portugal, Pedro Lourtie, quien destacó que en la creación de la nueva estrategia de la UE para 2020 deberán pesar los lazos que "desde hace 25 años, España y Portugal han sabido crear con América Latina".

Con esta opinión coincidió el diplomático portugués y ex ministro de Asuntos Exteriores Antonio Martins da Cruz, ya que señaló que los dos países ibéricos "tienen el deber" de mantener a América Latina en la agenda europea.

También participó en el seminario Rosa Conde, presidenta de la Fundación Carolina y ex ministra portavoz del Gobierno español (1988-1993), quien denunció "la ausencia política de Europa en América Latina" que consideró que se ha hecho "cada vez más notoria".

Por su parte, el secretario de Estado de la Energía y de la Innovación de Portugal, Carlos Zorrinho, subrayó que la innovación es fundamental para dar respuesta a las necesidades que se plantean en Iberoamérica y apuntó que la Cumbre de Estoril logró fijar importantes objetivos en esta materia.

El "Encuentro de Lisboa" está organizado por el Real Instituto Elcano, la Fundación Euroamérica y la Fundación Luso-Española y su principal propósito es enfatizar las relaciones entre Europa y América Latina.

“España y Portugal potencian la innovación frente a la crisis”

Con el fin de aprovechar las oportunidades de una plataforma ibérica sólida, los presidentes de la Fundação Luso-Espanhola y la Fundación Euroamérica, Ernâni R. Lopes y Carlos Solchaga, respectivamente, han organizado el Encuentro de Lisboa que se celebrará los próximos 21 y el 22 de Enero, dedicado a analizar las posibilidades de la innovación y las nuevas tecnologías como instrumentos para la salida de la recesión.

La primera actividad conjunta de las dos Fundaciones, que será inaugurada por Mario Soares, ex Presidente de Portugal, y clausurada por Enrique Iglesias, Secretario General Iberoamericano, lleva por título De la Cumbre de Estoril a la de Madrid: Innovación y tecnología frente a la crisis. Se trata de enfatizar la importancia de dos reuniones al máximo nivel: la XIX Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, celebrada en la ciudad portuguesa, a finales de 2009, y la VI Cumbre Unión Europea-América Latina y Caribe que tendrá lugar en Madrid, el 18 de mayo de 2010, bajo la presidencia española de la UE.

Además de la proximidad temporal y geográfica, las dos Cumbres están dedicadas a Innovación y Conocimiento para salir de la crisis económica y avanzar en la cohesión social.

20/01/2010

Comunicado de Prensa



ESPAÑA Y PORTUGAL POTENCIAN LA INNOVACIÓN FRENTE A LA CRISIS

PRIMER ENCUENTRO DE LAS FUNDACIONES EUROAMERICA Y LUSO-ESPAÑOLA, EN LISBOA

Con el fin de aprovechar las oportunidades de una plataforma ibérica sólida, los presidentes de la Fundação Luso-Espanhola y la Fundación Euroamérica, Ernâni R. Lopes y Carlos Solchaga, respectivamente, han organizado el Encuentro de Lisboa que se celebrará los próximos 21 y el 22 de Enero, dedicado a analizar las posibilidades de la innovación y las nuevas tecnologías como instrumentos para la salida de la recesión.

La primera actividad conjunta de las dos Fundaciones, que será inaugurada por Mario Soares, ex Presidente de Portugal, y clausurada por Enrique Iglesias, Secretario General Iberoamericano, lleva por título ***De la Cumbre de Estoril a la de Madrid: Innovación y tecnología frente a la crisis***. Se trata de enfatizar la importancia de dos reuniones al máximo nivel: la XIX Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, celebrada en la ciudad portuguesa, a finales de 2009, y la VI Cumbre Unión Europea-América Latina y Caribe que tendrá lugar en Madrid, el 18 de mayo de 2010, bajo la presidencia española de la UE.

Además de la proximidad temporal y geográfica, las dos Cumbres están dedicadas a Innovación y Conocimiento para salir de la crisis económica y avanzar en la cohesión social. Por eso, la Fundación Euroamérica y la Fundação Luso-Espanhola, junto con el Real Instituto Elcano y la colaboración de la Fundación Carolina, quieren que el ***“Encontro de Lisboa”*** desarrolle sinergias entre las dos reuniones centradas en las políticas públicas en I+D+i, la innovación en la competitividad del sector privado, las inversiones en infraestructuras y eficiencia energética, y las transferencias tecnológicas hacia América Latina para contribuir al desarrollo sostenible.

Especial importancia, tras el devastador terremoto de Haití, cobra la cooperación que será abordada por distintos ponentes como el Secretario de Estado portugués de Asuntos Europeos, Pedro Lourtie; el Embajador español en misión especial para la integración europea, Carlos Carnero; la directora de la Comisión Europea en Lisboa, Margarida Marqués; y el representante de la Corporación Andina de Fomento, Germán Jaramillo. Las empresas, que desarrollan un papel muy importante en materia de innovación y cooperación, participan también en el Encuentro de Lisboa por medio de Eduardo Navarro, director de Estrategia Internacional de Telefónica; Jorge Cruz Morais,

Administrador de EDP-Energías de Portugal; Pedro Durao Leitaó, de Telecom-Portugal y Francisco Murteira Nabo, presidente de GALP. Las voces iberoamericanas en la Unión Europea estarán representadas por los Embajadores en Lisboa, Jorge Fauri, de Argentina, Decano de los Embajadores latinoamericanos en Portugal; Celso Marcos Viera de Souza, de Brasil, y Alberto Navarro, de España.

Para el ex ministro de Finanzas del Gobierno de Portugal, Ernâni R. Lopes, “la buena relación con España sólo gana sentido si se corresponde con una efectiva proyección conjunta equilibrada de las dos economías en un contexto global”. Según el ex ministro de Industria y de Energía, y de Economía y Hacienda del Gobierno español, Carlos Solchaga, “los lazos de amistad que unen España y Portugal, deben potenciarse para intensificar las relaciones con América Latina, basadas en la cultura y los valores comunes”.

Los dos presidentes firmaron en Madrid, el pasado día 13, un convenio de colaboración entre las dos Fundaciones, Luso-Espanhola y Euroamérica, que tienen sus respectivas sedes en Lisboa y en la capital española.

Para más información:

www.encontrodelisboa.com

Madrid, 19 de Enero de 2010

Lista de Assistentes

Alberto Carvalho Neto	Administrador, Casa Agricola Valbom
Alberto Charro	Administrador Delegado, ADMINISBBVA Portugal
Alberto Laplaine Guimarães	Camara Municipal de Lisboa
Alexandre Almeida	ANETIE
Alfredo Revuelta de Rojas	General Manager, Daemon Quest
Alvaro Caneira	Advogados, Alvaro Caneira
Alvaro Teles	Consultor
Américo Amorim	Presidente da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, SA
Amilcar Theias	Presidente, Conselho Consultivo ERSAR
Ana Ataíde Mascarenhas	Camara Municipal de Lisboa
Ana Margarida Figueiredo	Gabinete Apoio Investimento - CML
Ana Maria Lima	Santander
Ana Santos Gomes	Jornalista
Anabela Pouseiro	Advogada
André Costa Martins	Consultor, Oliver Wyman
Àngels Garcia Roca	Directora Oficina apoio a UpM, Generalitat de Catalunya
Ángel Durández	Vicepresidente da Fundación Euroamérica
António Emilio Isa Nadal	Ministro Consejero, Embajada República Dominicana
Antonio de Oyarzábal	Vice-presidente do Real Instituto Elcano
António Luís Pedroso de Lima	ACDN
António Martins da Cruz	Embaixador, exMinistro dos Negócios Estrangeiros, Portugal
António Menda	BES

Armenio Belo da Silva	Administrador, Tourline Express
Asunción Valdés Nicolau	Directora General da Fundación Euroamérica
Benito Berceruelo	Consejero Delegado, Estudio de Comunicación
Bernardo Mendia	Secretário Geral, Fundação Luso-Espanhola
Bernardo Theotónio Pereira	Jurista
Carla Dominguez	Banco Santander Totta
Carla Felizardo	Gerente, MãosaoTrabalho – Lho
Carlos Carnero	Embaixador em Missão Especial para Projectos de Integração Europeia, Espanha
Carlos Malamud	Investigador Principal para América Latina-Real Instituto Elcano
Carlos Oliveira	Leadership Business Consulting
Carlos Zorrinho	Secretário de Estado da Energia e da Inovação, Portugal
Carlos Ramos	Câmara de Comércio e Indústria Luso-Mexicana
Celso Marcos Vieira de Souza	Embaixador do Brasil em Portugal
Concha Figuerola	Embajada de España en Portugal
Coronel John Italo Camberos Diaz	Adido Militar, Embaixada da Colombia
Daniel Bessa	Economista, Director-geral da Conferência Tecnológica, COTEC, Portugal
Dina Machado	Fundação Luso-Espanhola
Diogo Alarcão	Gerente, Mercer Portugal
Diogo Jardim	Administrador, Artepura Investimentos Imobiliários, S.A.
Duarte Raposo Magalhaes	SAGRUP S.A.
Duarte Silvestre Amandio	Administrador - Carrisbus
Eduardo Fernandez-Espinar	Fredter, Sa
Eduardo Navarro	Director de Estratégia Internacional, Telefónica

Embaixador da Eslovénia	Embaixada da Eslovénia
Emilio Cassinello	Vicepresidente da Fundación Euroamérica
Emílio Rui Vilar	Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian
Enrique V. Iglesias	Secretario General, Secretaria General Ibero-americana
Ernâni Rodrigues Lopes	Presidente, Fundação Luso-Espanhola
Eurico Brilhante	Administrador, AICEP Global Parques, S.A.
Eurico Neves	ANETIE
Fabrizio Pignatelli	Ministro Conselheiro Embaixada de Itália
Federico Poli	Director División Asuntos Económicos Secretaria General Iberoamericana
Fermin Garbayo Renouard	Gomez-Acebo & Pombo
Fernando Brito Cabral	Vicepresidente Executivo
Fernando Caneira	Managing Director, EMD Portugal
Fernando Louzeiro Pires	AACDN/MGEN-FAP
Fernando Revés	Licensing Manager, Grupo ATRAL CIPAN
Fernando Santo	Bastonário da Ordem dos Engenheiros
Francisco España Fuentes	Consejero de Educación - Embajada de España en Portugal
Francisco Gomes de Oliveira	Parquic-SGPS, S.A. - Pres.C.A.
Francisco Murteira	Bastonário Ordem dos Economistas
Francisco Sánchez	Presidente Conselho de Administração, EFACEC
Francisco Sousa Soares	Gestor do Programa Ciência&Inovação
Gerardo Ayala	Estudante
Germán Jaramillo	Representante da Corporación Andina de Fomento (CAF)
Guilherme Llera	Casa de España
Guillermo Uña Martín	Consejero de Información de la Embajada de España en Lisboa

Gustavo Suárez Pertierra	Presidente do Real Instituto Elcano
Gustavo Welcker	Partner, Win Mate International
Henrique Abecassis	Advogado
Henrique Brandão	Delegado Regional, Cruz Vermelha Portuguesa
Isabel de Sola	Encarregada de Negocios, Embaixada de El Salvador
Israel García-Juez	Director Adjunto, Negocio
Ivan Petrov	Embaixador da Bulgária
Jacobo Camba García	Delegado Portugal, ABN Pipe Systems
Jaime Fernandes	Managing Director, Marsh
Javier Murugarren	Propietario, M-Cell Marketing
Jesús Ortiz	Consultor Senior, Estudio de Comunicación
João Alvelos	Dir Adjunto, Instituto de Segurança e Defesa
João Cassiano Neves	Director Sénior, Banco Finantia.SA
João Paulo Ferreira da Conceição	Partner, FCMG - Ferreira da Conceição, Menezes, Gonçalves & Associados - S. Advogados, R.L.
João Pereira Martins	Director do GDDM, EDIA, SA
Joaquim A. da Silveira Sérgio	Presidente da Ass. de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional
Jorge Faurie	Embaixador da Argentina
Jorge Cruz Morais	Administrador Executivo, EDP – Energias de Portugal
Jorge-Alberto Yarte-Sada	Presidente, Vitro Chaves - Indústria de Vidro S.A.
José António de Mello	Selecta - SGFII
José António Silva e Sousa	Vice-Presidente Executivo da Fundação Luso-Espanhola
José Caetano Silva	Managing Partner
Jose Eduardo Nunes	Director Geral Planeamento & Controlo Distribuição Oil, Galp

José Francisco Pavia	Prof. Auxiliar, Universidade Lusíada
José Honorato Ferreira	Administrador, Fundação Luso-Espanhola
José Luis de C Henriques de Jesus	Presid. C. Administração, HARII
José Luís Simões	Presidente do Grupo Luís Simões
José Manuel Viegas	Presidente Conselho Administração, TIS
José María Martín Valenzuela	Director, Instituto Cervantes de Lisboa
José Melo	Partner, Leadership Business Consulting
José Miguel Nunes Anacoreta Correia	UCCLA
José Mínguez	Delegado para Portugal, Air Europa
José Ortigão Sanchez	CEO, Propmanagement
José Pirra Alves	Director Geral, Marsh
José Poças Esteves	Sócio Gerente, SAER, Ld
Julia Llata Lavin	Endesa Portugal
Kattia Hernandez	Produtora programa “Nós” RTP2
Lua Solano	Manager, Cluster
Luis Bento dos Santos	Administrador, Santander
Luís Fonseca	Editor Executivo, Foreign Policy Portugal
Luis Gomes	Director de Risk Management, MARSH
Luis Maia	Gestor de Projectos, Agência Inova - Consultor; Resp. internacionalização
Luis Viana Baptista	Sócio Gerente, ACVB arquitectos
Manuel Cela Muruais	Agregado de Defesa naval y aéreo, Embajada de España
Manuel Gameiro	Consultor
Manuel Pereira Ramos	Fundação Luso-Espanhola
Manuel Peres Ramires de Oliveira	Direcção Geral das Actividades Económicas

Manuel Prazeres Pais	Advogado - José António Silva e Sousa e Associados
Margarida Marques	Directora da Representação da União Europeia
Maria da Conceição Machado	Assessora do Conselho de Administração, Fundação Luso-Espanhola
Maria Isabel Oliveira Fragoso	Directora, InCI/MOPTC
Maria Madeira	Chefe de Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional, DGS
Maria Xavier	Casa da América Latina
Mariana Oom	Desk Officer Espanha, AICEP
Mário Quartin	Casa de America
Mário Soares	Ex-Presidente da República
Marta Mimoso	Directora Geral, Cidot Estúdio de Comunicação
Marta Sofia Relvão Leandro	Estudante de Mestrado em História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos
Michael Schoenburg	Owner, Crafted Lanterns
Miguel António Fradique da Silva	Secretário Geral da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional
Miguel Castelhão	Gerente
Miguel Gil	Presidente - Media Capital, Portugal
Miguel de Pape	Director, MARSH
Miguel Sá Nogueira	Partner, Win Mate International
Miguel Seco Fernández	Presidente, Centro Gallego de Lisboa
Nuno de Moser Leitão	Consultor, MARSH
Nuno Ribeiro da Silva	Presidente, Endesa Generación Portugal
Patricia Alfayate	Adjunta a la Dirección, Fundación Euroamérica
Paulo Nabais	Administrador, Artepura Investimentos Imobiliários, S.A
Paulo Neves	Presidente do IPDAL

Paulo Sande	Director, Gabinete Parlamento Europeu em Portugal
Paulo Vaz Serra	Director Comercial, Contacto
Pedro Durão Leitão	Administrador, Portugal Telecom
Pedro Fialho	Director de Banca Institucional en Portugal
Pedro Lourtie	Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Portugal
Pedro Portugal Gaspar	UCCLA
Pilar Blanco Tuimil	Prooffice, Centro de Negocios
Prof Arq Marcello de Moraes	MM & Co.
Raquel Sánchez Rodríguez	Abogada. Profesora U.N.E.D., España
Ricardo Ruiz de la Serna	Abogado. Profesor Universidad C.E.U., España
Rita Ramos	Business Development
Rita Silva	Agência de Inovação, S.A.
Rosa Conde	Directora da Fundación Carolina
Ruckert	Ministro Conselheiro Emb. Alemanha
Santiago Salazar	Owner, Santiago Salazar ICR
Stanimir Gramatikov	Terceiro Secretário (assuntos políticos)
Susana Vázquez	90 Graus Editora
Teresa Jardim Gonçalves	José António Silva e Sousa e Associados
Tomás Mallo	Fundación Carolina
Valeriu Bojian	Embaixada da Romenia
Vitor M F Lúcio da Silva	Administrador, West Global, SGPS, S.A.
Zoltán Németh	Conselheiro, Embaixada da Hungria

